

ANDREIA DUARTE-ALVES

**COLONIALIDADE E DESASTRES: uma análise crítica latino-americana do
discurso gerencialista em corporações extrativistas**

**ASSIS
2022**

ANDREIA DUARTE-ALVES

**COLONIALIDADE E DESASTRES: uma análise crítica latino-americana do
discurso gerencialista em corporações extrativistas**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

**ASSIS
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

D812c Duarte-Alves, Andreia
Colonialidade e desastres: uma análise crítica latino-
americana do discurso gerencialista em corporações
extrativistas / Andreia Duarte-Alves. Assis, 2022.
238 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

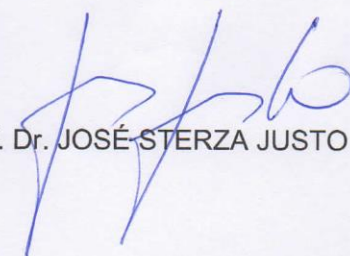
1. Colonialidade. 2. Modernidade e colonialidade.
3. Desastres ambientais - Mariana (MG). 4. Desastres
ambientais - Brumadinho (MG). 5. Discurso. I. Título.

CDD 325.3

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ANDRÉIA DUARTE ALVES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 01 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de ANDRÉIA DUARTE ALVES, intitulada **COLONIALIDADE E DESASTRES: uma análise crítica latino-americana do discurso gerencialista em corporações extrativistas**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. JOSÉ STERZA JUSTO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Psicologia Social / UNESP/FCL-Assis, Profa. Dra. FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS (Participação Virtual) do(a) UFPA/Belém, Prof. Dr. RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-Graduação em Psicologia / UNESP/Assis, Profa. Dra. ANA MARIA RODRIGUES DE CARVALHO (Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL-Assis, Prof. Dr. IGOR COSTA PALO MELLO (Participação Virtual) do(a) Curso de Psicologia / UNOESTE/Presidente Prudente. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: _____

Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. JOSÉ STERZA JUSTO

“[...] a catástrofe de Brumadinho foi mais um evento da mesma sanha que, no período colonial, designava como “brasileiro” não aquele que nascia por aqui, mas aquele que explorava o pau-brasil e voltava rico a Portugal. O adjetivo pátrio “brasileiro” se impôs, e não nos reconhecemos como brasileiros ou brasilianos, ainda que, o dicionário assim reconheça quem nasce no Brasil. Sobreveio o “brasileiro”, ou seja, aquele que vive de explorar o Brasil, assim como o madeireiro vive de explorar a madeira e o mineiro, de explorar o minério. Assim, mais que adjetivo pátrio, “brasileiro” é uma caracterização substantiva das nossas oligarquias.”

(Carlos Valter Porto-Gonçalves, *A desordem do progresso*¹, 2020)

¹ Prefácio à edição brasileira de “Mineração, genealogia do desastre” de Horacio Machado Aráoz (2020, p. 9).



“Brumadinho”, Mundano (2019). Série Releituras Mundanas. Lama da Vale coletada no leito do Rio Paraopeba em Brumadinho, resina e verniz. 2m x 1m. Foto: Stefania Sangi.

@mundano_sp²: O bombardeio na cidade de Guernica aconteceu em abril de 1937. Cerca de 300 inocentes morreram. Inspirado nesse crime brutal, o mestre Pablo Picasso fez sua obra prima que eternizou a violência fascista. Ela é um enorme painel de 7,76m por 3,49m, pintada a óleo e com toda sua originalidade transmite o drama do massacre que mudou a história da pequena cidade ao norte da Espanha. 82 anos depois, encarei o super desafio dessa releitura, em uma menor escala, com a ideia de tentar fazer um paralelo entre “Guernica” e “Brumadinho”. Quando vi a tela branca me deu um medo de não conseguir representar o que queria, mas foi mais simples do que eu pensava. As bombas de Guernica são a lama da Vale em Brumadinho. O general Franco que comandou o bombardeio em Guernica é o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, que permitiu o massacre quando ignorou os relatórios. As pessoas, o cavalo, o touro, o pássaro e casas de “Guernica”, são os mesmo que foram cobertos de lama em Brumadinho. Até a estimativa do número de vítimas fatais é a mesma. Picasso um dia foi perguntado por um oficial alemão se era ele mesmo que tinha pintado “Guernica” e ele respondeu: “- Não, foram vocês.” Na abertura da @sp_arte em 2019 onde exibi a obra na galeria @galeriakoganamaro eu estava do lado da tela tirando muitas fotos e observando as reações do público por horas e um visitante estranhou e me perguntou: “- com licença, você por acaso é artista que pintou esse quadro? Respondi: Não, foi a Vale Assassina!”

² Trecho da publicação do artista Mundano no Instagram em 11 fev. 2020. Cf. <https://www.instagram.com/p/B8bj7VtnjU5/>

AGRADECIMENTO

À minha família pelo carinho, cuidado e compreensão. Especialmente, aos meus filhos, Miguel e Raul, aos meus pais, Dolores e Antonio, à minha avó Djanira, aos meus irmãos, Paula, Pedro, Isabella e Marco, às minhas sobrinhas.

Ao meu orientador, José Justo, pela amizade, compreensão, paciência e pelo valioso e sensível direcionamento ao longo das minhas andanças teóricas e metodológicas. E ao grupo de pesquisa Figuras e Modos de Subjetivação na Contemporaneidade, pelo companheirismo e partilha no aprendizado: Carolina, Talita, Alexandre, Gabriela, Laura, Abílio.

À banca da defesa, que tanto admiro e estimo, pela honra de aceitarem ler e contribuir com seus olhares sensíveis e críticos para a conclusão dessa pesquisa:

Ana Maria Rodrigues de Carvalho, pelo exemplo de compromisso com uma psicologia popular, engajada e periférica, pela força inspiradora de resistir na defesa de outros modelos de trabalho e de economia. De forma especial, pelo acolhimento afetuoso quando do meu primeiro contato com ribeirinhos atingidos por barragens, ainda na graduação.

Flávia Silveira Lemos, pela inspiração intelectual na construção da psicologia social e da psicologia política brasileiras, pelo compromisso e engajamento com temas urgentes, pela dedicação e envolvimento com a defesa da profissão, enquanto espaço político de resistência.

Rafael Siqueira de Guimarães, por apresentar o pensamento decolonial, por desconstruir e embaralhar todos os caminhos teóricos e metodológicos pensados para esta pesquisa. Sua aula-experiência foi profundamente provocadora para o meu pensamento sobre a ciência e a docência, confesso que não sei se consegui resolver tudo nesta tese.

Igor Costa Palo Mello, pela amizade e parceria em projetos de ensino e de extensão da Unoeste e pelas conversas, orientações e trocas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores que contribuíram na banca de qualificação, Eduardo Tomanik e Bruno Mazzola, pelas contribuições valiosas para o andamento da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da UNESP/Assis e a todas(es/os) as colegas com quem compartilhei disciplinas, ideias, experiências e angústias nos intervalos, almoços e nos corredores da universidade.

Às colegas, professoras(es) e funcionárias, do curso de Psicologia da Unoeste pela parceria nos projetos, incentivo, contribuições e trocas. Especialmente, ao Prof. Lucas e Profa. Joana, que foram suporte e incentivo. E, também, à Profa. Regina Gioconda, pelo apoio e compreensão nos momentos mais difíceis da pesquisa.

A todas as amigas(os/es) e alunas(os/es), que me foram força e potência neste percurso.

DUARTE-ALVES, Andreia. Colonialidade e desastres: uma análise crítica latino-americana do discurso gerencialista em corporações extrativistas. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2022, 238 p.

RESUMO

Esta tese investiga a relação entre a Modernidade/Colonialidade e a produção de desastres pelo capitalismo financeiro e informacional, problematizando o papel dos altos executivos das corporações extrativistas na manutenção da dinâmica de exploração colonial de territórios, corpos e epistemes. Partimos nossas análises de dois grandes desastres recentes da mineração brasileira, o rompimento das barragens de Mariana (em 2015) e de Brumadinho (em 2019), ambos com responsabilidade direta da mineradora transnacional Vale S.A. O *corpus* da pesquisa foi composto por entrevistas em vídeo publicadas na plataforma online YouTube de dois diretores-presidentes, CEOs (*Chief Executive Officers*), que estavam à frente da mineradora na ocasião dos desastres. O objetivo foi analisar a relação entre a Modernidade/Colonialidade e o discurso gerencialista manifesto pelos representantes das corporações extrativistas produtoras de desastres a fim de compreender, desde a América Latina (ou Abya Yala, terra promissora e rica, palavra da língua do povo Kuna que vem sendo adotada pelos povos originários latino-americanos em contestação à denominação imposta pelos colonizadores), as racionalizações e modos de subjetivação que legitimam a produção de ecocídios, genocídios e epistemicídios dentro da dinâmica política e econômica global. A pesquisa foi orientada pelos pressupostos da Análise de Discurso Crítica Latino-americana (ADC-LA) e analisou dois modelos de gestão distintos, de Murilo Ferreira (2011-2017) e de Fabio Schvartsman (2017-2019). As duas presidências expressaram relação direta com os processos políticos nacionais da última década e foram influenciadas pelas políticas econômicas dos governos. O primeiro modelo analisado, período do desastre da Samarco em Mariana, a Vale legitima o desastre a partir de um discurso baseado na política neodesenvolvimentista e neoextrativista implantada na década anterior pelos governos progressistas latino-americanos e motivada pelos superávits decorrentes do superciclo das *commodities*. A Vale foi instrumento para o posicionamento do Brasil (prioritariamente a região centro-sul) como metrópole do Sul Global, reproduzindo um modelo colonial de exploração neoextrativista, que avançou sobre territórios com potencial mineral como a Amazônia e países da África. O segundo modelo, período do desastre em Brumadinho, a Vale reproduziu o discurso neoliberal com a adoção de práticas gestionárias autoritárias, antidemocráticas e antiestatais, tornando-se instrumento para o reposicionamento do Brasil como economia dependente, colônia de exploração extrativista e rentista na dinâmica global de acumulação de capital. Neste período, a Vale legitimou os desastres a partir do discurso financista baseado na oportunidade de rentabilidade, capitalizando os danos a partir de estratégias de alavancagem de lucros voltadas ao aumento no valor de mercado da companhia. A análise do discurso gerencialista dos presidentes da Vale possibilitou compreender como a colonialidade está presente nas racionalizações e os modos de subjetivação que naturalizam e legitimam a capitalização dos desastres pelas corporações extrativistas, tanto por correntes políticas progressistas quanto neoliberais. Os pressupostos da Modernidade/Colonialidade associada ao modelo de capitalismo financeiro e informacional têm transformado grandes corporações extrativistas em “enclaves econômicos”, que atuam de forma supraestatal para legitimar o uso do terror e da morte como instrumentos de alavancagem de lucro (necrocapitalismo). Dessa forma, os genocídios, ecocídios e epistemicídios causados pelos desastres são incorporados socialmente como rentáveis e como uma condição favorável ao desenvolvimento e ao progresso.

Palavras-chave: Modernidade e Colonialidade. Desastres Socioambientais. Análise Crítica do Discurso. Pós-Colonialismo. América Latina.

DUARTE-ALVES, Andreia. Colonialidad y desastres: un análisis crítico latinoamericano del discurso gerencialista en corporaciones extractivas. 2022. Thesis (Doctorate in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2022, 238 p.

RESUMEN

Esta tesis investiga la relación entre la Modernidad/Colonialidad y la producción de desastres por el capitalismo financiero y informacional problematizando el papel de los altos ejecutivos de las corporaciones extractivas en el mantenimiento de la dinámica de explotación colonial de territorios, cuerpos y epistemes. Comenzamos nuestro análisis con dos grandes desastres recientes en la minería brasileña, la ruptura de las represas de Mariana (en 2015) y Brumadinho (en 2019), ambas bajo responsabilidad directa de la transnacional minera Vale S.A. El corpus de la investigación fue compuesto por entrevistas en video publicadas en la plataforma en línea YouTube a dos directores ejecutivos, CEOs (*Chief Executive Officers*), quienes estaban a cargo de la empresa minera en el momento de los desastres. El objetivo fue analizar la relación entre la Modernidad/Colonialidad y el discurso gerencialista manifestado por los representantes de las corporaciones extractivas productoras de desastres a fin de comprender, desde América Latina (o Abya Yala, tierra prometedor y rica, palabra de la lengua del pueblo Kuna que viene siendo adoptada por los pueblos originarios latinoamericanos en contestación a la denominación impuesta por los colonizadores), las racionalizaciones y modos de subjetivación que legitiman la producción de ecocidios, genocidios y epistemicidios dentro de la dinámica política y económica global. La investigación fue orientada por los presupuestos del Análisis de Discurso Crítico Latinoamericano (ADC-LA) y analizó dos modelos de gestión distintos, de Murilo Ferreira (2011-2017) y de Fabio Schvartsman (2017-2019). Las dos presidencias expresaron una relación directa con los procesos políticos nacionales de la última década y estuvieron influenciadas por las políticas económicas de los gobiernos. El primer modelo analizado, el período del desastre de Samarco en Mariana, Vale legitima el desastre desde un discurso basado en la política neodesarrollista y neoextractiva implementada en la década anterior por los gobiernos progresistas latinoamericanos y motivada por los excedentes provenientes del superciclo de las commodities. Vale jugó un papel decisivo en el posicionamiento de Brasil (principalmente la región centro-sur) como una metrópoli del Sur Global, reproduciendo un modelo colonial de exploración neo-extractiva, que avanzó hacia territorios con potencial minero como la Amazonía y los países africanos. En el segundo modelo, el período del desastre de Brumadinho, Vale reprodujo el discurso neoliberal con la adopción de prácticas de gestión autoritarias, antidemocráticas y antiestatales, convirtiéndose en un instrumento para el reposicionamiento de Brasil como economía dependiente, colonia de Explotación extractiva y rentista en la dinámica global de acumulación de capital. Durante este período, Vale legitimó los desastres desde el discurso financiero basado en la oportunidad de rentabilidad, capitalizando los daños a partir de estrategias de apalancamiento de ganancias destinadas a aumentar el valor de mercado de la empresa. El análisis del discurso gerencial de los presidentes de Vale permitió comprender cómo la colonialidad está presente en las racionalizaciones y modos de subjetivación que naturalizan y legitiman la capitalización de los desastres por parte de las corporaciones extractivas, tanto por corrientes políticas progresistas como neoliberales. Los presupuestos de la Modernidad/Colonialidad asociados al modelo de capitalismo financiero y informacional han convertido a las grandes corporaciones extractivas en "enclaves económicos", que actúan de forma supraestatal para legitimar el uso del terror y de la muerte como instrumentos de apalancamiento de ganancias (necrocapitalismo). De esta forma, los genocidios, ecocidios y epistemicidios provocados por desastres son incorporados socialmente como rentables y como condición favorable para el desarrollo y el progreso.

Palabras clave: Modernidad y Colonialidad. Desastres Sociales y Ambientales. Análisis Crítico del Discurso. Poscolonialismo. América Latina.

DUARTE-ALVES, Andreia. Coloniality and disasters: a Latin American critical analysis of managerialist discourse in extractive corporations. 2022. Thesis (PhD in Psychology). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2022, 238 p.

ABSTRACT

This thesis investigates the relation between Modernity/Coloniality and the production of disasters by financial and informational capitalism, discussing the role of senior executives of extractive corporations in maintaining the dynamics of colonial exploitation of territories, bodies, and epistemes. We begin our analysis with two recent major disasters in Brazilian mining, the rupture of the Mariana (in 2015) and Brumadinho (in 2019) dams, both under the direct responsibility of the mining transnational Vale S.A. The corpus of the investigation was made up of video interviews published on the online platform YouTube with two executive directors, CEOs (Chief Executive Officers), who were in charge of the mining company at the time of the disasters. The objective was to analyze the relationship between Modernity/Coloniality, and the managerial discourse manifested by the representatives of the extractive corporations that produce disasters to understand, from Latin America (or Abya Yala, good and prosperous land, word of the language of the people Kuna that has been adopted by the original Latin American people for the denomination imposed by the colonizers), the rationalizations and modes of subjectivation that legitimize the production of ecocides, genocides, and epistemicides within the global political and economic dynamics. The research was guided by the assumptions of the Latin American Critical Discourse Analysis (ADC-LA) and analyzed two different management models, Murilo Ferreira (2011-2017) and Fabio Schvartsman (2017-2019). The two presidencies expressed a direct connection with the national political processes of the last decade and were influenced by the economic policies of the governments. The first model analyzed, the period of the Samarco disaster in Mariana, Vale legitimizes the disaster from a discourse based on the neo-developmental and neo-extractive policy implemented in the previous decade by the progressive Latin American governments and motivated by the surpluses coming from the super cycle of commodities. Vale played a decisive role in placing Brazil (mainly the center-south region) as a metropolis of the Global South, reproducing a colonial model of neo-extractive exploration, which advanced towards territories with mining potentials such as the Amazon and countries in Africa. In the second model, the period of the Brumadinho disaster, Vale reproduced the neoliberal discourse with the adoption of authoritarian, anti-democratic, and anti-state management practices, becoming an instrument for the repositioning of Brazil as a dependent economy, a colony of extractive exploitation and rentier in the global dynamics of capital accumulation. During this period, Vale legitimized the disasters from the financial discourse based on the opportunity for profitability, capitalizing on the damage from profit leverage strategies aimed at increasing the company's market value. The analysis of the managerial discourse of the presidents of Vale allowed us to understand how coloniality is present in the rationalizations and modes of subjectivation that naturalize and legitimize the capitalization of disasters by extractive corporations, both by progressive political currents and by right-wing and neoliberal. The presuppositions of Modernity/Coloniality associated with the financial and informational capitalism model have turned the large extractive corporations into “economic enclaves”, which act in a supra-state manner to legitimize the use of terror and death as instruments of profit leverage (necrocapitalism). In this way, genocides, ecocides and epistemicides caused by disasters are socially incorporated as profitable and as a favorable condition for development and progress.

Keywords: Modernity and Coloniality. Social and Environmental Disasters. Critical Discourse Analysis. Post-Colonialism. Latin America.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de vídeos disponíveis no YouTube dos presidentes da Vale gravados no período de 05/2011 a 02/2019 (pesquisa realizada em 02/2022).	49
Tabela 2 - Relação dos vídeos de Murilo Ferreira selecionados para análise.	73
Tabela 3 - Relação de vídeos de Fabio Schvartsman selecionados para análise.	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise do Discurso Crítica
ADC-LA	Análise do Discurso Crítica Latino-americana
AGE-MG	Advocacia Geral do Estado do Estado de Minas Gerais
AGU	Advocacia Geral da União
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMIB	Associação dos Municípios Mineradores do Brasil
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAB	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens
ANM	Agência Nacional de Mineração
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
ADC	Análise de Discurso Crítica
B3	Bolsa de Valores Brasileira (Brasil, Bolsa, Balcão)
BC	Balança Comercial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
Casac	Centro de Alternativas Econômicas do Cerrado
CBDB	Comitê Brasileiro de Barragens
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
CIAEA	Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COVID-19	<i>Coronavirus Disease</i> 2019 (Doença por Coronavírus 2019)
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRI	Categoria de Risco
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPA	Dano Potencial Associado
ES	Espírito Santo
ESG	Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Flona	Floresta Nacional dos Carajás
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNCEF	Fundação dos Economistas Federais
FUNCESP	Fundação CESP (Companhia Energética de São Paulo)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração

ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
JusDH	Articulação Justiça e Direitos Humanos
LSO	Licença Social para Operar
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MG	Minas Gerais
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
NR-22	Norma Regulamentadora de Segurança do Trabalho na Mineração
NURC	Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta
NYSE	New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova York)
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA	Pará
PETROS	Fundação Petrobrás de Seguridade Social
PF	Polícia Federal
Piesem	Painel Independente de Especialistas para Segurança e Gestão de Risco de Estruturas Geotécnicas
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNSB	Política Nacional Segurança de Barragens
PREVI	Caixa de Previdência dos Empregados do Banco do Brasil
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
QR Code	Código de Resposta Rápida
S.A.	Sociedade Anônima
SAMITRI	S.A. Mineração da Trindade
Sindiextra	Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
SIT	Subsecretaria de Inspeção do Trabalho
STF	Supremo Tribunal Federal
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
ZAS	Zona de Autossalvamento

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	15
INTRODUÇÃO	19
Percursos que antecederam este trabalho	30
1. OBJETIVOS	35
1.1. Objetivo Geral.....	35
1.2. Objetivos Específicos	35
2. APORTES TEÓRICOS	36
2.1. Modernidade, Colonialismo e Colonialidade	36
2.2. Extrativismo Mineral na América Latina e as veias abertas dos desastres	40
3. APORTES METODOLÓGICOS	49
3.1. O pensamento crítico de fronteira e decolonial.....	49
3.2. Análise de Discurso Crítica Latino-Americana	51
3.3. Composição do Corpus e Procedimentos.....	53
4. UMA BREVE HISTÓRIA POLÍTICA DA VALE	58
4.1. Acordo de Washington e criação da CVRD	58
4.4. Neoliberalismo à brasileira e Privatização da CVRD	60
4.5. Roger Agnelli e o Superciclo das <i>commodities</i>	64
4.6. <i>WikiLeaks</i> : as conversas sigilosas entre a Vale e diplomatas dos EUA.....	66
4.7. Murilo Ferreira, Governo Dilma e a polarização política	69
4.8. A (ir)responsabilidade da Vale pela Samarco	71
4.9. Blindagem da Vale após Mariana e a saída de Murilo Ferreira	72
4.10. Governo Temer, indicação de Schvartsman e “reprivatização”	73
4.11. Fábio Schvartsman e a repetição do desastre	75
5. GESTÃO DA VALE DE 2011 A 2017: O DESASTRE EM MARIANA	78
5.1. A Governança da Vale durante a Presidência de Murilo Ferreira	85
5.2. Gestão de Riscos e Desastres durante a Presidência de Murilo Ferreira	113
6. GESTÃO DA VALE DE 2017 A 2019: O DESASTRE EM BRUMADINHO	130
6.1. A Governança da Vale durante a Presidência de Murilo Ferreira	139
6.2. Gestão de Riscos e Desastres durante a Presidência de Fabio Schvartsman	153

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	183
ANEXOS	205
ANEXO 1 – Legenda de Transcrição.....	205
ANEXO 2 – V1: Entrevista Murilo Ferreira (É Notícia - Redetv).....	206
ANEXO 3 – V2: Entrevista Murilo Ferreira (YouTube Kennedy Alencar)	208
ANEXO 4 - V3: Entrevista Murilo Ferreira (YouTube Kennedy Alencar).....	209
ANEXO 5 - V4: Entrevista Murilo Ferreira (Entrevista da Semana - SBT)	210
ANEXO 6 – V5: Entrevista Murilo Ferreira (Coletiva De Imprensa - Samarco)	214
ANEXO 7 – V6: Entrevista Fabio Schvartsman (Live – YouTube Empiricus)	217
ANEXO 8 – V7: Entrevista Fabio Schvartsman (Coletiva de Imprensa – Vale).....	220
ANEXO 9 – V8: Entrevista Fabio Schvartsman (Coletiva De Imprensa - Vale).....	224
ANEXO 10 – V9: Depoimento Fabio Schvartsman (Câmara dos Deputados)	226
ANEXO 11 – Sequência de imagens com a reação de Ricardo Vescovi durante fala de Murilo Ferreira na Coletiva de Imprensa, 11/11/2015.....	235
ANEXO 12 – Gráfico com a cotação do minério de ferro no período de 01/03/2007 a 31/01/2022, em dólar	236
ANEXO 13 – Gráfico de cotação das ações da Vale no período de 01/01/2011 a 31/03/2022, em reais.....	237
ANEXO 14 – Gráfico com a série histórica de Receita Líquida e Despesa Total do Governo Federal, período de janeiro de 2011 a janeiro de 2022.	238

PRÓLOGO

*“eu sou isto: apenas uma moça latino-americana
me agarro às lutas do passado
pra ter força no presente
não defendo vidraça de banco
defendo gente
ao que é injusto, sou desobediente”*
Bell Puã

Esta pesquisa estava em andamento quando o mundo foi atravessado pela Doença do Coronavírus de 2019 (Covid-19), proclamada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. No momento em que encerro esta tese, meados de 2022, a gravidade e a letalidade da doença foram reduzidas pela vacinação em massa, porém o vírus continua gerando preocupações e somando diariamente novas vítimas aos mais de 680 mil brasileiros mortos pela doença.

Considero impossível apresentar uma tese em que discuto os efeitos da colonialidade e a “geopolítica do conhecimento” (MIGNOLO, 2020) na produção de desastres sem registrar os impactos do vírus nos bastidores da minha pesquisa, no meu trabalho docente, na sobrevivência do meu programa de pós-graduação e no desenvolvimento do trabalho científico no país. Em coerência ao que defendo neste trabalho e para não ser cúmplice de discursos e instituições que criticarei logo adiante, suspendo o protocolo da imparcialidade exigida nas teses e dissertações acadêmicas para romper o silêncio diante do cenário de luto pelas vidas ceifadas pelo vírus – inclusive de colegas das universidades –, desmonte de políticas públicas, crimes por ação e omissão do poder público diante do colapso dos serviços públicos e da necessidade de medidas de controle sanitário, cumplicidade com o genocídio de indígenas e negros, ataques reiterados à ciência, à educação e à democracia, cerceamento da liberdade de expressão de pesquisadores, cientistas, ativistas e movimentos sociais.

A pandemia foi um desastre global, mas no Brasil enfrentamos a calamidade de contar com o presidente Jair Bolsonaro se recusando a adotar medidas sanitárias recomendadas pela OMS e pelas organizações de saúde nacionais e incentivando a população a desobedecê-las, dessa maneira, agindo para aumentar o contágio, desprotegendo a população e zombando da doença, dos mortos e das medidas sanitárias. Definitivamente, nossas dissertações e teses não podem ser indiferentes à banalização da morte e aos retrocessos que temos presenciado no Brasil. Nenhuma pesquisa conseguiu passar ilesa. Fazer ciência atualmente no Brasil é um ato de resistência e compromisso político, mas também de coragem de causar tensões e rupturas em um modelo colonial que violenta e explora nossos corpos e territórios. Por essa razão, registrar as implicações da pandemia nas nossas vidas e em nossas pesquisas significa resistir

à institucionalização de uma história hegemônica da Covid-19, no Brasil e no mundo. As faces do vírus foram diversificadas, foram incalculáveis e escandalosamente desiguais. As injustiças e violências foram expostas na vitrine, de forma interseccional, intensificadas de acordo com regionalidade, gênero, raça, classe social, orientação sexual, idade, deficiências, quantidade de dependentes, categoria laboral, tipo de vínculo empregatício, nível de acessibilidade digital etc. Desigualdades, que até bem pouco tempo acreditávamos prestes a serem superadas, foram intensificadas absurdamente na pandemia, evidenciando a fragilidade do pacto democrático representado pela constituição de 1988. Sentimos, de modos singulares em nossos corpos e em nossos territórios, o gradativo enfraquecimento dos ideais democráticos e do compromisso do Estado Brasileiro com as necessidades populares garantido pela Constituição Cidadã de 1988.

A história da pandemia que tem sido escrita pelas mídias sociais e de massa é uma história hegemônica que invisibiliza experiências periféricas e fronteiriças. O coronavírus é narrado com os olhos ocidentais a partir da Europa e das suas consequências sobre os países europeus. No Brasil, ela é contada pelos olhos da parcela privilegiada da sociedade brasileira que teve garantia de renda e experimentou a quarentena pelas vidraças das janelas ou pelas telas dos celulares e dos computadores. Por isso, é preciso causar tensões discursivas capazes de produzir histórias contra-hegemônicas da pandemia no nosso país, a partir de outros *lôcus* e de outras geopolíticas. Dessa forma, o registro a história da pandemia pelos seus atravessamentos nesta tese é minha maneira de defender uma ciência construída nas afetações do “corpo-política do conhecimento” capaz de pensar a partir de saberes mais fronteiriços e desnorreados, menos neutralizados e menos universais.

Do projeto de pesquisa à tese final, nada desta pesquisa passou ilesa ao vírus. Certamente, nenhuma outra produção científica brasileira conseguiu não ser afetada também, menos ainda as pesquisas em ciências humanas, tampouco as universidades, sejam públicas ou particulares. A carreira acadêmica, que antes de 2020 já sofria reiterados ataques autoritários e silenciamentos, tornou-se um trabalho ainda mais desvalorizado e precarizado, muitas vezes destinado a “visionários”, “missionários”, “altruístas”. Destaco a pergunta que frequentemente ouço, dentro e fora da universidade: “*Professora, você trabalha ou só dá aula?*”, referindo-se à necessidade crescente de pesquisadores e docentes precisarem conciliar outras atividades de trabalho à carreira acadêmica. O processo de desmonte e desvalorização das políticas públicas de Ciência, Educação e Cultura, somada aos retrocessos na legislação trabalhista, têm favorecido que a atividade de ensino e pesquisa seja estereotipada como “*trabalho extra*” ou “*hobby*”.

A pandemia aprofundou prejuízos e desigualdades na educação brasileira, o ensino superior não foi diferente. O trabalho remoto com as novas estratégias de ensino, o alto índice de alunos que, por incontáveis razões, interromperam a formação, as demissões decorrentes de reestruturações de turmas para redução de custos, horas de trabalho não remuneradas. Nas universidades públicas, a precarização do trabalho docente também tem acontecido pela ampliação da contratação de professores substitutos temporários com salários muito inferiores ao dos professores efetivos, incluindo a necessidade de adoção de políticas de estágio de docência na pós-graduação com intuito de suprir a defasagem no quadro de docentes, transferindo a estagiários responsabilidades de disciplinas e supervisão da formação superior. Um prejuízo incalculável ao trabalho científico e à educação superior do país.

Há muito trabalho não remunerado – em muitos casos voluntário ou mal remunerado – invisibilizado dentro das universidades brasileiras, especialmente nos programas de pós-graduação em ciências humanas. Grande parte do trabalho de discentes de pós-graduação é completamente invisibilizado nas políticas públicas, sequer é reconhecido como atividade laboral. Por isso, a pandemia foi avassaladora para as pesquisas em andamento, muitas precisaram ser reconfiguradas diante das regras sanitárias e exigiram novos investimentos, quando foi possível.

No nosso programa não foi diferente, a pandemia só agravou um cenário que já excluía muitas pessoas do acesso ou dificultava a permanência na pós-graduação: o número insuficiente de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), situação que obriga grande parte dos discentes a manterem outras atividades laborais em paralelo à pesquisa. A baixa oferta de bolsas significa restringir o acesso de uma parcela enorme de pessoas à pós-graduação, especialmente, os grupos que tiveram historicamente esse direito negado ou que possuem dependentes e não contam com outro suporte financeiro. Para a parcela de pós-graduandas sem bolsa, o corte de vagas de docente no ensino superior, a fragilidade das relações trabalhistas e as exigências do trabalho remoto representaram prejuízos adicionais, tornando a pós-graduação um privilégio ainda mais difícil e custoso. Para mães solo que, como eu, mantiveram seus empregos, a pesquisa precisou sobreviver às exigências do trabalho remoto somadas ao cuidado e educação das crianças, com as escolas e creches fechadas.

Esta tese é a materialização de quatro anos e meio de atividade laboral como pós-graduanda sem bolsa, conciliada com o trabalho docente e a maternidade solo. Considero a minha experiência enquanto pós-graduanda durante a pandemia apenas mais uma entre milhares de outras também atravessadas pelos retrocessos nos direitos das mulheres, pelas desigualdades estruturais e pela crise na economia do cuidado (ZANELLO et al., 2022). Porém,

acredito na necessidade ética e política de não silenciarmos as lutas escondidas nas entrelinhas das pesquisas realizadas durante o desastre sanitário e político vivenciado nos últimos anos em nosso país. É preciso tensionar a história hegemônica da pandemia de Covid-19 a partir das nossas experiências de fronteira, para defender a democracia, dar visibilidade às demandas da educação e da ciência brasileiras e, sobretudo, para não sucumbir em meio à luta.

Registrar a história da pandemia a partir do meu *lócus* é um ato de esperança, no sentido freiriano, contra uma série de desafios socialmente evitáveis. Tenho consciência dos privilégios e desafios que compõem o lugar do meu “corpo-política do conhecimento” enquanto mulher cisgênero, psicóloga, classe média, lida como branca, com dois filhos, doutoranda sem bolsa, mas com um emprego celetista e com uma rede de apoio para lidar com desafios da docência remota e a insuficiência de políticas públicas direcionadas às mulheres e crianças durante a pandemia. Evidentemente, escrever esse prólogo depois desta tese concluída constitui um privilégio, já que para muitas outras pesquisadoras com filhos, a interseccionalidade das violências estruturais e a falta de redes de apoio ou de uma renda fixa não as permitiram chegar até aqui. Certamente, muitas mulheres pós-graduandas ficaram pelo caminho com suas teses a tiracolo, sem bolsa e sem emprego, sem rede de apoio no cuidado às crianças e sem condições institucionais, emocionais e políticas para concretizarem suas pesquisas durante a quarentena. Mesmo de uma posição privilegiada, também achei que ficaria pelo caminho, muitas vezes.

É pela importância do “corpo-política do conhecimento” que decidi utilizar a primeira pessoa no trabalho, singular ou plural, conforme o conteúdo exigir. Há experiências, ideias, conclusões que são “nossas”, essencialmente plurais, coletivas, infinitas de autoria. Mas há também conteúdos pessoais, decisões e desobediências “minhas”, sendo assim, assumirei a primeira pessoa do singular quando me parecer coerente àquilo que considero individual e substancialmente construído a partir do *lócus* ocupado pelo meu corpo.

Finalizo este prólogo com um trecho de Glória Anzaldúa no ensaio “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”, que muito me fortaleceu nessa travessia:

Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre *chicanita* do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? [...] Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. [...] Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, pp. 230–232).

INTRODUÇÃO

“Os banqueiros da grande bancaria do mundo, que praticam o terrorismo do dinheiro [...] Eles jamais sujam as mãos. Não matam ninguém: se limitam a aplaudir o espetáculo. Seus funcionários, os tecnocratas internacionais, mandam em nossos países: eles não são presidentes, nem ministros, nem foram eleitos em nenhuma eleição, mas decidem o nível dos salários e do gasto público, os investimentos e os desinvestimentos, os preços, os impostos, os juros, os subsídios, a hora de nascer do sol e a frequência das chuvas. [...] Os tecnocratas reivindicam o privilégio da irresponsabilidade: – Somos neutros – dizem.” (Eduardo Galeano, O livro dos Abraços, 2015b, p. 106, grifo nosso)

Os executivos que presidem grandes empresas de capital aberto – também chamados pelo termo incorporado do inglês *Chiefs Executive Officer (CEO)* – ocupam uma posição central na dinâmica do capitalismo financeiro globalizado. Esses postos são ocupados por corpos que corporificam a “uma masculinidade branca, forte, viril, ‘vencedora’, conservadora e autoritária” (BENTO, 2022), mantendo o lugar privilegiado do sujeito universal escolhido para performar em nome da mão invisível do mercado (SMITH, 2013). Conforme escreveu Grosfoguel (2008, p. 122), “às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo”. Após 530 anos de extrativismo e destruição das estruturas econômicas e sociais tradicionais, esses corpos hegemônicos continuam, predominantemente, sendo os comandantes das “naus”, expedicionários que representam os interesses de exploração, em busca de oportunidades de riqueza e em defesa da manutenção da “matriz de poder colonial” (QUIJANO, 2005). Suas posições de gestores, fundamentadas na racionalidade técnica-instrumental da modernização, são tratadas como neutras, não-ideológicas ou apolíticas, tornando-se as práticas gestionárias cujo conteúdo é autorreferenciado, uma espécie de “metalinguagem que influencia fortemente as representações dos dirigentes” (GAULEJAC, 2007, p. 63). Através desses corpos hegemônicos, o mercado age e fala, racionalizando e otimizando o exercício do poder do capital sobre outros corpos e sobre o espaço geográfico. Suas práticas gestionárias criam estratégias que perpetuam, atualizam e reinventam meios de acumulação capitalista, criando formas de blindagem do sistema contra as falhas e contradições a ele inerentes.

Não se pode compreender o sistema econômico atual sem dar a devida atenção ao modelo de gerencialismo financista global, caracterizado por gestores de grandes corporações supranacionais, e o papel que possuem no exercício da acumulação capitalista sobre os corpos, territórios e epistemes.

Por gerencialismo chamamos as configurações e os sistemas de poder organizacionais – no setor privado ou público – que dão legitimidade à autoridade gerencial, garantindo o direito

de gerir (NEWMAN; CLARKE, 2012). Com a globalização do mercado financeiro, o gerencialismo – ou ideologia gerencialista, alimentada pela “ilusão da onipotência, do domínio absoluto, da neutralidade das técnicas e da modelação de condutas humanas” (GAULEJAC, 2007, p. 65), passou a ganhar uma influência global na sustentação do modo de produção capitalista.

O gerencialismo é uma ideologia que legitimava direitos ao poder, especialmente ao direito de gerir, construídos como necessários para alcançar maior eficiência na busca de objetivos organizacionais e sociais. Em segundo lugar, o gerencialismo é uma estrutura calculista que organiza o conhecimento sobre as metas organizacionais e os meios para alcançá-las. Usualmente está estruturado em torno de um cálculo interno de eficiência (entradas-saídas) e um cálculo externo de posicionamento competitivo em um campo de relações de mercado. Contudo, o gerencialismo também é uma série de discursos superpostos que articulam proposições diferentes – até mesmo conflitantes – a respeito de como gerir e do que deve ser gerido. (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 359)

O direito de gerir não se constitui a partir de um cargo ou de um líder individualmente, mas a partir da gerencialização ou gerenciamento, ou seja, da capacidade de exercer o poder gerencialista, instrumentalizando toda ação humana sobre a realidade em uma oportunidade de negócios, medida a partir da capacidade de empregar uma ação sistematizada com a finalidade de extrair o maior lucro possível, no menor tempo e com o menor custo. A gerencialização passou a ser regulada pela separação entre trabalho e capital, em busca de garantir uma geração exponencial e constante de valor para os acionistas, o aclamado *shareholder value* (GAULEJAC, 2007). Apesar de funcionários, esses altos executivos – de seus cargos e salários privilegiados – definem as estratégias do “negócio” em defesa de formas mais eficientes e “inovadoras” de acumulação de capital. Porém, diante dos desastres e efeitos deletérios da mão invisível que representam, esses corpos hegemônicos performam para tornar difusas as responsabilidades, despersonificando o poder hegemônico que representam e que os legitima.

Gerencialismo e gerencialização são elementos do modo moderno de dirigir produzidos, respectivamente, pela racionalidade normativa da Modernidade e pela racionalidade técnico-instrumental da Modernização, fundamentos também da Colonialidade e da Colonização. Entendemos Modernidade como uma racionalidade normativa que teve início a partir da chegada de Colombo à América/Abya Yala³ – tomada como um espaço vazio à espera de ser

³ Abya Yala: terra promissora e rica, segundo a língua do povo Kuna. Segundo a Enciclopédia Latinoamericana (PORTO-GONÇALVES, 2015): “Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a “América”, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX por meio das elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama – a expressão

dominado –, que possibilita o advento de uma cosmologia cujo centro é a Europa e todos os outros mundos são periféricos. A racionalidade normativa da modernidade faz nascer uma idealização do “ser-moderno” a partir do encobrimento do “outro” e da exploração de corpos, territórios e epistemes com a justificação de torná-los “mesmos” (DUSSEL, 1993, 2005; LECHNER, 1990; NASCIMENTO, 2009). Por modernização, entendemos o desenvolvimento de uma racionalidade técnico-instrumental, “refere-se à previsibilidade e ao controle dos processos sociais e naturais” (LECHNER, 1990, p. 74), a busca por aprimorar constantemente os métodos e tecnologias que tornem mais eficiente o domínio do “outro” (corpos, territórios, epistemes) para sustentar as necessidades do “eu”, o “sujeito-moderno”. Para Aníbal Quijano (QUIJANO, 2005), a Modernidade só foi possível graças à incorporação de um modo de subjetivação baseado na relação centro-periferia, cuja referência de ser-saber-poder é eurocentrada (DUSSEL, 2005). A partir dessa reflexão surgem os conceitos de Colonialismo e Colonialidade, que assim como Modernidade/Modernização também são conceitos distintos, embora intrinsecamente interdependentes. Enquanto o Colonialismo é a dimensão objetiva da colonização, ou seja, o sistema jurídico, político e econômico de administração das colônias pelos estados europeus, a Colonialidade é uma dimensão imaterial da colonização, são os modos de subjetivação que resistem após a independência das colônias “em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2009, p. 84).

O modelo de acumulação capitalista começou a ser forjado no século XVI com o extrativismo, na relação geopolítica com o “Novo Mundo” cuja existência é legitimada a partir de sua capacidade de suprir as demandas dos centros metropolitanos do capitalismo nascente (ACOSTA, 2011, 2016; SVAMPA, 2019). O extrativismo, portanto, não é uma fase do capitalismo, é a sua essência, sua matriz, a condição sem a qual o capitalismo não é possível (ARÁOZ, 2020). A atividade extrativista enquanto um modelo de gerencialização da produção não é simplesmente a inauguração de um “modo de apropriação” dos recursos naturais, ele é a própria transformação de corpos, territórios e epistemes em recursos naturais à serviço da acumulação (GUDYNAS, 2016).

Desde a primeira década do século XXI, as formas modernas de expropriação de corpos, territórios e epistemes é agenciada por outros atores que diferem do extrativismo tradicional, surgindo um modelo denominado de neoextrativismo no qual o Estado funciona como um captador do excedente e um redistribuidor, articulando meios de legitimação social, inclusive

Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento.”

dos impactos sociais e ambientais negativos (GUDYNAS, 2016). O neoextrativismo foi viabilizado e incentivado no interior dos governos progressistas de esquerda América Latina/Abya Yala, e favoreceram sua queda.

Não por acaso, diante do progressismo reinante, o extrativismo voltou a instalar fortemente a ilusão desenvolvimentista, traduzida na ideia de que, graças às oportunidades oferecidas pelo novo auge das commodities e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcançar o desenvolvimento (SVAMPA, 2019, p. 21).

Os Estados latino-americanos, em nome do desenvolvimento, fortaleceram as grandes corporações transnacionais, que passaram a funcionar como “enclaves econômicos” (MBEMBE, 2018) – legalizados ou ilegais – amarrados a formas de dominação dos corpos, territórios e epistemes. Na América Latina/Abya Yala, os “enclaves econômicos” transnacionais são ligados a setores extrativistas e produção de commodities: mineração e garimpos, monoculturas e pecuária, caça e pesca ilegal, tráfico de espécies naturais ou de entorpecentes etc. De forma interdependente, também o setor energético – especialmente o modelo da hidroeletricidade – cujo consumo majoritário é representado principalmente pelas atividades extrativistas e agropecuárias. Esses modelos que constituem a principal motriz da economia brasileira e latino-americana é fundamentada na exploração e na morte, cuja lógica é o genocídio, o ecocídio e o epistemicídio (ARÁOZ, 2020). Uma parte crescente dessa violência predatória contra corpos, territórios e epistemes ocorre em enclaves ilegais, através de milícias armadas e no uso instrumentalizado e sistemático do desastre e do massacre como forma de ampliação de domínio – como as mortes de centenas de indígenas dentro de seus próprios territórios em todo o Brasil, bem como do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips na Amazônia este ano (GGN, 2022). Uma outra parte desses desastres é produzida de forma legalizada por corporações formais, com livre acesso aos principais espaços de poder e cuja violência é legitimada pelas próprias instituições do Estado. São massacres e desastres sistemáticos e reiterados, que, ao invés de levar à falência ou decadência dessas corporações, acabam por ampliar seu domínio, seu potencial destrutivo e a coercitivo perante as populações.

A Vale S.A. é a maior mineradora e maior operadora de logística da América Latina/Abya Yala. É maior exploradora de minério de ferro e níquel do mundo, com operações em 20 países. Foi criada por Getúlio Vargas em 1942 como uma empresa estatal brasileira, sendo em 1997 entregue à iniciativa privada por Fernando Henrique Cardoso que manteve o controle societário nas mãos do Estado brasileiro. Em 2017, no governo Michel Temer, a Vale concluiu a privatização na Bolsa de Valores Brasileira (B3) através de uma medida que reduziu a participação acionária das empresas estatais na companhia, tornando-a uma empresa privada

de controle difuso. Atualmente, cerca de dois terços dos acionistas da mineradora são formados por pessoas físicas e empresas estrangeiras.

A Vale, em 2021, figurou no posto de empresa mais valorizada entre as bolsas de valores do Brasil e da América Latina/Abya Yala (ABRASCA, 2021). As dimensões superlativas da companhia fazem com que o seu corpo diretivo de altos executivos seja tratado pela mídia especializada e pelo mercado como celebridades e referências de ser, de saber e de poder. Embora estejam vinculados à companhia como empregados, contratados para desempenhar um poder gerencialista na estrutura produtiva do negócio, os executivos da Vale – como é padrão na maioria das empresas de capital aberto – possuem a remuneração atrelada ao percentual de rentabilidade média das ações, sendo parte dela paga em títulos da companhia. Essa vinculação da remuneração aos resultados de mercado, impõe uma cisão desses empregados em relação aos demais, corrompendo-os a agirem como representantes dos acionistas em detrimento dos interesses das partes exploradas: trabalhadores de nível operacional, meio ambiente e comunidades locais afetadas pelo negócio. Segundo relatório da companhia destinado aos investidores (VALE, 2021), o honorário médio da Diretoria Executiva da Vale, formada por Presidente e Diretores, variou de 3,0 até 3,5 milhões de reais por mês nos últimos quatro anos, o que posiciona esses executivos entre os mais bem remunerados entre as empresas de capital aberto do Brasil. Esses rendimentos, por exemplo, são muito superiores aos rendimentos anuais obtidos pela maioria dos acionistas – pessoas físicas – proprietários de títulos da Vale na bolsa brasileira. E, apesar dos proprietários dos títulos serem juridicamente os verdadeiros capitalistas, na prática “os maiores ganhadores são a elite da classe dirigente e não os acionistas” (CECÍLIO, 2012, p. 106).

Segundo a Vale (2013, 2019, 2020), durante as gestões de Murilo Ferreira e Fabio Schvartsman, os “honorários” – termo comumente utilizado para se referir ao salário de níveis gerenciais, dissociando a gestão da concepção de emprego assalariado – recebidos pelo Presidente da companhia eram compostos de 39% de remuneração fixa e benefícios e 61% de remuneração variável (participação nos resultados de acordo com as metas financeiras e conforme o valor médio alcançado pelas ações da Vale). Desde 2019, o percentual passou a representar 75% dos honorários do presidente e dos diretores executivos. Esse modelo concatena diretamente os ganhos dos gestores aos interesses do mercado, favorecendo que incorporem os interesses particulares à lógica e aos discursos do mercado, desvinculando-se de sua posição de empregado.

Por trás da aparente neutralidade, é preciso que compreendamos os fundamentos e as características desse poder que evoluiu consideravelmente no tempo. [...] Entre as

direções, cada vez mais submetidas à pressão dos acionistas, e o enquadramento que tenta inventar mediações entre lógicas contraditórias, o poder gestor fica obscurecido. Torna-se difícil identificá-lo por causa da distância crescente entre, de um lado, sistemas de organização complexos, reticulares (em rede), transnacionais, virtuais e, por outro lado, os indivíduos encarregados de pô-los em prática (GAULEJAC, 2007, p. 37).

No capitalismo financeiro informacional, enquanto a propriedade dos meios de produção se torna difusa e despersonalizada, a gestão das empresas é personificada em torno desses executivos, ovacionados pelos lucros que entregam e pelo valor das ações das empresas que administram. Por trás dos pregões eletrônicos, que permitem comprar e vender ações instantaneamente de qualquer lugar do globo, existem grandes fundos de investimento em busca de rentabilidades crescentes e contínuas, *holdings*⁴, conglomerados financeiros e uma infinidade de pessoas físicas que movimentam ações de empresas, até sem conhecê-las. A economia mundial tornou-se um imenso cassino *online*, interligado em tempo integral a bolsas de todo o planeta, mas descompromissado com os efeitos reais sobre o trabalho e sobre a vida cotidiana das pessoas e das localidades. “A mundialização, associada à informatização das Bolsas, transforma o mundo em um vasto cassino, no qual a lógica da rentabilidade financeira se impõe às estratégias de produção e às políticas econômicas dos Estados” (GAULEJAC, 2007, p. 45). Essa lógica governa a sociedade como um todo, a economia, as relações sociais e afetivas, a política, a filosofia, as epistemologias, as ciências e assim por diante.

Na última década, a Vale teve responsabilidade direta por dois crimes socioambientais de grandes proporções envolvendo rompimento de duas barragens de rejeitos de minério de ferro no estado de Minas Gerais: em 2015, a barragem de Fundação da Mina de Germano da Samarco, uma subsidiária da Vale e da BHP Billiton, em Mariana e, em 2019, a barragem B1 da Mina de Córrego de Feijão em Brumadinho. Apesar do desastre socioambiental provocado pela ação criminosa da empresa contra as comunidades locais, o meio ambiente e os trabalhadores, contraditoriamente, a Vale não sofreu qualquer prejuízo a médio ou longo prazo em suas operações ou negócios, muito pelo contrário, a empresa multiplicou seu valor de mercado (Anexo 13).

No rompimento de Fundão em Mariana, em 2015, a Vale esteve envolvida não somente como sócia-proprietária da Samarco, mas também como corresponsável. A Vale utilizava a mesma barragem para deposição de rejeitos de operações próprias da Mina da Alegria de Ouro Preto, vizinha à mina de Germano. Segundo acusação do Ministério Público Federal (2016a), o uso compartilhado da barragem teria sido mal dimensionado pelas empresas, sobrecarregando

⁴ *Holding* é uma empresa controladora de outras empresas – detentora do montante majoritário das ações de uma companhia – e como tal, frequentemente, não produz bens e serviços.

a estrutura e ocasionando o colapso das estruturas de contenção. A Vale, no entanto, conseguiu relativizar os impactos diretos sobre sua imagem e seus negócios, valendo-se da afirmação de que não tinha participação direta na gestão operacional da Samarco e que o uso da barragem de Fundão era previsto em um contrato entre as duas mineradoras.

O presidente da Vale à época, Murilo Ferreira, raríssimas vezes se pronunciou publicamente sobre o ocorrido, com exceção de uma entrevista coletiva realizada em Mariana onde estiveram os presidentes das três empresas (Samarco, Vale e BHP Billiton), a aparição pública na assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) – proposto pelas empresas ao Governo Federal e Advocacia Geral da União no qual propunham a criação de um fundo para a gestão das medidas de compensação e ressarcimento, a Fundação Renova – e uma entrevista para o livro-reportagem da jornalista Cristina Serra (SERRA, 2018) depois de ter deixado a presidência da mineradora. Fora isso, as manifestações da Vale sobre Mariana se deram por notas oficiais enviadas à imprensa e publicadas em seus canais de comunicação oficiais.

Em 25 de janeiro de 2019, sob a gestão de Fábio Schvartsman, outra barragem de rejeitos de minério de ferro foi rompida: a barragem B1 da mina de Córrego do Feijão em Brumadinho. Dessa vez a estrutura pertencia a própria Vale, matando 270 pessoas (272 considerando duas grávidas entre as vítimas), entre elas trabalhadores da mina – entre próprios e terceiros –, população à jusante da barragem e turistas que estavam em uma pousada atingida pela lama. No rompimento de 2019, diferentemente do que aconteceu em 2015, a Vale era a única responsável pelas operações da barragem, não seria possível adotar o mesmo formalismo e distanciamento do rompimento anterior. Numa estratégia completamente oposta à adotada pela Samarco e pela gestão de Murilo Ferreira, o então presidente Fábio Schvartsman e outros diretores da companhia no período foram reiteradamente a público através de coletivas de imprensa, entrevistas jornalísticas e vídeos institucionais publicados nas redes sociais da companhia – e alguns compartilhados pela mídia televisiva – produzindo a sua própria narrativa do ocorrido. Somado a isso, uma reportagem do jornal Brasil de Fato (DOTTA, 2019) apurou que, ao longo de 2019, a Vale adotou uma estratégia publicitária de centenas de milhões de reais na qual “protagonizou outra ‘onda’ ao longo dos meses seguintes: a midiática. A mineradora colocou no ar excessivas propagandas de TV, rádio, YouTube, *Google Ads* e jornais para dar a sua visão dos fatos”. Entre os canais jornalísticos pagos com anúncios milionários da Vale estão Rede Globo, Google, Rádio CBN, Rádio Itatiaia e Rádio Alvorada, jornal O Estado de Minas e O Tempo. Em alguns desses canais, os anúncios da Vale possuíam chamada e texto jornalístico e não eram identificados como conteúdo publicitário pago, com finalidade de serem

incorporados como parte da pauta jornalística desses veículos (DOTTA, 2019). Outro aspecto importante na produção discursiva sobre o rompimento da B1 foram os depoimentos de executivos e técnicos da Vale nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) no Poder Legislativo Estadual e Federal: Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. O então-presidente, Schvartsman, compareceu nas duas instâncias federais, mas ausentou-se na convocação da ALMG mediante habeas corpus do Supremo Tribunal Federal (STF) que lhe concedeu presença facultativa às CPIs (G1 MINAS, 2019).

Em agosto de 2020, um ano e meio depois, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou Ação Civil Pública à 1ª Vara Federal de Belo Horizonte, com base em documentos reunidos e no relatório da CPI do Senado, a acusação de que gestores da Vale tinham conhecimento dos problemas estruturais da barragem desde 2003.

Esse pleito decorre da constatação de que, apesar do que afirma publicamente, a VALE S.A. desenvolveu, ao longo do tempo, **uma cultura interna de menosprezo aos riscos ambientais e humanos**, decorrentes da atividade que desempenha, permitindo-se, **sistematicamente**, apropriar-se do lucro das suas operações, ao mesmo tempo em que externaliza, para a sociedade, os riscos e efeitos deletérios de seu comportamento, em uma verdadeira situação de **irresponsabilidade organizada**. Embora as manifestações mais visíveis desse comportamento sejam os desastres de Mariana e Brumadinho, esta petição apresenta evidências de que **essa conduta está disseminada na cultura institucional** da ré, conforme se depreende da situação de risco de diversos outros empreendimentos de sua responsabilidade. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2020, grifo nosso).

Na denúncia, o MPF afirmou que as causas dos dois crimes, em Mariana e em Brumadinho, foi uma cultura interna de irresponsabilidade organizada orientada por um modelo de apropriação sistemática dos lucros cujos prejuízos e danos são lançados à sociedade, apesar de publicamente a empresa declarar o contrário do que pratica. É dessa forma que tanto o papel do poder gerencialista, enquanto um conjunto discursivo que molda práticas organizacionais, que se torna um eixo central.

Ainda que os dois rompimentos tenham tido grande repercussão na mídia nacional e internacional, as consequências da “cultura interna de menosprezo aos riscos ambientais e humanos” não tiveram início em 2015. Muito antes a companhia já possuía um histórico de envolvimento direto em outros conflitos sociais e ambientais nas localidades onde possui atividades de exploração (FERNANDES; SUDRÉ; PINA, 2019). Alguns deles com repercussões locais ou em mídias ligadas aos movimentos sociais e a organizações não governamentais (ONG), mas sem grande veiculação na mídia de massa nacional, com uma relação histórica de parceria publicitária com a Vale (DOTTA, 2019).

Um amplo estudo internacional, coordenado pela economista Beatriz Saes (SAES et al., 2021) com a colaboração de pesquisadores e organizações não governamentais de diferentes países, reuniu mais de trinta crimes e conflitos graves diretamente relacionados com as operações da Vale, no Brasil e em outros 27 países. Dentre os crimes se destacam:

[...] violações de direitos humanos, processos de licenciamento ambiental e compensações questionados, multas ambientais não pagas, danos irreversíveis ao meio ambiente e destruição do modo de vida de populações indígenas e tradicionais [...] que mostram como as negligências, o descaso e a insegurança, sentidos pelas populações afetadas pelas tragédias de Brumadinho e Mariana, são reproduzidos sistematicamente pela Vale (SAES, 2019).

No estado do Pará, dentro da Amazônia Legal, embora muito pouco veiculados pela mídia nacional, os crimes da Vale são reiterados e se arrastam há décadas, tanto envolvendo a implantação, operação e logística das minas S11D e Carajás – a maior complexo de exploração de minério de ferro a céu aberto do mundo –, quanto pelo envolvimento nos crimes socioambientais e violações dos direitos humanos envolvendo a Norte Energia, proprietária da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da qual a Vale é uma das sócias (BARCELLOS, 2021b; PRIETO, 2017). Em maio de 2021 a Assembleia Legislativa do Pará abriu uma CPI para investigar indícios de atuação criminosa da Vale no estado em aspectos ambientais, sociais e fiscais (BARCELLOS, 2021a).

O histórico de práticas e denúncias reiteradas de violências e ameaças ao meio ambiente e sociedade por parte da Vale demonstra que cada desastre imposto de forma criminosa a uma localidade não pode ser analisado isoladamente, seja em seus condicionantes específicos ou simplesmente nas responsabilidades técnicas ou operacionais de trabalhadores ou agentes públicos dessas localidades. O rastro de desastres que a mineração deixa nos territórios onde se descobrem riquezas subterrâneas tem a mesma idade que a colonização (ACOSTA, 2016; ARÁOZ, 2020; DILGER; LANG; PEREIRA FILHO, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2020a; SVAMPA, 2019). Por essa razão, mais do que pensar a Vale em seus discursos localizados e específicos, é fundamental analisá-la a partir dos discursos que fundamentam sua gerencialização, enquanto um modo de exercício do poder gerencialista. O estudo de entrevistas de presidentes da Vale neste período possibilita compreender como a colonialidade atua na perpetuação e atualização de modelos coloniais de forma a produzir genocídios, ecocídios e epistemicídios no Brasil e na América Latina.

Para isso, é central compreender a herança colonial do trabalho de articular os interesses do colonizador junto ao colonizado. Porém, é uma posição que ganha novas facetas, conforme os modelos de acumulação do capital se configuram nos contextos em que esses trabalhadores

são contratados com a tarefa de fazer funcionar modelos exploração. Ao longo da história essa atividade profissional, historicamente prestigiada e bem remunerada pelos donos do capital, ganhou diferentes roupagens. Segundo José Justo (em comentários nesta tese):

Os "capatazes" até pouco tempo eram os administradores dos proprietários rurais; os "feitores" administravam historicamente os portos e outros serviços (também era a denominação dada aos encarregados de castigar os escravos); o "gerente" é uma figura de mediação ainda bastante presente nas organizações; o "capanga" (numa de suas versões é o mediador entre o garimpeiro e comprador de ouro); o "jagunço" são mediadores no uso da violência na relação entre proprietário e trabalhador; a figura do "gato" agenciador de boia fria também pode ser catalogada nessa mediação, dentre tantos outros. A herança colonial traz consigo essas figuras de "gestores" baseadas na opressão, na violência e na inferiorização dos trabalhadores. No caso dos gestores das mineradoras a inferiorização recai sobre todo o país, os investidores fazem o que bem entendem (JUSTO, 2022).

No caso dos CEOs, presidentes de grandes corporações transnacionais, a performance exigida inclui articular interesses do mercado junto a governos, trabalhadores técnico-operacionais, organizações parceiras, mídia e sociedade civil. Isso é mais evidente em contextos de crise cujas práticas e a viabilidade do negócio são questionadas pela sociedade, ameaçando a continuidade do exercício do poder e a perpetuação do sistema colonial de acumulação de capital. Raúl Zibechi e Decio Machado, ao analisarem o avanço do neocolonialismo nos países da América Latina/Abya Yala durante as duas primeiras décadas do século XXI, afirmaram que

a divisão da classe dominante entre proprietários e gestores pode ter sido um fator que tenha agravado as recentes crises econômicas ao introduzir fatores de caos no sistema financeiro. [...] Os gestores de empresas privadas atuam em representações dos grandes proprietários, o um por cento mais rico e poderoso do mundo, ocupando lugares chave na arquitetura do poder global. [...] têm em comum o fato de não serem proprietários [...] enfrentam os inimigos e quando as coisas se lhes complicam, podem contar com certa neutralidade do Estado (ZIBECHI; MACHADO, 2017, p. 44).

A gestão é um sistema de técnicas de organização do poder, destinado a racionalizar e otimizar seu exercício. É, portanto, uma prática social constituída na inter-relação entre elementos que potencialmente podem tornar-se eventos: linguagem e outras semioses, elementos materiais, posições objetivas das relações sociais e institucionais, tempos e espaços organizacionais (RESENDE, 2019). A gestão ou o gerencialismo é uma potencialidade, só existe enquanto prática social, no exercício instrumentalizado de uma articulação entre a estrutura social (com seu propósito macropolítico: ideológico e hegemônico) e o evento social (a materialização do poder no plano micropolítico através do texto).

O presidente de uma grande companhia como a Vale possui um poder gestor, uma potência de transformar estrutura em evento, materializando a ideologia hegemônica do mercado. Para isso, precisa performar – linguística e semiologicamente – intermediando poderes econômicos, políticos e simbólicos. Quanto maior é o capital financeiro e a

representatividade da empresa no desempenho econômico do país, maior o *status* e as condições de fazer circular discursos.

Sob a influência dos estudos do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) – giro decolonial – sobre os estudos críticos do discurso, consideramos que a estrutura a partir da qual as práticas sociais produzem eventos sociais, são baseadas no sistema mundo moderno-colonial. Isso significa que o poder gestor dos presidentes de grandes corporações é exercido enquanto prática para transformar a ideologia hegemônica da colonialidade em eventos de dominação e colonização dos corpos e territórios. Por essa razão, a proposta desta pesquisa é analisar vídeo-entrevistas de dois ex-presidentes da Vale da última década, Murilo Ferreira e Fabio Schvartsman, a partir de uma análise crítica desde a América Latina/Abya Yala. Isso não significa desconsiderar o pensamento produzido por autores e autoras dos países centrais, mas decompô-los à luz dos processos históricos e políticos da América Latina/Abya Yala e do Brasil, maliciá-los, estabelecendo uma geopolítica do conhecimento a partir de saberes de fronteiras que se encruzilham, e não se sobrepõem.

Antes de prosseguirmos, é importante justificar nossa escolha terminológica por “desastre” para nos referirmos aos crimes cometidos pela Vale, pela Samarco e pela BHP. Em primeiro lugar, é preciso conceituar desastres como eventos que interrompem ou interferem de forma abrupta no funcionamento de uma comunidade, podendo ter causas naturais ou humanas. A palavra desastre tem origem no termo latino *dis astro*, que traz a ideia de um infortúnio grande ou inesperado, calamidade e colapso. A partir dessa conceituação o termo se abre para uma compreensão em pelo menos três dimensões: ambiental, sociológica e psicológica. Do ponto de vista ambiental, ao afetar o habitat o desastre interfere nos ciclos naturais, muda a dinâmica dos ecossistemas e compromete a sobrevivência de espécies e seus modos de vida. Na perspectiva sociológica, o desastre afeta as relações humanas e as formas de organização da sociedade, sua cultura, economia, trabalho, hábitos, fluxos migratórios etc. Na dimensão psicológica, os desastres são traumas sociais com consequências para a experiência subjetiva de uma coletividade, pois excedem os recursos materiais e imateriais de resposta disponíveis na comunidade. Por essa razão, embora entendamos que esses desastres não são acidentais, mas criminosos, consideramos que o uso do termo “crime” restringiria a discussão à materialidade jurídica de cada desastre, diferente do sentido amplo e sistêmico a partir do qual o entendemos em nossas análises.

Percursos que antecederam este trabalho

O meu primeiro contato com comunidades atingidas por barragens foi em 2004, por ocasião do trabalho de conclusão da graduação em Psicologia com pescadores da comunidade sul-mato-grossense de Nova Porto XV, distrito de Bataguassu (MS), desalojada pela barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Sérgio Motta de Porto Primavera, no Rio Paraná, construída entre os municípios de Rosana (SP) e Batayporã (MS). Esse trabalho foi desenvolvido a partir de um estágio extracurricular que realizei no IBAMA em Bataguassu (MS), em um projeto que visava organizar pescadoras e pescadores artesanais atingidos pela barragem em uma cooperativa de piscicultura para cultivo de peixes em cativeiro, uma vez que a formação do lago havia causado a extinção de grande parte das espécies de pescados de água corrente que eram tradicionais no Rio Paraná e possibilitavam a sobrevivência da comunidade. O objetivo do IBAMA era convencer as pescadoras e pescadores a exigirem da Companhia Energética de São Paulo (CESP), responsável pela barragem, o fornecimento de recursos e infraestrutura para produção em larga escala e comercialização de pescados, a partir da disposição de tanques dentro do lago, ao longo da orla fluvial do distrito. O projeto foi amplamente criticado pelos pescadores, pois contrariava aspectos culturais e simbólicos que constituíam a cosmologia a partir da qual a comunidade se relacionava com o rio, com os peixes e com a natureza. A proposta do IBAMA foi se mostrando profundamente colonizadora e autoritária em relação às expectativas e desejos das ribeirinhas e ribeirinhos. Em solidariedade e respeito à decisão da comunidade, desvinculei-me do estágio no IBAMA e permaneci participando de outras ações e encontros promovidos pelas/os pescadoras/es da vila.

A partir do relacionamento construído com a comunidade e do contato com as memórias do território submerso, fui construindo com as pescadoras e pescadores o interesse de registrar essas histórias. Desse desejo compartilhado surgiu a proposta de pesquisa do mestrado, no qual ingressei em 2005, no ano seguinte à conclusão da graduação. Durante o mestrado, sem bolsa, iniciei minha atividade docente como professora de Psicologia Social no curso de Serviço Social em uma universidade privada de Presidente Prudente. Essa experiência foi muito importante para me inserir em debates teóricos e epistemológicos sobre as políticas de Assistência Social, principalmente à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o, então, recém-criado Sistema único de Assistência Social (SUAS), de 2003. Essa experiência no curso de Serviço Social, possibilitou problematizar aspectos técnicos das políticas públicas direcionadas à comunidade de Nova Porto XV, onde fazia a pesquisa, além de provocar questionamentos sobre o papel do fazer-psicológico dentro das políticas assistenciais. Também

atuei, neste período, como consultora em alguns projetos pontuais em Psicologia Organizacional e do Trabalho, sobretudo, com treinamentos e oficinas socioeducativas.

Minha pesquisa de mestrado foi construída a partir do trabalho etnográfico e de história oral das narrativas contadas em conversas informais nas calçadas e na beira do reservatório pelas pescadoras e pescadores ribeirinhos de Nova Porto XV. Essa pesquisa me possibilitou registrar tradições orais, tensões e resistências existentes no processo de desapropriação pela CESP (Companhia Energética de São Paulo). Embora, na época, eu ainda não conhecesse os estudos pós-coloniais e decoloniais, minha relação com a comunidade foi construída a partir do desejo de aprender com os saberes orais transmitidos nas “histórias de pescadores”, especialmente, nas críticas que essas narrativas continham ao discurso hegemônico do progresso e à modernização imposta à comunidade pela construção da barragem. Foi nessa posição de aprendiz que realizei minha dissertação intitulada “Histórias de pescadores: memórias de vidas submersas” (DUARTE-ALVES, 2007). Dessa pesquisa resultaram quatro publicações: um capítulo de livro (DUARTE-ALVES; JUSTO, 2007) e três artigos em periódicos (DUARTE-ALVES; JUSTO, 2009; 2011a; 2011b).

Os relatos dolorosos da comunidade sobre as violências do processo de desalojamento e a forma perversa e autoritária das ações assistencialistas que visam desenvolver e modernizar o distrito provocaram-me a sensação de impotência e questionamentos sobre a relevância da minha pesquisa. Na ocasião, eram extremamente escassos os estudos e práticas da psicologia junto aos atingidos por barragens e vítimas de desastres/crimes socioambientais. Por essa razão, precisei de um período de afastamento acadêmico para significar o papel da minha pesquisa para a história coletiva daquela comunidade, principalmente diante da sensação de impotência causada pela realidade de injustiças, violências, lutas e perdas coletivas. A maturidade profissional e, principalmente, o contato com os estudos decoloniais, possibilitaram-me compreender a importância de minha pesquisa ter se construído por demanda e permanecido como aliada aos desejos manifestos pela comunidade naquele momento, recusando-me a impor intervenções ou práticas “salvadoras” ou “desenvolvimentistas”. Essa compreensão me permitiu ressignificar minha dissertação e entender o papel anticolonial e de resistência que minha pesquisa teve para aquelas pescadoras e pescadores naquele momento de violências tão profundas.

Em 2008, após a conclusão do mestrado, retornei ao Mato Grosso do Sul, meu estado natal, com uma proposta de trabalho como docente que acabou se mostrando frustrada. Esse revés nos planos de atuação acadêmica levou-me a atuar como psicóloga contratada na Assistência Social do município de Ivinhema, especificamente, em uma unidade do Centro de

Referência da Assistência Social (CRAS) localizada no Bairro Triguenã, uma região que na época ficava afastada da área urbana do município, local onde psicólogos e assistentes sociais do município se recusavam a trabalhar. O bairro não possuía saneamento básico, iluminação pública ou pavimentação, ficava próximo à uma grande área de erosão natural que avançava sobre a parte mais baixa do bairro, exigindo – entre outras coisas – que viabilizássemos pelo município aluguel-social para famílias que viviam próximo à área de risco. A comunidade do bairro Triguenã era constituída especialmente por trabalhadores rurais boias-frias, de origem indígena e negra, que sobreviviam do trabalho informal e precarizado como diaristas nas lavouras de mandioca e em farinheiras da região.

Essa atuação com os trabalhadores rurais diaristas do Bairro Triguenã somada às experiências com treinamentos organizacionais acabaram intermediando o convite para estruturar a área de Recursos Humanos (RH) de uma multinacional que iniciava a implantação de duas usinas de açúcar e etanol na região, nos municípios de Angélica e Ivinhema. A proposta me interessou, pois dava-me autonomia para desenvolver ações internas com os trabalhadores, como também articular projetos com a comunidade local voltados à responsabilidade social, qualidade de vida, saúde e educação nos dois municípios. Atuei nesta empresa por 6 anos e meio na área de Desenvolvimento Humano e Organizacional, inicialmente responsável apenas da primeira unidade em Angélica, depois passei a responder como coordenadora regional pelas duas unidades, e, no último um ano e meio, como coordenadora corporativa de cinco unidades da empresa no Brasil. Nos primeiros quatro anos nessa empresa, minha atuação respondia a gestores regionais e tive autonomia para construir projetos de forma participativa com os trabalhadores e com a comunidade, mantendo a coerência com meus compromissos éticos e políticos. Neste período, também tive o meu primeiro filho, Miguel, atualmente com 12 anos.

As principais mudanças organizacionais ocorreram após a abertura de capital da empresa na Bolsa de Valores de Nova Iorque – New York Stock Exchange (NYSE) –, que culminou na criação de uma área de RH corporativa e na minha transferência para atuar nessa equipe responsável por políticas para cinco unidades da empresa, em quatro estados diferentes do país. Essa experiência corporativa ofereceu contato com os bastidores de uma empresa multinacional de capital aberto, com o cotidiano e exigências da gestão dos altos executivos, com a constante pressão da ameaça de queda no preço das ações e de adequação a padrões de governança impostos para que a empresa se mantenha “competitiva” na Bolsa de Valores, além da relação de vassalagem com os grandes fundos de investimento internacionais. Essa dinâmica de atender ao mercado foi, gradativamente, impondo padrões de governança globalizados, engessando e impossibilitando a manutenção de um diálogo crítico e transparente com as

comunidades locais dos municípios de atuação da empresa. O relacionamento e a comunicação passaram a ser regulados por estratégias que exigiam que naturalizássemos a existência de uma distância entre os conteúdos que eram tratados internamente nas reuniões de gestão e a maneira como esse conteúdo deveria ser apresentado através das práticas e das políticas aos diferentes públicos para favorecer a imagem da empresa e, conseqüentemente, no valor das ações. A impossibilidade de continuar atuando em conformidade com meus compromissos ético-políticos somada à entrada de executivas e executivos com visões opostas à minha, que passaram a desmontar e inviabilizar os projetos e ações constituídos com muito esforço e por muitas mãos ao longo dos primeiros anos, culminaram no meu pedido de demissão e decisão por retomar meus estudos para ingressar no doutorado e para retornar à docência e à atividade acadêmica.

Nunca tomei a experiência organizacional como um projeto definitivo de carreira. Durante esse período, permaneci em busca de uma reinserção profissional em uma cidade maior que me permitisse ingressar no doutorado e retornar a carreira acadêmica. Por não ter conseguido esse retorno acadêmico com a segurança de um novo emprego, decidi pedir demissão e buscar me inserir como aluna especial em programas de pós-graduação de ciências humanas e, assim, amadurecer meus interesses de pesquisa para concorrer às provas de doutorado. Neste período, engravidei do meu segundo filho, Raul, atualmente com 5 anos.

Embora a atuação na área de RH tenha me possibilitado desenvolver ações que considero importantes, foram os embates e os desafios ético-políticos que me levaram a problematizar conteúdos não explorados suficientemente na minha pesquisa de mestrado e a nomear algumas inquietações para compor o projeto de pesquisa do doutorado. Isso ficou mais evidente no final de 2015, poucos meses após minha saída da empresa, quando ocorreu o rompimento da barragem de Fundão da Samarco em Mariana, Minas Gerais. Neste período, desempregada e matriculada como aluna especial na Pós-Graduação de Geografia na UFGD, passei a acompanhar de forma detalhada a experiência de desalojamento e a luta por direitos da população atingida dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. Passei a pesquisar publicações de mídias alternativas, movimentos sociais e organizações não-governamentais que atuavam na região, também comparava esses conteúdos aos pronunciamentos oficiais das empresas – Samarco, Vale e BHP Billiton – e dos grandes veículos de imprensa. Conforme eu entrava em contato as histórias das famílias atingidas e acompanhava os desdobramentos do processo de indenização e reparação por parte das empresas, reconhecia a repetição da mesma lógica que presenciei na minha pesquisa de mestrado com os atingidos pela barragem da UHE de Porto Primavera de Nova Porto XV.

Porém, naquele momento, ganhava muito mais relevo em minhas análises as estratégias adotadas pelas empresas e os discursos presentes nas falas oficiais dos gestores. O fato de conhecer o cenário corporativo pelo lado de dentro, de ter experimentado a dinâmica organizacional e as pressões do mercado em relação às empresas de capital aberto, dava-me a certeza da necessidade de realizar uma análise crítica sobre essas práticas de gestão e sobre a relação dos desastres com as estratégias organizacionais.

1. OBJETIVOS

1.1. Objetivo Geral

Analisar a relação entre a Modernidade/Colonialidade e o discurso gerencialista manifesto pelos representantes das corporações extrativistas produtoras de desastres a fim de compreender, desde a América Latina (ou Abya Yala, terra promissora e rica, palavra da língua do povo Kuna que vem sendo adotada pelos povos originários latino-americanos em contestação à denominação imposta pelos colonizadores), as racionalizações e modos de subjetivação que legitimam a produção de ecocídios, genocídios e epistemicídios pela dinâmica política e econômica global.

1.2. Objetivos Específicos

- Compreender a história política da Vale S.A., a sua relação com a herança colonial do comércio extrativista na América Latina/Abya Yala e com as dinâmicas econômicas e políticas globais.
- Situar o papel da Vale na dinâmica social e política do Brasil da última década, passando pelas disputadas discursivas e simbólicas dos diferentes segmentos da sociedade brasileira.
- Compreender a influência dos processos políticos nacionais e da colonialidade, imposta pelos interesses do mercado, nos modelos de gestão da Vale S.A. e no exercício do poder gestor pelo corpo diretivo da organização.
- Analisar as racionalizações acerca dos desastres e os modos de subjetivação decorrentes da atividade mineradora e sua relação com os novos modos globais de acumulação de capital, identificando como o discurso gerencialista incorpora os desastres à lógica do mercado de desempenho e performance.

2. APORTES TEÓRICOS

2.1. Modernidade, Colonialismo e Colonialidade

“O colonialismo visível te mutila sem disfarce: te proíbe de dizer, te proíbe de fazer, te proíbe de ser. O colonialismo invisível, por sua vez, te convence de que a servidão é um destino, e a impotência, a tua natureza: te convence de que não se pode dizer, não se pode fazer, não se pode ser.”
(Eduardo Galeano, O livro dos abraços, 2015, p. 157)

A Modernidade é resultado de um posicionamento epistemológico, ontológico e ético da Europa como centro universal, inaugurado a partir da instituição de uma representação da chegada à América/Abya Yala como “descoberta” de um “Novo Mundo” (DUSSEL, 1993; BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020). A concepção de descobrimento é fundamentada numa ontologia de encobrimento do “outro” pelo “eu”, uma relação de posse a partir da qual a existência da América/Abya Yala é legitimada e validada pela existência Europa e subordinada à sua condição de saber, ser e poder. Em nome do direito de domínio político, econômico e simbólico sobre o restante periférico do planeta, o homem branco-europeu se autoproclama como “universal”, sujeito ontológico totalizado e redundante, baseado na máxima cartesiana do “*cogito, ergo sum*”, a partir da qual a existência e pensamento do “eu” é pré-condição para a existência de todos os “outros”, subalternos e periféricos (HIDDLESTON, 2021). A produção de uma valorização do mundo a partir “eu” é sustentada na construção de um ideal de branquitude e de supremacia branca (BENTO, 2022) a partir da qual toda diferença é racializada, centralizando a branquitude como norma, como universal. As raças são, portanto, produtos da Modernidade/Colonialidade com finalidade de justificar a exploração colonial de corpos, territórios e epistemes. Essa relação epistemológica, ontológica e ética entre Modernidade e Colonialidade é o motivo pelo qual pensadores decoloniais latino-americanos como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo e outras(os) defendessem o uso do termo de forma conjugada Modernidade/Colonialidade (M/C) enfatizando a relação indissociável entre ambos, sendo reconhecidos como Grupo Modernidade/Colonialidade.

O advento da concepção de “descoberta” de mundos e seres “vazios”, “selvagens” e “virgens” – como “quadros em branco” à espera de serem preenchidos – criou o homem moderno sustentado na figura do explorador de oportunidades. Não tardou para que o “negócio” de se apropriar das riquezas dos povos “não-modernos” e “selvagens” – fosse pelo tráfico direto ou pela pirataria – acirrasse as disputas econômicas e de poder entre povos da Europa Latina e

Anglo-Saxônica, estendendo a lógica colonial centro-periferia também para o mundo antigo e já conhecido, África e Ásia.

[...] Colombo, como dissermos, é o primeiro homem “moderno”, ou melhor, é o início de sua história. É o primeiro que “sai” oficialmente (com “poderes”, não mais um viajante clandestino como muitos de seus antecessores) da Europa latina – antimuçulmana – para iniciar a “constituição” da *experiência existencial* de uma Europa ocidental, atlântica, “centro” da história. Esta “centralidade” será depois *projetada* para as origens: de certa maneira, no mundo da vida cotidiana (Lebenswelt)” do europeu: a Europa é “centro” da história desde Adão e Eva, os quais também são considerados europeus, ou, pelo menos é considerado como um mito originário da “europeidade”, com exclusão de outras culturas (DUSSEL, 1993, p. 32).

Simbolicamente, o homem moderno – inaugurado pela figura de Colombo – é um conquistador euro-centrado, que parte do centro universal para “benevolentemente” modernizar mundos “selvagens”, como promessa de redenção aos “outros” não-humanos, não-modernos. Para sustentar a Europa como centro universal, a modernidade produziu uma ilusão de origem da cultura, do pensamento e da arte, apropriando-se da religião, da arte e do pensamento africano e asiático pré-moderno, uma ocidentalização da história e da cultura, desde a Bíblia com seus personagens até as civilizações africanas (como os egípcios) e asiáticas (como os povos mesopotâmios e os judeus) foram europeizadas (DUSSEL, 1993, 2005).

A chegada à América, portanto, não foi um encontro entre mundos com existências legítimas e equivalentes, como até então se davam as relações geopolíticas no mundo conhecido circunscrito entre Europa-Ásia-África. Segundo Dussel (1993), a Modernidade inaugura uma relação com um “outro esvaziado”, cuja existência não é legítima em si, mas condicionada à existência do “eu universal/moderno-europeu” que possui o poder de validá-lo em um ato de “benevolência”, “caridade” ou “piedade”. A Modernidade transformou em valor moral – em “bem” – o poder-colonial, no qual o centro tem direito absoluto sobre a periferia, relação em que “colônia” e “colonizado” só existem enquanto “entes de direito” à medida que orbitam de forma periférica e dependente deste centro universal, saciando as necessidades da “metrópole” (QUIJANO, 2002, 2005).

Em 1867 quando publicou pela primeira vez a obra *O Capital*, Karl Marx (2013) relacionou a colonização baseada na exploração territorial de minérios da América Latina/Abya Yala e na exploração do trabalho escravizado de populações da África como condição fundamental para o advento do sistema de produção capitalista.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza **a aurora da era da produção capitalista**. (MARX, 2013, p. 533).

Ainda que Marx reconhecesse a exploração colonial como um elemento associado ao capitalismo, no atual sistema-mundo é, no mínimo, um equívoco. Isso porque a menção ao sistema “capitalista” é associada imediatamente à dimensão “econômica”. Porém, a matriz de poder colonial possui múltiplas e enredadas constelações, das quais o “capitalismo” é apenas uma expressão desse “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu”. Desse modo, “destruir os aspectos capitalistas do sistema-mundo não seria suficiente para destruir o actual sistema-mundo. Para o transformar seria essencial destruir um todo histórico-estrutural heterogêneo a que se chama a matriz de poder colonial do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 125). A essa sustentação do capitalismo, que constitui um sistema-mundo, chamamos Colonialidade. Um processo que condiciona a integração ao sistema-mundo moderno a partir da América Latina/Abya Yala da assimilação ontológica do eurocentrismo e, consequentemente, de uma incorporação da posição epistemológica periférica, dependente e submissa.

A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. [...] Eu uso a palavra “colonialismo” para me referir a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial, como é o caso do período do colonialismo clássico, e, [...] uso a designação “colonialidade” para me referir a “situações coloniais” da actualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista. [...] Cinco séculos de expansão e dominação colonial europeia criaram uma divisão internacional do trabalho entre europeus e não-europeus, que se encontra reproduzida no que se chama a actual fase “pós-colonial” do sistema-mundo capitalista (GROSFOGUEL, 2008, pp. 126–127).

A colonialidade está presente na formação social e política do Brasil, inclusive na denominação do povo como “brasileiro” e não “brasiliano” ou “brasileño”. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2020a, 2020b) relacionou o sufixo “-eiro” à matriz de poder colonial, uma vez que “brasileiros” eram os traficantes que exploravam pau-brasil para vender na Europa.

Dizer colonialidade não é o mesmo que dizer colonialismo. Não se trata de uma forma decorrente nem antecedente da modernidade. Colonialidade e modernidade constituem duas faces de uma mesma moeda. Da mesma maneira que a revolução industrial europeia foi possível graças às formas coercivas de trabalho na periferia, as novas identidades, direitos, leis e instituições da modernidade, de que são exemplo os Estados-nação, a cidadania e a democracia, formaram-se durante um processo de interacção colonial, e também de dominação/exploração, com povos não-ocidentais (GROSFOGUEL, 2008, p. 125).

Cabe uma diferenciação conceitual mais profunda sobre "modernidade", e "modernização". Como apresentamos anteriormente, concordamos com a definição de Norbert Lechner (1990) que entende a modernidade como uma racionalidade normativa (democracia, direitos humanos etc.), enquanto a modernização como uma racionalidade técnico-instrumental

(cálculos de custo/benefício manifestado na eficácia, produtividade, competitividade etc.), uma só pode ser compreendida a partir da outra. Por isso, o conceito de "modernidade" não é suficiente para compreender as especificidades da Modernidade/Colonialidade, mesmo dentro da Europa. O caso da América Latina/Abya Yala a situação é ainda mais complexa. Segundo José Justo (2022), a "modernidade", da forma como Berman (2007) a conceitua, nunca foi uma experiência dos povos latino-americanos, nem mesmo dos europeus (invasores, colonizadores e colonos) instalados aqui. A face da modernidade que se apresentou à América Latina foi e tem sido através de uma modernização colonial, profundamente contraditória e desencadeadora de colapsos.

Segundo Denis Castilho (2011, p. 129), a “modernização é um projeto da modernidade feito a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade”. Giddens (1991) defendeu que a modernidade produz desencaixes nas relações sociais, a dissociação entre tempo e espaço, gerando mudanças radicais sobre valores tradicionais. A modernização, com suas tecnologias, engendra “espaços vazios”, desencaixando as comunidades tradicionais com fortes ligações com os locais (encaixadas em tempo e espaço) a uma nova dinâmica mundializada (CASTILHO, 2011) que impõe um novo habitar do capital que não cabe seres humanos ou não-humanos da natureza (FERDINAND, 2022). Em nome de modernizar, progredir, desenvolver a racionalidade técnico-instrumental inventa meios de legitimidade para o genocídio, o ecocídio e o epistemicídio, que marcada na memória da Abya Yala desde a chegada dos europeus (ARÁOZ, 2020; DILGER; LANG; PEREIRA FILHO, 2016).

A Modernidade/Colonialidade é, segundo Maldonado-Torres (2020), uma catástrofe metafísica, que leva à naturalização do combate, transformando corpos, territórios e epistemes em zonas de guerra perpétuas sob contínua violência e sob um “dualismo maniqueísta” que institucionaliza a guerra entre o bem (colonizador) contra o mal (colonizado). A catástrofe metafísica e o paradigma de guerra são concebidos a partir de formas particulares de saber, ser, poder e subjetividade.

É somente em virtude da articulação de formas do ser, poder e saber que a Modernidade/Colonialidade poderia sistematicamente produzir lógicas coloniais, práticas e modos do ser que apareceram, não de modo natural, mas como uma parte legítima dos objetivos da civilização ocidental moderna. Colonialidade, por isso, inclui a colonialidade do saber, a colonialidade do poder e a colonialidade do ser como três componentes fundamentais da Modernidade/Colonialidade. (MALDONADO-TORRES, 2020).

Para isso, a racionalidade normativa da Modernidade/Colonialidade usa estrategicamente do aprofundamento das oposições dualistas e binárias, das dicotomias, das contradições: antigo/novo, tradicional/moderno, centro/periferia, bem/mal. Assim, o

colonizador reduz as possibilidades de explicação da realidade, desvia a atenção e impede as sociedades colonizadas “de ser o que ela guarda em potência” (CASTILHO, 2011, p. 132). Horacio Aráoz (2020) chamou o aprofundamento da experiência dos contrastes como “Princípio de Potosí” – em referência à região da Bolívia onde teve início a exploração mineral na Abya Yala (América Latina) – onde a ostentação da vida de luxo e abundância dos colonos era imposta como um espetáculo que contrastava com a miséria e a fome dos trabalhadores colonizados, uma estratégia de poder que visava causar vergonha, inveja e fascínio. A Modernidade/Colonialidade é “uma luta de morte entre o Bem e o Mal. Se o conflito social é visto como enfrentamento entre o Bem e o Mal, não existe compromisso possível e somente a exterminação do herege permite restabelecer a boa ordem” (LECHNER, 1990, p. 84).

Diante da miséria produzida pela modernização neoliberal, compreendemos que a estratégia de modernização não é uma decisão técnica neutra. O problema não é apenas econômico. [...] Durante anos, a doutrina neoliberal justificou a exclusão social como um sacrifício transitório e a população compartilhou dessa nova fé no progresso, baseada em expectativas de recompensa. [...] A crise demonstra dramaticamente que o futuro escapa ao cálculo custo-benefício. Nem tudo é calculável e esta imprevisibilidade questiona a hegemonia de fato do mercado. (LECHNER, 1990, p. 80).

Enquanto um projeto europeu, a modernização foi – e continua sendo – imposta aos povos e territórios latino-americanos de maneira autoritária e vertical (CASTILHO, 2011). Segundo Milton Santos (2004b), a modernização da países da América Latina não podem ser compreendido como resultado de dinâmicas internas sociais, históricas e políticas próprias, mas a partir da relação com as eventualidades que caracterizam as demandas dos países industriais e financeirizados. Por isso, a modernização não é a saída para os problemas da América Latina, mas é a armadilha que sustenta a exploração colonial e a eliminação dos nossos corpos, territórios e epistemes.

2.2. Extrativismo Mineral na América Latina e as veias abertas dos desastres

“[...] o desabamento de uma grande pedra no poço vertical fez abater parte de suas paredes e fechou galerias, onde trabalhavam mais de cem operários. [...] Conta-se que durante alguns dias ouviam-se nas entranhas duríssimas da rocha os gemidos de muitas dessas vítimas soterradas pelos desmoronamentos. Frustrados todos os serviços de socorro, quando não houve mais esperança de salvar os vivos sepultados pela catástrofe por impossibilidade absoluta de atravessar a massa rochosa que os separava de fora, a solução mais humana que se encontrou para minorar os seus sofrimentos foi inundar a mina com as águas das máquinas exteriores e fazer perecer por asfixia os que teriam de morrer por inanição angustiosíssima. E estão enterradas naquele gigantesco túmulo de rocha as centenas dos minérios infelizes que encontraram a morte perfurando as entranhas

da terra para lhe aproveitar os tesouros” (Antônio Olinto dos Santos Pires apud Rafael de Freitas e Souza, 2015, p. 50)

A atuação criminosa das mineradoras não é um fenômeno recente e muito menos uma inovação da Vale. Voltemos, rapidamente, ao século XIX para memorar quatro desastres causados por práticas exploratórias da mineração no Brasil: pela *Brazilian Company Limited* – empresa extinta – em 1844 na Mina de Cata Branca em Itabirito; e três pela *Saint John Del Rey Mining Company* – atual *AngloGold Ashanti Brasil* – em 1857, 1867 e 1886 na Mina de Morro Velho em Nova Lima.

A Constituição de 25 de março de 1824, apesar de instituir uma ordenação jurídica de ruptura com o poder político do rei de Portugal, manteve o direito de propriedade do subsolo pertencendo à família real no Brasil (FREITAS E SOUZA, 2012). A primeira constituição foi omissa em estabelecer condições, obrigações ou restrições à exploração mineral por estrangeiros, deixando a cargo do imperador, de forma pessoal e absoluta, decidir sobre as autorizações de lavra das minas brasileiras. Até o final da década de 1830, dois decretos de D. Pedro I foram fundamentais para a vinda em massa de empresas estrangeiras para exploração dos minérios: em 1827 foi decretada a redução dos impostos reais sobre o ouro de 20% para 5%; e em 1829, houve a dispensa de autorização do imperador para brasileiros minerarem em terras próprias, sendo permitido para isso estabelecer sociedade com estrangeiros, sendo permitido que os estrangeiros possuísem até 99% das minas. Nos anos seguintes, “empreendedores” ingleses desembarcavam em massa no Brasil com representações de empresas de sociedade anônima em busca de brasileiros como sócios minoritários. Dessa forma, obtinham automaticamente o direito de exploração e comercialização dos minérios, especialmente ouro.

Segundo Rafael de Freitas e Souza (2012), no século XIX, ao contrário do que se propagava no senso comum, ainda existia muito ouro nas jazidas de Minas Gerais. A maior parte ficava a centenas de metros de profundidade, o que exigia tecnologias e sistemas de escavação e operações de alto risco. Os mineradores luso-brasileiros não dispunham de capital e tecnologia para extrair minérios nessas condições, por isso quando as minas a céu aberto se esgotavam, abandonavam as propriedades ou passavam as outorgas a preços irrisórios para os ingleses. De 1824 até o final do século XIX, Minas Gerais recebeu vinte companhias estrangeiras, a maioria de origem britânica (FREITAS E SOUZA, 2012, 2015). As maiores empresas estrangeiras na primeira metade daquele século eram a *Imperial Brazilian Mining Association*, a *Saint John Del Rey Mining Company* e a *Brazilian Company Limited*.

A *Brazilian Company* foi criada em 1833 após a aquisição da Mina Cata Branca em Itabirito, considerada à época uma das maiores jazidas de ouro encontradas em Minas Gerais. As operações da companhia na mina foram curtas, encerradas por um desastre de grandes proporções ocorrido em 1844, uma pedra desabou no poço vertical fechando a saída das galerias. Havia algumas centenas de trabalhadores no interior da mina, a maioria trabalhadores escravizados, que ficaram presos nas galerias subterrâneas. Segundo relatos da época, apesar da massa rochosa imensa que separava os prisioneiros do exterior, gritos de desespero e pedidos de socorro da multidão dos mineiros escravizados eram ouvidos ininterruptamente de fora da mina pela população de Itabirito. Para livrarem-se dos gritos aterrorizantes dos sepultados vivos pelo desastre, os gestores da mina resolveram inundar as galerias subterrâneas cheias de gente, “e fazer perecer por asfixia os que teriam de morrer por inanição angustiosíssima” (PIRES apud FREITAS E SOUZA, 2015, p. 50). Anos antes do crime da *Brazilian Company*, relatos de viajantes europeus que visitaram as instalações da mina denunciavam situações de negligência, falta de segurança e condições precárias de trabalho. O Conde de Suzannet esteve em Cata Branca no ano de 1842 e Francis de La Porte Castelnau, em 1843, ambos denunciaram o “padrão inglês” de administração dos trabalhadores da mina e dos serviços de extração.

Após o desabamento, a *Brazilian Company* encerrou suas atividades e a mina foi adquirida pela empresa inglesa *Saint John Del Rey Mining Company*, que em poucos anos tornou-se a maior produtora de ouro do Brasil e maior exportadora para a Inglaterra (FREITAS E SOUZA, 2012; SOUZA, 2004). A atuação da *Saint John Del Rey Mining Company* foi marcada pela imigração em massa de trabalhadores mineiros ingleses para as posições de administração das operações das minas no Brasil e comandarem trabalhadores e trabalhadoras escravizados buscando aumentar a produtividade. Estima-se que, em 1850, a *Saint John Del Rey Mining Company* – apenas na Mina de Morro Velho – usava da mão-de-obra 2500 pessoas divididos em dois turnos com operações 24 horas / 7 dias semanais. As atividades subterrâneas de maior risco e condições mais insalubres eram realizadas especialmente por pessoas de origem africana ou indígena, mulheres, homens e crianças.

Foi na Mina de Morro Velho, em 1857, que ocorreu o segundo desastre de grandes proporções registrado na história brasileira. O madeirame de sustentação desabou resultando na destruição de parte das galerias subterrâneas. Nos documentos da época não foi informado o número de vítimas afetadas neste desabamento. Porém, pelo número de trabalhadores subterrâneos da mina à época, estima-se que tenham morrido dezenas de trabalhadores escravizados, a ausência de repercussão na imprensa da época pode ter sido decorrente de não existirem trabalhadores ingleses entre as vítimas (FREITAS E SOUZA, 2012). As violências,

maus tratos e negligências dos gestores ingleses contra trabalhadoras e trabalhadores escravizados eram frequentes e graves. Uma carta de novembro de 1861, escrita pelo padre Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva ao imperador Pedro II (FREITAS E SOUZA, 2012) denunciava atos de impiedade, abusos e maus tratos contra os trabalhadores e trabalhadoras escravizadas e contra ele próprio pelo mais alto dirigente da companhia, James Newell Gordon, e outros administradores ingleses das minas.

Em 21 de novembro de 1867, ocorreu outro grande desastre registrado em Morro Velho decorrente do “padrão inglês” de mineração, um incêndio de grandes proporções que culminou em um desabamento que matou ao menos 21 trabalhadores escravizados e um empregado assalariado inglês (GROSSI, 1981; LIBBY, 1985). Dezenove anos depois, em 10 de novembro de 1886, outro desabamento teria proporções muito maiores.

[...] um imenso estrondo fez tremer Nova Lima e arredores, em Minas Gerais, como um terremoto anunciando o desmoronamento na Mina de Morro Velho. O sistema de escoramento feito de madeira cedeu, o que fez com que milhares de toneladas de minério desabassem soterrando centenas de trabalhadores ao longo dos 570 metros de profundidade da mina e bloqueando a sua entrada [...] A Saint John Del Rey não divulgou o número de mortos e os jornais da época não chegaram a um consenso sobre isso. É provável que tenham sido centenas de pessoas, já que na última estatística disponível antes do desastre, em 1884, havia 1.154 trabalhadores ocupados na mina (entre escravizados, trabalhadores livres e ingleses), que se dividiam em três turnos. Ainda hoje não se sabe o número exato de mortes nessa que foi uma das primeiras tragédias da mineração documentadas no Brasil. Antes, a mina já havia sido palco de dois grandes acidentes (TROCATE, 2020, pp. 21–22).

Após o soterramento de centenas de trabalhadores e trabalhadoras escravizadas não-brancas, a principal preocupação da imprensa local era os efeitos da paralisação da mina para a economia local (MILANEZ et al., 2019). Segundo Trocate e Coelho (2020, p. 22), “dentre as preocupações expostas no jornal O Constitucional estavam a preservação dos postos de trabalho, a situação dos comerciantes, que vendiam seus produtos à empresa, e a arrecadação decorrente das atividades da Morro Velho”.

A descoberta das imensas reservas de minério de ferro no período da Primeira República, final do século XIX, levou a uma nova onda da atividade mineradora em busca de minério de ferro a partir do início do século XX (PASSOS; COELHO; DIAS, 2017) e junto com isso novas estratégias da “mão invisível” do mercado. O Brasil é o segundo maior produtor de minério de Ferro do mundo, sendo a região do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais e a Serra dos Carajás no Pará as duas principais regiões produtoras do minério.

O modelo extrativista realizado tanto pelas grandes empresas transnacionais quanto por atividades de garimpos ilegais tem sido responsável por grandes desastres socioambientais causados por negligência e atuação criminosa das mineradoras, petroleiras e garimpeiros. A

frequência desses desastres tem se intensificado desde os anos 2000, especialmente os rompimentos de barragens de rejeitos de minério de ferro, que já havia ocorrências ao longo do século XX, nas duas últimas décadas alcançaram proporções e impactos muito maiores. Segundo Miranda (2019), apenas em Minas Gerais, citamos alguns casos anteriores ao desastre de Mariana que não tiveram repercussão suficiente da mídia: as barragens das minas de Fernandinho (1986) e Herculano (2014) em Itabirito; a barragem de Rio Verde (2001) em Nova Lima; e a barragem da Mineração Rio Pomba (2008) em Mirai.

As violências decorrentes de barragens são naturalizadas, ou seja, tratadas pela mídia e pela sociedade com o mesmo tom de fatalidade que se atribui a processos da natureza como um terremoto ou um ciclone. Uma análise da polissemia de termos utilizados para se referir ao rompimento das barragens em Mariana e em Brumadinho corroboram para uma percepção de inevitabilidade do ocorrido: “fatalidade”, “acidente”, “tragédia” ou “incidente”. Segundo Rosa (2019, p. 69), “trata-se de uma disputa conceitual e política que reverbera diretamente nos processos de luta e garantia de direitos para as populações atingidas”.

Mariana, 5 de novembro de 2015

Na tarde de 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão no Complexo Industrial de Germano em Mariana - MG, sob concessão de exploração da Samarco Mineração S.A., rompeu-se derramando mais de 30 milhões de metros cúbicos de lama que percorreram cerca de 600 quilômetros dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Rio Doce até desaguar no Oceano Atlântico, atingindo também o litoral do Espírito Santo, litoral norte do Rio de Janeiro e litoral sul da Bahia (SERRA, 2018). A Samarco é uma empresa fundada em 1977, cujas acionistas são as duas maiores exploradoras de minério de ferro do mundo: a brasileira Vale S.A. e austro-britânica da BHP Billiton.

No momento do rompimento, a sirene não tocou e o plano de contingência não foi acionado a tempo de que as comunidades à jusante fossem avisadas. Foram os próprios moradores que se mobilizaram para espalhar a notícia pela região e desocupar a área antes da chegada da lama, incluindo escolas e centenas de moradias. A lama devastou toda a área à jusante da barragem, especialmente os povoados de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, onde viviam a maioria das 19 pessoas que morreram com o desastre. Além dos dois distritos, a lama afetou diretamente o abastecimento de água e os modos de vida e trabalho de populações ribeirinhas de 39 municípios da bacia do Rio Doce nos estados de Minas Gerais e

Espírito Santo, atingindo diretamente cerca de 500 mil pessoas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016a, 2016b). Entre os atingidos estão as mais de 660 pessoas da etnia Krenak que vivem nos 4 mil hectares de terra indígena demarcada no município de Resplendor – MG (FONTES; PAULA, 2021). No livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, o pensador Ailton Krenak que reside na aldeia escreveu:

O Rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. [...] O Watu, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do Rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de 600 quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando um rio em coma. [...] esse crime – que não pode ser chamado de acidente – atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou. (KRENAK, 2020a, pp. 40–42).

O rompimento da barragem da Samarco é considerado o maior crime empresarial da história brasileira e o maior desastre de mineração em todo o mundo, tanto em quantidade de rejeitos despejados no meio ambiente quanto em extensão de danos ambientais, sociais e econômicos (MAZZOLA, 2018). Somam-se aos danos materiais e ambientais, as perdas imateriais que compreendem elementos fundamentais da constituição das subjetividades, dos modos de vida, das memórias, dos saberes e das produções simbólicas (CALDAS, 2018; FONTES; PAULA, 2021; MODENA; HELLER, 2016; ROSA, 2019; ZHOURI et al., 2016).

Dias depois do rompimento veio a público a informação de que a Vale compartilhava com a Samarco a barragem e Fundão para deposição dos rejeitos de uma mina própria em Ouro Preto – MG, a mina da Alegria, vizinha ao Complexo de Germano (RAGAZZI; ROCHA, 2019; SERRA, 2018). Uma semana depois, as empresas – Samarco, Vale e BHP – anunciavam em uma coletiva de imprensa conjunta a proposta de terceirizar as reparações e indenizações para um fundo, que seria mantido financeiramente pelas duas sócias, uma vez que a Samarco imediatamente após o desastre demonstrou não ter recursos financeiros para arcar com os custos das ações emergenciais e dos danos que provocou (SERRA, 2018).

Em março de 2016, a Advocacia Geral da União (AGU), a Advocacia Geral dos estados de Minas Gerais (AGE-MG) e do Espírito Santo (AGE-ES) e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton firmaram um acordo, na forma de Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), criando um fundo de R\$ 20 bilhões para a recuperação da Bacia do Rio Doce, denominado de Fundação Renova. Os termos do acordo foram firmados sem a participação dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais e sem a participação dos atingidos (FERREIRA, 2019).

Após quase um ano de investigações, o MPF acusou 21 pessoas de homicídio doloso, outros três crimes previstos no Código Penal e quatro crimes previstos na legislação

ambiental. Essas mesmas pessoas, ao lado das mineradoras Samarco, Vale e BHP, a consultora VOGBR e um de seus engenheiros, também foram acusadas de emissão de laudo enganoso, que atestava a segurança da barragem de Fundão. As investigações apontam que havia ciência dos riscos e danos, mas os acusados seguiram com as práticas, a fim de obterem vantagens econômicas. (OLIVEIRA, 2021)

Até a conclusão desta tese, julho de 2022, o processo judicial contra as três mineradoras corre com muita lentidão na justiça, “a demora pode fazer com que, por questão de prazo legal, alguns crimes sejam prescritos, ficando sem punição” (OLIVEIRA, 2021). Em 2019, dos 21 acusados, todos foram absolvidos do crime de homicídio e lesões corporais. Apenas 9 pessoas, entre eles funcionários e gestores da Samarco, foram mantidas respondendo pela acusação de inundação qualificada, desabamento e 12 crimes ambientais. A justiça excluiu a ação penal de 13 pessoas, entre eles 8 executivos da cúpula da Vale e da BHP que representavam as empresas nas decisões do Conselho Administrativo da Samarco (RODRIGUES, 2019d). Em 2021, o Ministério Público e Defensorias pediram suspeição de Juiz que atuava no Caso Samarco, após a divulgação de um vídeo onde o juiz orientava as empresas réis sobre a relação com as lideranças dos atingidos (ANGELO, 2021b).

As populações deslocadas pelo desastre ocorrido em 2015 ainda aguardam o processo de indenização e os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo permanecem em condições provisórias de residência e sem condições de retomarem suas atividades de trabalho, a maioria dos atingidos eram ribeirinhos, camponeses, agricultores e pescadores. Na última consulta ao site da Fundação Renova, em 3 de julho de 2022, os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo estavam em fase de conclusão das construções de prédios públicos, em Gesteira as construções sequer foram iniciadas (FUNDAÇÃO RENOVA, 2022).

Em 2021, o Ministério Público de Minas Gerais entrou com um pedido de extinção da Fundação Renova após uma investigação que levou à rejeição das contas e identificou “falta de autonomia da entidade, desvio de finalidade, salários exorbitantes de dirigentes e relações empregatícias espúrias, entre outras irregularidades” (ANGELO, 2021a). Porém, o STJ suspendeu o processo a pedido da Advocacia Geral da União (AGU) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) (RODRIGUES, 2021a).

Brumadinho, 25 de janeiro de 2019

Às 12h28m do dia 25 de janeiro de 2019, no horário do almoço de cerca de 300 trabalhadores que estavam na mina de Córrego do Feijão, a Barragem I (B1) rompeu e derramou

12 milhões de metros cúbicos diretamente sobre os prédios administrativos da Vale, onde parte dos funcionários trabalhavam ou almoçavam no momento. A altura da barragem era de 86 metros e o comprimento da crista era de 720 metros. O rompimento matou 272 pessoas (embora os dados oficiais divulguem 270, as famílias lutam pelo reconhecimento de dois nascituros de vítimas que estavam grávidas), do total 248 eram trabalhadores que estavam em instalações da Vale à jusante da barragem (ARBEX, 2022; RAGAZZI; ROCHA, 2019). A lama atingiu diretamente o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e a Área de Proteção Ambiental (APA) Sul, os distritos de Córrego do Feijão e de Parque da Cachoeira, além de uma pousada que ficava próximo entre os dois distritos (MILANEZ et al., 2019; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2020; SAES et al., 2021). Além de Brumadinho, foram atingidos diretamente populações ribeirinhas e camponesas de outros 25 municípios da bacia do Rio Paraopeba, incluindo as aldeias Naô Xohã, Katurãma e povos da etnia Kaxixó, Pataxó e Pataxó Ha-hã-hãe, além de quatro comunidades quilombolas de Marinhos, Sapé, Pontinha e Saco Barreiro (MARIZ, 2022; PIAZZI; MUNIZ, 2019; SOUZA, 2021).

A sirene novamente não tocou e não houve aviso de evacuação ou plano de contenção que contemplasse as pessoas que estavam na área de autossalvamento, diretamente à jusante da barragem (ANGELO, 2019a). As operações de emergência e resgate foram as maiores da história do país, especialmente pela quantidade de vítimas humanas. Até o momento, as buscas dos corpos não foram concluídas e o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais continua a procurar pelos corpos de 4 vítimas. Os jornalistas Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (2019) realizaram uma reportagem, publicada em livro, sobre as primeiras investigações da Polícia Federal e os documentos técnicos e operacionais sobre as causas do rompimento obtidos nas buscas e apreensões feitas na Vale. A jornalista Daniela Arbex (2022) realizou ao longo de três anos uma reportagem detalhada sobre as histórias das vítimas e informações sobre o cotidiano do trabalho na mina a partir de depoimentos de sobreviventes e de familiares dos trabalhadores assassinados pela Vale.

Nos meses seguintes ao rompimento, foram abertas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPII) na Câmara Municipal de Brumadinho, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MINAS GERAIS, 2019; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019; CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADINHO, 2019; SENADO FEDERAL, 2019). O processo de indenização e reparação de Brumadinho foi diferente de Mariana. Os movimentos dos atingidos, os Ministérios Públicos e as Defensoria Pública de Minas Gerais atuaram para evitar que a Vale propusesse uma saída jurídica alternativa semelhante a proposta da Fundação Renova. A estratégia foi iniciar os

acordos extrajudiciais individuais com os atingidos antes de finalizar as negociações do acordo coletivo com o governo federal através da AGU, o governo de Minas Gerais e os órgãos ambientais.

O MPF apontou irregularidades na negociação entre a empresa e os governos federal e estadual e pediu anulação do acordo (LIMA, 2020). Entidades que representam os atingidos como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Associação Nacional Atingidos por Barragens (Anab), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Centro de Alternativas Econômicas do Cerrado (Casec) ajuizaram uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) denunciando a falta de participação dos atingidos no acordo e pedindo a garantia de serem representados nas negociações, que foi negada pela suprema corte (PAVANELLI, 2021). Diante das evidências de irregularidades, a Câmara dos Deputados abriu uma Comissão Externa para apurar as denúncias e igualmente se posicionou de forma contrária aos termos do acordo firmado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Também a estratégia da Vale de realizar as indenizações extrajudiciais individuais antes da finalização do acordo, com a justificativa de dar celeridade ao processo, se mostrou uma manobra para reduzir os custos com indenização e reduzir as possibilidades dos atingidos se articularem para reivindicarem seus direitos coletivamente (LOVISI, 2019; RODRIGUES, 2019b). Atualmente, as entidades de defesa dos direitos dos atingidos em conjunto com outros movimentos sociais têm denunciado descumprimento pela Vale de termos do acordo. Especialmente, em relação aos territórios indígenas e quilombolas atingidos pela lama e que tiveram seus modos de vida e de subsistência destruídos (ANGELO, 2019b; LIMA, 2020; MARIZ, 2022; PIAZZI; MUNIZ, 2019; SOUZA, 2021).

3. APORTES METODOLÓGICOS

3.1. O pensamento crítico de fronteira e decolonial

Nos últimos quinhentos anos, o paradigma hegemônico que fundamentou as relações sociais, “a filosofia e as ciências ocidentais foi baseado no “sistema-mundo capitalista/patriarcal/colonial/moderno, que assume um ponto de vista universalista, neutro, oculto e objetivo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 118). Porém, não nos é possível falar de um “ponto-zero”, supostamente isento ou imparcial, toda fala é situada em um contexto específico da estrutura de poder. Essa análise das disputas de classe, raça, gênero, linguísticas, geográficas etc. são chamadas por Fanon (2020) e Anzaldúa (2016) de “corpo-política do conhecimento” e por Dussel (2016) como a “geopolítica do conhecimento”.

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. (GROSFOGUEL, 2008, p. 407).

O pensamento de fronteira busca por uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas à luz das epistemologias “outras”, descortinando as definições impostas pela modernidade europeia em busca de outros modos de saber, de poder e de ser. Descolonizar o imaginário a partir de um pensamento crítico de fronteira não é cair em um fundamentalismo antimoderno, mas conforme diz Grosfoguel (2008, p. 407) dedicar-se a busca por “uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica”.

O conceito de “transmoderno” ou “transmodernidade” foi cunhado por Enrique Dussel (2005, 2016) como o movimento que assume os desafios da modernidade europeia – e da pós modernidade euro-estadunidense – mas a partir de um “outro lugar”, um outro “locus” geopolítico, produzido desde a alteridade de corpos considerados periféricos pela modernidade, das sempre “outras” da cultura e do pensamento universal e desde uma exterioridade do poder-saber-ser hegemônico representada pela resistência e reexistência dos corpos-territórios colonizados e de suas epistemologias.

Uma futura cultura transmoderna, que assume os momentos positivos da Modernidade (mas avaliados com critérios diferentes a partir de outras culturas antigas), terá uma pluriversalidade rica e será fruto de um autêntico diálogo intercultural, que deverá ter claramente em conta as assimetrias existentes. Um mundo pós-colonial e periférico, como o da Índia, em completa assimetria em relação ao centro metropolitano da era

colonial, sem deixar de ser um núcleo criativo de renovação de uma cultura milenar e decisivamente distinta de qualquer outra, capaz de propor respostas inovadoras e necessárias para os desafios angustiantes que o planeta nos lança no início do século XXI. (DUSSEL, 2016, p. 63).

Um pensamento crítico de fronteira, portanto, que reconhece epistemologicamente o lócus de corpos-territórios-epistemes lançados pela modernidade – e pela pós-modernidade – à periferia tem como papel ser tradutor de racionalidades, abrindo espaços para novas epistemologias e desmascarando a racionalidade normativa e a racionalidade técnico-instrumental de forma que seja possível mostrar suas fragilidades e limitações para descolonizar corpos-territórios-epistemes (BISPO DOS SANTOS, 2015; GONZALEZ, 2020; KOPENAWA; ALBERT, 2015; KRENAK, 2020b, 2020a, 2020c; NASCIMENTO, 1980; RUFINO, 2016).

O pensamento fronteiriço, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que tal pensamento moderno seja de esquerda ou progressista. O pensamento fronteiriço é o pensamento que afirma o espaço de onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita (MIGNOLO, 2003)

O pensamento crítico de fronteira busca pensar a partir da periferia cinco ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo (MIGNOLO, 2003), buscando entender como elas atuam na manutenção da racionalidade normativa e na racionalidade técnico-instrumental, justificando um modelo de eliminação de corpos-territórios-epistemes em nome de uma narrativa de desenvolvimento. Dessa forma, o que se propõe não é construir uma outra ontologia da modernidade feita por apologistas de suas epistemologias, mas uma outra narrativa formada por muitos pluriversos – mundos onde caibam outros mundos (KOPENAWA; ALBERT, 2015) – feita a partir de uma crítica de suas próprias culturas, ou seja, pensar em um espaço de “fronteira entre a própria cultura e a Modernidade” (DUSSEL, 2016). É habitar um lócus que permite traduzir cosmologias e potencializar a diferenciação, a partir de imaginários descolonizados. Imaginário não como uma imagem mental psicológica que opõe o imaginário ao simbólico e ao real, mas como afirma Walter Mignolo, um imaginário que inclui “todas as formas que uma cultura percebe e concebe o mundo” (MIGNOLO, 2003, p. 48).

3.2. Análise de Discurso Crítica Latino-Americana

O estudo dos discursos dos presidentes da Vale será orientado pela Análise de Discurso Crítica Latino-americana (daqui em diante ADC-LA) que analisa os discursos a partir da “colonização de outros campos sociais (político, educacional, artístico) pelo campo econômico” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 55). Compreende-se que colonialidade opera em três eixos: Colonialidade do Poder (Acional), Colonialidade do Saber (Representacional) e Colonialidade do Ser (Identificacional).

As bases da Análise de Discurso Crítica Latino-americana é a Análise de Discurso Crítica (ADC), de bases teóricas anglo-saxônicas. Segundo Teun van Dijk, essa perspectiva de estudos discursivos analisa “o modo em que o abuso do poder social, o domínio e a desigualdade são praticados, reproduzidos e ocasionalmente combatidos, pelos textos e a fala no contexto social e político” (1999, p.23). O propósito da ADC é compreender os discursos na perspectiva de construir propostas de transformação social e emancipação dos grupos socialmente explorados. O autor define oito princípios básicos da ADC: 1) compromisso a transformação dos problemas sociais, 2) as relações de poder são discursivas, 3) o discurso constitui a sociedade e a cultura, 4) o discurso faz um trabalho ideológico, 5) o discurso é histórico, 6) a ligação entre o texto e a sociedade é mediato, 7) a análise do discurso é interpretativo e explicativo, e 8) o discurso é uma forma de ação social (DIJK, 1999).

A proposta de descolonizar a Análise de Discurso Crítica sustenta-se na problematização defendida por Boaventura de Souza Santos (2007) sobre a necessidade de reinventar a discussão sobre emancipação social proposta pela teoria crítica europeia.

[...] é preciso continuar com a ideia de emancipação social; no entanto, o problema é que não podemos continuar pensando-a em termos modernos, pois os instrumentos que regularam a discrepância entre reforma e revolução, entre experiências e expectativas, entre regulação e emancipação, essas formas modernas, estão hoje em crise. Entretanto, não está em crise a ideia de que necessitamos de uma sociedade melhor, de que necessitamos de uma sociedade mais justa. As promessas da modernidade - a liberdade, a igualdade e a solidariedade - continuam sendo uma aspiração para a população mundial. Nossa situação é um tanto complexa: podemos afirmar que temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. E isso dá ao nosso tempo o caráter de transição: temos de fazer um esforço muito insistente pela reinvenção da emancipação social. (SANTOS, 2007, pp. 18–19).

Portanto, a proposta de realizar uma ADC-LA é buscar construir uma análise de discurso criticando o papel da colonialidade nos problemas e violências sociais que afetam os corpos-territórios-epistemes latino-americanos. Lembramos que, a colonialidade é entendida não somente como resíduo pós-colonial, uma cicatriz deixada pelo colonialismo após a independência das colônias, mas como um elemento que dá sustentação ao atual modelo

capitalista neoliberal e globalizado. Segundo Aníbal Quijano (2005), a acumulação capitalista é sustentada pela “colonialidade do poder” e em suas interfaces com a “colonialidade do saber” e a “colonialidade do ser”, dividindo o mundo entre países centrais e periféricos.

A linguagem atua como instrumento de colonialidade sendo produzida na articulação entre poder-saber-ser. Os autores Maldonado-Torres (2009) e Santiago Castro-Gómez (2012), assim as definem: a) a *colonialidade do poder* é exercida na dimensão econômica-política, numa constante atualização das formas modernas de exploração e dominação; b) a *colonialidade do saber* é efetivada na dimensão epistêmica, a partir da imposição de um conjunto das epistemologias eurocentradas colonizando e extinguindo saberes periféricos; c) a *colonialidade do ser* refere-se à dimensão ontológica, ao exercício da dominação colonial no campo das marcações sociais e simbólicas de identidades, constituindo subjetividades e modos de subjetivação colonizados. Analisar os efeitos da colonialidade na sociedade latino-americana exige uma visão descentralizada e que incorpore esses três eixos, evitando as tendências que se restrinjam a análises macrosociais ou microsociais.

Entendemos as práticas gestionárias da Vale como práticas sociais, que são operadas pela linguagem a partir de práticas discursivas, compostas pelos modelos de governança da companhia (MAGALHÃES, 2017) e sustentadas no discurso gerencialista. Esses modelos de governança constituem a maneira como o discurso se materializa e produz efeitos em um dado contexto histórico, econômico e político, portanto, são práticas discursivas.

Viviane Vieira e Viviane de Melo Resende (2016) conceituam o discurso como um momento da prática social interconectado dialeticamente com outros momentos e cuja ordem discursiva atravessa diferentes níveis: as estruturas sociais, eventos sociais e práticas sociais. Portanto, é no campo discursivo que a Vale consegue naturalizar a colonialidade e institucionalizar os riscos de desastres como parte do negócio, justificáveis dentro do modelo de acumulação de capital. Esses aspectos evidenciam a necessidade de analisar esses desastres-crimes não como eventos isolados ou acidentais, mas como eventos constituídos discursivamente em modelos de governança corporativa sustentados na *colonialidade do poder*, na *colonialidade do saber* e na *colonialidade do ser* (RESENDE, 2019).

Desse modo, o sujeito não é apenas afetado pelo discurso, mas produzido pelo e no discurso. O sujeito não fala em seu próprio nome, ele fala em nome de uma coletividade, sua fala é posicionada nas relações de poder de um determinado momento histórico. Ao analisarmos os discursos a fim de compreender seus efeitos, buscamos compreender a instrumentalidade desses processos discursivos como modos de assujeitamento. Uma condição inevitável na relação entre discurso e ideologia, uma vez que o sujeito do discurso é um sujeito colonizado

pela história. Segundo Horacio Aráoz (2020), a partir de uma complexa trama entre objetivo e subjetivo, material e simbólico, atos e crenças, é o que nos permite entender a natureza do vínculo necessário e mutuamente constituinte entre colonialismo e colonialidade.

3.3. Composição do Corpus e Procedimentos

O corpus da pesquisa é composto de materiais audiovisuais, disponíveis em domínio público na plataforma YouTube, com entrevistas dos executivos que presidiam a Vale na ocasião dos dois últimos rompimentos de barragem pelos quais a companhia foi diretamente responsável, da Mina Germano da Samarco em 2015 e da Mina de Córrego do Feijão em 2019. Conforme consulta na mídia de notícia especializada e confirmação no site da Vale, desde 2010, a companhia teve 4 presidentes: Roger Agnelli (Presidente de 01/2001 a 05/2011), Murilo Ferreira (Presidente de 05/2011 até 05/2017), Fábio Schvartsman (Presidente de 05/2017 até 02/2019), Eduardo Bartolomeo (Presidente desde 03/2019).

A partir da análise das mudanças na presidência da mineradora e o tempo que os executivos ocuparam o cargo antes da efetivação do desastre, optamos por estabelecer o recorte temporal para a composição do corpus com vídeos de entrevistas e declarações dos dois executivos que presidiram a companhia no período de 01/05/2011 a 28/02/2019, Murilo Ferreira e Fábio Schvartsman.

Foram usadas as seguintes expressões para a busca de declarações e entrevistas no site YouTube: «Murilo Ferreira Vale», «Fábio Schvartsman Vale». Na busca pelos nomes foram encontradas declarações e entrevistas de ambos no período delimitado. Na seleção priorizamos as versões dos canais originais para os quais a entrevista foi concedida, optando por usar canais de terceiros apenas quando não foi localizado o vídeo no veículo original. No caso de vídeos que foram localizadas mais de uma edição com a mesma entrevista ou declaração, priorizamos as versões integrais ou de maior duração.

Após a realização do levantamento inicial, chegamos a uma relação de vinte e seis vídeos com declarações ou entrevistas (Tabela 1) dos dois executivos no período que presidiram a companhia. Todos os vídeos do levantamento inicial foram salvos pela pesquisadora para garantir a manutenção de cópias de segurança, caso não continuem disponíveis para o acesso público na plataforma de vídeos YouTube no futuro.

No recorte temporal da pesquisa, dentre os vídeos assistidos de executivos da Vale, Samarco e BHP – que incluíram também os níveis de diretor e diretora – localizamos uma única mulher branca no cargo de Diretora Executiva de Pessoas da Vale a partir de novembro de

2017, antes disso a diretoria era exclusivamente formada por homens brancos. Atualmente, a Diretoria da Vale é composta por 10 pessoas, sendo sete homens brancos e três mulheres (VALE, 2022a) – duas brancas e uma sul-africana de origem indiana.

A partir dos resultados obtidos no levantamento inicial, definimos os critérios de elegibilidade para a composição do *corpus*. A decisão sobre o que seria incluído e, sobretudo, o que seria excluído do *corpus* da pesquisa não se baseou numa pretensa neutralidade, mas na implicação política e crítica com o objeto de estudo e com os objetivos da pesquisa.

Os vídeos priorizados na transcrição e análise mais detalhada seguiram os seguintes critérios de elegibilidade:

- 1) Vídeos a serem assistidos: todas as falas e declarações dos Presidentes da Vale durante o exercício formal do cargo – ou seja, Murilo Ferreira entre 05/2011 e 05/2017 e de Fabio Schvartsman entre 05/2017 e 02/2019 – cujo conteúdo fosse relativo à Vale ou à função que executavam.
- 2) Vídeos transcritos e analisados: da totalidade de vídeos localizados com declarações dos dois presidentes, aplicamos alguns critérios de elegibilidade:
 - a. Preferencialmente, vídeos que contemplassem o gênero textual “entrevistas”;
 - b. Vídeos que apresentassem as perguntas realizadas e a dinâmica do diálogo entre entrevistador e entrevistado, possibilitando compreender o contexto dialógico no qual a resposta foi formulada;
 - c. Exclusivamente, entrevistas realizadas em língua portuguesa. As entrevistas em inglês foram utilizadas como material de referência apenas para complementar a análise dos vídeos principais.
- 3) Serão priorizados os trechos que contenham conteúdos de interesse da pesquisa, conforme os objetivos traçados:
 - a. Relação com o mercado;
 - b. Relação com o governo;
 - c. Relação com a comunidade e os territórios;
 - d. Relação com os empregados;
 - e. Relação com os riscos, segurança e ameaça de desastres.

Abaixo apresentamos o resultado o levantamento inicial de todos os vídeos de entrevistas e declarações existentes na plataforma YouTube, gravados entre 05/2011 e 02/2019, por Murilo Ferreira e Fabio Schvartsman.

Tabela 1 - Relação de vídeos disponíveis no YouTube dos presidentes da Vale gravados no período de 05/2011 a 02/2019 (pesquisa realizada em 02/2022).

DATA	TÍTULO DO VÍDEO	LOCUTORES	GÊNERO TEXTUAL	CONTEÚDO ELEGÍVEL
29/08/2011	O governo tem de se preocupar sim, diz presidente da Vale sobre Governo (RedeTV, 2011) ⁵	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Sim (V1)
20/07/2012	Murilo Ferreira, CEO de Vale, em la Casa Rosada (Mining Press EnerNews, 2012) ⁶	Murilo Ferreira	Declaração Pública vídeo institucional em português	Não
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 1 (Kennedy Alencar, 2013a) ⁷	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Não
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 2 (Kennedy Alencar, 2013b) ⁸	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Sim (V2)
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 3 (Kennedy Alencar, 2013c) ⁹	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Não
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 4 (Kennedy Alencar, 2013d) ¹⁰	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Não
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 5 (Kennedy Alencar, 2013e) ¹¹	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Não
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 6 (Kennedy Alencar, 2013f) ¹²	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Não
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 7 (Kennedy Alencar, 2013g) ¹³	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Não
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 8 (Kennedy Alencar, 2013h) ¹⁴	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Sim (V3)
15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 9 (Kennedy Alencar, 2013i) ¹⁵	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Não

⁵ Cf. <https://youtu.be/CgI550PnB9g>

⁶ Cf. <https://youtu.be/ZvhurRZ1wuw>

⁷ Cf. <https://youtu.be/q4j1pd12iRs>

⁸ Cf. <https://youtu.be/IOiwsOZ4OVg>

⁹ Cf. <https://youtu.be/9pTxfduInU>

¹⁰ Cf. <https://youtu.be/ldDuVgyYauM>

¹¹ Cf. <https://youtu.be/7TO11nhGPP8>

¹² Cf. https://youtu.be/CzWOpsJt_BM

¹³ Cf. <https://youtu.be/GJTHXIE2ZFQ>

¹⁴ Cf. <https://youtu.be/yWGZStL4LnM>

¹⁵ Cf. <https://youtu.be/b7jG-vVmHk>

15/12/2013	10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 10 (Kennedy Alencar, 2013j) ¹⁶	Murilo Ferreira; Kennedy Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Não
03/04/2014	Mr. Murilo Ferreira, Melbourne Mining Club (MR. MURILO FERREIRA, MELBOURNE MINING CLUB, 2014) ¹⁷	Murilo Ferreira	Declaração Pública em Vídeo Institucional em inglês	Não
12/11/2014	Murilo Ferreira: Nenhuma situação vai se modificar sem uma reforma política (Carta Capital, 2014) ¹⁸	Murilo Ferreira	Entrevista Jornalística em português	Não
15/12/2014	Kennedy Alencar entrevista o presidente da Vale (SBT News, 2014) ¹⁹	M. Ferreira (Presidente); K. Alencar (Jornalista)	Entrevista Jornalística em português	Sim (V4)
17/06/2015	22 Casos de Inovação 2015 - Entrevista Vale (Confederação Nacional das Indústrias, 2015) ²⁰	Murilo Ferreira	Declaração em vídeo institucional em português	Não
13/11/2015	Coletiva de imprensa: BHP Billiton, Samarco e Vale (Samarco Mineração, 2015) ²¹	M. Ferreira (Vale); A. Mackenzie (BHP); R. Vescovi (Samarco) e Jornalistas	Entrevista Jornalística em Coletiva de Imprensa em português	Sim (V5)
30/07/2017	Felipe Miranda conversa com Fabio Schvartsman, CEO da Vale (Empiricus, 2017) ²²	Fabio Schvartsman; Felipe Miranda (Empresário)	Entrevista em português	Sim (V6)
07/12/2017	Vale's Schvartsman on Iron Ore, China, Dividends (Bloomberg Markets and Finance, 2017b) ²³	Fabio Schvartsman; Joe Deaux (Jornalista)	Entrevista Jornalística em inglês	Não
07/11/2018	New challenges for CEOs- Fabio Schvartsman, CEO, Vale (SCHVARTSMAN, 2018) ²⁴	Fabio Schvartsman; Entrevistador não identificado	Entrevista Jornalística em inglês	Não
25/01/2019	Fabio Schvartsman faz pronunciamento sobre rompimento de barragem em Brumadinho, MG (Vale, 2019a) ²⁵	Fabio Schvartsman	Declaração em vídeo institucional em português	Não

¹⁶ Cf. <https://youtu.be/n93MqeKayAc>

¹⁷ Cf. <https://youtu.be/UvpDUnmjMuM>

¹⁸ Cf. <https://youtu.be/aFAwfqYHW88>

¹⁹ Cf. <https://youtu.be/6kshEBvMhGo>

²⁰ Cf. <https://youtu.be/rJ1v6ZyxEeU>

²¹ Cf. <https://youtu.be/QOw3IBR4sAo>

²² Cf. <https://youtu.be/Uvnp4kEII1s>

²³ Cf. <https://youtu.be/KQpDNPh0L6g>

²⁴ Cf. <https://youtu.be/gDirbUew8ME>

²⁵ Cf. <https://youtu.be/4a2AxhgdYGI>

25/01/2019	Presidente da Vale participa de coletiva de imprensa sobre o rompimento de Barragem (Vale, 2019b) ²⁶	Fabio Schvartsman; Luiz Eduardo Osorio (Diretor)	Entrevista Jornalística em Coletiva de Imprensa em português	Sim (V7)
29/01/2019	Presidente da Vale volta a Brumadinho (SCHVARTSMAN, 2019c) ²⁷	Fabio Schvartsman	Declaração em vídeo institucional em português	Não
01/02/2019	Pagamento de indenizações extrajudiciais - Fabio Schvartsman (Vale, 2019f) ²⁸	Fabio Schvartsman	Entrevista Jornalística em português	Sim (V8)
14/02/2019	Fabio Schvartsman volta à Minas Gerais e sobrevoa região atingida (Vale, 2019i) ²⁹	Fabio Schvartsman	Declaração em vídeo institucional em português	Não
14/02/2019	Comissão Externa Desastre de Brumadinho - Audiência Pública (Câmara dos Deputados, 2019a) ³⁰	Fabio Schvartsman Dep. Federais	Depoimento (Testemunho) em português	Sim (V9)

Os vídeos marcados em cinza correspondem aos critérios de elegibilidade. Os demais vídeos foram assistidos e serão usados apenas para ampliar as análises das entrevistas selecionadas. Não realizamos as transcrições e análises textuais dos vídeos complementares.

As transcrições foram baseadas na proposta de transcrição de gravações em linguagem oral urbana culta proposta por Dino Preti (1999, 2009). Segundo o linguista, o grande desafio de analisar discursos a partir de registros de linguagem falada é a transcrição, porém, é preciso reconhecer que há diferenças em se analisar a fala ou a escrita. A transcrição, quando transforma o texto falado em um texto escrito e limpo, silencia as pausas, as hesitações, as silabações, prolongamentos de vogais e consoantes, truncamentos e cortes de palavras e de frases, ênfases. Por essa razão, adotamos a metodologia do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (NURC), cujas normas adotadas são sintetizadas no Anexo 1.

²⁶ Cf. <https://youtu.be/vCF2luhZ1Po>

²⁷ Cf. https://youtu.be/Ax5BDPWRD_M

²⁸ Cf. <https://youtu.be/rYuRjFahrnk>

²⁹ Cf. <https://youtu.be/xEBD6dr0xqw>

³⁰ Cf. <https://youtu.be/Z9tm7fOQFBQ>

4. UMA BREVE HISTÓRIA POLÍTICA DA VALE

4.1. Acordo de Washington e criação da CVRD

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942, por Getúlio Vargas pelo decreto-lei nº 4.352, encampando a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, a Companhia Itabira de Mineração e a estrada de ferro Vitória a Minas (VALE, 2012). O interesse que levou à decisão de Vargas de criar uma mineradora nacional destinada à “exportação de minério de ferro” em larga escala foi um acordo com os Estados Unidos e a Inglaterra para fornecimento de matéria-prima para a indústria bélica dos dois países durante a Segunda Guerra.

O pacote, de um modo geral, tinha como objetivo assegurar produção, transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas anuais, a serem compradas, em partes iguais, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, por um prazo de três anos, **a preços bastante inferiores aos de mercado**. O contrato trienal poderia ser renovado até o fim da guerra. Terminado o conflito e cumprido o último contrato trienal, Estados Unidos e Inglaterra ainda manteriam o direito de aquisição do minério, já então a preços de mercado livre. (VALE, 2012, p. 50, grifo nosso)

A Vale, portanto, desde sua origem esteve à serviço de interesses geopolíticos imperialistas e colonialistas. O minério de ferro expropriado do Brasil foi recurso de base para a vitória dos aliados na guerra, especialmente dos Estados Unidos, que após o fim do conflito conseguiram fortalecer sua dominação econômica, política e cultural sobre o ocidente. Segundo o livro “Nossa História” da Vale, para o Brasil, o acordo significou uma “oportunidade propícia para definir sua posição no mercado mundial” (VALE, 2012, p. 50) como grande fornecedor de minério de ferro aos países desenvolvidos.

O primeiro presidente da CVRD foi o engenheiro de minas Israel Pinheiro, que depois foi deputado federal por Minas Gerais e primeiro prefeito do Distrito Federal. Pinheiro participou ativamente da negociação dos termos do acordo para criação da mineradora e, segundo o livro, teria sido um grande entusiasta da proposta.

[...] a CVRD era fruto dos chamados Acordos de Washington, em que estava prevista a participação, em cargos estratégicos, de estrangeiros no comando da Companhia. O primeiro superintendente nomeado, Israel Pinheiro, estivera em Washington na assinatura dos acordos. Em seu primeiro ato, em diligência na Vitória a Minas, Pinheiro pediu uma tesoura emprestada, cortou a manga da camisa e disse: “Agora, mãos à obra.” A frase estaria presente nos folhetos que vendiam as ações da Companhia e explica, em parte, a trajetória da empresa desde então. (VALE, 2012, p. 41).

O acordo de Washington, que deu origem à Vale, demonstra a incorporação dos Estados Unidos no centro da colonialidade pela Europa, que irá se aprofundar nos governos Juscelino Kubitschek e especialmente durante a ditadura militar. A partir daí, ocorre um processo que Porto-Gonçalves (2020a) denomina de *eeurocentrismo*, uma junção entre a sigla “EEUU”, abreviação de Estados Unidos, e “Euro”, de Europa, para designar a atualização da modernidade pela hegemonia ocidental a partir do Atlântico Norte, cujo poder é simbolizado militarmente pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo o autor, desde a segunda guerra até o início do século XXI, a referência de universal e de moderno passou a ser *eeuropeia*, mantendo através da colonialidade do poder, do ser e do saber num acordo de supremacia dos interesses dos países do Atlântico Norte, com o salvo-conduto do poder militar da OTAN, sobre o restante periférico do mundo. Esse processo sobre a América Latina/Abya Yala tem durado até início do século XXI com a entrada da China e dos países do Leste Asiático na disputa pelas commodities (as novas especiarias).

O período de 1945 até o final da década de 1980, especialmente durante a Guerra Fria, foi de grande crescimento para a CVRD, principalmente, com investimentos para atender de forma preferencial as demandas de minérios da indústria estadunidense. O mesmo aconteceu em outros países minerários da América Latina/Abya Yala, alvo político e diplomático dos Estados Unidos a fim de garantir o monopólio sobre os minérios produzidos na região. Isso significou um modelo de colonização a partir do aparelhamento dos Estados Nacionais para que através de empresas estatais tivessem total controle sobre as jazidas, a exploração e a comercialização dos minérios, uma estratégia para evitar que esses recursos fossem fornecidos a países do bloco socialista.

Na década de 1970 e 1980, o Chile de Augusto Pinochet serviu de laboratório político e econômico para os Estados Unidos e a Inglaterra implantarem o projeto de Estado Mínimo Neoliberal, com uma política que privatizou a água, os minérios e outros recursos naturais não renováveis do país. Desse modo, os Estados Unidos obtiveram o controle direto sobre a exploração dos territórios e corpos chilenos sem precisar se submeter à regulação estatal. Esse modelo passou a servir de referência para as relações comerciais e políticas dos Estados Unidos e Europa com todos os países da América Latina/Abya Yala, inclusive o Brasil, que passam a sofrer a pressão dos credores internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), para implantar o mesmo modelo chileno no setor extrativista e minerário nacional. A Vale, como a maior mineradora e detentora do maior número de concessões de exploração, não passou ilesa a essas disputas de interesse.

4.4. Neoliberalismo à brasileira e Privatização da CVRD

Na década de 1990, após mais de uma década de instabilidade econômica, aumento da dívida externa e superinflação, o Brasil passou a ser alvo de pressões de seu principal credor, o Fundo Monetário Internacional (FMI), para implantar o programa de reformas neoliberais propostas no Consenso de Washington a fim de tornar o país mais “atrativo” ao capital internacional (SANTOS, 2004a).

A primeira foi a estabilização da moeda em 1994, possibilitada pelo êxito do Plano Real após quatro planos econômicos frustrados desde 1990³¹. O controle inflacionário possibilitado pelas medidas cambiais vinculadas à nova moeda favoreceu a eleição para presidente da república do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), autor do plano. A partir de 1995, o desafio era conter o déficit da balança comercial brasileira, a relação negativa entre receita total e despesa líquida, agravada pela sobrevalorização da nova moeda.

Em meio a esse cenário macroeconômico, o governo FHC, a partir de 1995, passou a adotar medidas para enfraquecer a participação do Estado na economia e passou a atuar para a viabilizar politicamente um cronograma de privatização com dezenas de empresas públicas, inclusive de setores estratégicos como telecomunicações, energia e mineração. Com a justificativa de tornar o mercado brasileiro mais competitivo e vantajoso para o capital externo, “revitalizou” o Programa Nacional de Desestatização (PND) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – criado em 1990 pelo governo Collor – ampliando as linhas de crédito aos vencedores dos leilões de privatização com condições de financiamento a longo prazo e baixas taxas de juros. Em nome da promessa neoliberal de inserção no sistema-mundo moderno-colonial, o Estado brasileiro assumiu uma estratégia de privatização que o descapitalizou duplamente em prol de atender às exigências do FMI e à sanha especulativa do mercado global.

[...] o processo de desregulamentação e diversificação das operações financeiras diminuiu a regulação sobre as transações nos mercados financeiros, e os tornou mais rentáveis do que a economia produtiva. Esta desregulamentação e a criação de novas formas de especular nos mercados financeiros levaram volumes crescentes de capitais a se instalar nesses mercados, preterindo investimentos na economia produtora de mercadorias, justamente aquela que gera postos de trabalho e arrecadação de tributos. Ficou para trás os “trinta anos de ouro” do capitalismo (1945-1975), quando os países capitalistas centrais responderam à ameaça socialista com concessões aos

³¹ Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira (2016), a economia brasileira passou por cinco planos econômicos na década de 1990 que buscavam a estabilização econômica e o controle inflacionário: Plano Collor (março de 1990), Plano Eris (maio-dezembro de 1991), Plano Collor II (janeiro de 1991), Plano Marcílio (maio de 1991) e Plano Real (julho de 1994).

trabalhadores em geral, criando o Estado de Bem-Estar Social. (TROCATE; COELHO, 2020, p. 29).

Em 1997, a Vale – então Companhia Vale do Rio Doce – foi privatizada, em um processo controverso (ADÃO, 2006). Após críticas de inúmeros economistas e manifestações contrárias de diversos movimentos da sociedade civil organizada, o governo FHC propôs regras específicas que garantiriam o controle do Estado a partir da criação de uma sociedade anônima, a Valepar S.A., com participação majoritária dos fundos públicos de pensão (Previ, Petro, Funcef e Funcesp) e do BNDES. Segundo Theotônio dos Santos (2004), o Brasil vendeu pelo equivalente a 3,299 bilhões de dólares uma das maiores empresas mineradoras do mundo, que somente no ano anterior à venda havia apresentado um lucro líquido de R\$ 517 milhões (cerca de 470 milhões de dólares na cotação da época).

Durante o leilão de privatização foram criados consórcios mistos com participação de estatais, impulsionadas inclusive pelo governo de Cardoso, como forma de atenuar as críticas e “viabilizar politicamente o processo” das privatizações. Podemos voltar ao exemplo da Vale, ex-Vale do Rio Doce, empresa estatal cuja privatização foi contestada pela esquerda e por movimentos sociais. Foi a maior privatização já realizada no Brasil, e foi possível graças ao aval do BNDES e a formação da Valepar S.A., que controla o Conselho de Administração com 53% do capital com direito de voto. A Valepar está dominada, por sua vez, por quatro fundos de pensão, liderados por Previ (com 49% das ações), seguido do Grupo Bradesco, com 17%, a multinacional japonesa Mitsui, com 15%, e o BNDES, com 9,5% das ações. Desse modo, mediante os fundos de pensões e do BNDES, a Vale “privatizada” está controlada pelo Estado, ou, mais precisamente, por essa nova camada de gestores de fundos de pensão entrelaçados com grandes empresas brasileiras e o BNDES. Isto marca uma primeira e decisiva diferença com outros processos de privatizações. (ZIBECHI, 2012, pp. 183–184).

Os anos pós-privatização foram de aumento do lucro-líquido da Vale, então CVRD, o que levou a grandes ganhos para os acionistas, inclusive com pagamentos de dividendos recordes para os padrões de outras empresas nacionais da BOVESPA. Passando de um lucro por ação de R\$ 1,95 em 1997 para R\$ 2,67 em 1998 e R\$ 3,25 por ação em 1999, pagos em dividendos anualmente aos acionistas (FOLHA, 1998; VALE, 2012, p. 250).

A virada do século XXI destacou-se por uma euforia neoextrativista na América Latina/Abya Yala, comprovando que após quinhentos anos o modelo de exploração colonialista continuava plenamente ativo e disposto a renovar seu vigor. Era o início do superciclo das commodities dos anos 2000, provocado pelas altas demandas da China por matérias-primas durante o período que o país manteve taxas de crescimento acima de dois dígitos ao ano.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de 2000 a 2008, da Patagônia ao México a exportação mineral passou de 52,7 bilhões de dólares em 2000 para 140,3 bilhões de dólares. Somente o Brasil, no mesmo período, aumentou o valor das exportações de 3,6 bilhões de dólares para 33,1 bilhões de dólares, ampliando sua participação

total nas exportações do bloco de 6,8% em 2000 para 23,5% em 2008, e passando de 4º maior exportador para o 2º maior (ARÁOZ, 2020, p. 69). A Vale – então CVRD – teve responsabilidade direta pelo aumento exponencial da exportação dos minérios brasileiros, fortalecendo o seu papel no jogo político e econômico latino-americano, com influência nos assuntos internos quanto nas relações internacionais.

A voracidade extrativista com que a América Latina/Abya Yala entrou no século XXI só foi possível pelo avanço nas décadas anteriores das políticas econômicas neoliberais inspiradas no modelo da Escola de Chicago e de Friedman nos governos dos países da região (LEITE, 2018): iniciadas por Augusto Pinochet no Chile em 1970, mas seguidas nos anos 1980 e 1990 por Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Salinas no México, Luiz González Macchi no Paraguai, Alejandro Toledo no Peru, Hugo Banzer na Bolívia, Jamil Mahuad no Equador, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, César Gaviria e Ernesto Samper na Colômbia e Fernando Henrique Cardoso no Brasil (BANDEIRA, 2002; FILGUEIRAS, 2019).

O centro industrial global, que tradicionalmente estava circunscrito no eixo Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos, passou a enfrentar uma concorrência muito forte com os Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e com a China, que passavam por um processo de industrialização e urbanização exponencial nas últimas décadas do século XX (DILGER; LANG; PEREIRA FILHO, 2016; LEITE; UEMURA; SIQUEIRA, 2018; SVAMPA, 2019). Esse processo demandava uma quantidade de *commodities* minerais muito além das reservas disponíveis nesses países, exigindo a importação de regiões tradicionalmente minerárias como América Latina/Abya Yala, África e Oceania. A velocidade do crescimento da indústria asiática ameaçava a hegemonia na acumulação de capital das economias do Atlântico Norte, as empresas passavam a transferir suas unidades produtivas em busca de custos de produção reduzidos e maior mercado consumidor. O capitalismo industrial deixou de ser um negócio rentável na Europa e nos Estados Unidos, essas economias precisavam encontrar novos meios de manterem o modelo de acumulação, agora sem a força das indústrias. Adquirir o domínio do mercado de *commodities* latino-americano, principal fornecedor de matérias-primas e minérios para a indústria da China e dos Tigres, possibilitaria uma sobrevida ao modelo de acumulação de capital desses países, agora possibilitado pelo monopólio do mercado financeiro e não mais do controle da produção e do produto. Portanto, a pressão das economias ocidentais para abertura dos mercados dos países latino-americanos para o capital internacional – através de uma reconfiguração do modelo colonialista através de uma nova dinâmica global –, foi resultado de uma tentativa do ocidente em dar sobrevida ao seu modelo de acumulação de capital após o colapso do capitalismo industrial nos países centrais.

Segundo Aráoz (2020), a reconfiguração da América Latina como principal fornecedora de minérios para os países desenvolvidos a partir da virada do milênio, também denominado como neoextrativismo, além de recuperar um modelo econômico também atualizou – com ares de vanguardismo – as estratégias de exploração dos corpos e dos territórios que sustentam a modernidade-colonialidade desde 1492.

O particular cenário neocolonial da mineração transnacional contemporânea conjuga misteriosamente as contradições de um novo ciclo desenvolvimentista em expansão. De um lado o furor do consumo e o crescimento em tempos de apogeu [...] Do outro lado, [...] é violência ancestral que retorna com renovadas forças e modalidades, com táticas e estratégias modernizadas, aperfeiçoadas na arte de esgotar a riqueza em suas fontes, em perfurar e erodir o solo da vida. É, agora, uma violência pós-moderna, mais brutal e mais sutil, tecnologicamente evoluída em sua eficácia expropriatória. (ARÁOZ, 2020, p. 46).

Neste período, buscando ampliar sua participação na exportação de minério de ferro, a então CVRD fez diversas compras de ativos e incorporações importantes, entre elas as negociações que culminaram na aquisição das duas minas cujas barragens foram rompidas na década seguinte, a barragem de Fundão da Mina Germano da Samarco em Mariana (MG) e a barragem B1 da Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho (MG).

A mineradora S.A. Mineração da Trindade (Samitri) foi uma aquisição da então CVRD em 2000. A Samitri era proprietária de 51% da Samarco S.A. em sociedade com a gigante anglo-australiana BHP Billiton, então com a posse dos outros 49%. Após a compra da Samarco as duas multinacionais proprietárias firmaram um novo acordo acionário que equiparou a participação societária de ambas em 50%. Segundo a própria Vale (2012, p. 261), a aquisição “foi um passo importante na conquista do mercado almejado pela Companhia”, uma vez que a Samarco possuía uma estrutura eficiente de exportação e um modelo de extração mineral de muito baixo custo.

A Samarco era um dos produtores de pelotas de minério de ferro de mais baixo custo no mundo. Tinha alta competitividade no mercado, possuía e operava duas plantas de pelletização na Ponta do Ubu (ES), com capacidade total de produção de 12 milhões de toneladas anuais. A Samarco também atuava no Terminal Marítimo de Ponta do Ubu, com uma movimentação de carga de 20 milhões de toneladas anuais, além de um mineroduto de 396 quilômetros de extensão, ligando a mina, no Complexo de Alegria (MG), às plantas de pelletização. [...] a Samarco foi criada em 1977 e menos de 30 anos depois já era a quinta maior exportadora do Brasil. No final de 2010, a empresa distribuiu o montante de R\$ 3,3 bilhões (US\$ 1,9 bilhão) em dividendos aos acionistas. Em 2011, a Vale possuía 51% de suas ações, dividindo o controle societário com a australiana BHP Billiton (VALE, 2012, p. 261, grifo nosso).

Em 2001, a então CVRD concluiu a negociação para aquisição da Ferteco Mineração S.A., pertencente ao *Thyssen Krupp Stahl* (TKS), um dos maiores grupos siderúrgicos da Europa. A Ferteco era a terceira maior produtora brasileira de minério de ferro no início dos

anos 2000, operando duas minas – Córrego do Feijão e Fábrica – e com uma planta de pelotização na região do quadrilátero ferrífero.

Com a incorporação da Samarco, da Samitri e da Ferteco, além da otimização de seu sistema de logística, a CVRD entrava nos anos 2000 com capacidade de competir em pé de igualdade com seus principais concorrentes internacionais na venda de minério de ferro. (VALE, 2012, p. 263).

4.5. Roger Agnelli e o Superciclo das *commodities*

Durante a primeira década do século, de 2001 a 2011, a Vale foi presidida por Roger Agnelli, morto em um acidente aéreo em 2014. O executivo vinha de uma carreira meteórica no setor financeiro, tendo sido aclamado na década de 1990 como o mais jovem diretor-executivo do Bradesco (empresa acionista da então CVRD através da Valepar na qual possuía direito a voto). Apesar de sua inexperiência no setor de mineração ou *commodities*, sua nomeação por FHC contou com o apoio do mercado financeiro e do próprio Bradesco, onde fizera sua carreira.

Os dois primeiros anos da gestão de Roger Agnelli foram de alinhamento com o governo de FHC, principalmente pela consonância de sua visão com as medidas neoliberais adotadas pela equipe econômica. A demanda da China por minério de ferro, associada a um acelerado processo de urbanização e industrialização, aumentou no mesmo ritmo que o preço das *commodities* minerais no mercado internacional. Foi neste período que a América Latina/Abya Yala foi recolocada no posto de fornecedor de matéria-prima para o mercado internacional, situação que impulsionou a reprimarização da economia da região. Porém, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva passou a gerar divergências entre a política econômica proposta pelo governo e as decisões estratégicas tomadas pelo executivo na gestão da Vale.

O compromisso com os interesses do mercado financeiro global marcou a gestão de Agnelli, em uma década à frente da companhia “os lucros pularam de R\$ 3 bilhões ao ano para R\$ 30,1 bilhões” e “as ações da empresa valorizaram 834%” (VALE, 2012, p. 257). O executivo estava alinhado com as medidas neoliberais implantadas na década anterior e expandia a então CVRD com aquisições internacionais. Foi com vistas à atração de investidores globais e internacionalização das operações que Agnelli propôs a mudança no nome e na marca da companhia.

No dia 29 de novembro de 2007, no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, o então diretor-presidente Roger Agnelli reuniu cerca de 500 empregados para anunciar uma das maiores mudanças da história da empresa. As razões para a modificação poderiam estar resumidas em uma só palavra: globalização. Vale é uma palavra facilmente lida no mundo inteiro, e, desde 2006, quando adquiriu a canadense Inco, a empresa

ganhava o mundo. A partir daquele momento, a Vale mudava de nome e de logomarca. O desenho trazia a letra “V” estilizada e poderia representar tanto uma cava de mina quanto um coração. A fácil leitura visual reforçava a imagem da Vale como empresa global. (VALE, 2012, p. 335).

Embora Agnelli atuasse para ampliar a participação do capital privado na Vale e adotasse estratégias de negócio que priorizavam esses interesses, os fundos de previdência das empresas públicas e o BNDES – representado pelo Governo Federal – permaneciam com o controle acionário da Vale, condição que tornava o presidente da república com grande influência sobre as estratégias e a gestão da companhia.

Durante o Governo Lula, o BNDES foi a “ponta da lança” da política de crescimento econômico, inclusive desempenhando um papel político estratégico nas relações internacionais do Brasil (OLIVEIRA, 2016). Segundo a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP lançada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) de maio de 2008 (ALMEIDA, 2008) eram cinco os objetivos estratégicos do Brasil: 1) Fazer do Brasil um líder mundial, posicionando seus setores produtivos entre os cinco maiores no mercado global; 2) Conquistar novos mercados, financiando a cooperação Sul-Sul com a internacionalização das operações de algumas empresas em países da América Latina, Ásia e África; 3) Aumentar a competitividade das empresas nacionais no mercado internacional com investimentos em densidade tecnológica; 4) Valorização das marcas brasileiras para despontarem entre as cinco maiores em seus setores; 5) Ampliação do acesso da população ao consumo de massa: internet banda larga, bens de consumo, moradia etc.

Dessa forma, a estratégia do BNDES estava voltada a atuar “combinando uma participação significativa nos fluxos de comércio internacional com a preservação da posição relevante no mercado doméstico” (ZIBECHI, 2012, pp. 204–205). Como acionista controlador, o BNDES tinha grande influência nas decisões da Vale, representando uma ameaça aos interesses de lucros imediatos do mercado.

Em 2008, com o colapso econômico dos Estados Unidos causado pela crise imobiliária e seus reflexos na Europa, o governo de Lula apostou numa política anticíclica, reduzindo taxas de juros e aumentando investimentos, na tentativa de amortecer os impactos do cenário internacional na economia brasileira. Entretanto, Agnelli adotou diversas medidas administrativas na Vale à revelia da estratégia econômica adotada pelo governo para blindar o país da crise. Entre elas, cortes nos investimentos e demissões em massa para compensar os prejuízos da crise nas operações internacionais da companhia. Essa medida desagradou a Lula e a sua equipe econômica (ALENCAR; SOFIA, 2009), que temiam que a atitude da Vale

estimulasse outras empresas a também se recusarem a aderir a uma estratégia nacional conjunta de proteção contra a crise, favorecendo que os impactos alcançassem a economia brasileira.

A gestão de Roger buscava saciar o mercado financeiro com os resultados de curto prazo que mantinham os acionistas otimistas, resistia em adotar estratégias de forma articulada com os interesses nacionais de médio e longo prazos propostos pelos planos econômicos do governo federal. A situação se agravou no início do primeiro governo Dilma, com a recusa de Agnelli de pagar uma dívida de 5 bilhões de reais cobrada na justiça pelos municípios mineradores referentes a taxas de royalties pela exploração mineral (ISTOÉ DINHEIRO, 2011). O presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib) à época, Anderson Cabido (PT/MG), disse à matéria da revista IstoÉ Dinheiro de 23 de março de 2011: “Queremos que a Vale pague o débito, aceite a nova Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e aumente a responsabilidade social nas cidades onde atua”.

As divergências se tornaram mais profundas a ponto de Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia à época, declarar publicamente a respeito da Vale e de Roger Agnelli: “Vocês publicam um balanço com R\$ 30 bilhões de lucro e não querem pagar R\$ 4 bilhões (em *royalties*³²)?” (ISTOÉ DINHEIRO, 2011), “ela (a Vale) precisa contribuir mais fortemente com os interesses do país”, “a produção de aço no país é conveniente, é necessária ao povo brasileiro e à sociedade”, “a saída dele (Roger Agnelli) não deve ser considerada um episódio anormal” (MENDES, 2011).

4.6. WikiLeaks: as conversas sigilosas entre a Vale e diplomatas dos EUA

Além das divergências político-ideológicas entre os governos petistas e Agnelli, somaram-se para sua saída documentos vazados pelo site WikiLeaks – criado em 2006 por Julian Assange com a proposta de divulgar à imprensa internacional informações secretas sobre atos de espionagem dos Estados Unidos – que comprovavam que durante sua gestão, ele próprio e outros membros da Diretoria da Vale atuaram oferecendo informações estratégicas da Vale e do governo brasileiro a diplomatas dos Estados Unidos no Brasil.

Ao longo de 2010 e 2011, especialmente, a plataforma “WikiLeaks” divulgou documentos confidenciais que comprovavam que o Brasil teria sido alvo estratégico de

³² *Royalties* é plural de *royalty*, uma palavra derivada do inglês Royal, que significa aquilo que pertence ao Rei. Royalties equivale à parte que deve ser paga ao proprietário de um bem pela concessão do direito de uso, exploração e comercialização desse bem. No Brasil, essa taxa é regulamentada pela cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

espionagem por parte da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA). Entre os espionados que tiveram documentos vazados pelo site estavam: ex-presidentes Lula e Dilma e seus assessores diretos, diplomatas brasileiros, a Petrobrás e a Vale. Nos documentos vazados sobre a mineradora foram divulgadas ao menos quatro gravações de reuniões entre a alta cúpula da Vale com diplomatas dos Estados Unidos cujo conteúdo envolvia interesses político-econômicos nacionais e estadunidenses.

A mais antiga ocorreu em 26 de maio de 2006, entre o cônsul-geral Edmund Atkins e Renato Amorim, então Diretor de Relações Institucionais da Vale. Segundo Anselmo Massad (2011b), a reunião tratou sobre o avanço das relações comerciais entre Brasil e China e a influência dos “petrodólares” venezuelanos sobre os países da região. Renato Amorim teria dito que “a China precisaria reconhecer a região [América Latina/Abya Yala] como mais sofisticada do que a África – onde estava promovendo uma ação arbitrária de caráter colonizador” (MASSAD, 2011b).

A segunda reunião secreta entre Vale e diplomatas estadunidenses teria ocorrido em 18 de maio de 2007, entre o embaixador Clifford Sobel, o presidente da Vale Roger Agnelli e o presidente da Inco (subsidiária da Vale no Canadá) Tito Martins. Na reunião, o embaixador falou da importância estratégica da mineração nos países sul-americanos e a ameaça que significaria o controle da China sobre o fornecimento mundial de matérias-primas. Assim a matéria cita as falas de Agnelli:

“O plano chinês é logo controlar não apenas as reservas minerais do continente (sul-americano) mas também as redes de distribuição e transporte bem como a infraestrutura portuária”, avaliou Agnelli, segundo o relato de Sobel. O caso africano aparece novamente como exemplo. A visão atribuída ao comandante da Vale é de que China ganhou influência excessiva naquele continente. A reflexão prossegue: “Se a China trancar as reservas africanas, isso criaria desequilíbrios no mercado internacional na medida em que os consumidores nos EUA e Europa teriam de pagar preços mais altos”. Conforme o despacho, o governo dos EUA teria, na visão de Agnelli, de pensar seriamente no que fazer caso os orientais “vençam a batalha por acesso às commodities”. A China estaria em vantagens por ter um governo centralizado tomando decisões em vez de várias empresas agindo de modo mais disperso. A descrição é motivo de alguma surpresa para Sobel. “Como a CVRD (nome usado até o fim de 2007 pela Vale) obtém muito dos seus lucros recordes de vendas de minério de ferro para a China, em vários sentidos são parceiros”, diz. (MASSAD, 2011b).

A terceira reunião divulgada pelo Wikileaks teria ocorrido em 11 de maio de 2009 entre o segundo nome na hierarquia da Vale – o então Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, Guilherme Cavalcanti –, o embaixador Clifford Sobel e representantes do Banco *Export Import* dos Estados Unidos. Na reunião, o executivo negocia a compra de equipamentos industriais estadunidenses, apesar de afirmar que as condições dos produtos chineses serem

mais competitivas. Durante a negociação passa informações estratégicas e confidenciais de empresas chinesas que possuíam contrato com a Vale.

A quarta gravação, de outubro de 2009, também era de uma reunião entre Guilherme Cavalcanti e diplomatas dos Estados Unidos, especificamente com Lisa Kubiske, encarregada de negócios da embaixada estadunidense em Brasília. Na conversa, o executivo reclamava de pressões do governo sobre a Vale para priorizar investimentos na economia nacional. *“Fomos pressionados a produzir aço, mas eles parecem ter se apaziguado com nosso investimento de mais de US\$ 1 bilhão em siderurgia”*, disse o executivo da Vale à diplomata. Ainda segundo a matéria da Agência Pública (MASSAD, 2011a), Cavalcanti ainda teria se queixado que *“Palácio do Planalto estaria insatisfeito com a condução da mineradora, que relutava em investir em formas de agregar valor à matéria-prima extraída do solo nacional”* (MASSAD, 2011a). Na conversa, além da pressão pelo beneficiamento dos minérios no Brasil, o executivo acusou o governo de pressionar a Vale a investir na extração de potássio, principal matéria-prima da produção de fertilizantes, insumo do qual o setor agrícola brasileiro é altamente dependente da Rússia.

A primeira cobrança governamental era pela redução da exportação de minério de ferro em estado bruto pela Vale, uma tentativa frear a reprimarização da economia, priorizando investimentos na produção de aço e outras indústrias de base no Brasil. O argumento era baseado no desequilíbrio na balança comercial favorecido pelas obras do PAC, uma vez que a construção civil demandaria um aumento da importação de aço chinês produzido com minério de ferro brasileiro. A proposta era beneficiar os minérios no próprio país, o que reduziria os custos das obras de infraestrutura que o governo previa realizar para a Copa do Mundo e as Olimpíadas e os custos da indústria nacional. Em 2011, após o anúncio do desligamento de Roger Agnelli por pressões do governo Dilma, o ex-presidente Lula declarou quando questionado por jornalistas em Washington sobre possíveis divergências entre ambos:

Todo mundo sabe que eu tinha uma divergência pública com o Roger, que era de fazer investimentos no Brasil. (...) Quando ele comprou navios na China, eu fiquei muito chateado. A teoria dele de que não poderia construir siderúrgica para não competir com os clientes era equivocada, porque a gente vendia minério de ferro para a China e depois a gente importava aço da China. Então era melhor que a gente produzisse o aço e exportasse para a China (CORRÊA, 2011).

A segunda cobrança do governo a Roger para que a Vale investisse na produção nacional de cloreto de potássio, era justificada pelo argumento de que aumentando a produção nacional e reduzindo a importação desse minério em dólar, impactaria no custo de fertilizantes utilizados na agricultura e diminuiria o impacto do câmbio no preço dos alimentos. Isso visava controlar

a inflação sobre a cesta básica, diminuindo a pressão das flutuações do preço do dólar sobre o custo dos alimentos ao consumidor final.

A relação de proximidade entre executivos da Vale e embaixadores dos Estados Unidos deve ser analisada a partir da política externa adotada pelo governo Lula, especialmente, pelo Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. O Brasil deixava a relação de dependência dos Estados Unidos para priorizar relações comerciais com os demais países a América Latina/Abya Yala, com a África e com o BRICS (grupo de países com economias emergentes no início da década – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que representavam a mudança do poder econômico global). A posição mais independente da diplomacia brasileira apresentadas pelo ministro incomodava o serviço diplomático dos Estados Unidos no Brasil, por suas inclinações “antiamericanas”, “nacionalistas” e “esquerdistas”. Assim se referiram os diplomatas estadunidenses a Amorim em documentos e conversas reveladas pelo mesmo WikiLeaks, segundo matéria de Natalia Viana e Marina Amaral para a Agência Pública (2011). O Chanceler brasileiro era mencionado nos documentos como uma pedra no caminho dos interesses dos Estados Unidos no Brasil, o que levou os diplomatas a buscarem outros meios de obter informações e acordo para evitarem as tratativas com Amorim. Segundo os vazamentos o embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, teria dito “Enquanto tentamos aprofundar nossas relações, a dinâmica ideológica faz com que o Itamaraty seja, às vezes, um parceiro frustrante” (VIANA; AMARAL, 2011, não paginado).

A mitologia da “descolonização do mundo” tolda as continuidades entre o passado colonial e as actuais hierarquias coloniais/raciais globais, além de que contribui para a invisibilidade da “colonialidade” no momento presente. Durante os últimos cinquenta anos, os Estados periféricos que hoje são oficialmente independentes, alinhando com os discursos liberais egocêntricos dominantes, construíram ideologias de “identidade nacional”, “desenvolvimento nacional” e “soberania nacional” que produziram uma ilusão de “independência”, “desenvolvimento” e “progresso” (GROSFOGUEL, 2008, p. 127).

4.7. Murilo Ferreira, Governo Dilma e a polarização política

Murilo Ferreira ocupou o cargo de Presidente da Vale no período de maio de 2011 a maio de 2017, sucedendo a Roger Agnelli que havia ficado por 10 anos no cargo. A escolha do ocupante da cadeira de presidente da Vale foi feita a partir da apresentação de uma lista tríplice com nomes indicados por uma consultoria internacional de seleção de executivos pelo conselho administrativo da companhia com participação de representantes dos sócios majoritários. A decisão por Murilo Ferreira foi considerada uma surpresa, apesar de sua experiência de mais de

20 anos no setor de mineração, o mercado e a mídia especializada esperavam que a escolha fosse novamente de um nome ligado ao Bradesco (um dos acionistas controladores da Valepar) como ocorreu com a indicação de Roger Agnelli.

Do ponto de vista do governo, Ferreira era um nome mais ao centro, capaz de adotar estratégias de negócio que dialogassem melhor com as políticas econômicas. O executivo teve contato com Dilma em seu período como Ministra de Minas e Energia no primeiro mandato de Lula, quando ele ocupava o cargo de Diretor Executivo da Vale. Ferreira tinha boa articulação com a equipe do governo e grande experiência internacional. O colunista Augusto Nunes escreveu em sua coluna para a revista *Veja* em 5 de abril de 2011, reproduzindo o cenário com o qual o mercado recebeu a saída de Roger Agnelli e a indicação de Murilo Ferreira.

Ao se intrometer na vida da Vale, o governo federal produziu simultaneamente três assombros: inventou a demissão por excesso de competência, transformou Roger Agnelli no único executivo da história que perdeu emprego por ter feito tudo certo e criou a primeira empresa privada do Brasil cuja diretoria é escolhida pelo Palácio do Planalto e decidiu nesta segunda-feira que o novo comandante será o ex-diretor Murilo Ferreira. Não é pouca coisa. E não é tudo. Bastou a notícia de que o governo resolvera ditar os rumos da Vale para que mais de 4 milhões de investidores comessem a perder dinheiro. Só em março, as aplicações sofreram uma queda de 6,81%. “As ações deveriam estar voando”, disse em entrevista ao jornal *O Globo* o especialista em investimentos Bruno Lembi. “Os preços do minério estão lá em cima e a Vale divulgou um balanço excepcional”. Privatizada em maio de 1997, a Vale começou a colecionar cifras superlativas a partir de julho de 2001, quando Agnelli assumiu a presidência para transformá-la, em 10 anos, na segunda mineradora do planeta e na maior produtora mundial de minério de ferro. Em 1997, tinha 11 mil funcionários. Hoje são 174 mil. A extração de minério subiu de 114 milhões de toneladas para 297 milhões de toneladas, e o lucro saltou de R\$ 390 milhões para R\$ 30,7 bilhões. Os investimentos somaram R\$ 19,4 bilhões em 2010. Deverão chegar a US\$ 24 bilhões em 2011. Quem aplicou R\$ 1 mil em ações da Vale no dia da posse de Agnelli tinha R\$ 16.829 na conta neste 23 de março, quando o afastamento foi oficializado. A valorização foi de 1.583%. Em **paragens civilizadas, tal performance faria qualquer chefe de governo disputar Agnelli a socos e pontapés com a iniciativa privada**: como não instalar num ministério da área econômica alguém tão singularmente eficaz? No Brasil, como ensinou Tom Jobim, sucesso é ofensa pessoal. E a **independência é o oitavo pecado capital aos olhos de governantes autoritários como Lula** (NUNES, 2011).

A visão do colunista ilustra a percepção do mercado financeiro em relação à Vale e a sua estratégia empresarial, o texto sintetiza as disputas discursivas que marcam o cenário de polarização política que já dava sinais em 2011, mas que se tornou crescente nos anos seguintes culminando na grave crise política e democrática atual. Por hora, não analisaremos o texto de Augusto Nunes, pois retornaremos a ele mais tarde para compreender aspectos discursivos presentes nas declarações dos presidentes da Vale. Porém, é importante observar como o mercado, enquanto uma instituição hegemônica e universal, opera discursivamente como agente dos modelos políticos e econômicos coloniais. O discurso da performance gerencial, fruto da racionalidade instrumental, está intimamente ligado à capacidade de aumentar a

acumulação de capital das empresas, isso se fará presente nas falas dos executivos e nos modelos de governança e nas práticas administrativas da companhia.

Em março de 2015, início do segundo mandato de Dilma, o governo enfrentava muitos desafios de governabilidade impostos pelo clima de grande polarização política e o desgaste da imagem da presidente provocado pelos constantes vazamentos de investigações, delações e depoimentos da Operação Lava Jato sobre a Petrobrás, empreiteiras e estatais. Diante desse cenário de grande instabilidade, Dilma indicou Murilo para o cargo de presidente do Conselho de Administração da Petrobrás, função que exercia em paralelo ao cargo de presidente Vale. O executivo acumulou as duas posições por pouco mais de seis meses. Segundo o governo, a nomeação de Murilo tinha objetivo agregar sua experiência à frente da Vale na gestão da crise das *commodities* para auxiliar a diretoria executiva da Petrobrás no enfrentamento da crise da petroleira. Analistas do mercado viam o acúmulo de cargos como um potencial conflito de interesses entre as duas companhias (COSTAS, 2015), aumentando as acusações de que a nomeação de Ferreira pelo governo tivesse caráter mais político do que técnico. O desgaste de Murilo com alguns setores do mercado era crescente, principalmente, por ter sua imagem associada à presidente em um cenário de crescente polarização política e de pressões pela abertura do processo de impeachment.

O cenário político e econômico era conturbado para ambas as companhias, a Vale era pressionada a dar resultados através de uma política de redução custos operacionais frente a uma queda no valor do minério de ferro de US\$ 100,00 para US\$ 30,00 por tonelada. Em setembro de 2015, pressionado pelas demandas internas da Vale e pelas críticas do mercado, Murilo pediu afastamento temporário do conselho da Petrobrás para focar na gestão da Vale (GAIER, 2015).

4.8. A (ir)responsabilidade da Vale pela Samarco

Em novembro, semanas após Murilo Ferreira pedir afastamento do conselho de administração da Petrobrás, ocorreu o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. Murilo passou a fazer a gestão da crise de modo a blindar a Vale da repercussão negativa ou da responsabilização sobre o desastre. O executivo adotou a estratégia de apresentar a Vale como “responsável-solidária” ou como coadjuvante, enfatizando a independência administrativa e técnica da Samarco em relação às empresas proprietárias.

a Samarco não é uma parte da Vale... a Samarco é uma empresa independente... que tem a sua governança própria... [...] neste momento de emergência nós nos fizemos presentes... [...] não para demonstrar que a Vale estava aqui - - mas ajudar... um posicionamento nosso de solidariedade em relação a esse drama que está vivendo a Samarco (Anexo 6, linhas 92-93; 97; 100-102, grifo nosso).

Com isso, Murilo tentou blindar a imagem da Vale, tentando transformar em atos voluntários de “solidariedade, a sua responsabilidade legal como sócia-proprietária de realizar as ações de reparação e compensação. Em 24 de novembro de 2015, após evidências de que a Vale também utilizava de forma irregular a barragem de Fundão para lançamento de rejeitos, a companhia teve que admitir publicamente sua corresponsabilidade direta pelo rompimento (RAGAZZI; ROCHA, 2019), contrariando o argumento anterior de Ferreira sobre a independência operacional entre a Vale e a Samarco. Poucos dias após vir a público a informação sobre o uso compartilhado da barragem de Fundão pela Vale e criticado pela mídia especializada e pelo mercado financeiro, o executivo oficializou o seu desligamento do Conselho Administrativo da Petrobrás, optando por direcionar seus esforços na gestão da crise financeira e institucional da Vale. O Estadão analisou:

O executivo assumiu o comando do conselho de administração da petroleira com a missão de ajudar a diretoria executiva da estatal a perseguir um caminho de austeridade e disciplina de capital, seu mantra à frente da Vale. Ninguém esperava que a própria Vale enfrentaria uma crise de imagem sem precedentes e que seu comando seria alvo de críticas por decisões relativas à gestão da tragédia na Samarco, empresa na qual é sócia da BHP Billiton. (ESTADÃO, 2016).

4.9. Blindagem da Vale após Mariana e a saída de Murilo Ferreira

Murilo Ferreira, apesar de ter o nome associado pelo mercado aos governos petistas, conseguiu permanecer no cargo mesmo durante o avanço do antipetismo no setor financeiro brasileiro. Em janeiro de 2016, dois meses após o desastre de Mariana, as ações da Vale atingiram seu menor valor, Murilo intensificou o corte de gastos, demissões, venda de ativos, redução do endividamento líquido da empresa e manteve os investimentos em novos projetos de exploração de minério de ferro na Serra dos Carajás, Pará, e em Moçambique. A recuperação do preço das ações a partir de fevereiro de 2016 foi interpretada pelo mercado como sucesso das medidas agressivas e liberais adotadas por Ferreira para contenção da crise financeira e de imagem que atingiu a mineradora.

Em junho de 2016, quando Michel Temer ainda estava como presidente interino, a mídia noticiou a decisão do presidente de substituir o presidente da Vale, especialmente por pressão de políticos da base aliada de Minas Gerais (RIZÉRIO, 2016). No entanto, os representantes

dos acionistas controladores resistiram à mudança, que poderia prejudicar a imagem já desgastada da companhia e a decisão ser interpretada pelo mercado como um aparelhamento da Vale por parte do governo. Com isso, conseguiu que o governo Temer o mantivesse à frente da Vale até maio de 2017 (VAZ, 2016).

Em fevereiro de 2017, Murilo anunciou sua saída da Vale no final do seu contrato em maio, justificada pela idade. Paralelamente ao anúncio, os representantes do governo Temer pela Valepar no conselho de administração da Vale votaram pela conclusão do processo de privatização da companhia com a eliminação das garantias legais de influência do Estado brasileiro sobre a maior exploradora de minérios do país. Essa decisão exigiria um esforço amplo de convencimento dos acionistas minoritários a aderirem à reestruturação societária da companhia, que possibilitaria a mudança para controle difuso, efetivando o que não havia sido evitado pelos movimentos sociais e oposição em 1997 durante o processo de privatização do governo de FHC. O substituto de Murilo teria como principal tarefa, definida pelos representantes do Governo Temer no Conselho de Administração da Vale, “reprivatizar” a Vale, retirando completamente a influência do Estado brasileiro através da Valepar sobre a companhia.

4.10. Governo Temer, indicação de Schvartsman e “reprivatização”

O anúncio da retirada da Valepar do controle acionário e a saída de Murilo Ferreira, abriram uma disputa entre a base aliada de Michel Temer, especialmente PSDB e PMDB (atual MDB), pela indicação do novo presidente da companhia (RAGAZZI; ROCHA, 2019). Em março de 2017, foi anunciado o nome de Fabio Schvartsman à presidência da Vale. Apesar do executivo não possuir experiência no setor de mineração, tinha longa carreira à frente de outras empresas nacionais de *commodities* Kablin, Duratex e Grupo Ultra. Schvartsman foi recebido com muito entusiasmo pelo mercado. O executivo estava entre mais prestigiados do país e reconhecido por entregar resultados agressivos na área financeira com impactos no valor das ações. As matérias enfatizavam o fato de ter dobrado o faturamento da Kablin entre 2011 e 2017, além de ter conduzido um projeto de reestruturação acionária da companhia na bolsa de valores. A mídia associava o perfil de Schvartsman ao de novo Roger Agnelli, um gestor mais voltado ao setor financeiro do que ao setor de mineração, o que era considerado importante para trazer de volta aos acionistas os ganhos exponenciais da década anterior.

Matérias jornalísticas publicadas no período entre o anúncio do nome de Schvartsman em março até sua posse em maio, elogiavam a escolha de Temer e celebravam o que seria a vitória do controle do mercado sobre o controle político do governo. Em maio de 2017, poucos dias antes da transição da presidência de Ferreira para Schvartsman, o empresário Joesley Batista, dono da empresa de frigoríficos JBS, delatou na Operação Lava a jato que o senador e ex-candidato a presidente, Aécio Neves (PSDB-MG), havia manipulado a escolha do presidente da Vale. O empresário entregou à Polícia Federal a gravação de uma conversa telefônica na qual o político assumia ter interferido no processo seletivo da consultoria contratada pela Vale e na escolha de Temer pelo seu indicado. A conversa entre Joesley e Aécio aconteceu no dia 24 de março de 2017, três dias antes do nome de Fabio Schvartsman ser anunciado pelo conselho administrativo da mineradora (ELIAS, 2019).

A gravação foi o principal argumento para o MPF pedir a prisão de Aécio Neves por obstrução de justiça, corrupção passiva e organização criminosa. Na ocasião, Aécio pedia propina no valor de dois milhões de reais a Joesley, mas a condição apresentada pelo empresário era a nomeação de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobrás e do Banco do Brasil, para a Presidência da Vale em substituição a Murilo Ferreira. Segundo Joesley, Bendine teria garantido o pagamento anual de 8 milhões de reais a Aécio caso assumisse o cargo. Aécio afirma que já havia indicado o nome do novo presidente e conseguido a aprovação de Temer. Porém, promete a Joesley que poderia negociar outra diretoria executiva da Vale para Bendine. A matéria do Jornal Nacional à época divulgou a transcrição da gravação:

Aécio Neves - Deixa eu te falar olho no olho, o nosso negócio aqui é olho no olho porque procurei você na sua casa me ajudou pra (palavrão). Vou falar pra você, eu não falei pra ninguém: **eu nomeei o presidente da Vale.**

Joesley Batista - Ah já? Então pronto.

Aécio Neves - **Nomeei hoje.** Esse negócio eu tô cuidando disso. Ele não pode nem saber que tá.

Joesley Batista - Lógico.

Aécio Neves - Mas como eu vou ter liberdade com o cara... A Vale, grandes empresas, tem um [palavrão] diretoria que é a que toca a executiva que não é o presidente. [...] Porque a gente... Presidência não deu porque, o que nós fizemos, **eu consegui um negócio raro pra (palavrão). Botei o cara dentro do headhunter.**

Joesley Batista - Tá.

Aécio Neves - Fiz o cara pesquisar 20 pessoas. Ele teve aqui. Então, ele vai ser anunciado segunda-feira. O Temer não sabe o nome dele. Confiou em mim essa [palavrão]. (JORNAL NACIONAL, 2017, não paginado).

A nomeação de Schvartsman era ideologicamente alinhada aos grupos políticos que desde o primeiro mandato de Dilma se articulavam para ampliar o controle político das instituições, em busca de viabilizar reformas liberais e privatizações. É neste cenário que Fábio assume com total prioridade à reestruturação societária da Vale, a fim de retirar o controle majoritário da Valepar, controlada pelo governo através dos fundos de pensão e do BNDES. O

argumento para a conversão das ações é baseado na responsabilização da influência governamental como razão para a crise da mineradora, o rompimento da barragem da Samarco e a desvalorização das ações da companhia. A migração para um controle difuso do mercado, eliminaria a influência do Estado e garantiria a moralização da companhia.

Uma das tarefas previstas do novo presidente da Vale será a reorganização societária. A empresa quer acabar com a Valepar para transformar a mineradora numa companhia sem controlador até 2020, o que acarretará mudanças no conselho de administração e na estrutura de suas ações em Bolsa. Schvartsman enfrentou desafio semelhante na Klabin, incluindo a transformação de parte das ações em "units". (ESTADÃO, 2017).

Enquanto adotava medidas liberais para completa privatização da governança da Vale, Fábio repetia que o lema de sua gestão era “Mariana nunca mais” (ARBEX, 2022; BASILIO, 2019; RAGAZZI; ROCHA, 2019). Afirmção que num cenário de crise política e institucional, chancelava o livre mercado como saída para todos os problemas da companhia e associava as causas do desastre à influência estatal sobre ela.

A conclusão da conversão das ações preferenciais para ações ordinárias em agosto de 2017 foi a condição para a entrada da Vale no chamado Novo Mercado da Bolsa de Valores Brasileira (B3), um grupo de empresas que atende padrões de gestão financeira e governança exigidos pelo mercado financeiro global, em dezembro daquele ano. A conclusão do processo foi celebrada como um grande feito de Schvartsman à frente da Vale (G1, 2017). Aos acionistas minoritários e à sociedade, a Vale justificou que “as empresas com uma governança mais forte, ou seja, maior independência e transparência nas tomadas de decisão, geram mais valor ao acionista” (VALE, 2017a). Dentre os benefícios que a nova governança traria à empresa, todos estavam direcionados a garantir retorno de capital aos acionistas e proteção ao investimento: governança mais forte; melhores decisões; projetos que trazem retorno mais sólido; possibilidade de melhores resultados; potencial de aumento do preço da ação; tendência de maior distribuição de dividendos.

A Vale está atingindo o nível mais alto de governança na Bolsa brasileira e no mercado de ações. Na prática, isso significa que se tornou uma empresa sem acionista controlador definido e, com isso, além da maior independência em sua administração, conquistou também maior proteção e ampliação de poder dos acionistas minoritários. Com isso, a Vale tem mais capacidade de gerar riquezas e mais independência para fortalecer a sustentabilidade, a ética e a transparência (VALE, 2017a, não paginado).

4.11. Fábio Schvartsman e a repetição do desastre

O período pós-reestruturação foi de grande prestígio para Fabio Schvartsman, tanto ele quanto outros diretores da companhia passaram a marcar presença com mais frequência de

programas e entrevistas a canais internacionais de finanças. O mercado atribuía ao presidente o sucesso de “modernização” da governança da Vale através da transformação da companhia em controle difuso. A Samarco deixava, gradativamente, de ser um passivo para a Vale, os processos de licenciamento ambiental para retomada das operações estavam sendo obtidos sem grandes entraves, mesmo sem o cumprimento dos prazos do processo de reparação e indenização aos atingidos. A previsão de retorno das operações do Complexo de Germano era para 2019, acabou se concretizando em 2020 – devido às pressões decorrentes do rompimento em Brumadinho.

A alta dos preços do minério de ferro nos anos de 2017 e 2018 marcou uma fase de grande lucratividade para a Vale. O Complexo S11D, na Serra dos Carajás no estado do Pará, tornou-se parte central das operações da Vale no Brasil. O estado do Pará possui as maiores reservas e com a maior concentração de ferro do mundo, permitindo que a Vale adotasse o que chamou de “estratégia comercial inovadora”, que consiste em misturar o minério de baixo teor extraído em Minas com o de alto teor do Pará, o “*brazilian blend*”. Essa estratégia foi anunciada pela companhia como uma medida que daria “sobrevida” às atividades extrativistas no estado de Minas Gerais, evitando que a Vale encerrasse atividades nas unidades cujas jazidas já estavam em situação de esgotamento e não representavam vantagem comercial.

A gestão de Fabio Schvartsman amplia a direção das operações da Vale para a Amazônia Legal, investindo pesadamente na aceleração da exploração das reservas altamente lucrativas do estado do Pará. As minas de Minas Gerais, pelo baixo preço de seus minérios, representavam um conjunto de passivos sociais e ambientais (incluindo as barragens e as cavas) muito maiores que o valor de mercado das reservas ainda disponíveis para exploração, deixando de ser prioridade de investimentos da companhia. O estado que foi berço da Vale e financiou sua internacionalização, tornou-se secundário conforme os territórios deixavam de ser rentáveis. Schvartsman ampliou a política de corte de custos que teve um impacto maior nas operações de Minas Gerais (favorecendo o abandono de minas pouco produtivas), enquanto todos os investimentos eram destinados à ampliação das operações no Pará.

Ao longo de 2018, Schvartsman apostou em fortalecer a imagem de uma Vale segura para se investir e garantiu, mais de uma vez, que as barragens estavam “impecáveis”. Em janeiro de 2019, houve o rompimento da barragem B1 na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. O processo de investigação apontou um histórico de problemas e falhas geológicas da estrutura, negligências operacionais e gerenciais, falsidade ideológico de laudos de estabilidade e a ciência do alto nível de gestão da companhia acerca dos riscos que a barragem representava. A despeito de todas as provas, Schvartsman foi quem encabeçou a defesa pública da companhia,

aparecendo em diversas ocasiões nas semanas seguintes em coletivas, entrevistas e reuniões públicas.

Apesar de ter anunciado que permaneceria na presidência após o desastre “para liderar as soluções”, as investigações da PF e da força-tarefa do MPF apontaram responsabilidade direta de Schvartsman e de outros diretores no rompimento da barragem B1. Segundo o livro-reportagem de Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (RAGAZZI; ROCHA, 2019), após a formalização da acusação da PF contra os funcionários da Vale, os advogados do Conselho de Administração da Vale negociaram com o MPF para evitar que houvesse o pedido de “prisão preventiva” dos executivos, em troca se comprometeram em afastá-los da diretoria.

Na manhã do sábado de Carnaval, 2 de março, menos de 12 horas após a reunião no prédio do MPF, em uma carta enviada ao Conselho de Administração, Fabio Schvartsman anuncia sua saída da presidência da Vale sem completar dois anos no cargo, quando assumiu com a promessa “Mariana nunca mais”. É uma saída acordada – e constrangida, pela porta dos fundos. [...] Em efeito dominó, logo depois, ainda no sábado, o conselho da Vale também emite uma nota comunicando a decisão de aceitar o pedido de afastamento de Schvartsman e de outros dirigentes. O teatro acertado antes para a saída parecer honrosa e não provocada pela enorme pressão interna e externa segue sua execução. [...] O comunicado ainda informa a nomeação, a partir daquele momento, de Eduardo Salles de Bartolomeo, então diretor-executivo de Metais Básicos, como diretor-presidente interino da Vale – ele seria confirmado em definitivo no cargo pelo conselho da Vale no dia 29 de abril (RAGAZZI; ROCHA, 2019, pp. 158–159)

Nos dias seguintes e sem alarde, a Vale afastou os outros três diretores e outros 10 funcionários de níveis de média gestão ou operacionais acusados de responsabilidade sobre o desastre foram realocados em novas posições ou demitidos temporariamente. Desde então, a defesa dos funcionários acusados é feita pelo mesmo escritório de advocacia pago pela Vale num contrato estimado de mais de 14 milhões de reais (RAGAZZI; ROCHA, 2019).

5. GESTÃO DA VALE DE 2011 A 2017: O DESASTRE EM MARIANA

Neste capítulo, analisaremos entrevistas de Murilo Ferreira, que presidiu a Vale entre 2011 e 2017, período dos governos de Dilma Rousseff e de Michel Temer. Em 2015, no rompimento da barragem da Samarco, o executivo acumulava cargos estratégicos nas duas maiores empresas transnacionais brasileiras, Vale e Petrobrás. Foi responsável por enfrentar a “crise” institucional da mineradora, em busca de blindá-la dos efeitos negativos decorrentes da repercussão internacional do desastre contra Mariana e o Rio Doce. Ferreira chegou a ser o executivo mais bem remunerado anualmente no país, tendo recebido da Vale em 2017, ano da sua saída, a quantia de 60 milhões de reais (ANGELO, 2019c).

Dentre os ex-presidentes da Vale, Murilo Ferreira é o que possui o maior número de vídeos públicos na plataforma YouTube. Localizamos 17 vídeos com declarações ou entrevistas, sendo 8 ocasiões diferentes. Dentre o material há falas concedidas em português e em inglês, realizadas no Brasil, Argentina e Austrália. No total são 3 entrevistas jornalísticas contendo a interlocução com o entrevistador; 1 coletiva de imprensa em que foi entrevistado em conjunto com dois outros presidentes (da Samarco e da BHP Billiton); 2 vídeos com declarações institucionais, contendo respostas a perguntas que foram omitidas pela edição do vídeo e 2 pronunciamentos em solenidades internacionais.

Todos os materiais foram assistidos na íntegra, porém foram selecionados trechos de cinco vídeos definidos a partir dos objetivos da pesquisa. Priorizamos para realização da análise e da transcrição integral, vídeos que continham entrevistas jornalísticas (entrevistador individual ou coletiva a jornalistas). Dos 17 vídeos localizados no YouTube de Murilo Ferreira ao longo dos seis anos que ocupou a presidência da Vale, 12 vídeos são referentes a 3 entrevistas concedidas ao jornalista Kennedy Alencar.

A primeira entrevista realizada por Kennedy foi para um programa semanal de entrevistas na televisão aberta, “É notícia” da RedeTV, transmitida em rede nacional em 29 de agosto de 2011. A segunda entrevista foi concedida em 2013 para o canal no YouTube do próprio Kennedy Alencar, integrando uma série de vídeo-entrevistas chamada “10 perguntas”, que consiste em dez vídeos de cerca de 2 minutos com pergunta e resposta feitas a personalidades do cenário político e econômico. O critério para elegibilidade dos vídeos da segunda entrevista para o “10 perguntas” foi a relação do conteúdo abordado com os objetivos da pesquisa, a saber, que mencionavam estratégias de governança, relação com o Estado ou visão sobre riscos de desastres e política de segurança. A terceira entrevista dada por Murilo Ferreira a Kennedy Alencar foi para o programa “Entrevista da Semana” do SBT e foi

originalmente ao ar na televisão aberta no dia 15 de dezembro de 2014 – cerca de onze meses antes do rompimento da barragem em Mariana, sendo a última entrevista individual do executivo disponível na plataforma.

Além das três entrevistas ao jornalista Kennedy Alencar, também analisamos a coletiva de imprensa da qual Murilo participou com os presidentes da Samarco e da BHP, concedida a jornalistas de diversas mídias nacionais. Esse é o último vídeo disponível no YouTube com entrevista do executivo. No período posterior ao rompimento até sua saída da Vale, em maio de 2017, não localizamos nenhuma outra entrevista em vídeo do executivo em domínio público.

Na tabela abaixo, apresentamos os vídeos selecionados para serem analisados neste capítulo e os códigos de resposta rápida (*QR Code*) para a página do YouTube em que o vídeo se encontra disponível, bem como a ligação (*link*) para o respectivo anexo com a transcrição dos trechos utilizados. Em caso indisponibilidade dos vídeos nos links oficiais de acesso na plataforma YouTube, pedimos o acesso à cópia de segurança disponível no repositório institucional³³ e cujo endereço alternativo está informado nos anexos, junto às transcrições dos vídeos.

Tabela 2 - Relação dos vídeos de Murilo Ferreira selecionados para análise.

VÍDEO	DATA	GÊNERO TEXTUAL	PÚBLICO-ALVO	DIVULGAÇÃO PRINCIPAL	QR CODE / LINK	ANEXO
V1	29/08/2011	Entrevista Jornalística, Conversação	Mídia, Público de Massa	Televisão Aberta (“É Notícia”, RedeTV)		Anexo 2
V2	15/12/2013	Entrevista Jornalística, Conversação	Mídia, Público de vertentes políticas de centro-esquerda	Internet (“10 Perguntas”, Canal do YouTube e Blog Kennedy Alencar)		Anexo 3
V3	15/12/2013	Entrevista Jornalística, Conversação	Mídia, Público de vertentes políticas de centro-esquerda	Internet (“10 Perguntas”, Canal do YouTube Kennedy Alencar)		Anexo 4
V4	15/12/2014	Entrevista Jornalística, Conversação	Mídia, Público de Massa	Televisão Aberta (“Entrevista da Semana”, SBT)		Anexo 5

³³ Link da pasta em nuvem. Cf.

<https://drive.google.com/drive/folders/1QjS8Lb9pRR98Tv1asYUX4k2kV1IFH9Zf?usp=sharing>

V5	15/12/2014	Entrevista Jornalística Coletiva (Coletiva de Imprensa)	Mídia, Governos, Comunidades atingidas e Sociedade em Geral	Internet (Canal da Samarco Mineração no YouTube)		Anexo 6
----	------------	---	--	---	---	-----------------------------

Primeira entrevista a Kennedy

A primeira entrevista concedida por Murilo Ferreira a Kennedy Alencar (V1) foi transmitida em horário nobre em rede aberta de televisão pelo canal RedeTV. A entrevista de agosto de 2011 foi dada três meses após Murilo Ferreira assumir a presidência da mineradora, era o primeiro ano de Dilma no Planalto e o Brasil passava pelo melhor cenário econômico das últimas décadas. Segundo Bresser-Pereira (2016), a economia brasileira havia passado relativamente bem pela crise de 2008, os indicadores eram favoráveis e impulsionados pelo superciclo das *commodities* dos anos anteriores, o consumo interno estava aquecido, o real vinha de um histórico de câmbio sobrevalorizado e bons índices de investimentos internacionais no país, especialmente o mercado de ações e o setor de infraestrutura – grande consumidor de minério de ferro e derivados – que eram impactados pelas demandas das obras para Copa do Mundo e Olimpíadas.

Segunda entrevista a Kennedy: 2 vídeos

Os vídeos da segunda entrevista (V2 e V3), dezembro de 2013, foram localizados no canal do jornalista Kennedy Alencar na plataforma YouTube, tendo sido divulgados principalmente em suas redes sociais e no seu site Blog do Kennedy com veiculação entre seus seguidores, formado majoritariamente pelo público de vertentes políticas de centro e centro-esquerda. Na ocasião da entrevista, o país enfrentava a crise do preço das *commodities*, a China passava por uma desaceleração abrupta das taxas de crescimento anuais, impactando diretamente a economia brasileira. Naquele ano, as ruas de todo país foram palco de inúmeras manifestações, iniciadas no mês de junho 2013 (GOHN, 2016). Foi um ano de consequências políticas profundas para a história do país, marcado pela ruptura do Pacto Social Desenvolvimentista firmado na década anterior pelo ex-presidente Luiz Inácio da Silva com o setor financeiro e industrial brasileiro através da “Carta ao povo brasileiro” (LULA DA SILVA, 2002).

Em 2013, a burguesia industrial, cansada de baixos lucros, senão prejuízos, debilitada por anos de desindustrialização e desnacionalização, sem líderes com clareza ideológica, repetiu o que tinha feito na crise de 1960 e juntou-se aos capitalistas

rentistas, incluindo a classe média rentista, o setor do agronegócio e os financistas. Embora o liberalismo econômico não esteja no sangue dos industriais, o projeto de desenvolvimento sem lucros que o PT lhes oferecera evidentemente não faz sentido, e a burguesia brasileira voltou a se unir, novamente sob a hegemonia do liberalismo conservador. Fracassara a tentativa do PT de construir um novo pacto-político nacional-popular (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 373).

Na entrevista de dezembro de 2013, Murilo falava especialmente às classes médias de centro e centro-esquerda diretamente afetadas pelos primeiros sinais da polarização social e do colapso do pacto dos principais setores da economia nacional com a proposta de desenvolvimento social.

Terceira entrevista a Kennedy

Um ano depois, 15 dezembro de 2014, Dilma acabara de ser reeleita, mas o cenário político continuava turbulento e havia necessidade de estabelecimento de um novo pacto nacional-popular. Essa última entrevista de Murilo Ferreira a Kennedy Alencar (V4) aconteceu dois meses após a reeleição de Dilma Rousseff (PT), o país ainda sentia os efeitos de uma disputa de segundo turno bastante polarizada contra Aécio Neves (PSDB), que perdera por três pontos percentuais. Essa pequena diferença entre os candidatos era reflexo de um Brasil profundamente dividido. Logo após a divulgação do resultado, Neves não reconheceu a derrota alimentando suspeitas sobre credibilidade do sistema eleitoral e pediu recontagem dos votos. Mesmo após a confirmação da legitimidade do resultado, o PSDB e os partidos de oposição mantiveram o clima de polarização das eleições durante o segundo mandato. É diante desse clima de polarização e da tentativa midiática de deslegitimar a decisão democrática das urnas que o programa “Entrevista da Semana” foi ao ar em rede nacional pelo SBT. A versão original foi mantida na íntegra no acervo de vídeos da emissora na plataforma de vídeos YouTube.

Sobre o entrevistador

Kennedy Alencar, a quem Ferreira concedeu três entrevistas públicas antes do rompimento de Mariana, é jornalista político e econômico reconhecidamente alinhado ao PT, com uma longa trajetória jornalística na Folha de São Paulo, onde foi repórter, redator, editor-assistente, editor da coluna Painel, repórter especial internacional entre 2001 e 2008 na cobertura do conflito de Kosovo e da guerra contra o Paquistão e o Afeganistão. De volta ao Brasil passou a atuar como apresentador, colunista e comentarista em diversos veículos da imprensa: Rádio CBN, Rede TV, SBT, UOL e veículos próprios como Blog do Kennedy e seu

canal pessoal no YouTube. Durante a campanha presidencial de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito para seu primeiro mandato, Kennedy atuou como assessor de imprensa do PT na campanha de Lula (ALENCAR, 2020). O fato de ter trabalhado diretamente com o ex-presidente é frequentemente mencionado por jornalistas de centro-direita e direito. A despeito disso, a passagem do jornalista por canais da imprensa com diferentes linhas editoriais foi bastante profícua, tendo realizado entrevistas históricas de nomes do cenário político nacional e internacional de diversos espectros político-ideológicos.

A trajetória de Murilo Ferreira

Segundo o currículo divulgado no site institucional da Vale (2015a), Murilo Pinto de Oliveira Ferreira é Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo e com pós-graduação em gestão pela FGV do Rio de Janeiro e pelo International Institute for Management Development Business School de Lausanne, Suíça. Sua primeira passagem profissional pela Vale, então CVRD, foi em 1977 como Analista Financeiro e Econômico. Também atuou em cargos de diretoria e presidência de mineradoras como Alunorte, Albrás, Aluvale e Mineração Vera Cruz.

Em 2005, Murilo retornou a Vale para integrar a Diretoria-Executiva da companhia. Em 2007, foi promovido ao cargo de Presidente da então Vale Inco, atual Vale Canadá, cargo que ocupou até o fim de 2008, quando se desligou da Vale e retornou ao Brasil. Em 2011, foi um dos três nomes indicados pela consultoria internacional de recrutamento e seleção de executivos, Spencer Stuart, para substituir Roger Agnelli na presidência da Vale. A Valepar, então maior controladora da mineradora e com participação acionária importante do Governo Federal através do BNDES, foi decisiva na escolha de Ferreira para o cargo.

Murilo Ferreira, apesar de manter uma fala bastante coerente, compassada e articulada em todas as entrevistas, em geral apresenta poucas expressões faciais ou gestuais. Frequentemente, o executivo se pronuncia por longos segundos com o corpo rígido e o olhar fixo no entrevistador. Essa postura pouco espontânea, em certos momentos aparenta timidez e em outros demonstra uma certa artificialidade ou desconforto.

Gêneros textuais: entrevistas jornalísticas

Os vídeos utilizados na análise pertencem ao gênero de entrevistas jornalísticas. A escolha do gênero textual constitui uma forma particular de interação entre agentes sociais

(indivíduos e organizações). A análise de gêneros textuais – contexto situacional no qual o texto está inserido – busca discutir seu papel nas ações e interações que compõem os eventos sociais. Através do gênero textual é possível analisar a Colonialidade do Poder e a dimensão acional (orientada às ações e práticas) do discurso, identificando como as instituições do estado e as corporações organizam as estratégias de veiculação dos discursos hegemônicos.

A decisão de conceder entrevista a redes populares de televisão abertas, como em 2011 (V1) e 2014 (V4), pelo presidente da maior multinacional brasileira demonstra o interesse de interação com o grande público, representado principalmente pela classe trabalhadora. A entrevista de 2013 (V2 e V3), diferentemente, coloca a Vale para dialogar com um público mais específico, a classe média com perspectivas políticas de centro e centro-esquerda. Nessas três ocasiões, tendo Kennedy como âncora de sua mensagem, Murilo fala para atores que em geral não possuem influência direta sobre os resultados comerciais da Vale, pessoas que não estão entre *stakeholders* estratégicos para a mineradora, mas dão sustentação ao projeto político-econômico progressista defendido pelos governos do PT.

Nas entrevistas a Kennedy Alencar, Murilo Ferreira fala a um público que, em geral, se mantinha a certa distância da Vale e de seus negócios, por não serem acionistas, nem funcionários, nem clientes, nem fornecedores e nem pertencentes às comunidades locais diretamente afetadas pelas operações. De modo geral, esse público-alvo, tanto da televisão aberta quanto seguidores do jornalista político, ainda que percebessem as decisões da Vale como desvinculadas de seus problemas cotidianos, eram atores estratégicos dentro de um contexto político mais amplo. A classe trabalhadora e a classe média formavam a maioria do eleitorado do PT e eram o alvo das campanhas de oposição que questionavam o modelo progressista e de distribuição de renda. Dessa forma, defender o projeto político do governo para esses grupos era fundamental para garantir governabilidade e manter a base de apoio de Dilma em um momento de forte oposição.

Isso é evidenciado pelo contexto político do governo Dilma nas ocasiões nas quais as entrevistas do presidente da Vale foram transmitidas na televisão aberta, abordando estratégias de negócio e relacionamento com o governo federal. A entrevista de 2011 (V1), transmitida pela RedeTV, aconteceu quando Dilma estava há poucos meses na presidência e enfrentava críticas da mídia às políticas econômicas regulatórias e à decisão pela demissão de Roger Agnelli da presidência da Vale. A outra entrevista que foi ao ar pelo SBT (V4) em dezembro de 2014 aconteceu num contexto de polarização política após a reeleição de Dilma e o não reconhecimento da derrota por parte de seu adversário no segundo turno, Aécio Neves. Nas duas ocasiões, Dilma passava por ataques reiterados de veículos de imprensa direcionados ao

grande público, no início do primeiro mandato era questionada sobre sua capacidade política de dar continuidade aos indicadores de crescimento dos governos Lula, após a reeleição, sofria ataques de ódio que visavam fortalecer um sentimento antipetista com objetivo de desestabilizar sua governabilidade no segundo mandato.

Em dezembro de 2014, apesar de reeleita, Dilma tinha como desafio enfrentar um contexto de grande polarização nacional e a Vale foi argumento das acusações de que seu governo gerava prejuízos à economia nacional (NUNES, 2011). A produção de uma tensão popular contra o resultado das urnas e a desestabilização política foram acirradas pelo não reconhecimento da derrota por seu adversário no segundo turno, Aécio Neves e seu partido (TEIXEIRA, 2019), com acusações persistentes e misóginas dos principais veículos da mídia de massa brasileira contra falas e propostas de Dilma (ARAÚJO, 2014, 2017; FERES JR.; SASSARA, 2016; PINHEIRO; VIEIRA, 2018; ROCHA, 2019).

Se antes da campanha a proporção de negativas e neutras era de aproximadamente uma para uma, e durante a campanha as neutras ultrapassaram as negativas, depois da vitória de Dilma, as negativas subiram para patamares três vezes mais elevados que o de neutras, e se mantiveram consistentemente nessa proporção até o impeachment. Assistimos verdadeiramente a um massacre midiático (FERES JR.; SASSARA, 2016).

A escolha da Vale de se comunicar com a população através do gênero entrevista jornalística não é casual, tampouco os temas escolhidos para as perguntas. Essa decisão envolve a compreensão dos efeitos da mensagem neste formato textual poderia produzir. Os gêneros jornalísticos são sustentados na pretensa – e inatingível – busca pela verdade, a partir de uma estrutura textual que mantém para o expectador a percepção de transparência, imparcialidade e neutralidade. Ainda que haja consenso de que tal pretensão não deve ser tomada de forma absoluta, todos os gêneros textuais que compõem o trabalho jornalístico precisam defender a objetividade como condição essencial para a efetividade discursiva do jornalismo (MARQUES, 2021).

A entrevista jornalística, diferente de outros gêneros baseados no diálogo ou na conversação, precisa manter no horizonte a pretensa fatualidade. Ela pode, como todos os demais gêneros jornalísticos, ser caracterizada como de opinião (editorial, crônica etc.) ou de informação (reportagem, notícia etc.). E, em ambas as ocasiões, Kennedy produz entrevistas que tem por objetivo transmitir a opinião do entrevistado sobre o cenário político e econômico nacional. Desse modo, mais do que a neutralidade, interessa nos gêneros jornalísticos “*em particular no modo como o locutor (o jornalista) dá voz aos outros, no modo como apresenta a verdade dos outros*” (MARQUES, 2021, p. 145).

Kennedy propôs perguntas que possibilitaram a Murilo apresentar sua defesa das acusações da mídia contra sua admissão e sua competência técnica para o cargo, mas também responder às críticas contrárias às estratégias de negócio da Vale ou contra a política econômica do governo Dilma.

Ao dar voz aos outros, o DR (discurso relatado) parece desresponsabilizar o locutor e objetivar o discurso, ainda que seja uma desresponsabilização “limitada”, relativizada. A atribuição de um ponto de vista a outra fonte enunciativa é, ainda assim, assumida pelo locutor enquanto responsável pela seleção do excerto a relatar, pela sua integração num particular momento do discurso e pelo modo de relato escolhido (MARQUES, 2021, p. 145).

Nos trechos disponíveis da entrevista de 2011 (V1), realizada poucos meses após a troca de Roger Agnelli por Murilo Ferreira, Kennedy faz perguntas sobre temas que estavam sendo alvo de ataques da mídia: relação com o governo e com o mercado, investimentos na África e no Brasil, sistema de tributação do novo marco da Mineração, opinião sobre o cenário político nacional. Apesar do alinhamento do jornalista com o governo, as perguntas são feitas com as principais críticas e acusações do mercado e da mídia à Murilo e ao governo Dilma. Dessa forma, o tom de objetividade e fatualidade exigida pelos gêneros jornalísticos é garantida, ao mesmo tempo que o jornalista favorece a Murilo condições de ocupar o debate e responder às acusações diante da opinião pública, afirmando independência em relação aos interesses do governo e prioridade pelos interesses do mercado.

5.1. A Governança da Vale durante a Presidência de Murilo Ferreira

A entrevista de agosto de 2011 (V1), transmitida pela RedeTV, acontece em um contexto em que Murilo Ferreira precisa afirmar sua competência para presidir a Vale e se consolidar politicamente como alguém que atuará com independência em relação ao governo e que merece a confiança do mercado. Embora, naquele momento, a China já tivesse anunciado a sua decisão política pela desaceleração econômica e os preços das commodities começassem a dar sinais de queda (Anexo 12), ainda não se previa o tamanho do impacto econômico que a crise das commodities representaria para a economia brasileira.

Para analisarmos os discursos presentes na primeira entrevista é importante resgatar a coluna de Augusto Nunes (2011) escrita para Veja em abril de 2011, quatro meses antes da entrevista para RedeTV, na qual o jornalista acusava a ex-presidente Dilma de causar prejuízos à Vale ao demitir Agnelli injustamente pelo único “erro” de ser “muito competente”. O jornalista insinua, com isso, que Murilo Ferreira não teria competência técnica para o cargo,

uma vez que fora escolhido por um suposto alinhamento ideológico com os governos petistas. Somando-se às acusações da Veja e das demais mídias de massa que tentavam atingir Dilma, contribuía para a dificuldade de Murilo consolidar-se no novo cargo a reversão de tendência do preço das *commodities* e os resultados ruins dos primeiros meses após a sua chegada. O minério de ferro, que em fevereiro de 2011 havia atingido a cotação histórica de 187,18 USD/ton., entrava em um ciclo de quedas consecutivas que duraria até fevereiro de 2016, quando chegou a 41,88 USD/ton. (Anexo 12).

Por outro lado, o desempenho de Agnelli em seus dois últimos anos à frente da Vale contou com a influência de um crescimento exponencial na cotação do minério de ferro (Anexo 12), que representou um aumento de 300% no preço da tonelada de minério de ferro naquele período. A chegada de Ferreira coincidiu com a inversão de tendência dos preços e com uma sequência de prejuízos. Embora a companhia se esforçasse para manter a produção constante ou crescente, o faturamento estava em queda livre. As comparações dos resultados de Ferreira com os de seu antecessor eram inevitáveis, veiculadas na imprensa de massa influenciavam a opinião pública e contribuía para uma culpabilização de Dilma pelos prejuízos. Veículos da mídia, principalmente aqueles ideologicamente alinhados com o setor financeiro, passaram a responsabilizar o governo pela queda no faturamento da Vale e pela desvalorização das ações, com a acusação de que a substituição da presidência da companhia teria sido a causa do colapso (ARAÚJO, 2014, 2017; BARBOSA, 2014; FERES JR.; SASSARA, 2016; PINHEIRO; VIEIRA, 2018).

Retomemos o trecho da coluna de Augusto Nunes para a Veja:

Ao se intrometer na vida da Vale, o governo federal produziu simultaneamente três assombros: inventou a demissão por excesso de competência, transformou Roger Agnelli no único executivo da história que perdeu emprego por ter feito tudo certo e criou a primeira empresa privada do Brasil cuja diretoria é escolhida pelo Palácio do Planalto e decidiu nesta segunda-feira que o novo comandante será o ex-diretor Murilo Ferreira. Não é pouca coisa. E não é tudo. Bastou a notícia de que o governo resolvera ditar os rumos da Vale para que mais de 4 milhões de investidores comessem a perder dinheiro (NUNES, 2011).

As organizações Globo – principal conglomerado de comunicação do país e detentor de mídias televisiva, impressa e radiofônica – manteve uma linha editorial semelhante à Veja, alimentando um suposto antagonismo entre interesses do governo e interesses de mercado nas notícias sobre primeiros meses de resultados negativos de Murilo Ferreira (GONÇALVES; MOREIRA; QUINTÃO, 2011). A Rede Globo, o canal de televisão aberto com maior audiência do país, investia numa campanha de acusações à política econômica do governo e propagação de um discurso antipetista que associava as decisões de Dilma à prejuízos para o mercado

(FERNANDES; ARTICO; OLIVEIRA, 2020; ROCHA, 2019). Portanto, além do gênero textual de entrevistas jornalísticas televisivas, há uma dimensão acional (orientada às ações e práticas) no fato das entrevistas terem sido veiculadas em canais de menor audiência, a primeira na RedeTV e a segunda no SBT, demonstrando uma tentativa de um posicionamento discursivo contra hegemônico junto aos telespectadores das mídias de massa.

O gênero textual e suas estratégias de divulgação possibilitam a materialização do discurso no campo acional – das ações a das práticas – funcionando como um instrumento para o exercício da colonialidade do poder. Desse modo, a escolha de utilizar uma veiculação televisiva da entrevista jornalística para um entrevistador com alinhamento político com a política econômica desenvolvimentista do governo possibilitou à Vale disputar a opinião pública no mesmo gênero textual e no mesmo campo de veiculação no qual o mercado e a oposição construíam sua versão acusatória.

No início da entrevista transmitida pela RedeTV em 2011, Murilo fala sobre as prioridades de sua gestão e a relação com os interesses do mercado e do governo:

olha... éh... eu tenho alguns alvos na minha gestão... primeiro é trazer um bom retorno aos acionistas... segundo ser a empresa campeã mundial em sustentabilidade... terceiro ter um bom clima organizacional... eu não sei em que isso vai em conflito com o governo... se eu tiver uma alta rentabilidade... o governo vai arrecadar mais em impostos... em royalties e tudo mais... (Anexo 2, linhas 6-10)

Murilo enfatiza “*eu tenho alguns alvos na minha gestão... **primeiro é trazer um bom retorno aos acionistas***” (Anexo 2, linhas 6-7, grifo nosso). A afirmação é seguida de dois outros alvos ou preocupações de sua gestão: sustentabilidade e clima organizacional. Embora tenha afirmado, pouco antes, que em seus cem dias na presidência da companhia estava em uma jornada em prol da Segurança do Trabalho, esse tema não é mencionado ao elencar os alvos de sua gestão. Ao declarar o *retorno aos acionistas* como sua principal prioridade, o executivo tenta responder à acusação de parte da imprensa de que fora escolhido para o cargo com o objetivo de defender os interesses do governo em prejuízo dos interesses do mercado e dos acionistas. Essa fala inicial precisa ser entendida a partir de um diálogo com a mídia, a exemplo da coluna de Augusto Nunes para a Veja.

O uso do verbo “trazer” por Ferreira, para se referir ao retorno aos acionistas, produz duas possibilidades de sentido. Na primeira, o executivo fala da mesma posição dos capitalistas, transmitindo o sentido de que é “um deles” e “está do lado deles”, uma vez que disse “trazer” ao invés de “levar” ou “entregar um bom retorno aos acionistas”. Desse modo, Murilo reafirma seu compromisso com o mercado, ainda que os resultados da companhia nos primeiros meses após a sua chegada tenham sido negativos, impactados pela reversão no preço das *commodities*.

Ao dar ênfase à rentabilidade financeira, tenta desassociar os prejuízos imediatos apresentados aos acionistas das acusações da imprensa de que sua escolha para dirigir a Vale fosse por razões políticas e não por competência técnica. Murilo tenta mostrar-se capaz tecnicamente, tentando desassociar a sua nomeação aos recentes prejuízos à companhia.

O segundo sentido estaria ligado a uma tentativa de corresponder às expectativas do governo em relação à sua gestão, principalmente de priorizar os interesses nacionais. Para aqueles que esperavam de Murilo um compromisso com o projeto neodesenvolvimentista nacional, a expressão poderia ser entendida a partir de uma posição na qual Murilo e os acionistas estão acompanhados também dos expectadores, sendo o Brasil ou a economia brasileira. Assim, “*trazer um bom retorno aos acionistas*” poderia ter um sentido de um suposto interesse público, baseado na nacionalização desses rendimentos e desses acionistas, que ao terem lucro com as ações da Vale possibilitariam a entrada de capital externo na economia nacional.

Essa disputa de sentidos do verbo “trazer” presente na afirmação do executivo remete à reflexão sobre a relação entre acionistas e população local apresentada por Zygmunt Bauman em “Globalização: consequências humanas”. Nas companhias de capital aberto, os acionistas são os únicos realmente livres dos efeitos do negócio sobre o espaço, eles podem ser e estar em qualquer lugar, diferente de todos os outros que estão envolvidos nas operações de uma empresa: trabalhadores, fornecedores, parceiros, comunidade local. Porém, são os acionistas os proprietários da companhia, são seus legítimos detentores, e os Estados atuam na garantia de que os seus interesses serão prevalecidos em relação a qualquer outro.

Cabe a eles portanto mover a companhia para onde quer que percebam ou prevejam uma chance de dividendos mais elevados, deixando a todos os demais – presos como são à localidade – a tarefa de lamber as feridas, de consertar o dano e se livrar do lixo. A companhia é livre para se mudar, mas as consequências da mudança estão fadadas a permanecer. Quem for livre para fugir da localidade é livre para escapar das consequências. Esses são os espólios mais importantes da vitoriosa guerra espacial. (BAUMAN, 1999, pp. 15–16).

A possibilidade de levar seus negócios – a qualquer momento e para qualquer lugar – funciona como ameaça aos governos locais que temem serem excluídos da modernização colonial. Porém, os acionistas não possuem qualquer relação com as localidades de onde tiram seus dividendos, são entes desterritorializados, flexíveis, os “cosmopolitas” dispostos a circular o globo em buscar de oportunidades de negócios mais lucrativos. Como exemplo disso, temos as recentes declarações do maior bilionário do mundo que prevê investimentos da ordem de bilhões de dólares na “oportunidade” de “colonizar” o planeta Marte, vislumbrando vender passagens aos que quiserem escapar da Terra. Disse o executivo: “se a mudança para Marte

custa, para fins de argumentação, US\$ 100 mil, então acho que qualquer pessoa pode trabalhar e economizar e, eventualmente, ter US\$ 100 mil para poder ir a Marte, se quiser. Queremos disponibilizar [as viagens] para quem quiser ir” (MUSK apud UOL, 2022). O discurso da colonialidade, presente na relação estabelecida pelos grandes acionistas com o espaço, não somente é reproduzido por Murilo Ferreira, como é justamente o que se espera que ele fale para comprovar sua competência para presidir uma multinacional como a Vale.

Na sequência, Murilo tenta negar que exista um conflito de interesses entre mercado e governo: *“eu não sei em que medida isso vai em conflito com o governo... se eu tiver uma alta rentabilidade... o governo vai arrecadar mais em impostos... em royalties e tudo mais”* (Anexo 2, linhas 8-10, grifo nosso). Embora tenha mencionado anteriormente que sustentabilidade e clima organizacional eram o segundo e terceiro alvo da sua gestão, ao defender os benefícios que a Vale pode oferecer ao governo, mencionou unicamente a rentabilidade: *“se eu tiver uma alta rentabilidade... o governo vai arrecadar mais... em impostos... em royalties e tudo mais...”* (Anexo 2, linhas 9-10).

Na expressão, o executivo usa o pronome “eu” em um contexto em que seria esperado que dissesse “a Vale”, *“se a Vale tiver alta rentabilidade”*. Ao se colocar pessoalmente como sujeito da frase, Murilo personifica o cargo de presidente da companhia, tentando demonstrar que apesar de recém-chegado ele e a Vale são uma coisa só, os interesses da companhia são os seus próprios. Mostra-se como um “homem de negócios”, um “cara do mercado”, ao invés de um “amigo do governo” como era sugerido pela imprensa.

Por outro lado, quando usa a primeira pessoa ao invés de terceira *“se eu tiver uma alta rentabilidade”* logo após negar conflito de interesses entre mercado e governo, Murilo reafirma perante a opinião pública sua capacidade para o cargo. Essa capacidade seria sustentada por um papel de intermediador de interesses, característica que ele apresenta como uma vantagem dele em relação a Agnelli. Desse modo, o executivo se defende com a afirmação de que ao trabalhar pelo bem do mercado, está beneficiando o interesse de todos: do governo e do país.

Na sequência da afirmação, Murilo apresenta uma relação de condicionalidade: *“se eu tiver uma alta rentabilidade... o governo vai arrecadar mais em impostos... em royalties e tudo mais”* (Anexo 2, linhas 9-10) marcada pelo uso da conjunção “se” na primeira oração: “se eu tiver alta rentabilidade... então o governo vai arrecadar mais”; “o governo arrecadará mais, caso eu tenha alta rentabilidade”. A relação de condicionalidade permite, ao mesmo tempo, a construção do sentido positivo, a promessa de benefício, e contra-positivo, o de ameaça de malefício: “se eu NÃO tiver uma alta rentabilidade, o governo NÃO vai arrecadar mais em impostos, em royalties e NADA mais...”.

Essa afirmação foi produzida e transmitida em um contexto econômico de superávit primário recorde, a diferença entre receita líquida e despesa total do governo havia alcançado em junho de 2011 o melhor índice de uma série histórica de bom desempenho econômico desde o governo Lula (Anexo 14). Neste cenário histórico de crescimento, a afirmação de Ferreira assume também um sentido causal associado à Vale, ou seja, “*se o governo arrecadou mais em impostos, em royalties e tudo mais, é porque a Vale teve uma alta rentabilidade*”. Além de incluir a Vale como responsável pelo bom resultado da política econômica do governo, ao usar a expressão “*e tudo mais...*” transmite a ideia de que a lucratividade da Vale gera benefício ilimitado ao país. Isso reforça o sentido de que quando o governo adota medidas que interferem no lucro da Vale não estaria agindo pelo bem da economia nacional, mas por interesses políticos.

A expressão “*eu não sei em que medida isso vai em conflito com o governo... se eu tiver uma alta rentabilidade... o governo vai arrecadar mais em impostos... em royalties e tudo mais*” (Anexo 2, linha 8-10) abriga ainda um truísmo ao aludir à dependência do Estado dos lucros obtidos pela Vale. Bruno Milanez, ao analisar a relação entre a alta no preço das commodities minerais e a política macroeconômica dos governos Lula, apontou para a convergência nacional e global que levou o país a uma dinâmica de crescimento cujo eixo foi a exportação de minérios – principalmente ferro –, expondo a economia à alta volatilidade de preços das commodities (MILANEZ, 2012, p. 28). Embora utilizada em defesa da atividade extrativa mineral, não é falsa a afirmação de que o lucro da Vale sustentou as políticas de distribuição de renda durante os governos do PT, pelo contrário, demonstra a reprimarização da economia e a colonialidade presente no projeto neodesenvolvimentista.

Em 2009, cerca de 20% das exportações e mais de 3/5 do saldo da Balança Comercial (BC) brasileira era proveniente de commodities minerais, desse montante 63,58% era exclusivamente de minério de ferro (DNPM apud SANTOS, 2013), cujo maior produtor e exportador é a Vale. Soma-se a isso a tendência da economia brasileira, a partir de 1990, de “descolamento da curva da BC de uma posição equilibrada para uma obsessão pela obtenção de superávits nominais contínuos e crescentes e, portanto, da reversão da tradicional orientação introvertida (*inward-orientation*) da economia nacional” (SANTOS, 2013, p. 82). Essa gradativa dependência de superávits primários para manutenção da estabilidade da economia nacional favorecia uma política fiscal de incentivo com isenções fiscais para a exportação de commodities. De modo que as empresas nacionais, como a Vale, tinham maior lucratividade com a exportação do que a venda para o mercado interno (MILANEZ, 2012).

Segundo Rodrigo Salles Santos (2013), o orçamento público para a continuidade do modelo de Estado de bem-estar social exigia do governo a manutenção do superávit primário da balança comercial. Para isso a exportação de minério de ferro teve papel fundamental, principalmente num cenário de sobrepreço. Porém, os lucros auspiciosos favoreceram a reprimarização da economia nacional, cuja expansão da atividade extrativa mineral foi convertida em esteio do desenvolvimento econômico brasileiro. Portanto, quando Murilo enfatizou a ausência de conflito de interesses entre a Vale e o governo, expressa a colonialidade presente nas bases do neodesenvolvimentismo, que nos dita o que devemos saber, fazer e ser. Produzimos uma subjetividade capaz de sustentar uma dinâmica econômica na qual “a dependência externa é suportada e reforçada de forma planejada, constituindo um elemento distintivo do ciclo ideológico do neodesenvolvimentismo (SANTOS, 2013, p. 83).

Pedimos que retome as linhas 8 a 13 do quadro do Anexo 2 (a partir de 42s do vídeo), que dá sequência ao trecho acima analisado. Após Murilo negar o conflito entre mercado e governo, afirmando a dependência do Estado em manter a rentabilidade da Vale alta, Kennedy de maneira informal e descontraída completa a fala do entrevistado com a exclamação: “*e os acionistas vão ficar satisfeitos*” (Anexo 2, linha 11). A intervenção do jornalista demonstra cumplicidade e concordância com o executivo, o comentário assume um tom publicitário e entusiástico, como se recomendasse um produto ou ideia capaz de satisfazer as necessidades do cliente. O comentário do jornalista legitima o compromisso já afirmado pelo executivo com os acionistas e o mercado.

Após a intervenção de Kennedy, Murilo continuou tentando justificar como um benefício público, os interesses privados de lucratividade da Vale – até então circunscritos à própria companhia, ao governo e aos acionistas – “*e mais... o melhor... a parte mais virtuosa... esses recursos/ esses acionistas vão ficar tão satisfeitos que eles não vão pedir mais dividendos... eles vão pedir para investir em outro projeto gerando mais oportunidades... gerando novos empregos*” (Anexo 2, linhas 12-14, grifo nosso).

Este trecho é profundamente explicativo da moral que sustenta o sistema-mundo da Modernidade/Colonialidade, permitindo a reprodução do modo de subjetivação capitalista. A expressão relaciona uma terceira consequência automática decorrente da alta rentabilidade da Vale: a primeira seria o aumento na arrecadação do governo; a segunda, a satisfação dos acionistas; e terceira e “*mais virtuosa*” é a geração de mais oportunidades e empregos. A frase negou o caráter perverso do modelo de negócio da Vale, buscando apresentar o aumento na acumulação de capital pelos acionistas como o meio cujo objetivo-fim é o bem universal: gerar mais vagas de empregos para a população que está fora desse sistema.

É importante observar como a expressão de Murilo Ferreira ao defender a benevolência espontânea dos donos do capital pareceu parafrasear as teses de Adam Smith em “A Teoria dos Sentimentos Morais” (1999) ao teorizar sobre uma suposta virtude natural dos homens de negócio em priorizar os interesses comuns.

Para o autor, os sentimentos morais e a virtude de caráter eram inalcançáveis espontaneamente para os “homens” que vendiam sua força de trabalho para sobreviver, pois a atividade operacional e repetitiva era causadora de estupidez e ignorância. A divisão de trabalho, que submete os trabalhadores a uma rotina degradante e autodestrutiva, levava à perda do controle sobre seus próprios esforços e seu próprio tempo, conseqüentemente, à morte espiritual e moral do trabalhador.

Os capitalistas, por outro lado, livres da necessidade de vender sua força de trabalho, conseguiam cultivar suas virtudes e sabedoria, sendo-lhes possível agir com espontânea simpatia e compaixão pelos desvalidos e fracassados segundo o “sistema de governo divino” sobre o mundo. Para Smith (1999), essa superioridade moral dos homens de negócio – sustentada por um sentimento de benevolência universal – determinaria os destinos do capital, movendo o mercado com sua própria mão, invisível e virtuosa. Smith sintetizou seu pensamento sobre os capitalistas em um trecho bastante representativo da moral que sustenta ideologicamente o sistema-mundo da modernidade-colonialidade:

A todo momento o homem sábio e virtuoso está disposto a sacrificar seu próprio interesse particular ao interesse público de sua própria ordem ou sociedade. Ademais, a todo momento está disposto a que o interesse de sua ordem ou sociedade seja sacrificado ao interesse maior do Estado ou da Soberania da qual é apenas parte subordinada. Deveria, pois, estar igualmente disposto a que todos esses interesses inferiores fossem sacrificados ao interesse maior do universo, ao interesse da grande sociedade de todos os seres sensatos e inteligentes, dos quais o próprio Deus é administrador e diretor imediato. Se está profundamente marcado pela convicção habitual e plena de que esse Ser benevolente e onisciente não pode admitir em seu sistema de governo nenhum mal parcial que não seja necessário para o bem universal, deve considerar todos os infortúnios (SMITH, 1999, pp. 294–295)

Tanto a expressão de Murilo quanto o trecho de Adam Smith associam a virtude espontânea dos donos do capital a uma certa moral religiosa na qual o *investimento* de capital representa uma oferenda em nome do bem comum, um sacrifício contra seus interesses inferiores. O ato de *investir*, portanto, funciona como uma prova de boa intenção e de merecimento da expiação e purificação moral.

Na tradição judaico-cristã, o sacrifício ou penitência é uma oferta do pecador em pagamento pela absolvição de uma culpa reconhecida. A expressão do executivo, portanto, ao associar o investimento a um sacrifício/oferta dos lucros pelos acionistas, demonstra uma tentativa de associar sua busca por alta rentabilidade às virtudes capitais da moral religiosa,

negando qualquer relação dos vícios capitais como ganância, cobiça, soberba, avareza, luxúria. Afirmações de boas intenções do mesmo modo que “*as negações de intenção, como podemos chamá-las, são estrategicamente muito eficazes, uma vez que o acusador não tem muito como provar as intenções negativas*” (DIJK, 2009, p. 214)

Adam Smith, para legitimar violências que ele próprio reconheceu no sistema de acumulação de capital e os fins do mercado, vale-se da moral religiosa para afirmar intenções virtuosas e negar seus vícios estruturantes. Max Weber (2004), de forma semelhante, relacionou o advento do capitalismo à influência da ética protestante na religiosidade das sociedades europeias. Porém, mais do que um fenômeno que se utiliza ou influenciado por aspectos religiosos, o capitalismo – ele próprio – é essencialmente um fenômeno religioso. Walter Benjamin escreveu, discordando de Weber, que “capitalismo deve ser visto como uma religião, isto é, o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta” (BENJAMIN, 2012, p. 21).

Para o autor, o capitalismo é uma religião de cultos culpabilizantes e sem redenção. Contrariando a tese de Benjamin, Han (2021) em “Capitalismo e impulso de morte”, acrescenta que o capitalismo não pode ser considerado uma religião, pois não oferece qualquer forma de redenção da culpa. Discordamos de Han, a fala de Murilo demonstra que, para o nível dos acionistas, o capitalismo oferece um mecanismo de redenção bastante eficiente: o investimento. Essa expiação acontece, pois o investimento é concebido como renúncia de um lucro ou valor a que um acionista tem direito, para que seja oferecido como sacrifício ou oferenda, visando o progresso e o desenvolvimento. Aos trabalhadores que não alcançaram o topo para ingressar no restrito círculo dos investidores, não há redenção, não há acesso à terra prometida, não há perdão ou expiação.

No entanto, a verdadeira religião – que busca apresentar respostas substitutivas – não é exatamente o capitalismo como pensava Benjamin (2012), mas a modernidade-colonialidade, com seu culto culpabilizante permanente, sobre a qual se alicerça o modo de produção capitalista. Em consonância com as bases morais e religiosas desse sistema-mundo, o progresso é apresentado como crença fundamental como promessa do paraíso, Horacio Machado Aráoz (2020, p. 47) afirmou:

No fundo, mais que um fenômeno econômico ou político, o desenvolvimento é um ato religioso. É uma fé, um culto, uma religião. Não uma qualquer, mas a religião moderna em si: a religião da modernidade-colonialidade. O progresso é o credo que professa.

A expressão “*eles vão pedir para **investir** em outro projeto*” (Anexo 2, linhas 13-14) está sustentada na ideia de investimento como oferta de acesso ao progresso, mascarando sua condição de estratégia de acumulação de capital. Araújo escreveu, “em pleno século XXI, a potência pioneira e transformadora do *investimento* descobre novos territórios (e novos *selvagens*) por conquistar”. Essa ação “catequética” do mercado, distribui promessas de empregos assalariados como benevolência aos novos “párias”, assim como os sacramentos do cristianismo forneciam alma aos corpos *selvagens* da América, possibilitando que pleiteassem acesso ao mesmo paraíso dos civilizados.

O sentido de sacrifício expiatório dado à renúncia dos acionistas ao seu próprio lucro em nome da geração de oportunidades e empregos moraliza a acumulação de capital, dando-lhe intenções altruístas e filantrópicas. Murilo condiciona a distribuição de riqueza aos mais pobres à satisfação do apetite dos acionistas por lucro. Há uma colonialidade que atua no campo representacional na qual esses capitalistas fartos de sua riqueza, aceitarão devolver o excedente na forma de salários.

A racionalização em busca de boas intenções que justificassem a exploração colonial poderia soar para o público como dissimulada ou ingênua, não fosse o fato de estar sustentada num modo de subjetivação no qual o trabalhador é alienado de sua potência produtiva pela ideia de emprego. Marx caracterizou esse processo a partir do conceito de “trabalho abstrato”, um trabalho social genérico, no qual o valor do trabalhador é atribuído “não porque seu trabalho tenha um conteúdo útil particular” (2013, p. 203), mas esse trabalhador “existe apenas num valor de uso, numa coisa [...], embora uma coisa viva, autoconsciente [...] a perda do valor de uso implica a perda de valor” (2013, p. 204). O trabalhador precisa crer que a sua força produtiva vem do “investimento” e “iniciativa” do empregador, de sua disposição em empregá-lo, sem os quais permaneceria inoperante, impotente, sem valor.

A alienação econômica do trabalhador assalariado consiste, substancialmente, em despossuí-lo do controle do trabalho e do produto do trabalho. Assim, não é o trabalhador alienado quem usa os meios de produção, base material do capital; são os meios de produção, são as ‘coisas’, funcionando como capital, que usam o trabalhador, que mandam e exploram o trabalho assalariado (CASTRO, 2009).

A forma como é exercida a relação entre capital e trabalho na sociedade brasileira não pode ser compreendida como uma extensão ou progressão da história social, nem uma composição eventos deliberados por decisões espaço-temporalmente circunscritas. Segundo Aníbal Quijano (2005), a relação entre trabalho e capital historicamente exercidas nos países da América Latina/Abya Yala – escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade e salário – devem ser analisadas como tecnologias da

Modernidade/Colonialidade na tentativa de exercer um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos com o propósito de satisfazer as demandas do mercado mundial. Portanto, “no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Ao apresentar a abertura de postos de emprego assalariado como comprovação de benevolência e virtude da “iniciativa privada” – o uso do termo “iniciativa” associa exatamente o modelo de acumulação capitalista a uma ação espontânea e gratuita –, parece recorrer a uma tentativa de moralizar a acumulação de capital. Dialeticamente, todo ato de moralizar está amparado no reconhecimento de uma condição imoral anterior. Portanto, a tentativa de moralizar o lucro contém, ao mesmo tempo, o reconhecimento de sua imoralidade, algo que não pode ser confessado sob o risco de receber punição social. Por isso o esforço de Ferreira em negar a dimensão prejudicial ou perversa da opção da Vale de priorizar a rentabilidade do mercado em prejuízo dos interesses nacionais.

A negação pressupõe uma resposta de alguém a uma acusação, uma estratégia de defesa – ainda que preventivamente – contra uma possível pressuposição de culpa. Van Dijk em *Discurso e Poder* (2020), ao refletir sobre as estratégias discursivas de negação do racismo, afirma que há uma consciência moral que faz com que o falante tenha consciência que suas palavras podem ser interpretadas como uma violação das normas sociais, por isso ele é levado a dizer “não somos racistas” ou “esta sociedade não é racista”. A negação pode ser individual – quando aparecem em conversas cotidianas – ou sociais – quando aparecem nos discursos públicos, nas mídias, nas empresas e nas organizações. Ao relacionar a reflexão de Van Dijk sobre a dimensão sociocognitiva da negação do racismo com a preocupação do presidente da Vale apresentar um discurso social de negação dos aspectos perversos do modelo de exploração extrativista da Vale, é como se dissesse “não somos capitalistas”, “os acionistas da Vale não são capitalistas”. Porém, esse discurso social de negação da exploração capitalista – da mesma forma que a negação social do racismo – é baseada no discurso hegemônico que tenta colonizar saberes.

Geralmente, a negação faz parte de uma estratégia de defesa e pressupõe acusações explícitas e implícitas. Nesse caso, as pessoas podem negar ter participado de ações condenáveis, ter infringido a lei ou alguma norma social, ou possuir alguma característica negativa de personalidade, acusações essas que de fato estão sendo feitas por um dado interlocutor. Por outro lado, as negações também podem ser preventivas, como nos casos de autoapresentação positiva ou preservação de faces, ou seja, podem se concentrar em possíveis inferências do interlocutor. (DIJK, 2020, p. 160).

Portanto, a tentativa de construir uma autoapresentação positiva frente a uma acusação explícita ou implícita visa constituir-se frente às práticas sociais de dominação, uma posição supostamente “livre de qualquer suspeita” (DIJK, 2020). Voltaremos às reflexões sobre discurso social de negação novamente nos próximos capítulos. Murilo, recém-chegado ao posto mais alto da Vale, precisava autoapresentar-se positivamente, afirmar-se como um executivo moralmente correto.

“Essas negações precisam de apoio argumentativo. Apenas dizer que as medidas são ‘justas’ pode parecer muito superficial” (DIJK, 2020, p. 192). Por essa razão, Murilo Ferreira usa os investimentos em Moçambique para exemplificar e comprovar sua afirmação de que os acionistas, quando satisfeitos com a rentabilidade da Vale, sacrificam seus dividendos para investir em projetos a fim de gerar oportunidades e empregos. Relembre o trecho:

Murilo Ferreira – [...] por exemplo... Moçambique onde acabamos de construir uma mina de carvão -- que já chamamos a duplicação -- onde nós vamos fazer uma ferrovia... onde a gente vai fazer um porto de água profunda... onde a gente vai fazer... estamos cedendo os direitos pra fazer uma termoeletrica... onde nós pensamos em ter um projeto de potássio... você viu quantas iniciativas que eu te falei?

Kennedy Alencar - diferentes né?

Murilo Ferreira - e num país como Moçambique... a Guiné... Kennedy... que é um país de pro-fun-da pobreza... um país que tá realmente precisando da motivação dos investidores externos... mas que tem uma riqueza mineral importante... e nós estamos em tratativas pra participar do desenvolvimento mineral daquele país... República Democrática do Congo -- que ainda tem uma certa instabilidade política -- mas eu acho que é uma oportunidade também mara/...vilhosa... o Malawi -- que é um país que está dentro da África... portanto sem saída para o mar -- mas que a gente vai procurar oportunidades... então... eu acho que nós temos a... o benefício de procurar desenvolver nosso negócio visando o retorno ao nosso acionista e participar EXTENSIVAMENTE de um processo melhor para aquela comunidade... (Anexo 2, linhas 14-28).

Investir em regiões consideradas excluídas da modernização, como a África ou como a Serra dos Carajás no Pará – na Amazônia Legal brasileira, é apresentado por Murilo Ferreira como uma prova de virtude moral, de benevolência e de bondade. Ao mencionar os investimentos em Moçambique como algo surpreendente, impróprio ou não merecido, novamente o executivo demonstra que fala do lugar de homem moderno, sujeito hegemônico. Quando Van Dijk fala do discurso social de negação como estratégia de autoapresentação positiva, defende que a efetividade dessa construção de superioridade moral depende da apresentação negativa do outro.

No discurso político, como em outros discursos ideológicos, a apresentação positiva que o locutor faz de si mesmo se conjuga com uma apresentação negativa do outro ou dos outros; valeria também dizer com o desprezo pelo outro ou pelos outros, continuando com a polarização entre o endogrupo e o exogrupo (DIJK, 2009, p. 334, tradução nossa).

Franz Fanon, em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, também discute a produção da relação desigual que sustenta a dominação entre colonizador e colonizado: “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Tenhamos a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2020, p. 107). Para o autor, ao colonizado não há salvação exceto escolher entre a inferioridade e a dependência.

Se lembrarmos que muitos europeus vão para as colônias porque nelas têm a possibilidade de enriquecer em pouco tempo e que salvo raras exceções, o colonialista é um comerciante, ou melhor, um traficante, teremos compreendido a psicologia do homem que provoca no autóctone o “sentimento de inferioridade” (FANON, 2020, p. 121).

Paulo Freire (2013), ao citar a obra de Albert Memmi³⁴, discutiu sobre a construção de uma “consciência colonizada”, forjada a partir do narcisismo do colonizador, gerando no oprimido uma atração apaixonada pelo opressor, sustentado num sentimento de “desvalia” que o prende indefinidamente à opressão/colonialidade. A essa condição apaixonada, Sigmund Freud (2011) em “Psicologia das Massas e análise do Ego” chama de enamoramento, que é a base da sugestão e da hipnose, processo psicológico capaz de gerar a obediência das massas.

Quando fala dos projetos da Vale em Moçambique e completa: “*você viu quantas iniciativas eu te falei?...e num país como Moçambique...*”, Murilo demonstra uma visão sustentada na colonialidade do saber, que estabelece uma representação do território colonizado como de não-merecimento, de periferia, de uma existência não-legítima. Assim o discurso fundamenta-se na construção de um “outro” não humano, sub-humano, sem direito ao seu próprio território e desprovido de razão para decidir sobre seu próprio modo de vida e seu destino. E essa relação de superioridade alicerçada na visão da racionalidade moderna que justifica a dominação e a exploração de territórios e corpos.

Murilo continua sua fala proclamando os investimentos capitalistas como a “*motivação*” da qual a Guiné, o Congo e o Malawi supostamente estão necessitadas, e que a Vale tem oferecido como quem leva uma salvação catequética. Porém, o próprio executivo apresenta que sua verdadeira motivação não é a virtude moral do espírito capitalista, “*mas tem uma riqueza mineral importante*”.

Alberto Acosta, economista equatoriano, na obra “O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos” citou o fato de Cristóvão Colombo em seu diário da viagem à América ter mencionado 175 vezes seu interesse por encontrar minas de ouro. Em determinado momento o navegador escreveu: “o ouro é excelentíssimo; do ouro se faz tesouro e, com ele, quem o

³⁴ Memmi, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

possui, faz o que quiser no mundo, e chega inclusive a levar as almas ao paraíso” (COLOMBO apud ACOSTA, 2016, p. 57).

O discurso da Modernidade/Colonialidade é sustentado na dissimulação do real, no interesse de saquear e expropriar os territórios considerados periféricos, produzindo estratégias discursivas de justificação moral, ou seja, levar a “salvação”, o “progresso”, a “modernização”. A Vale, porém, leva à Guiné “*motivação*” que é o que ela está “*realmente precisando*”. Na era da psicopolítica neoliberal na qual “a técnica de dominação que estabiliza e mantém o sistema dominante através da programação e do controle psicológicos” (HAN, 2018, p. 107), a colonialidade promete emoção, felicidade e liberdade. Este “outro” a ser colonizado já foi o “selvagem” precisando de “cultura, o “irracional” precisando de razão, o “subdesenvolvido” precisando de “desenvolvimento”. Agora temos um “outro” que tem um problema psicológico a ser “curado” pelo colonizador: é o “infeliz”, o “desmotivado” precisando de “emoção” e de “*motivação*” para enfrentar a “*pro-fun-da pobreza*”, a “*instabilidade política*”, as violências territoriais e logísticas que impactam no acesso a recursos mínimos necessários à sobrevivência das populações.

Ao falar sobre as operações da Vale como benevolência às populações atingidas, o presidente da Vale se refere da seguinte maneira: “*eu acho que nós temos a... o benefício de procurar desenvolver nosso negócio visando o retorno ao nosso acionista e participar EXTENSIVAMENTE de um processo melhor para aquela comunidade*” (Anexo 2, linhas 26-28). O ufanismo é o mesmo de Pero Vaz de Caminha, na Carta de “achamento” do Brasil, quando anuncia ao rei de Portugal as oportunidades de negócio que “salvar esta gente” trará como recompensa:

Esta terra é de tal maneira graciosa que, querendo-a explorar, dar-se-á nela tudo em virtude das águas que tem. Porém, o melhor fruto que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar (CAMINHA, 2021, pp. 115–116)

A catequese neodesenvolvimentista, portanto, é tão somente um modo discursivo pelo qual é possível amansar os selvagens. Uma estratégia de domesticar o “outro”, de subjugar-lo. Na carta de Pero Vaz de Caminha, diante da ideia da tripulação de capturar dois homens originários para enviá-los para o rei de Portugal, o escrivão descreve as razões da negativa de Cabral e dos demais capitães portugueses: “portanto, não pensassem em tomar alguém à força ou causar escândalo, de forma a mais os amansar e pacificar” (CAMINHA, 2021, p. 87). De modo que se institui uma lógica de dominação de outra ordem, pela benevolência e pela negação da violência. Uma concepção perversa na qual se acredita ter direito legítimo de aplicar a força sobre o outro, mas não o faz por estratégia, sob o disfarce de piedade. Somente com os anfitriões

pacificados, Cabral poderia deixar aqui os dois tripulantes que ficariam com a missão de obter informações sobre a existência de ouro ou outros metais preciosos nestas terras. O conhecimento de que precisavam para estabelecer o domínio colonial dependia de um modelo eficiente de dominação, a colonialidade.

Portanto, até aqui, eles um pouco se amansavam e depois logo se esquivavam, como pardais fugindo do cevadouro. Ninguém lhes ousa falar asperamente para não se esquivarem mais, e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar (CAMINHA, 2021, p. 93).

As falas de Murilo sobre as operações da Vale nos países africanos e no Pará, reproduzem essa lógica da não-agressão, do contato pacífico e piedoso. Na entrevista a Kennedy Alencar em dezembro de 2014 para o SBT, quando questionado se o empresariado brasileiro deveria investir na África, Murilo orienta a partir da estratégia adotada pelos capitães das naus portuguesas no primeiro contato com as populações que aqui viviam:

existem muitas Áfricas... éh... eu acredito que você -- para entrar na África -- você precisa averiguar culturalmente o país que tem a melhor aderência à empresa... aos seus negócios... ao seu posicionamento ético... aquilo que você deseja fazer... não devemos confundir -- como os europeus fizeram -- éh... no século passado... no século dezenove... achando que era uma África só... e isso foi um grande equívoco... (Anexo 5, linhas 29-33)

Isso demonstra que a colonialidade é incorporada como um modo de poder, de saber e de ser. Colonizador e colonizado são moldados na mesma forma, são lados da mesma moeda. O projeto neodesenvolvimentista, que financiou projetos da Vale e de outras multinacionais brasileiras na África, na América Latina/Abya Yala e na Amazônia, segue a mesma catequese colonizadora que fundou o Brasil, a violência velada pelo domínio pacífico. A manutenção do sistema-mundo Modernidade/Colonialidade fundamenta um modo de existir cujo sucesso possível ao colonizado é tornar-se colonizador, no nível macropolítico ou micropolítico. Afirmou Paulo Freire (2013) que a experiência da opressão transforma o oprimido em “hospedeiro” do opressor.

[...] em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo. Isto se verifica, sobretudo, nos oprimidos de “classe média”, cujo anseio é serem iguais ao “homem ilustre” da chamada classe “superior” (FREIRE, 2013).

O teórico político uruguaio Raúl Zibechi (2012) analisa no livro “Brasil Potência: entre a integração regional e um novo imperialismo” o modelo de desenvolvimento levado pelas empresas brasileiras aos países da América Latina e da África durante o superciclo das commodities. Para o autor, a internacionalização de empresas de setores extrativistas – como a

Vale, a Petrobras e a JBS – foi baseada na reprodução da mesma lógica colonial/imperialista e custeada pela exploração ambiental e pela expulsão de populações ribeirinhas e camponesas de seus territórios. Desse modo, o Brasil (circunscrito aos estados da região sudeste) tentava reconfigurar o centro-hegemônico, em busca de se estabelecer como metrópole e catequizador da “modernização” às regiões “não-modernizadas”.

Está ocorrendo uma reprimarização da pauta exportadora, em um processo no qual ganham as multinacionais e perdem os povos amazônicos e o país. Esse processo depredador não conhece fronteiras. Tem um sentido imperialista, na medida em que está desenhado por e para o empresariado paulista, que é a única burguesia realmente existente na América Latina. [...] É pertinente destacar que os modos e os resultados desse processo de acumulação que converte a natureza em mercadoria são idêntico tanto no interior das fronteiras do Brasil como fora delas. Mais ainda: a expansão transfronteiriça segue o padrão da expansão interna. Se existe algum tipo de imperialismo brasileiro na região sul-americana, é uma extensão do imperialismo interno, que está convertendo a selva amazônica em um gigantesco pasto (ZIBECHI, 2012, p. 222).

Com aval do projeto neodesenvolvimentista, as companhias transnacionais como a Vale contaram com forte apoio governamental para levar suas operações e “invadir” territórios “vazios” no interior do Brasil, especialmente na Amazônia, e nos países da África, participando das negociações com governos locais e oferecendo “investimentos” em troca de concessões de exploração por tempo indeterminado e facilitação em licenças operacionais. Em uma de suas falas, Murilo fala sobre essa estratégia de “aproximação” dos governos para obter os licenciamentos necessários:

Kennedy Alencar - Tá:... tá mais difícil mesmo obter licença ambiental então?

Murilo Ferreira - *eu a considero que em todo lugar do mundo está muito mais difícil... o importante é você ter um bom diálogo com as autoridades para que você possa superar essas dificuldades* (Anexo 3, linhas 12-14).

A estratégia, portanto, para obter o licenciamento das operações não é cumprir a legislação ou repensar o modelo operacional ou de negócio, mas “convencer” as autoridades locais através “*bom diálogo*”. Um sentido de bom, inclusive, que é mensurado a partir da condição de ser um diálogo que consegue “*superar essas dificuldades*”, ou seja, bom aos interesses das corporações. Novamente, a ideia de “amansar sem usar de força e sem causar escândalo” presente na carta de “achamento” do Brasil de Pero Vaz de Caminha se reatualiza:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós os entendêssemos e eles a nós, seriam logo cristãos porque eles não têm nem conhecem nenhuma crença, segundo parece. E, portanto, se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se tornem cristãos e passem a crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga. Porque certamente esta gente é boa, de boa simplicidade, e imprimir-se-á rapidamente neles qualquer cunho que lhes quizerem dar. E, pois, Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos como a bons homens, se aqui nos trouxe creio que não foi sem motivo pois tanto Vossa Alteza deseja acrescentar a santa fé católica que deve pensar

na salvação dessa gente, e prazerá a Deus que com pouco trabalho assim seja. Eles não lavram, nem criam, não há aqui boi nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outro animal que seja habituado a viver com os homens. Não comem senão desse inhame de que aqui há muito, e da semente e dos frutos que a terra e as árvores de si lançam. (CAMINHA, 2021, pp. 108–109).

Assim como Murilo, Caminha também defende o “*bom diálogo*” – “se nós os entendêssemos e eles a nós, seriam logo cristãos” – como a principal estratégia para fazer valer os interesses dos portugueses e conseguir a “concordância” dos habitantes de Pindorama³⁵ para explorar e colonizar terras e corpos. A trecho seguinte da carta justifica a dominação como vontade divina, como benefício a Deus, na fala de Murilo a instância a ser agradada e beneficiada é o mercado com seus acionistas.

Na sequência da fala sobre a estratégia de negociar licenciamentos ambientais com as autoridades locais, Murilo fala sobre as licenças obtidas pelas operações da Vale no estado do Pará. A Serra dos Carajás possui a maior reserva de minério de ferro do mundo, considerado da mais alta qualidade e maior valor agregado pelo mercado de commodities. Na última década, a Vale implantou no município de Parauapebas, no Pará, o maior complexo de extração de minério de ferro do mundo, o S11D, um megaprojeto extrativista voltado exclusivamente à exportação, sendo composto por mina, ferrovia e porto.

Murilo Ferreira – [...] nós obtivemos o ano passado... ah:: a primeira licença ambiental na Serra Norte... éh... desde 2002 e... quer dizer que este ano já está produzindo quase 40 milhões de toneladas -- consideramos isso um ato extremamente positivo -- e também na Serra Sul no S11D... nós construí... estamos fazendo um projeto dessa dimensão e temos todas as licenças... as licenças para a ferrovia... para o porto... para a mina

Kennedy Alencar - a Serra Norte e essa Serra Sul ficam em que estado?... ficam onde?

Murilo Ferreira - no estado do Pará (Anexo 3, linhas 15-21).

O processo de licenciamento das operações da mina no Pará e da ferrovia e do porto no Maranhão, foi bastante controverso. O “bom diálogo”, mencionado como estratégia por Murilo Ferreira, é restrito ao relacionamento com as autoridades, enquanto o tratamento dispendido às comunidades locais é arbitrário e desigual. Os constantes conflitos e violações de direitos durante a implantação e licenciamento do complexo S11D geraram resistência de movimentos sociais e de entidades internacionais contra o avanço das operações da mineradora sobre a Amazônia Legal e o desalojamento compulsório de populações tradicionais (BARCELLOS, 2021a, 2021b). Lideranças comunitárias, ativistas, pesquisadores e jornalistas dos estados do Pará e Maranhão passaram a ser alvo de perseguição e represálias da mineradora por atuarem

³⁵ Nome utilizado pelas nações do tronco linguístico tupi-guarani para se referir a esse território antes da invasão portuguesa. O termo Pindorama significa “terra das palmeiras”.

em defesa dos atingidos e denunciarem os danos das operações da mineradora à Floresta Nacional dos Carajás (Flona) e do Parque Nacional da Serra dos Carajás (AMARAL, 2013). Semelhantemente aos portugueses, o pacífico e “bom diálogo” da Vale dura bem pouco, somente até o primeiro sinal de resistência dos colonizados, que não titubeia em usar da força para fazer valer seus interesses.

Em meio à pressa da Vale na obtenção das licenças ambientais de seus novos projetos na Amazônia e na África – na ânsia de aumentar o faturamento diante da queda vertiginosa do preço do minério de ferro – os conflitos com as populações se acumularam com processos judiciais em diversos países (AMARAL, 2012), levando à criação da Rede Justiça nos Trilhos (organização sediada em Açailândia, MA, que defende os direitos dos atingidos pela mina, ferrovia e porto do complexo S11D) e da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, formada por um amplo de organizações, movimentos sociais e sindicais do Brasil, Argentina, Chile, Peru, Canadá, Moçambique. Além da controversa implantação do complexo S11D, a Vale também era uma das sócias da Norte Energia S.A., responsável pela implantação e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira – PA. A obra é internacionalmente reconhecida por seus crimes sociais e ambientais, sendo até hoje alvo de denúncias na justiça brasileira e internacional (JUSTIÇA GLOBAL, 2016; MEHL, 2011), incluindo ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em janeiro de 2012, em decorrência da repercussão internacional das violações de direitos de suas operações e negócios na Amazônia, a Vale foi premiada com o *Public Eye Awards 2012* (Prêmio Olho do Público 2012, em tradução livre), vencendo a japonesa Tepco, responsável pelo desastre nuclear de Fukushima. O prêmio, também conhecido como o “Nobel da Vergonha”, é concedido anualmente durante o Fórum Econômico Mundial, na cidade de Davos na Suíça. A escolha da empresa vencedora é feita por votação popular e leva em conta a avaliação do público sobre os crimes ambientais, sociais e trabalhistas praticados pelas candidatas em suas operações (JUSTIÇA GLOBAL, 2012).

Por detrás do “bom diálogo” e dos investimentos publicitários em consolidar uma imagem corporativa de responsabilidade social, a Vale adotava reiteradamente práticas autoritárias com comunidades locais e os movimentos sociais que geravam entraves, atrasos ou dificuldades para a obtenção da licença. O próprio Murilo Ferreira, em uma entrevista de 2013 declarou: “O licenciamento ambiental [...] é o risco mais importante na execução dos projetos” (GLOBALFERT, 2011). Isso demonstra a consciência do próprio executivo sobre o não cumprimento das exigências ambientais das operações da Vale. Por outro lado, também mostra

o reconhecimento do “*risco mais importante*” como sendo a não execução dos projetos ou a impossibilidade das operações, que impactaria em queda no faturamento e com isso em redução da rentabilidade da companhia. Para o executivo, o “*risco mais importante*” não tem relação com os desastres que podem ser ocasionados pela mineradora às populações e ao meio ambiente.

Nas três entrevistas concedidas por Murilo Ferreira a Kennedy Alencar, o jornalista o questiona sobre a proposta do governo Dilma de um Novo Marco Regulatório da Mineração, como revisão do Código da Mineração de 1967, promulgada a partir de um Decreto-Lei de Castelo Branco³⁶. Desde 2009, o governo brasileiro discutia alterações na regulamentação em vigor e, segundo uma primeira proposta do Ministério de Minas e Energia (apud MILANEZ, 2012) de 2010, quatro objetivos eram fundamentais: 1) ampliar e intensificar a exploração mineral do país; 2) aumentar a participação do Estado nos resultados econômicos gerados pela mineração; 3) promover a verticalização do setor, por meio da instalação de indústrias de base; 4) desenvolver instrumentos para mitigação dos impactos ambientais da atividade mineral.

No item 2, sobre o aumento da participação do Estado nos resultados econômicos, as discussões envolviam o aumento da taxa de *royalty* e dos tributos que incidem sobre a atividade de mineração. Havia uma grande pressão por parte do setor de mineração³⁷ contra um aumento nas obrigações financeiras a serem desembolsadas pelas empresas (MILANEZ, 2012). A principal estratégia discursiva, compartilhada por Ferreira, defendia que um eventual aumento dos *royalties* deveria ser compensado pela redução do imposto de renda e outros tributos, argumentando que um aumento na compensação financeira devolvida pelas empresas ao país reduziria a competitividade do minério brasileiro. Utiliza também o argumento de que o Estado onera as empresas dando-lhes prejuízo.

Embora justifique sua prioridade em aumentar o lucro dos acionistas como legítima pelo fato de gerar, automaticamente, uma maior arrecadação do governo – “*eu não sei em que isso vai em conflito com o governo... se eu tiver uma alta rentabilidade... o governo vai arrecadar mais em impostos... em royalties e tudo mais...*” (Anexo 2, linhas 8-10) –, Murilo se contradiz ao considerar que essa parcela de retorno ao Brasil é muito alta. Desse modo, o executivo contradiz aos propósitos virtuosos do mercado do argumento anterior, uma vez que a ideia de

³⁶ que facilitava a exploração mineral pelo capital estrangeiro e garantia privilégios fiscais às empresas para exportação da produção. Segundo a história contada pela própria Vale (2012), o período de maior crescimento da Vale teria sido durante o Regime Militar, defendendo inclusive o golpe contra João Goulart como uma necessidade para a modernização da mineração no país

³⁷ Cf. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/459638/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>

reverter a rentabilidade em benefício à sociedade é desmentido pelo interesse da Vale em reduzir à menor parcela possível a contribuição ao Estado sobre esses rendimentos.

Kennedy Alencar - Murilo... o governo está elaborando um novo marco regulatório da mineração... que deve ter novas regras para a cobrança de *royalties* das empresas... há o argumento que em comparação a outros países e com a indústria do petróleo... o setor de mineração do país pagaria pouco em *royalties*... qual a sua opinião sobre esse assunto Murilo?

Murilo Ferreira - *eu acho que você deve ver a tributação total do Brasil... e vamos comparar especialmente com Austrália... Canadá... África do Sul... países tradicionalmente com mineração muito forte... hoje nossa tributação total já é maior que desses países...*

Kennedy Alencar - esse argumento está errado... então?

Murilo Ferreira - *esse argumento não está certo... eu tenho todos os dados na minha mão feito por empresas internacionais com a confirmação de empresas nacionais... nossa tributação total é maior... então... nesse momento em que tá havendo uma grande demanda pela mineração... eu não tô falando na Vale... porque a Vale é uma grande empresa... agora empresas médias... empresas pequenas... empresas que estão começando agora... elas podem ficar muito desestimuladas... se isso acontecer... eu acredito no entanto que o governo estará preocupado com a competitividade da indústria de mineração... eu sou muito confiante em relação a esse aspecto... eu tenho certeza que a presidenta Dilma é sensível a essa competitividade ser mantida... (Anexo 2, linhas 29-44).*

Murilo Ferreira para justificar sua posição contrária a revisão da taxa de compensação financeira da atividade de mineração para o Estado brasileiro, iguala *royalties* a tributos: “*eu acho que você deve ver a **tributação total** do Brasil*” (Anexo 2, linha 33). Essa estratégia discursiva contribui para legitimar os interesses extrativistas e neocoloniais do modelo liberal. A atividade extrativista não produz os minérios que comercializa, ela os extrai na natureza. Portanto, o pagamento de *royalties* deve ser entendido como um custo primário, equivalente ao custo da matéria-prima por parte de uma indústria. Diferentemente, os tributos não podem ser tratados como custos, pois incidem sobre os lucros da companhia.

Segundo Milanez (2012, p. 73), *royalties* não podem ser confundidos com tributos, pois “os recursos minerais são não renováveis, à medida que uma empresa extrai esses bens, há uma redução do capital natural do país”, ou seja, o país perde gradativamente seu patrimônio enquanto a empresa exploradora se capitaliza. A cobrança de *royalties*, portanto, é uma forma de recompensar as gerações futuras com uma parcela do patrimônio mineral expropriado salvaguardando seus interesses.

[...] os tributos constituem obrigações financeiras ou não, de incidência geral sobre a renda e/ou patrimônio de pessoas físicas e jurídicas. Constituem, assim, a receita da União e das subunidades federativas, sendo sua arrecadação destinada ao financiamento de gastos públicos. [...] Os *royalties*, no entanto, devem ser claramente diferenciados dos tributos, visto que constituem um pagamento pela exploração de recursos de propriedade pública/estatal. (SANTOS, 2013, p. 85).

Uma vez que tributos e royalties possuem natureza e destinações distintas, Murilo ao equipará-las silencia o caráter extrativista e exploratório do negócio, tratando a produção mineral, uma atividade primária, como uma atividade produtiva secundária, como a indústria de transformação. Desse modo, fica mais fácil defender junto à opinião pública a visão liberal de que as obrigações financeiras exigidas pela legislação geram prejuízo às empresas. Os gestores das mineradoras ao utilizar este argumento,

Não invocam a sua verdadeira razão, que é a defesa aos interesses dos ricos, que desfrutarão os benefícios dos cortes de impostos. Eles alegam, que os cortes de impostos favorecem os mais ricos e fortalecem os investidores (que) garantem o crescimento. [...] De fato, os anos de hegemonia neoliberal com Reagan e Bush (nos Estados Unidos) mostraram que os cortes de impostos, sobretudo dos ricos, levaram somente ao déficit fiscal, à diminuição do crescimento e à crise recessiva (SANTOS, 2004a, p. 75).

A afirmação “**hoje** nossa tributação total **já** é maior que desses países” (Anexo 2, linha 35), além de contradizer o argumento inicial do próprio executivo sobre a ausência de conflito entre o mercado e o governo, tem o seu sentido sustentado na colonialidade do poder-saber-ser. A associação da tributação como um “problema” depende de um modo de subjetivação que concebe um modelo de Estado *privatus*, desobrigado dos problemas públicos e dos interesses coletivos. Segundo Florestan Fernandes (1976), a formação social brasileira é marcada pela naturalização de um Estado sem público, avesso ao povo, manipulável pelas elites e servil a interesses privados. A Independência do Brasil foi uma revolução burguesa, feita à distância e sem envolvimento da população, instituindo um modelo privatista na origem do Estado nacional.

O retrato que fizemos situa terrivelmente as limitações histórico-sociais da “revolução da Independência”. De um lado, ele põe em relevo que o sentido social e as consequências políticas dessa revolução praticamente impuseram o império da dominação senhorial, como uma cadeia de ferro, sobre toda a Nação. Sob a forma de dominação estamental, ela não passaria de uma “tutela”, por vezes tão egoísta, acanhada e insensível quanto fora a “tutela colonial”. De outro lado, ele demonstra o caráter dúplice do liberalismo. Representava a via pela qual se restabeleceriam, encoberta mas necessariamente, os nexos de dependência em relação ao exterior; desvendava o caminho da autonomia e da supremacia não de um Povo, mas de uma pequena parte dele, que lograva privilegiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade. (FERNANDES, 1976, p. 42).

Assim, o ideal e almejado “Estado Mínimo” – que dá liberdade ao capital privado e tutela ao povo – é desresponsabilizado dos problemas públicos, embora incumbido de garantir o funcionamento do modelo neocolonial de expropriação e de dominação. O sociólogo Francisco de Oliveira assim se referiu ao modo de subjetivação antipúblico crescente no Brasil:

[...] as classes dominantes no Brasil começaram a extravasar uma subjetividade antipública que segrega, [que] elabora pela comunicação midiática uma ideologia antiestatal, fundada no grande desenvolvimento capitalista, na desindustrialização, na

terceirização superior, da dilapidação financeira do Estado e da imagem de um Estado devedor. (OLIVEIRA, 1998, p. 219).

Ao criticar a tributação ao setor de mineração, Ferreira adota uma posição alinhada aos interesses liberais do mercado e ao discurso antipúblico, porém evita fazer críticas diretas ao governo. Sobre a contradição de Murilo em relação ao argumento do governo de que a mineração daria baixo retorno em royalties ao país, Kennedy questiona de forma direta o executivo: “(...) *esse argumento está errado... então?*” (Anexo 2, linha 36). Visivelmente embaraçado, o executivo responde: “*esse argumento não está certo... eu tenho todos os dados na minha mão feito por empresas internacionais com a confirmação de empresas nacionais... nossa tributação total é maior...*” (Anexo 2, linhas 37-39).

Segundo Rodrigo Salles Pereira dos Santos (2013), existe um mito que a carga tributária do setor de mineração no país seja elevada comparativamente ao resto do mundo, esse mito se deve à complexidade do sistema tributário e não exatamente à incidência efetiva deles a todas as operações das mineradoras.

Contando ainda com ajustes legais, a tributação efetiva do setor pode ser estimada em 35% de sua receita bruta. No entanto, frequentemente, são aplicadas isenções fiscais e tributárias que favorecem a exportação mineral. Desse modo, foi possível estimar que a Vale S.A., 2ª maior mineradora do mundo, recolheu em 2010, dentre imposto, encargos, royalties e participações especiais, apenas 12,4% de sua receita bruta consolidada (SANTOS, 2013, p. 79).

O estudo a que Murilo Ferreira se referiu no trecho “*eu tenho todos os dados na minha mão feito por empresas internacionais com a confirmação de empresas nacionais... nossa tributação total é maior...*” (Anexo 2, linhas 37-39) foi realizado a pedido do Banco Mundial e do Ministério de Minas e Energia, em 2009, e coordenado pela J. Mendo Consultoria com participação de empresas internacionais, a fim de assessorar a elaboração do Plano Duodecenal (2010-2013) de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. O relatório (J. MENDO CONSULTORIA, 2009), porém, apresenta afirmações ambíguas que poderiam ser interpretadas de maneiras contraditórias, de acordo com os objetivos da parte interessada. Nas conclusões gerais do estudo, um dos tópicos faz uma longa crítica ao modelo fiscal brasileiro partindo da afirmação genérica “a carga tributária no Brasil é elevada e vem crescendo ao longo do tempo. É grande a quantidade de impostos, contribuições, taxas e outros encargos que incidem sobre os contribuintes” (J. MENDO CONSULTORIA, 2009, p. 36), porém em seguida ao analisar especificamente a tributação da mineração conclui que

Apesar disso, na comparação internacional dos efeitos da tributação sobre a mineração, embora não haja unanimidade, o Brasil aparece em posição intermediária ou, em certos casos, vantajosa quanto à rentabilidade proporcionada por projetos

mineiros e quanto à capacidade de atração de investimentos em exploração mineral (J. MENDO CONSULTORIA, 2009, p. 36).

Embora a legislação estabeleça um sistema de tributação complexo – com impostos federais, estaduais e municipais – o relatório conclui que na prática o setor de mineração conta com uma série de benefícios e isenções fiscais, especialmente para exportação. Isso significa que há uma distância entre a tributação prevista e tributação realizada aplicada às mineradoras. Enquanto na tributação prevista, a posição do Brasil é intermediária, na tributação realizada a posição do Brasil perde apenas para China, Cazaquistão, Suécia e Chile (MALERBA, 2012, pp. 12–14). O relatório também menciona as vantagens tributárias aplicada às exportações, cujas operações são desoneradas de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), cuja alíquota básica praticada é de 17%, além da isenção de contribuição com o Programa de Integração Social (PIS), destinado ao financiamento do programa de seguro desemprego, com alíquota de 0,65% da receita bruta, e com a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que representaria 3% da receita bruta mensal sobre as vendas e prestação de serviços de quaisquer espécies (SANTOS, 2013). Posição que torna muito mais lucrativo para as mineradoras venderem a empresas estrangeiras do que a empresas nacionais, representando uma política de desestímulo ao desenvolvimento de alternativas econômicas e melhores usos dos territórios e da força de trabalho no país.

Quando indagado por Kennedy Alencar sobre esse argumento de que as mineradoras possuem vantagens tributárias para a exploração mineral no Brasil – “*esse argumento está errado... então?*” (Anexo 2, linha 36) – Ferreira justifica: “*esse argumento não está certo... eu tenho todos os dados na minha mão feito por empresas internacionais com a confirmação de empresas nacionais... nossa tributação total é maior...*” (Anexo 2, linhas 37-39). Murilo não diz ser mentira que as mineradoras possuem vantagens tributárias, tenta legitimar sua posição contrária à revisão do modelo tributário valendo-se das ambiguidades existentes entre tributação realizada e prevista. Ao usar a expressão “*não está certo*” tenta sustentar o discurso do mercado de que o aumento de obrigações por parte das empresas prejudicaria a competitividade internacional do minério brasileiro. A racionalidade com que o executivo não nega diretamente o argumento, mas tenta desqualificá-lo, demonstra sua intencionalidade de apresentar um argumento capaz de distorcer, uma vez que não é possível desmentir. Para legitimar sua tese, recorre ao suposto saber-poder técnico legitimado pela colonialidade do saber que estabelece o pensamento da metrópole como referência para o pensamento da colônia:

“feito por empresas internacionais com a confirmação de empresas nacionais” (Anexo 2, linhas 37-38).

Sobre o assunto da tributação, na entrevista de 2013 para seu canal no YouTube, Kennedy questiona “as mineradoras deveriam pagar mais impostos”, ao que Murilo Ferreira responde:

as mineradoras deverão pagar tanto quanto a sua competitividade não seja prejudicada... de modo geral nos últimos anos -- no superciclo -- muitos países aumentaram essa taxa mineral... outros ficaram pendentes de aumentar... ficaram em discussões... agora... aqueles que já aumentaram -- por exemplo como Austrália -- já estão revisando pra baixo... porque eles perceberam que outros países poderiam ficar mais interessantes pra investimento... nós temos é que ter muito mais flexibilidade porque o mundo de hoje é um mundo competitivo (Anexo 4, linhas 8-13).

A declaração de Ferreira remete a uma declaração de Hans Tietmeyer, presidente do banco central alemão, feita em 1996 e citada por Bauman (1999): “O que está em jogo hoje é criar condições favoráveis à confiança dos investidores”. O autor comentou:

A declaração em questão fora feita [...] de forma casual e quase descuidada, como quando se falam verdades óbvias e banais e sem provocar qualquer desaprovação do público ou dos leitores. [...] prosseguiu explicando que condições seriam essas, de novo de forma rápida e sem muita argumentação, como quando se falam coisas consideradas evidentes para todos no momento em que são proferidas. Para tornar os investidores confiantes e encorajá-los a investir, disse ele, seria necessário um controle mais estrito dos gastos públicos, a redução dos impostos, a reforma do sistema de proteção social e o “desmantelamento das normas rígidas do mercado de trabalho” (BAUMAN, 1999, pp. 111–112).

Murilo, assim como Tietmeyer, revela como algo óbvio o intuito de renunciar aos benefícios sociais em troca de aumentar os ganhos dos acionistas de forma espontânea e descuidada. A lógica perversa é usada como argumento com total naturalidade e completamente às claras para o público. Isso é possível pois o discurso da competitividade tenta positivar e naturalizar a disputa entre os territórios sobre quem oferece condições mais liberais para a acumulação de capital. Na frase “*as mineradoras deverão pagar tanto quanto a sua competitividade não seja prejudicada*” (Anexo 4, linhas 8-9), as duas expressões “devem pagar” e “não seja prejudicada” permite o sentido de que o aumento dos impostos levaria a prejuízos e à fuga de investimentos. Uma crise. Com esse discurso se justifica à população a desoneração tributária de grandes empresas e a eliminação de direitos sociais e trabalhistas, com o propósito de tornar o país mais “competitivo” no cenário global, ou seja, aumentar as recompensas aos acionistas pela sua exploração.

Enquanto governos nacionais e locais concorrem pelo pódio de qual oferece a melhor oportunidade de exploração, as populações dos territórios leiloados são completamente ignoradas e invisibilizadas em decisões sobre as quais são diretamente afetadas. Vence a

concorrência, quem oferece a melhor proposta de exploração: o maior bônus em troca do menor ônus. São especialmente os países periféricos – dependentes da economia primária – que, seduzidos pelas promessas de salvação próprias da Modernidade/Colonialidade, aceitam como uma vantagem participar da competição pelo direito de ser expropriados pelos capitalistas dos países do norte global.

A fala de Murilo tenta provocar um sentido de ameaça ao aumento de tributações para o setor de mineração, alegando que países que fizeram isso se tornaram menos interessantes e tiveram que voltar atrás, *“porque eles perceberam que outros países poderiam ficar mais interessantes pra investimento... nós temos é que ter muito mais flexibilidade porque o mundo de hoje é um mundo competitivo”* (Anexo 4, linhas 11-13). O discurso sobre a necessidade de maior flexibilidade e menor rigidez é uma exigência do mercado aos Estados, às populações locais e aos trabalhadores, porém os acionistas não são flexíveis em relação a renunciar a parte de seus lucros em nome dos direitos e da segurança dos trabalhadores, do meio ambiente e das populações locais.

Esse argumento de Murilo se confirma na entrevista seguinte ao SBT, transmitida em rede aberta de televisão em dezembro de 2014, quando ao ser questionado sobre as perspectivas da economia mundial, responde:

eu estou muito desanimado com a Europa... bastante desanimado... eu acho que a Europa continua protelando suas reformas... elas têm... o... o... o cidadão todos têm muitos mais/... recebem muito mais do estado do que oferecem ao estado... eu não acredito que o modelo de... para a Europa de longo prazo -- como ele está -- ele não vai trazer frutos... então o Brasil como tem uma grande relação de negócio com a Europa... eu fico muito preocupado... (Anexo 5, linhas 93-97)

Novamente, Ferreira explicita como uma obviedade, as vísceras desiguais e perversas do capitalismo, produto da Modernidade/Colonialidade. Nele, os cidadãos são tratados como despesas, entraves, problemas. Não há pudor algum em dizer que os cidadãos que importam são os que “recebem pouco e oferecem muito”, os que aceitam se submeter à “exploração” em nome de garantir ganhos superlativos aos acionistas e que assimilam a necessidade de “flexibilidade” e de “reformas” – que significa a legalização da retirada de direitos sociais, trabalhistas e ambientais historicamente adquiridos.

O presidente da Vale manifesta de forma explícita o discurso que sustenta o incômodo da elite brasileira com a ampliação dos direitos sociais e a redução da desigualdade no Brasil (SOUZA, 2018a, 2018b). Ao falar de seu “desânimo” e sua “preocupação” com a má influência que o modelo europeu de proteção social sobre o Brasil, Murilo demonstra que o temor do mercado é ameaça à sua rentabilidade se a população brasileira passasse a exigir mais direitos sociais e inviabilizasse a legalização da perda de direitos pelas “reformas”. Ele afirma: *“o Brasil*

como tem uma grande relação de negócio Europa... eu fico muito preocupado...” (Anexo 5, linha 96-97).

O modelo de Estado reformista, apresentado como ideal e garantidor de desenvolvimento, reforça essa lógica colonial cuja elite nacional é cúmplice, a exemplo do programa “Ponte para o Futuro” de Michel Temer que prometia desenvolvimento social a partir da aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, mas cuja aplicação dependia da destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República (CARTA CAPITAL, 2016; RODRIGUES, 2017). A cobrança do empresariado brasileiro e do setor financeiro por reformas que reduzissem o acesso das camadas empobrecidas da população aos direitos sociais e por “flexibilização” das obrigações exigidas por parte das empresas no Brasil, foi parte do cenário que levou ao avanço do ódio, do conservadorismo e da propagação dos ideais de direita entre a classe trabalhadora e a classe média (GALLEGO, 2018).

É neste contexto social e político, que começava a ganhar força no final de 2014 após a reeleição de Dilma, que Kennedy pergunta sobre a polarização política no Brasil entre PT e PSDB, ao que Murilo Ferreira denominou em uma declaração anterior de fla-flu.

Kennedy Alencar - por falar do debate eleitoral também na sua entrevista ao longo do ano... o senhor falou uma frase muito interessante -- que havia um fla-flu ... é ... que é estimulado por uma política rancorosa... é... de São Paulo... o senhor tem uma visão muito crítica desse fla-flu -- que a gente vê mesmo na política entre PT e PSDB -- por exemplo... agora na questão da Petrobrás e foi assim... éh... na campanha eleitoral... que consequências que esse fla-flu tem trazido ao país Murilo?

Murilo Ferreira - *eu acho que é muito ruim... infelizmente... ele está se espalhando pelo Brasil como um todo... já eu não gosto dessa polarização exercida pelo PSDB e pelo PT em São Paulo... eu gosto muito das minhas origens mineiras -- e a forma que a política sempre foi levada lá -- mesmo no momento mais quente como foi a disputa eleitoral há poucos meses... teve aniversário do presidente do IBRAM -- José Fernando Coura -- e o que que nós vimos lá?... os dois candidatos ao governo de Minas Gerais estavam convivendo uma festa com diferentes pensamentos e correntes políticas... aqui em São Paulo isso se tornou impossível... então espero que o Brasil siga o exemplo de Minas Gerais de uma convivência muito mais amigável...* (Anexo 5, linhas 135-147).

Ao comentar sobre a polarização existente no Brasil, que apelidou de fla-flu, Murilo evita declarar abertamente seu apoio. Entretanto, responsabiliza o conflito existente entre PSDB e PT em São Paulo como raiz de uma polarização que *“está se espalhando pelo Brasil como um todo”* (Anexo 5, linhas 140-141). Porém, em seguida, citou Minas Gerais como exemplo de convivência democrática entre lados políticos opostos: *“mesmo no momento mais quente como foi a disputa eleitoral há poucos meses... teve aniversário do presidente do IBRAM -- José Fernando Coura -- e o que que nós vimos lá?... os dois candidatos ao governo de Minas Gerais estavam convivendo numa festa com diferentes pensamentos e correntes políticas... aqui em São Paulo isso se tornou impossível”* (Anexo 5, linhas 142-146).

O IBRAM, mencionado por Murilo Ferreira, é o Instituto Brasileiro de Mineração. Uma organização privada formada por 120 empresas do setor de mineração do país, que juntas representam 85% da produção nacional de minérios. O IBRAM é a maior entidade patronal defensora do setor de mineração, atua na articulação dos interesses das empresas junto a governos e demais setores da economia. Uma reportagem de Daniel Camargos para o site Repórter Brasil em 2019, intitulada “O Baile de Lama” (CAMARGOS, 2019), investigou a relação entre políticos mineiros e o ex-presidente do IBRAM, José Fernando Coura. O jornalista destaca que Coura é uma figura influente no cenário político e empresarial de Minas Gerais, além da presidência do IBRAM, também estava à frente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra) e da Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (FIEMG), sendo chamado de “lobista da mineração” por executivos e por ambientalistas. Na matéria, Camargos explica como os eventos sociais organizados por Coura – como sua festa de aniversário em 2014 e casamento de sua filha em 2013 com José Guilherme Ramos, que meses depois seria nomeado Subsecretário de Política Mineral do Estado de MG – eram utilizados para atividade de lobby.

Dentre os cerca de 1000 convidados do casamento (DIÁRIO LIBERDADE, 2015), estava Murilo Ferreira presidente da Vale, além de dezenas de outros executivos do setor de mineração, servidores públicos de cargos estratégicos, Secretários Estaduais e Ministros de Estado e, especialmente, políticos de Minas Gerais todas as legendas e ideologias políticas (Anexo 12).

A proximidade entre empresários e servidores públicos pode ser menos inocente do que se vê em uma festa de casamento. Foi durante o governo de um dos convidados da festa, Fernando Pimentel (PT), que o estado de Minas Gerais afrouxou a política de licenciamento ambiental. A medida beneficiou a Vale no licenciamento da barragem que rompeu em Brumadinho, em 25 de janeiro, matando 233 pessoas e deixando outros 37 desaparecidos. O processo de afrouxamento da lei começou antes, ainda em 2014, na gestão de outro convidado, o então governador Alberto Pinto Coelho (PP) quando, em uma reunião a portas fechadas, a Vale sugeriu as mudanças a serem feitas na legislação ambiental – acatadas na gestão do petista. Quem escutava as sugestões dos diretores da Vale, **em clima amigável**, eram servidores públicos responsáveis por fiscalizar a empresa e suas barragens, conforme revelou a Repórter Brasil. (CAMARGOS, 2019)

A reportagem de Daniel Camargos explica como o “clima amigável” entre mineradoras e representantes públicos do estado de Minas Gerais favoreceu a obtenção de apoio político para o afrouxamento da política de licenciamento ambiental, como também a obtenção de favores pessoais junto a servidores públicos responsáveis por fiscalizar e emitir os pareceres exigidos para o cumprimento da legislação.

A frase de Murilo Ferreira - *“então espero que o Brasil siga o exemplo de Minas Gerais de uma convivência muito mais amigável”* (Anexo 5, 153-154) – que à primeira vista poderia ser entendida como uma defesa da democracia e do diálogo como princípio da vida pública, precisa ser analisada a partir do que é entendido como “clima amigável” na política aplicada às mineradoras em Minas Gerais. O exercício “amigável” da política, defendido pelo presidente da Vale, revela o caráter oligárquico da Modernidade/Colonialidade e a sua incompatibilidade com o sentido literal da democracia, que seria a garantia da participação das classes populares no jogo político.

Apesar de citar Minas Gerais como um exemplo positivo de convivência democrática entre diferentes, um olhar mais atento pode encontrar mais do que aparenta à primeira vista. Murilo faz uma defesa de uma “democracia sem povo”, sustentada numa política de Estado da “esfera privada com implicações públicas”, uma versão neocolonial do que Habermas (2014) chamou de “esfera pública burguesa” circunscrita pela modernidade aos homens que possuíam propriedades e esclarecimento. A isso Jessé Souza chama de “colonização da esfera pública”, que “assume a forma da confusão cevada e proposital do interesse privado apresentado como público” (SOUZA, 2017).

Segundo Habermas (2014), a separação entre as esferas pública e privada sustenta a formação social do Estado Moderno e da pequena família nuclear burguesa, dessa forma, “sentido moderno de público começa a desenvolver-se em combinação com fatores materiais e simbólicos novos, que se constituem no alvorecer da modernidade” (SOUZA, 2017). Ferreira trata como uma prova de “esclarecimento” dos “homens modernos” de Minas Gerais o fato de negociarem assuntos públicos amigavelmente nas alcovas da “esfera privada e familiar”, enquanto nas esferas públicas sustentam performances acaloradas baseadas em correntes políticas antagônicas. Defende: *“mesmo no momento mais quente como foi a disputa eleitoral há poucos meses... [...] os dois candidatos ao governo de Minas Gerais estavam convivendo numa festa com diferentes pensamentos e correntes políticas”* (Anexo 5, linha 142-146).

Desse modo, o presidente da Vale defende a despolitização da esfera pública e a politização da esfera privada, uma defesa colonial da legitimidade das elites “esclarecidas” e “modernas”, representantes do mercado, de determinarem os rumos do Estado – “uma herança da aristocracia cortesã transmitida à vanguarda da burguesia que mantinha contato com o mundo elegante” (SOUZA, 2017). Como consequência, Jessé Souza afirma que houve uma privatização do Estado pelo capitalismo organizado, que busca um funcionamento harmonioso entre todas as esferas modernas – de mercado, estatal, privada e pública – em busca de uma máxima aceleração do processo de acumulação de capitais.

5.2. Gestão de Riscos e Desastres durante a Presidência de Murilo Ferreira

Murilo Ferreira adota um discurso que reproduz à crença liberal de que o capital é supostamente regido por uma inerente solidariedade na qual os lucros acumulados teriam como propósito, em algum momento – num futuro indeterminado –, serem revertidos em bem comum. O executivo defende um capital antropomorfo, com características humanas: responsável, solidário, cidadão, sustentável etc. Nas entrevistas a Kennedy Alencar, Murilo fala muito sobre os negócios da companhia, sobre a relação com o governo, sobre aspectos da política econômica e de relações internacionais do Brasil. São falas generalistas, coerentes com o espírito do capitalismo neoliberal, sustenta-se em alguns termos polissêmicos propagados no meio corporativo e que soam esvaziados de sentido específico, permitindo serem associados a significados diferentes de acordo com o receptor: sustentabilidade, flexibilidade, retorno do negócio, benefício etc.

Murilo não considera impactos ou danos da mineração ou da própria Vale às comunidades ou ao meio ambiente, não menciona riscos da mineração exceto o risco de uma crise econômica mundial que poderia ser causada pela redução dos índices de crescimento dos países, redução da demanda por minérios causada por uma desaceleração do crescimento da indústria e da urbanização e aumento dos gastos públicos com direitos sociais que acarretaria a necessidade das empresas contribuírem com uma parcela maior de seus lucros com a sociedade. O temor manifesto nas entrevistas que antecederam o rompimento de Mariana era de que algum fator externo à Vale colocasse em risco sua lucratividade, não é mencionada em nenhum momento qualquer tipo de risco ou falha interna que exigisse medidas ou preocupação.

Das declarações de Murilo Ferreira antes do rompimento da barragem da Samarco, o único momento em que o executivo fala sobre Segurança do Trabalho é o início do trecho disponível do programa “É Notícia” da RedeTV.

eu tenho uma preocupação muito grande... e todos sa/... que estão na Vale sabem que eu estou há cem dias numa jornada em favor -- por exemplo -- da segurança do trabalho... eu acho inadmissível que uma pessoa saia de casa pela manhã e não retorne ao fim da tarde... porque ela foi pro hospital ou ainda aconteceu uma fatalidade... então eu acho que nós temos que nos preocupar sim... o governo tem que se preocupar sim... pra saber se aquela empresa está agindo como uma empresa cidadã (Anexo 2, linhas 1-6).

A primeira resposta do Murilo Ferreira no trecho do vídeo da entrevista a Kennedy Alencar em 2011 (Anexo 2) é sobre sua concordância com a preocupação do governo brasileiro

com a Segurança do Trabalho no setor de mineração. Embora o trecho disponível da entrevista não mencione a pergunta realizada por Kennedy Alencar, os anos de 2010 e 2011 foram de muitas discussões sobre a prevenção de acidentes na mineração.

Em setembro de 2010, após anos de esforços do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da Agência Nacional de Águas (ANA), o governo brasileiro promulgou a Política Nacional de Segurança de Barragens e resoluções complementares (Lei nº 12.334/2010). A legislação foi decorrente de discussões sobre a segurança dessas estruturas geotécnicas, especialmente, após os dois colapsos de barragens de mineração ocorridos na primeira década do século XXI: a barragem da Mineradora Rio Verde no distrito de Macacos em Nova Lima (junho de 2001) e a barragem São Francisco em Maraí da Mineradora Rio Pomba Cataguases (março de 2007) (SERRA, 2018, p. 200). Segundo o site do Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB, 2010), a política foi implantada com o objetivo de contribuir para que “as informações sobre os instrumentos de prevenção contra incidentes e acidentes decorrentes de problemas técnicos, administrativos e operacionais inerentes às barragens”, fossem “organizadas e disponibilizadas para a comunidade técnica e população em geral, com base no princípio do diálogo e transparência”.

Em outubro do mesmo ano, houve a repercussão no mundo todo do resgate de 33 trabalhadores chilenos após 69 dias presos em uma mina subterrânea de ouro e cobre a 700 metros do solo. A repercussão negativa da mídia e do mercado financeiro em relação os problemas técnicos e o descaso com medidas de segurança do trabalho por parte da mineradora chilena San Esteban, detentora da concessão de exploração da mina San José, gerou uma cobrança para que os governos da América Latina garantissem a adoção de medidas de segurança para o setor de mineração para evitar novos desastres. Em janeiro do ano seguinte, seis meses antes dessa primeira entrevista de Murilo Ferreira, o Ministério do Trabalho havia promulgado uma atualização da Norma Regulamentadora para Trabalhos Subterrâneos (NR-22) através da Portaria n.º 202/2011 da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e anunciava o aumento da fiscalização sobre as operações das mineradoras brasileiras em minas subterrâneas.

Quando questionado sobre a preocupação do governo sobre a Segurança do Trabalho, o executivo responde que desde que chegou à Vale está numa jornada em defesa da segurança e que concorda com o aumento do controle e da fiscalização: *“eu acho que nós temos que nos preocupar sim... o governo tem que se preocupar sim... para saber **se aquela empresa está agindo como uma empresa cidadã**”* (Anexo 2, linhas 4-6).

Na ocasião, embora tenha afirmado sua preocupação em evitar acidentes com os trabalhadores, Murilo aborda esse assunto como um expectador, de forma generalista, manifestando concordância com as preocupações do governo com riscos de acidente no setor de mineração. Porém, sua fala isenta a Vale como alvo dessas medidas, não manifesta implicação efetiva com ações ou mudanças adotadas pela Vale para evitar desastres em suas operações como o soterramento dos trabalhadores da mina San José no Chile meses antes, ou como outros rompimentos de barragens ocorridos no Brasil até aquele momento.

Murilo defende medidas mais rígidas de segurança como algo necessário a outras empresas – *“se aquela empresa está agindo como uma empresa cidadã”* (Anexo 2, linha 6) – mantendo a Vale como empresa acima de qualquer suspeita. Em outros momentos de suas entrevistas, Murilo se refere à Vale como uma empresa que está em outro patamar, portanto, precisa ser tratada como um caso à parte, uma exceção, pois na condição de multinacional de grande porte está “acima de questões domésticas” que preocupam as empresas nacionais. Um exemplo é quando, na mesma entrevista, ao ser questionado sobre a intenção do governo de aumentar a taxa de royalties da mineração, Murilo demonstra a mesma visão da Vale como exceção à regra, não vendo-a como alvo das medidas e das preocupações do governo: *“eu não tô falando na Vale... porque a Vale é uma grande empresa... agora empresas médias... empresas pequenas... empresas que estão começando agora... elas podem ficar muito desestimuladas... se isso acontecer...”* (Anexo 2, linhas 39-42).

Desse modo, Murilo ao posicionar discursivamente a Vale como uma instância transnacional, tenta eximi-la de ter que demonstrar uma implicação efetiva de suas operações com as demandas e exigências da sociedade. Essa postura reproduz o discurso da responsabilidade social, porém demonstra uma postura de indiferença e soberania de suas práticas em relação ao Estado e suas instituições fiscalizadoras. A fala poderia ser de um chefe de Estado em visita diplomática, ao invés de ser de um funcionário de uma empresa privada sujeita às decisões governamentais. A prioridade é produzir efeitos políticos, demonstrando uma empresa moralmente aderente às expectativas politicamente corretas do mercado e do governo, ainda que para isso seja necessário o uso de expressões polissêmicas.

As afirmações de Murilo Ferreira posicionam a Vale como uma organização supranacional com “soberania” sobre seus atos e decisões, usufruindo do status de presidente de um Estado transnacional, um “enclave econômico” atuando concomitantemente em vários Estados-Nação. Essa postura autossuficiente de Murilo, mais evidente em alguns momentos cuja pergunta parece exigir um posicionamento mais explícito do executivo, não é ato meramente discursivo. Em agosto de 2011, quando a entrevista foi realizada, a Vale – se fosse

um país da América do Sul – seria o sétimo mais rico da região. Uma matéria da revista Exame de 2012 relacionou dez empresas de origem brasileira que teriam dinheiro suficiente para comprar países da América Latina, a Vale estava entre elas. Com ativos avaliados em 253,5 bilhões de reais à época, a Vale aproximava-se do PIB do Peru e poderia comprar países como Bolívia, Equador, Paraguai, Costa Rica, Panamá e Uruguai (BARBOSA, 2012).

Na segunda entrevista, concedida em 2013 ao canal de Kennedy Alencar no YouTube, Ferreira fala superficialmente sobre o processo de licenciamento ambiental das operações de minério de ferro. Ao ser questionado sobre a queda na participação da Vale no mercado de minérios em relação a mineradoras de menor porte, Murilo responsabiliza “*restrições ou demora na obtenção de licenças ambientais*”.

Kennedy Alencar – [...] a Vale... ela tem uma fatia expressiva... éh... do mercado... ela é a líder no mercado brasileiro... mas as competidoras têm aumentado a fatia delas... isso se deve ao quê?... a dificuldades ambientais... [...]

Murilo Ferreira – bem... éh... a Vale cresceu muito em outros negócios... ela não tinha em 2006... o negócio de níquel... ela não tinha o negócio de carvão metalúrgico e não tinha fertilizantes... então a Vale priorizou na gestão passada diversificação... éh:: com isso e também por restrições ou demora na obtenção de licenças ambientais... o que aconteceu especialmente com minério de ferro... foi uma demora na obtenção dessas licenças e isso com o impacto também na implementação dos volumes que nós precisávamos atingir para manter o mesmo marketshare...

Kennedy Alencar - Tá:... tá mais difícil mesmo obter licença ambiental então?

Murilo Ferreira - eu a considero que em todo lugar do mundo está muito mais difícil... o importante é você ter um bom diálogo com as autoridades para que você possa superar essas dificuldades... (Anexo 3, linhas 1-3; 6-14, grifo nosso).

Este trecho, embora não mencione ações específicas da Vale na gestão dos riscos ou em segurança, demonstra como os processos de licenciamento são associados a “problemas”, “entraves”, “ameaças” ao crescimento e à geração de empregos. O processo de avaliação de riscos e impactos de um projeto é descaracterizado de seu real objetivo que é – ou pelo menos deveria ser – estudar e avaliar benefícios e danos potenciais do empreendimento à sociedade e ao meio ambiente, apresentando à população local os resultados. No entanto, a fala de Murilo declara o que já é percebido nos trabalhos com comunidades atingidas por barragens, as decisões de implantação de novos “negócios” são tomadas de forma arbitrária pelos altos executivos e pelo poder público, quando sequer há estudos sobre os impactos decorrentes das operações, de forma totalmente indiferente às comunidades locais.

Na sequência, em um ato de cinismo – porém com a naturalidade de quem diz algo completamente corriqueiro – Murilo afirma que no processo de obtenção das licenças ambientais “*o importante é você ter um bom diálogo com as autoridades para que você possa superar essas dificuldades*” (Anexo 3, linhas 13-14). Este trecho foi também analisado no tópico anterior quando discutíamos as estratégias coloniais de negócio da Vale que incluía

projetos em áreas tratadas como “vazias” e “à espera de serem exploradas”, a exemplo da Amazônia legal e da África, porém neste tópico sobre a visão da Vale sobre riscos e segurança, atentamos para o fato de que o indeferimento e “atrasos” dos órgãos ambientais para a concessão das licenças operacionais não foram encaradas como necessidades de revisão do plano de negócio por parte da companhia – que seria o esperado diante de uma negativa num processo de licenciamento –, mas foi encarado como uma “habilidade” ou “competência” corporativa o fato de obter a licença – de amansar aos moldes de Pero Vaz de Caminha (2021) – sem necessitar se submeter às obrigações legais. Com isso, Murilo declara abertamente que a alternativa é buscar meios de convencer as autoridades, de mudar a decisão ou apressá-la, não demonstrando ser uma opção da companhia cumprir o objetivo da exigência legal, a saber, rever o próprio projeto, corrigir falhas ou riscos apresentados pelos técnicos-avaliadores, estudar ou propor outras medidas de segurança, menos ainda reduzir o lucro previsto com o negócio ou o prazo estimado de retorno do investimento em nome do atendimento à legislação.

Ao argumentar que a culpa do declínio na participação da Vale no setor de mineração foi também devido a dificuldades na obtenção de licenças ambientais nas operações de minério de ferro – *“também por restrições ou demora na obtenção de licenças ambientais... o que aconteceu especialmente com minério de ferro... foi uma demora na obtenção dessas licenças”* (Anexo 3, linhas 8-10) – Murilo acionou a concepção de que os órgãos ambientais são morosos e geram entraves que prejudicam a rentabilidade das empresas. Por outro lado, sua declaração também confidenciou o não atendimento dos requisitos legais por parte das operações de minério de ferro, as mesmas que anos depois abrigarão os desastres contra Mariana e contra Brumadinho. Embora, discursivamente, o executivo visasse apresentar a Vale enquanto vítima dos atrasos nas licenças, sua afirmação foi uma confissão da negligência técnica para a obtenção de licenças para as operações e projetos de exploração do minério de ferro.

O mesmo “bom diálogo” com autoridades, defendido por Murilo, foi a estratégia adotada pela Samarco para apressar o licenciamento da barragem de Fundão. O promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, ex-coordenador a Força-Tarefa Rio Doce e responsável pelas investigações no primeiro ano após o rompimento da barragem, afirmou em uma entrevista à jornalista Cristina Serra que das três causas apontadas para o desastre contra Mariana, a principal foi irregularidades na concessão do licenciamento ambiental. Segundo o promotor, o

[...] licenciamento foi feito a toque de caixa e com a condução voltada a atender os interesses empresariais. O licenciamento foi decisivo porque, naquele momento de implantação da barragem de Fundão, a Samarco tinha um compromisso externo econômico muito grande, precisava produzir de maneira muito agressiva e não tinha um sistema de rejeito compatível com a necessidade de produção. Por conta dessa necessidade, a barragem de Fundão foi preestabelecida como única solução para a

empresa continuar a produzir. Naquele momento, a chantagem que a empresa fez junto ao governo do estado era no sentido da necessidade de honrar seus compromissos e continuar produzindo. [...] Para correr com o licenciamento da barragem de Fundão, ela utiliza duas chantagens com o poder público e, por consequência, com a sociedade. “Eu preciso daquela barragem, naquele tempo, naquela forma. Se eu não fizer isso, eu vou gerar desemprego e vou deixar de recolher impostos.” (SERRA, 2018, pp. 424–425)

O ex-coordenador das investigações, na entrevista à jornalista Cristina Serra, detalha como os órgãos ambientais suprimiram etapas do licenciamento, emitiram pareceres sem a apresentação por parte da empresa de documentos e de laudos exigidos pela legislação. Entre as falhas mais graves encontradas no licenciamento da barragem de Fundão está o fornecimento da licença ambiental a partir somente do projeto conceitual, sem que a empresa fornecesse o projeto executivo que contém detalhes geotécnicos e dados sobre a construção e a operação da barragem. Carlos Eduardo Ferreira Pinto avalia que o estado de Minas Gerais “passou um cheque em branco para a Samarco construir e operar uma barragem sem que o órgão tivesse ciência do projeto que originou aquela barragem. Isso é grave e ilegal”. (SERRA, 2018, p. 426)

Na tarde do dia 5 de novembro de 2015, no exato momento da implosão da barragem de Fundão da Mina Germano da Samarco Mineração, Murilo Ferreira era divulgado como convidado de honra em uma mesa redonda com o tema “A mineração e os desafios da infraestrutura brasileira” no 2º Fórum Brasileiro de Mineração realizado no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), em Belo Horizonte. Segundo o livro-reportagem dos jornalistas Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (2019), o evento era direcionado a um público bastante seletivo de autoridades e altos executivos da mineração brasileira, nele estavam presentes, além de presidentes e diretores de mineradoras, também o então governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), o então Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, o então Ministro-chefe da Secretaria de Portos, Hélder Barbalho, o então pré-candidato a prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, e alguns deputados alinhados com o setor de mineração.

Foi por volta das 16h que um assessor de comunicação da Fiemg, responsável pela cobertura do evento, recebeu a notícia pelo *smartphone* do rompimento da barragem da Samarco e da destruição do distrito de Bento Rodrigues, alertando os organizadores do evento sobre o ocorrido.

Um deles pegou o celular na mão do funcionário e deixou o auditório. Poucos minutos depois, o dirigente retornou e comunicou pessoalmente alguns dos convidados sobre o acontecido. Nenhum sobressalto. Mesmo com a informação sobre a potencial tragédia, o evento durou até as 18h, como programado. Nenhuma menção ao rompimento da barragem foi feita pelos organizadores ou pelos palestrantes. Apenas na última apresentação, beirando o fim do fórum, um dos convidados se levantou da

cadeira e pediu, quase gritando, um minuto de silêncio pelas possíveis vítimas. Constrangidos, os participantes assentiram. (RAGAZZI; ROCHA, 2019, p. 69)

Embora seu nome conste nas divulgações de programação do evento, Murilo em entrevista à jornalista Cristina Serra (2018, p. 243) afirmou que no dia do rompimento estava em seu escritório na Avenida Graça Aranha, no centro do Rio de Janeiro, e que fora avisado do colapso da barragem por telefone pelo Diretor de Ferrosos, Gerd Peter Poppinga, representante da Vale no Conselho de Administração da Samarco. Murilo Ferreira disse que, em seguida, falou por telefone com Ricardo Vescovi, presidente da Samarco, e depois ligou para a presidenta Dilma Rousseff.

Independente da presença de Murilo Ferreira no Fórum Brasileiro de Mineração no dia do rompimento da barragem de Fundão – uma vez que cada um dos livros-reportagem defende uma versão (RAGAZZI; ROCHA, 2019; SERRA, 2018) – é importante analisar a decisão de silêncio perturbadora – na visão de Lucas Ragazzi e Murilo Rocha – das autoridades e altos executivos presentes no evento diante da notícia do que acabara de ocorrer em Mariana.

O silêncio é sempre discursivo, ele participa da construção de sentido, nunca é um espaço vazio ou neutro na linguagem. Para Eni Orlandi (1992, p. 77), há uma política de silêncio que é operada em um “sentido local [que] se manifesta através da censura, trata-se da produção do sentido como uma estratégia política de produção do interdito, do proibido, a interdição do dizer”. A sequência de comportamentos descrita pelos jornalistas após a notícia do rompimento da barragem no grupo de autoridades e executivos, no qual segundo os autores Murilo Ferreira estava presente, demonstra que há uma decisão coletiva de não dizer sobre o ocorrido.

Pelas telas de seus smartphones, os organizadores e os participantes liam a enxurrada de notícias, fotos, relatos de vítimas, socorristas etc. Porém, a quebra de um silêncio constitutivo – aquele que se diz x para não dizer y – significaria contradizer o próprio do discurso da mineração que autoproclama como instrumento de benefícios sociais e de progresso, em um evento cujo objetivo era defender e buscar apoio ao setor de mineração junto às autoridades. Este tipo de silêncio denominado de constitutivo, para Orlandi (1992), opera discursivamente para tentar apagar as pistas que remetam aos sentidos que se quer evitar.

A quebra do interdito pactuado pelos organizadores e convidados, quando um participante da plateia pede um minuto de silêncio em homenagem às vítimas, causa constrangimento geral pois evidencia a incapacidade de sustentar esse acordo. Na posição de porta-voz de conteúdos intersubjetivos do grupo, quebra o “silêncio” com o pedido de “silêncio”. Se o primeiro silêncio é o da censura, o segundo é o da transgressão.

Assim como o interdito pactuado durante o fórum, Murilo evitou aparição pública ou entrevistas nos seis dias seguintes à implosão da barragem. Apesar de nos anos anteriores ter sido frequente a aparição pública de Murilo Ferreira – em eventos sociais e políticos, programas de televisão, vídeos institucionais, cerimônias diplomáticas e reuniões econômicas – demonstrando muita familiaridade com o público e as câmeras, o primeiro pronunciamento oficial atribuído a ele ocorreu através de nota (Figura 4) no site institucional da Vale. Segundo o comunicado ele teria declarado: *“Gostaríamos de expressar nossa solidariedade a todos os atingidos por este lamentável acidente nas barragens de rejeitos da Samarco em Minas Gerais. Não mediremos esforços para prestar todo o apoio necessário à Samarco e às autoridades neste triste momento para os empregados, seus familiares e as comunidades vizinhas”* (VALE, 2015b).

No dia 11 de novembro, os presidentes das três companhias – Samarco, Vale e BHP Billiton – convocaram uma coletiva de imprensa para se pronunciarem conjuntamente sobre o rompimento da barragem, seus desdobramentos e as ações emergenciais de contenção dos danos e de reparação adotadas pela Samarco. A jornalista Cristina Serra avaliou a coletiva de imprensa em seu livro-reportagem: *“os executivos pareciam orientados e treinados por suas assessorias jurídicas e de comunicação, medindo cada palavra”* (SERRA, 2018, p. 82). A coletiva foi aberta por Ricardo Vescovi, presidente da Samarco, que numa fala de cerca de cinco minutos com declarações genéricas e evasivas, agradecia enfaticamente a *“solidariedade das pessoas, da sociedade, dos funcionários e das autoridades”* (VESCOVI; FERREIRA; MACKENZIE, 2015), apostando numa estratégia discursiva na qual a mineradora era apresentada com mais uma vítima. Vescovi esquivou-se das perguntas sobre as causas e responsabilidades da Samarco, alegando que o único foco naquele momento era socorrer as pessoas, confortar as famílias e recuperar o meio ambiente.

A atitude de Murilo e da Vale, logo após o ocorrido, foi interpretada como uma atitude de frieza e indiferença pela mídia, contrastando com a imagem até então apresentada pelo executivo de um estilo de gestão mais próxima da sociedade e mais responsável com as questões sociais do que seu antecessor, Roger Agnelli. A demora para conceder entrevistas e a espera de fazê-lo apenas na presença do presidente da BHP Billiton demonstrava que para o executivo prevaleciam os interesses do mercado. Ao ser questionado sobre a demora em falar ao país sobre o rompimento da barragem da Samarco e assumir a responsabilidade da Vale, Murilo se justifica com o argumento de que desde o primeiro momento foi solidário, que esteve em contato frequente com o presidente da Samarco e completa *“eu fiz visitas aqui... mas eu não preciso fazer visitas... eu queria estar aqui nesse momento para dizer do meu alinhamento*

completo com a BHP” (Anexo 6, linhas 88-89). Essa frase simboliza o discurso sobre o papel dos acionistas em relação aos seus investimentos e negócios, ou seja, “na condição de acionista da Samarco, a Vale não precisaria estar lá, estava apenas por solidariedade”. A crescente virtualidade do capitalismo financeiro tem como resultado uma dissociação entre os rendimentos dos acionistas e a responsabilidade que possuem sobre as economias produtivas locais e sobre os efeitos deletérios que seus negócios representam para o meio ambiente e a sociedade. Ao acionista importa colher os lucros e dividendos de suas ações, o que acontece para além do pregão da bolsa não é seu problema e nem sua conta. Os prejuízos são lançados incondicionalmente aos governos locais e às populações diretamente afetadas.

Embora a Samarco não fosse uma empresa com capital aberto no mercado de ações – e sim uma empresa com quadro societário fechado entre a Vale e a Samarco – esse novo modelo de capitalismo transforma os proprietários em investidores, entes invisíveis e virtuais, que se valem dessa estratégia para não assumir responsabilidades sobre prejuízos e danos reais causados pelos seus negócios. Sob esse discurso, a Vale e a BHP Billiton têm direito absoluto de usufruir dos lucros da Samarco, porém são desobrigados do dever de arcar com os prejuízos e danos, que são associados às acionistas na forma de responsabilidade solidária, adquirindo um sentido de um ato voluntário, altruísta, opcional, benevolente.

Murilo Ferreira foi o segundo a falar e manteve o tom da nota publicada no site da Vale dias antes. O pronunciamento do executivo foi a leitura de uma fala previamente preparada, uma atitude bastante formal e protocolar. Segundo os jornalistas Lucas Ragazzi e Murilo Rocha, que cobriram os dois rompimentos – em Mariana e Brumadinho –, “um frio Murilo Ferreira se solidariza com o povo de Minas Gerais e com as empresas parceiras em um discurso ensaiado, escrito em um papel sobre a mesa, para o qual ele desvia constantemente o olhar durante a coletiva conjunta realizada ao meio-dia, em Mariana, no dia 11 de novembro de 2015” (RAGAZZI; ROCHA, 2019, p. 64).

O pronunciamento lido por Murilo inicia com um lamento pela “*perda de vidas*” e pelos “*desaparecidos*”, chamando o colapso da barragem de “*fatalidade*”. O tom protocolar de consternação e a tentativa de tratar o colapso como um evento natural e inevitável se repetem na fala dos três presidentes. Em seguida, Murilo agradece a Samarco pelo esforço “*extraordinário*” e “*incansável*” nas medidas emergenciais:

agradecemos o esforço da equipe da Samarco... não sei quantas vezes eu terei que agradecer este esforço extraordinário da equipe da Samarco... do Ricardo... dos seus diretores e toda a equipe -- das cinco mil e duzentas pessoas que trabalham na Samarco -- e tem sido incansável nesse trabalho que eles vêm fazendo (Anexo 6, linhas 5-8).

Ao enaltecer a Samarco por cumprir sua responsabilidade diante das vítimas do rompimento, Murilo tenta transformar uma obrigação legal em uma “virtude moral”, fortalecendo o argumento de que a Samarco é uma vítima, não uma ré. A aposta no argumento da “virtude”, da “solidariedade” e da “bondade” fortalece a ideia de não-intencionalidade enfraquecendo as acusações de culpabilidade sobre o desastre.

A estratégia tem potencial de gerar comoção nos jornalistas presentes na coletiva, amenizando as chances de perguntas com ataques diretos às empresas ou à atitude dos executivos. Afinal, é imoral atacar alguém que acaba de ser vítima de uma tragédia ou alguém “virtuoso” e de “bom coração”, podendo com isso o próprio acusador ser considerado injusto, insensível ou agressivo. Essa estratégia, portanto, de ressignificar a obrigação legal apresentando-a como uma evidência de virtude moral está presente em muitas comunicações institucionais das duas companhias após os desastres, principalmente, ao noticiarem as medidas de reparação realizadas. Isso permite a capitalização das ações de reparação e contenção do desastre como peças publicitárias que fortalecem a imagem institucional associada à ética e à responsabilidade socioambiental. Nos meses seguintes ao rompimento de Fundão, a Vale investiu fortemente em campanhas institucionais em rede aberta de televisão que divulgavam ações exigidas pelo poder público em decorrência do crime cometido como sendo iniciativas espontâneas que comprovavam o seu compromisso com a sociedade e o meio ambiente (RAGAZZI; ROCHA, 2019).

vamos assumir todo suporte que for necessário... não tenham provas disso/... ôu/... é/... não tenham dúvidas disso... nosso foco são as pessoas... nós precisamos ajudar... reconstruir e apoiar... faremos tudo que estiver ao nosso alcance para diminuir esse sofrimento... essa dor das pessoas... (Anexo 6, linhas 22-25)

Em sua declaração inicial (a partir de 7min56s do vídeo), ao falar do compromisso da Vale com a sociedade, Murilo comete um ato falho: “*vamos assumir todo suporte que for necessário... não tenham provas disso/... ôu/... é/... não tenham dúvidas disso*” (Anexo 6, linhas 22-23). A correção instantânea mostra que o embaraço do executivo ao perceber o erro, demonstrando a fragilidade e superficialidade do compromisso e seu caráter meramente protocolar em relação à reparação das consequências do desastre para as populações ribeirinhas e o meio ambiente.

O ato falho – sob a forma de engano ou lapso – antes de ser um processo inconsciente, é processo social e político. Segundo Aracy Ernst (2018), para um ato falho ocorrer é preciso que exista o reconhecimento de um outro, um interlocutor, capaz de devolver o sentido da mensagem de maneira invertida e permita a quem fala perceber a sua posição enquanto sujeito perante os discursos transmitidos como verdadeiros ou falsos. Por este motivo, o ato falho é

também político, pois envolve uma ação discursiva condicionada ao reconhecimento dos interesses em jogo, cuja decisão depende da sustentação de um dado discurso como verdadeiro. Diferente da confissão de uma verdade declarada com naturalidade como obviedade, o ato falho depende de um reconhecimento da confissão, é uma negação da negação. O autor tenta, tardiamente, corrigir-se, desdizer-se, transformar o dito em não-dito, tenta conter os efeitos na produção de sentidos depois da mensagem consumada. O ato falho abriga uma disputa ideológica, onde não importa exatamente se o conteúdo do enunciado é verdadeiro ou falso, “mas o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação” (ŽIŽEK, 1996, p. 306).

Desse modo, ao dizer “*não tenham **provas** de que vamos assumir todo suporte*”, o executivo demonstra possuir consciência de que os compromissos ali assumidos não podem ser garantidos, porém sua posição enquanto presidente da Vale o proíbe de reconhecer. Há uma validação da posição política dos interlocutores e da expectativa que possuem sobre o que deve ser dito, garantindo o exercício da colonialidade do saber e a prevalência dos interesses da Vale sobre os interesses dos atingidos. O reconhecimento da distância ideológica entre a dimensão da ação e a dimensão representacional necessária para sustentar a colonialidade é o que constrange e obriga Murilo a desdizer a mensagem: “*não tenham **dúvidas** de que vamos assumir todo suporte*”.

Quase seis anos e meio após o colapso da barragem da Samarco, ato falho de Murilo se confirmou como uma confissão da colonialidade. Ele estava certo quando declarou “*vamos assumir todo suporte que for necessário... **não tenham provas disso***” (Anexo 6, linhas 22-23), até a conclusão desta tese, agosto de 2022, os atingidos continuam sem indenização e sem a conclusão da construção das novas moradias, enquanto a bacia do Rio Doce permanece imprópria para consumo dos seres humanos e não-humanos que dependem do rio.

A repercussão sobre o posicionamento de Murilo Ferreira frente ao desastre foi bastante negativa, principalmente com a divulgação dias antes de que a Vale também depositava rejeitos na barragem de Fundão (RAGAZZI; ROCHA, 2019; SERRA, 2018). Na ocasião da coletiva de imprensa, a companhia negava insistentemente que compartilhasse o uso da estrutura com a Samarco, porém, semanas depois, reconheceu ser responsável por apenas 5% do total de rejeitos existentes em Fundão, alegando possuir contrato e licença para essa operação desde 1995, renovada a cada 5 anos (VALE, 2016). Porém, segundo as investigações da Polícia Federal e do MPF, o percentual de rejeitos provenientes da Mina da Alegria, vizinha do Complexo de Germano, era bem maior do que o informado pela companhia, havendo as investigações

comprovado que cerca de 28% do total de rejeitos existentes na barragem era oriundo das operações da mina da Vale (RAGAZZI; ROCHA, 2019).

Dos três executivos, a fala de Murilo Ferreira era a mais aguardada pelos jornalistas, havia uma expectativa de que a Vale se pronunciasse sobre sua responsabilidade pelo rompimento e sobre o uso compartilhado da barragem, informação comprovada em reportagens, mas negada pela companhia. Em dois momentos, quando questionado diretamente sobre a participação da Vale, Murilo se esquivava da resposta. Primeiro, alegando que seria uma precipitação falar em responsáveis naquele momento. *“sobre o assunto das responsabilidades [...] nós consideramos absolutamente... ainda... o começo das averiguações... estamos com dois técnicos canadenses... mais um brasileiro... mas estamos pensando em trazer outras equipes pra análise do problema... então seria precipitação... éh... fazer qualquer comentário a respeito”* (Anexo 6, linhas 41-45). E no final da entrevista – em um trecho omitido do vídeo disponibilizado pela Samarco no YouTube, mas descrito pela jornalista Cristina Serra em seu livro-reportagem – um jornalista pergunta a Murilo se “a Vale usava essa barragem?”, em seguida, a coletiva de imprensa foi imediatamente encerrada pelos executivos (SERRA, 2018, p. 83).

O ano de 2015 foi um ano conturbado para Murilo, ele havia acumulado cargos estratégicos nas duas maiores empresas brasileiras: a presidência executiva da Vale e a presidência do conselho administrativo da Petrobrás – a segunda por indicação direta de Dilma Rousseff. A escolha de Murilo à frente de duas posições altamente influentes para a economia nacional associava diretamente o nome do executivo ao governo, num momento de intensa polarização política em que Dilma enfrentava as ameaças de golpe por parte de grupos de oposição dentro do Congresso. Embora tivesse pedido afastamento do conselho da Petrobrás poucos meses antes do rompimento da barragem, a imagem de Murilo vinha bastante desgastada junto ao mercado e à mídia, que levantava desconfianças e acusava de conflito de interesse a acumulação dos dois cargos.

É neste contexto que deve ser entendida a sua ênfase, durante o pronunciamento na coletiva de imprensa, em dissociar a gestão da Vale e a gestão da Samarco, numa tentativa de “desvencilhar a sua gestão de qualquer culpa direta pela catástrofe humana e ambiental” (RAGAZZI; ROCHA, 2019, p. 64). No trecho abaixo³⁸, Murilo Ferreira argumenta que o papel da Vale é de coadjuvante solidária, sendo a Samarco como única responsável e protagonista na gestão das consequências.

³⁸ Trecho do vídeo entre os minutos 6:02 e 7:05. Cf. <https://youtu.be/QOw3IBR4sAo?t=362>

desde o início estivemos ao lado da Samarco... dando todo apoio e assistência necessária... seja com pessoas... equipamentos... máquinas... helicóptero... tudo que foi preciso... e sempre sob a coordenação da Samarco... a Samarco vem liderando esse processo e precisa ser dessa forma... nós não acreditamos no sucesso de qualquer coisa com... com comando múltiplo... o comando da Samarco é fundamental para que as coisas possam correr da melhor forma dentro do ambiente tão... de uma catástrofe tão grande como essa... nós estamos aqui em Minas Gerais... a Samarco trabalhando incessantemente e a Vale e a BHP fazendo o papel dos sócios... ou seja... apoiar no que for preciso (Anexo 6, linhas 8-15).

A reação do presidente da Samarco durante esse trecho da fala de Murilo é de total desconforto, assombro e constrangimento (Anexo 11). Ricardo Vescovi parece encurralado entre os presidentes das duas multinacionais, é possível perceber que engole a saliva a seco sem saber onde colocar as mãos, puxa o microfone para perto do corpo e cruza as mãos à frente do corpo, olha assustado para Murilo Ferreira e depois passa vários segundos com o olhar fixo e completamente imóvel. A cena torna-se mais constrangedora ao relacioná-la com o fato de que o conselho administrativo da Samarco é composto por gestores da Vale e da BHP Billiton, que participavam diretamente das decisões operacionais da companhia.

Segundo o promotor do MPMG, ex-coordenador da Força-Tarefa Rio Doce, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, em entrevista à jornalista Cristina Serra (2018, p. 432), “desde o começo se verificou que a Samarco estava respirando com a ajuda de aparelhos, ou seja, não tinha capacidade de tomada de decisão”. Quando questionado sobre a razão da Vale não ter falado ao país antes, Murilo justifica:

a Samarco não é uma parte da Vale... a Samarco é uma empresa independente... que tem a sua governança própria... que todas as suas determinações são dadas pelo éh... éh... éh... conselho de administração... presidente Ricardo está aqui ... eu estou na Vale há quatro anos ... eu NUNCA liguei para o Ricardo para dar uma orientação... ainda que fosse a mais simples possível... tudo isso é feito pela:... é/... pelo conselho de administração -- que é o canal apropriado (Anexo 6, linhas 92-97).

A Vale possui, em paridade com a sócia anglo-australiana BHP Billiton, sete representantes nos conselhos de gestão da Samarco, sendo cinco representantes cada uma no Conselho de Administração e dois representantes cada no Conselho de Governança. Segundo as atas das reuniões do Conselho de Administração da Samarco analisadas pela Polícia Federal e pelo MPF, os representantes das duas multinacionais cobravam aumento da rentabilidade e lucratividade da subsidiária. Exigiam redução expressiva dos custos operacionais e aumento da produção da mina em um período para enfrentar a queda no faturamento da mineradora decorrente do declínio do preço do minério de ferro. A cobrança por aumentar a lucratividade durante a crise culminou na opção dos gestores da Samarco por reparos superficiais na barragem que não exigissem a interrupção das operações, ao que o MPF chamou de “lógica dos puxadinhos”, consertos mais baratos e que não prejudicariam os índices de produtividade

imediatos da companhia. A jornalista descreve a análise das atas das reuniões do conselho, formado pelos representantes da Vale e da BHP, e as determinações fornecidas aos gestores da subsidiária:

Na reunião de 4 de dezembro de 2013, por exemplo, o diretor de operações, Kléber Terra, apresentou “informações detalhadas sobre o sistema de disposição de rejeitos” que incluía a barragem de Fundão, a essa altura já com seu eixo modificado e praia mínima com largura inferior a 200 metros. Segundo o registro, a deliberação aprovou orçamento de 2014 e recomendou “redução dos custos com mão de obra, mitigação do crescimento histórico dos custos das contratadas, acompanhamento mais rígido dos projetos de produtividade e ajuste nas despesas de capital”. Quatro meses depois, em 2 de abril de 2014, o diretor-presidente, Ricardo Vescovi, falou de desafios para aquele ano num cenário de queda no preço do minério de ferro. O conselho, então, orientou a mineradora a “melhorar seu desempenho de custos” e a “realizar relatório sobre o progresso das iniciativas para melhorar a competitividade da Samarco em termos de custos”. Enquanto os gastos eram reduzidos, o lançamento de rejeitos não parou, as obras temerárias, como o recuo, continuaram, e os riscos à segurança da estrutura aumentaram. Para que fossem adequadamente tratados, a operação da barragem deveria ter sido interrompida. Mas isso significaria suspender a produção, com as consequentes redução de lucros e menor distribuição de dividendos aos acionistas (SERRA, 2018, pp. 202–203).

A estratégia discursiva da Vale de afirmar a independência da Samarco visava blindar-se da responsabilidade sobre o desastre e dos efeitos que isso poderia representar na sua imagem internacional e no preço das suas ações. A colonialidade é o que sustenta as vias pelas quais o mercado age produzindo o desastre e se desresponsabilizando por ele. Os membros do conselho, ao mesmo tempo que agem para garantir e cobrar que os gestores do negócio produzam o máximo de lucro para fazer funcionar a acumulação de capital, são desresponsabilizados por terem papel consultivo e não executivo no negócio. Entretanto, os gestores que fazem cumprir as determinações do conselho, precisam conviver com a ameaça de serem demitidos com a justificativa de causarem prejuízos às empresas. A demissão de um alto executivo por entregar baixa ou nenhuma rentabilidade aos acionistas pode significar o fim da carreira no meio corporativo.

Enquanto Andrew Mackenzie, da BHP Billiton, fez falas protocolares e genéricas, Murilo tenta alinhá-lo em seu argumento de isenção em relação à Samarco e desvinculação das duas empresas em relação à gestão de Ricardo Vescovi e decisões operacionais da subsidiária. Murilo, especialmente, tem uma postura visivelmente evasiva: algumas vezes convoca os outros presidentes a concordarem ou validarem seus argumentos, outras pressiona Mackenzie a abandonar Vescovi como único responsável pelo colapso. Ferreira defendeu que a razão da coletiva era mostrar aos jornalistas que a Vale e da BHP Billiton cumpriam sua responsabilidade em relação à equipe da Samarco, que seria apoiar, animar e confortar: *“por isso que nós os temos aqui... porque nós achávamos... exatamente neste momento em que a gente pudesse*

colocar a mão nas costas o pessoal da Samarco e dar o ânimo que eles precisam... então é isso que nós estamos fazendo... vamos assumir todos suporte que for necessário...” (Anexo 6, linhas 20-23).

Porém, as declarações de Murilo na coletiva demonstram que sua preocupação não é somente em apresentar uma defesa institucional, mas também uma defesa pessoal: “o presidente Ricardo está aqui ... eu estou na Vale há quatro anos ... eu NUNCA liguei para o Ricardo para dar uma orientação... ainda que fosse a mais simples possível” (Anexo 6, linhas 94-96). O executivo parece mais preocupado em evitar novas acusações que abalassem a confiança do mercado, sua imagem já vinha bastante desgastada na mídia por associarem seu nome à presidenta Dilma – num momento de forte instabilidade política – e pelo acúmulo de duas presidências, a executiva da Vale e a do conselho administrativo da Petrobrás. Murilo estava no topo da carreira, estava em postos que permitiam exercer grande poder político e econômico, era o executivo mais bem remunerado do país, não poderia encerrar sua carreira acusado de ser responsável por causar o maior desastre socioambiental da história do país.

As repercussões do desempenho da companhia em Mariana não são boas, e Murilo Ferreira sai desgastado do episódio. Mesmo assim, após um primeiro trimestre turbulento, em 2016, a empresa começa a se reorganizar e parte para uma ofensiva. A estratégia inclui uma campanha intensa na mídia para resguardar a imagem da multinacional, um estreitamento de relações com o poder público para blindar a mineradora de eventuais sanções e uma política de venda de ativos acumulados na década passada. (RAGAZZI; ROCHA, 2019, pp. 64–65)

Estrategicamente, era mais oportuno que os gestores da Samarco arcassem com toda a responsabilidade. Foi o que ocorreu, Mackenzie e Ferreira continuaram à frente das duas multinacionais, enquanto Ricardo Vescovi foi afastado da Samarco para se dedicar à sua defesa, sendo o único dentre os três a responder judicialmente por crimes ambientais e por homicídio qualificado com dolo eventual (quando se assume o risco de matar). Segundo Cristina Serra (2018), Vescovi passou os anos seguintes distante do meio empresarial, teve raras aparições públicas e recusou todas as tentativas de jornalistas para falar sobre o desastre. Atualmente, ocupa o cargo de Superintendente Executivo de Desenvolvimento Organizacional do Banco Inter.

a decisão da 4ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que trancou, no dia 24/04/2019, a ação por homicídio que os dirigentes das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton respondiam em razão do rompimento da barragem de rejeitos de minério, em Mariana/MG, ocorrido em 2015.

Ainda na coletiva de imprensa, os três presidentes foram questionados sobre aspectos econômicos da interrupção das atividades da Samarco, manutenção dos empregos dos

trabalhadores diretos e dos terceirizados e sobre a perspectiva de retorno das operações após o desastre. Sobre o futuro da Samarco, Murilo Ferreira respondeu:

nós temos uma visão de longo prazo em relação à Samarco... e nós temos muito orgulho disso... por tudo que ela entregou aos seus acionistas durante todos esses anos... éh... e portanto... o nosso comprometimento é de longo prazo... agora nós sabemos que esse trabalho agora... é um trabalho coletivo... nós precisamos estar alinhados com o poder executivo... municipal... estadual... federal... com o poder legislativo... com o poder judiciário... com a sociedade... éh... civil organizada... dizendo se nós temos este alinhamento -- ou não -- em relação ao futuro... né?... mas esse é o nosso pensamento... o nosso pensamento é que a Samarco continue... que a Samarco vá em frente... que a gente consiga apurar as causas... que a gente procure entender tudo -- no seu devido tempo -- com toda suficiência... com o maior nível de informação... mas a decisão não será uma decisão -- a meu ver -- da Vale e da BHP... somente... agrega-se a isso todos esses/... outras éh... éh... éh... importantes stakeholders (Anexo 6, linhas 54-65, grifo nosso).

A resposta de Murilo sobre a retomada da Samarco isenta a Vale e a BHP Billiton da responsabilidade, atribuindo, de forma estratégica, perante a opinião pública a responsabilidade da decisão para os stakeholders, especialmente, autoridades governamentais e a população local. A afirmação “o nosso pensamento é que a Samarco continue [...] mas a decisão não será uma decisão -- a meu ver -- da Vale e da BHP” (Anexo 6, linhas 61-64) tem um efeito de chantagem para a comunidade local altamente dependente da Vale. Dessa maneira, as empresas associam os órgãos fiscalizadores a entraves ao futuro da companhia, assumindo um discurso de vitimização e de perseguição. As empresas querem continuar agindo com benevolência – gerando empregos, fazendo investimentos e pagando impostos – porém, são as autoridades que impedem o exercício virtuoso do capital em relação à economia local.

Em março de 2016, o fundo anunciado na coletiva por Ricardo Vescovi e por Murilo Ferreira foi efetivado através de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que estabeleceu a criação e a manutenção da Fundação Renova. Desde o início, o “acordão”, maneira como os atingidos se referem ao TTAC por ser uma proposta elaborada pelas três empresas e aceita pelos Poderes Executivos sem discussão com o MPF e as populações atingidas, constituiu-se em mais uma violência, agora exercida pelo próprio Estado. Em entrevista a Cristina Serra, o promotor do MPF e ex-coordenador da força-tarefa Rio Doce, assim avaliou a criação da Fundação Renova:

Houve um acordo com base em premissas de duvidosa legalidade. Quando um acordo exime as empresas da responsabilidade de executar as medidas que a lei impõe, na opinião do Ministério Público, esse acordo é eivado de sérias ilegalidades, na medida em que você terceiriza e até quarteiriza responsabilidades de recuperação e compensação dos danos. A lógica do acordo é: a responsabilidade das empresas é custear a implantação e operação da Renova. A Fundação Renova é que se obriga a construir o novo Bento Rodrigues, a indenizar os atingidos, a retirar a lama dos rios. E não se tem notícia de que isso esteja sendo feito. E a Renova assume os compromissos sem assumir porque ela nem sequer existia quando o TTAC foi

assinado. Então, foram criados embaraços jurídicos para a execução do que foi acordado. Em caso de descumprimento, se tiver que executar, tem que executar primeiro a Renova, depois a Samarco, depois a Vale e a BHP. É um caminho jurídico extremamente longo e demorado, que traz uma grande violação constitucional, que é o afastamento judicial. (SERRA, 2018, pp. 433–434).

A partir do momento em que a Fundação Renova entrou em cena para administrar os programas de reparação e indenização, a Vale foi, gradativamente, sendo menos associada aos danos do rompimento, às falhas e ineficiência dos programas acordados e aos conflitos e negligências com as comunidades atingidas. Segundo Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (2019, p. 66), “o abalo provocado pela tragédia de Mariana aos poucos vai deixando de lado o seu aspecto sentimental, dentro da empresa, e se tornando uma obsessão financeira pelo retorno do crescimento”.

O desastre contra Mariana é uma herança do modelo sistemático da Modernidade/Colonialidade sobre a América Latina/Abya Yala que expande seu domínio sobre os territórios a partir de genocídios, ecocídios e epistemicídios. A modernização neoliberal, única face da modernidade disponível às populações periféricas (LECHNER, 1990), aciona uma violência colonial que opera no ser, no saber e no poder. Neste sentido, o poder gerencialista possui o papel discursivo de institucionalizar uma racionalidade instrumental que impõe a modernização a países como o Brasil de maneira vertical, autoritária e violenta (CASTILHO, 2011). Os tecnocratas do gerencialismo, cobrados por performance e por lucros constantes e exponenciais, descobriram que o desastre não é o resíduo ou ônus do capitalismo a ser evitado, pelo contrário, passaram a ver o desastre como matéria-prima, como oportunidade de negócio, uma forma de exercício de poder bélico e coercitivo sobre os corpos e territórios explorados ampliando seu domínio e sua submissão.

6. GESTÃO DA VALE DE 2017 A 2019: O DESASTRE EM BRUMADINHO

Neste capítulo analisaremos as entrevistas concedidas por Fabio Schvartsman durante sua curta passagem pela presidência da Vale, de maio de 2017 a fevereiro de 2019. A escolha do seu nome foi feita a partir de uma lista tríplice apresentada ao conselho de administração da companhia por uma consultoria internacional de seleção de altos executivos, porém, aprovada por Michel Temer. Porém, quebras de sigilo da Operação Lava Jato tornaram públicas a delação do dono da JBS e a gravação de uma de suas conversas com o então-senador e ex-presidenciável, Aécio Neves, na qual afirmava ter influenciado a decisão o então-presidente por Schvartsman.

A chegada do executivo à Vale precisa ser compreendida dentro do cenário político e econômico do governo Temer e seu compromisso com o mercado de recompensa pelo apoio político contra Dilma, através de um esforço político de sua base aliada para viabilizar o seu programa “Ponte para o Futuro”, que previa a realização das reformas trabalhista, previdenciária e tributária, congelamento orçamentário para políticas sociais, privatizações, desregulamentação do mercado e “flexibilização” da legislação ambiental.

Foram encontrados o total de 8 vídeos de Fábio Schvartsman no YouTube gravados no período desde sua posse, em maio de 2017, até o seu afastamento da Vale, em fevereiro de 2019. Desses, quatro vídeos atenderam aos critérios de elegibilidade para o corpus, tendo sido transcritos e analisados nesta pesquisa (Tabela 3). Os demais vídeos de Fábio Schvartsman encontrados e não selecionados – tanto do período de sua gestão quanto anteriores ou posteriores – também foram assistidos ou consultados ao longo das análises para auxiliar na compreensão do contexto e temas analisados nos vídeos principais.

Os primeiros meses de gestão de Fábio demonstra uma mudança no foco da comunicação da presidência da companhia. Diferentemente de Murilo Ferreira, que no início de sua gestão priorizou falar ao público em geral, sem relacionamento direto com Vale, Schvartsman adota uma estratégia de aproximação e comunicação direta com acionistas e investidores, valendo-se de canais direcionados ao mercado financeiro. A primeira entrevista analisada (V6), concedida por Fabio antes do rompimento da barragem de Brumadinho, foi ao canal da Empiricus, consultoria focada em análises e recomendações de investimentos. Além dessa ocasião, Murilo concedeu entrevistas a mídias internacionais voltadas ao mercado financeiro - como a *Bloomberg Finance* –, embora esses vídeos não tenham atendido aos critérios de elegibilidade dessa pesquisa, demonstram a estratégia do executivo de aproximar-se de investidores, tanto da bolsa brasileira quanto estadunidense.

As outras três entrevistas selecionadas foram coletivas e após o rompimento da barragem. O segundo vídeo de Schvartsman (V7) trata-se de uma coletiva de imprensa realizada na noite de 25 de janeiro de 2019 em conjunto com o Diretor Executivo de Relações Institucionais e Comunicação da Vale, Luiz Eduardo Osório, na sede da companhia no Rio de Janeiro. O terceiro vídeo do executivo selecionado para análise (V8) foi uma entrevista concedida a um grupo de jornalistas em frente à sede da Procuradoria Geral da República em Brasília. O último vídeo analisado foi a oitiva de Fabio Schvartsman pela Comissão Externa de Brumadinho na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional.

Como indicamos o capítulo anterior, apresentamos na tabela abaixo os vídeos selecionados para serem analisados neste capítulo e os códigos de resposta rápida (*QR Code*) que contém a ligação (*link*) para a página do YouTube correspondente, bem como, a ligação (*link*) para anexo que contém a transcrição integral dos trechos analisados dos vídeos. Lembramos que, em caso indisponibilidade dos vídeos nos links oficiais da plataforma YouTube, pedimos o acesso à cópia de segurança disponível no repositório institucional³⁹ cujo endereço alternativo consta nos dados completos do vídeo nos anexos.

Recomendo que antes de prosseguir com a leitura deste capítulo, assista aos vídeos abaixo relacionados.

Tabela 3 - Relação de vídeos de Fabio Schvartsman selecionados para análise.

VÍDEO	DATA	GÊNERO TEXTUAL	PÚBLICO-ALVO	DIVULGAÇÃO PRINCIPAL	QR CODE / LINK	ANEXO
V6	30/07/2017	Entrevista Jornalística, Conversação	Mercado	YouTube (Empiricus Investimentos)		Anexo 7
V7	25/01/2019	Entrevista Jornalística Coletiva (Coletiva de Imprensa)	Mídia, Governos, Comunidades atingidas e Sociedade em Geral	Internet (Canal da Vale no YouTube)		Anexo 8
V8	01/02/2019	Entrevista Jornalística Coletiva (Coletiva de Imprensa)	Mídia, Governos, Comunidades atingidas e Sociedade em Geral	Internet (Canal da Vale no YouTube)		Anexo 9

³⁹ Link provisório em nuvem:

<https://drive.google.com/drive/folders/1QjS8Lb9pRR98Tv1asYUX4k2kV1IFH9Zf?usp=sharing>

V9	14/02/2019	Depoimento / Oitiva	Poderes da República, Mídia	Internet (Canal da Câmara dos Deputados no YouTube)		Anexo 10
----	------------	---------------------	-----------------------------	---	---	--------------------------

Sobre a primeira entrevista

A primeira entrevista de Fábio Schvartsman disponível no YouTube após assumir a presidência da Vale foi concedida ao canal da consultoria Empiricus Investimentos, tendo sido entrevistado pelo empresário e consultor financeiro Felipe Miranda em 30 de julho de 2017, cerca de 18 meses antes do ocorrido em Brumadinho.

A consultoria Empiricus é uma empresa voltada a produzir e comercializar análises sobre o mercado financeiro brasileiro, possui cerca de 400 mil assinantes que recebem diariamente orientações de investimentos. O público-alvo da entrevista à Felipe Miranda era investidores da bolsa de valores brasileira (B3), especialmente acionistas minoritários assinantes das análises da consultoria. Miranda e a Empiricus são famosos no cenário de investimentos por suas análises polêmicas e pelo uso de estratégias de marketing sensacionalistas veiculadas através de anúncios pagos no *Google Ads*⁴⁰ em páginas da internet e em chamadas publicitárias durante a exibição de vídeos do YouTube. Exemplo dessa estratégia de divulgação da consultoria foi um vídeo viral no qual uma das sócias da Empiricus, Bettina, afirmava ter transformado 1.500 reais em 1 milhão de reais em três anos adotando as estratégias de investimentos da consultoria (TRINDADE, 2019).

Felipe Miranda é economista, sócio fundador e diretor da Empiricus, sua imagem também é frequente nas chamadas de marketing da consultoria no YouTube. Porém, sua fama de estrategista “gênio” entre investidores brasileiros não foi alcançada apenas por chamadas de marketing sensacionalistas de sua empresa, mas por análises econômicas catastróficas ao longo de 2014 que promoveram um clima de incertezas entre acionistas minoritários do mercado financeiro em relação à política econômica do governo Dilma. A consultoria divulgava diariamente análises recomendando que, caso a presidenta fosse reeleita, os investidores transferissem seus investimentos realizados no mercado brasileiro em Real para investimentos em Dólar nos mercados internacionais.

Com um vídeo viral e uma carta enviada por e-mail aos seus seguidores e assinantes (MIRANDA, 2014) intitulados “O fim do Brasil” – depois publicados em livro durante as

⁴⁰ O Google Ads é uma empresa de publicidade on-line paga que promove os anunciantes de forma estratégica em sites do Google como: Pesquisa Google, YouTube e sites parceiros.

eleições presidenciais – Felipe Miranda veiculou amplamente entre acionistas minoritários brasileiros uma versão brasileira do vídeo “*The end of America*” que alvoroçou o mercado estadunidense em 2010. A versão original, que inspirou Miranda, foi produzida pela analista financeiro *Porter Stransberry*, ligado a ala ultraconservadora do partido republicano e ao movimento do *Tea Party* nos Estados Unidos, e igualmente ficou famoso por previsões alarmantes que afirmavam que as políticas econômicas do governo Obama levariam a quebra do tesouro americano nos anos seguintes (ARAÚJO, 2021).

Segundo Fernando Nogueira da Costa (2015), Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP, a Empiricus e seus sócios implantaram junto aos investidores brasileiros um modelo de práticas alarmistas e conspiracionistas muito utilizado por analistas financeiros de extrema direita dos Estados Unidos, a fim de influenciar comportamentos de massa no mercado de capitais, gerar pânico entre acionistas e desestabilizar/ameaçar o governo para agir contra os interesses democráticos e a favor dos interesses do mercado.

Na carta, Felipe Miranda criticava a política econômica de Dilma como catastrófica e afirmava que se reeleita seria o “fim do Brasil”, pois o país voltaria ao cenário inflacionário anterior ao Plano Real, por ele denominado de “pré-história”. O ano de 1994 teria sido o início do Brasil, com a estabilização econômica e com a guinada em direção a implantação de políticas neoliberais como as privatizações, a redução do controle do estado sobre a economia e abertura da economia brasileira aos interesses do mercado internacional. Miranda previa que, com Dilma reeleita, haveria uma grande queda no valor das ações da Petrobrás e de outras empresas com participação estatal, além de uma alta expressiva do dólar. Felipe Miranda recomendava aos investidores a venda de ações na bolsa brasileira e manterem o máximo dos investimentos em dólar, então cotado a R\$ 1,90. O texto apocalíptico causou alvoroço entre investidores e as previsões do economista se concretizaram, muitos acionistas passaram a retirar seus investimentos da bolsa brasileira, gerando queda no preço de muitas ações, e migrando para investimentos em dólar, favorecendo a queda do valor do real frente ao dólar. A insegurança e pânico alimentados entre seus milhares de assinantes geraram uma reação imediata no mercado, confirmando a previsão catastrófica da consultoria, por conseguinte, os acionistas que seguiram suas teses sensacionalistas logo de início obtiveram de fato percentuais de rendimento muito elevados.

A estratégia de negócio da Empiricus está submetida a uma lógica cada vez mais comum e naturalizada, tornou-se legítimo que empresas do setor financeiro utilizem de estratégias de manipulação psicológica dos investidores para produzirem comportamentos de mercado favoráveis aos grandes investidores e grandes conglomerados financeiros. O sucesso

econômico não depende de adotar teses ou teorias mais compatíveis com a realidade, mas produzir realidades que sejam compatíveis com suas teses, legitimando-as. Entender essa estratégia das empresas junto a acionistas para aumentarem sua rentabilidade e acumularem capital é importante para entender a entrevista de Fabio Schvartsman à Empiricus e a forma como a Vale reagiu junto ao mercado para aumentar seu capital após o rompimento de Brumadinho.

Após a reeleição de Dilma, a Empiricus passou a fazer análises pró-impeachment que prometiam em tom messiânico um “tsumoney” quando Temer assumisse a presidência e implantasse seu programa de governo “A Ponte para o Futuro”. O então vice-presidente havia divulgado “por engano”, semanas antes da abertura do processo de impeachment, um áudio com o seu discurso de posse prometendo colocar em prática o seu programa e realizar reformas nos direitos sociais esperadas pelo mercado (EL PAÍS, 2016). As promessas de Temer no áudio, que visavam firmar um pacto com o mercado em troca de apoio político para destituir Dilma, eram a chancela que Miranda precisava para validar a seus assinantes suas previsões de lucros exorbitantes pós-impeachment.

Assim que Dilma foi afastada, Miranda lançou uma série de análises com previsões de uma virada radical da economia denominada de “o contragolpe”, afirmando que o mercado promoveria a reconstrução do Brasil com taxas de crescimento superiores a 3,5% ao ano (MIRANDA, 2016). Escreveu em uma publicação enviada para assinantes da Empiricus: *“Um novo Brasil começa hoje. Nesta nova fase, agir apropriadamente contra O VERDADEIRO GOLPE EM CURSO NO PAÍS pode representar a maior oportunidade de multiplicação de patrimônio desde 1994 (...) com ganho potencial de 400% em apenas uma operação”* (MIRANDA, 2016). Miranda utilizou a mesma narrativa dos militares em 1964 de um “contragolpe” para defender o Brasil de uma ameaça comunista.

Ao escolher Felipe Miranda como âncora da sua mensagem, Fabio demonstra que sua estratégia é conquistar a confiança dos pequenos acionistas, pessoas físicas que tendem a movimentar o preço das ações de forma reativa e impulsiva, dando volatilidade e liquidez ao mercado. Embora a maior parte desses investidores detenham individualmente pequenas quantidades de ações na bolsa – se comparados ao patrimônio dos fundos ou *holdings* –, em massa podem provocar efeitos imediatos no preço dos títulos de uma companhia.

A entrevista a Felipe Miranda, embora tente transmitir um tom factual, caracteriza-se como gênero publicitário, não jornalístico. Miranda apresenta de imediato que a entrevista de Schvartsman visa confirmar a sua recomendação aos associados da Empiricus é a de realizar a conversão das ações da Vale. As perguntas de Felipe são antecedidas de suas teses e

expectativas, às quais Schvartsman confirma. Ao escolher o canal para divulgar o plano de mudança acionária e ao escolher o entrevistador, o presidente da Vale assume um posicionamento político perante o mercado frente ao cenário nacional e adota um compromisso com ideais e expectativas desse público com o golpe de 2016.

A escolha de falar a um canal de comunicação voltado a acionistas não se trata somente de uma decisão sobre quem se quer atingir com a mensagem, mas especialmente uma decisão que implica em quem não pode, não precisa ou não deve ser atingido pela mensagem da Vale. Para que o interesse da conversão das ações fosse concretizado, era interesse da Vale que houvesse ampla divulgação nos canais acessíveis aos acionistas e pouca divulgação da proposta nas mídias de massa. Um amplo debate público sobre os efeitos da reestruturação da Vale para a economia nacional, com participação de intelectuais e movimentos sociais, poderia dificultar para Fabio a viabilização dos interesses do mercado junto aos acionistas e aos fundos de investimento.

Sobre a Coletiva de Imprensa no dia do desastre

No dia 25 de janeiro de 2019, Fabio Schvartsman recebeu a notícia sobre o rompimento da barragem em Brumadinho dentro de um jato particular quando retornava ao Brasil de uma viagem à Davos, na Suíça (FRIAS; COELHO, 2019). O executivo foi um dos representantes do setor privado na comitiva brasileira ao Fórum Econômico Mundial de 2019, era a estreia de Jair Bolsonaro discursando em um evento internacional no qual buscava apresentar ao mercado a política econômica proposta pelo ministro Paulo Guedes.

Após a chegada ao Brasil, Schvartsman gravou um vídeo institucional comunicando o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão em Brumadinho, que foi publicado nos canais de comunicação oficiais da Vale por volta das 18h50. O executivo aparece sozinho no vídeo, tem uma fala protocolar e orientada, sem interação com interlocutores. Schvartsman veste uma camiseta preta, tem semblante cabisbaixo e abatido, tenta defender a seriedade da companhia e depois pede desculpas numa fala reticente: *“A Vale é uma empresa muito séria, a gente fez um esforço imenso no ponto de vista ah... é ah::... é ah::... de deixar nossas barragens nas melhores condições possíveis e imagináveis, toda tecnologia, especialmente depois de Mariana. [...] Isso é indesculpável, mas mesmo assim eu peço desculpas a todos os atingidos, a toda a sociedade brasileira.”* (SCHVARTSMAN, 2019a).

Poucos minutos depois do vídeo ir ao ar, às 19h, é realizada uma Coletiva de Imprensa na sede da Vale no Rio de Janeiro. Estavam presentes os principais canais da mídia escrita e televisiva nacional, que transmitiram nos dias seguintes trechos da entrevista em seus

telejornais ou em manchetes das páginas principais dos portais de notícia. Fabio foi entrevistado no mesmo ambiente onde gravara o vídeo institucional, estava com a mesma camiseta preta, manteve a expressão contrita, o tom de voz embargado e a mesma linha argumentativa baseada na surpresa pelo ocorrido. Na coletiva, diferente do vídeo institucional, é explícita a presença do Diretor Executivo de Relações Institucionais e Comunicação, Luiz Eduardo Osório, que fez várias interferências às respostas de Schvartsman durante a entrevista. A presença do responsável pela área de comunicação da Vale na entrevista com o presidente da companhia demonstra a preocupação com a mensagem a ser transmitida sobre o rompimento.

A Coletiva em frente à PGR

O terceiro vídeo escolhido para análise foi uma coletiva de imprensa concedida por Fabio Schvartsman em frente ao prédio à sede da Procuradoria Geral da República (PGR) em Brasília, após uma reunião com a então-Procuradora Geral da República Raquel Dodge. Embora a notícia da reunião tenha sido muito repercutida nos canais de notícia, a Vale publicou o vídeo em seus canais oficiais enfatizando que a Vale faria acordos extrajudiciais com os atingidos.

O assunto da reunião, divulgado pela imprensa, era tratar das responsabilidades da Vale com as medidas de reparação e indenização, bem como o bloqueio financeiro e a paralisação das operações da mina. O objetivo da empresa, conforme noticiado pela imprensa, era evitar a judicialização das negociações com os atingidos – posição que Raquel Dodge foi declaradamente favorável.

"A expectativa do Ministério Público é de que as soluções para este caso sejam notadamente extrajudiciais. Esperamos que sejam mais rápidas, com cada um assumindo suas responsabilidades e o dever de indenizar e adotar as medidas emergenciais. Não é preciso aguardar a ação da Justiça", disse Dodge, com lágrimas nos olhos e visivelmente emocionada. "Aquele que comete uma infração tem o dever de reparar o dano." (RODRIGUES, 2019a)

A grande cobrança por parte dos movimentos sociais e da sociedade civil era de evitar o estabelecimento de um acordo jurídico semelhante ao que foi proposto no TTAC que deu origem à Fundação Renova. Por essa razão, autoridades dos três poderes anunciavam que adotariam medidas duras contra a Vale e seus executivos.

Nesse contexto, a Vale passa a veicular em seus canais oficiais informações ou notícias com efeito simbólico sobre opinião pública associando sua imagem à de autoridades ou de instituições do Judiciário. Portanto, a divulgação da reunião pela Vale com Raquel Dodge através da realização de uma coletiva de imprensa no saguão da PGR como plano de fundo para

a coletiva de imprensa de Schvartsman. A tentativa de demonstrar “amizade” e “alinhamento” com a justiça também se confirma na divulgação no dia anterior da contratação da ex-presidente do STF, Ellen Grace Northfleet, pelo Conselho de Administração da Vale para coordenadora do Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração (CIAEA) que apuraria internamente as causas e eventuais responsabilidades pelo rompimento da B1. Ellen Grace atuaria como “juíza” num tribunal “independente” e paraestatal montado pela própria Vale para investigar e julgar a si mesma. A escolha da ex-presidente do STF segundo a Vale era uma prova das boas práticas de governança da companhia e da preocupação com a imparcialidade das investigações. Porém, na prática, a escolha de Ellen Grace funcionava como um meio de cercear e concorrer com o processo de investigação e julgamento conduzido pelo Estado.

O depoimento à Câmara dos Deputados

No rompimento da barragem B1 do Córrego do Feijão foram instauradas comissões especiais nas instâncias do Poder Legislativo – estadual e federal – para ouvir depoimentos sobre o colapso da barragem, e, diferentemente do caso da Samarco, foram também abertas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) nas três instâncias: municipal, estadual e federal.

Diferentemente de 2015, quando os convocados a prestar depoimentos foram especialmente servidores públicos, pesquisadores e lideranças de movimentos sociais, em 2019 as CPIs incluíram os depoimentos de funcionários da Vale de diferentes níveis hierárquicos com responsabilidade sobre a barragem. Fabio Schvartsman esteve em duas ocasiões no Congresso Nacional para depor: como convidado na Comissão Externa da Câmara dos Deputados, duas semanas após o rompimento, enquanto ainda estava no cargo de Presidente da Vale; e como depoente na CPI de Brumadinho no Senado Federal, depois de já ter sido afastado da Vale. Foi convocado para outras duas CPIs, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, porém seus advogados de defesa conseguiram um habeas corpus junto ao STF, que o dispensava do depoimento nessas duas instâncias.

Para a nossa análise, selecionamos apenas o depoimento à Comissão Externa da Câmara, quando Fabio ainda era o presidente da Vale, porém o depoimento do executivo à CPI do Senado após seu afastamento foi assistido e considerado de forma complementar para entender a dinâmica discursiva em torno das práticas da Vale e na atuação do seu corpo diretivo.

O depoimento na CPI, embora seja estruturado a partir do gênero textual de entrevistas, possui características próprias. Diferentemente de uma entrevista jornalística, de opinião ou publicitária, o depoimento possui um aspecto judicial, constitui um elemento de um inquérito. Uma CPI, embora não possa processar ou julgar, possui poderes de investigação próprios das

autoridades judiciais, com a diferença de serem realizadas de forma pública, em geral com sessões transmitidas ao vivo pelas mídias do poder legislativo. Um depoimento à uma CPI tem maior alcance de público do que um depoimento à polícia civil ou federal, ou em uma audiência a um juiz. Somado a isso, são depoimentos que ficam no acervo público dos canais oficiais de comunicação do legislativo estadual e federal.

Portanto, para compreender o papel desse gênero textual como veículo da colonialidade de poder é preciso considerar a dimensão performática que um testemunho a uma comissão de congressistas, um inquérito. Este depoimento de Schvartsman na Comissão especial da Câmara, do mesmo modo que seu depoimento à CPI do Senado, são um tipo muito particular de entrevista, que segue um rito jurídico, porém é instrumentalizada na dinâmica de interesses político-partidários que constituem o cenário dos entrevistadores (deputados federais e senadores). Todo gênero textual instrumentaliza interesses e estratégias de poder através de uma ação performática. A entrevista em um inquérito, especificamente, põe em disputa sentidos “não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas, de certa forma, como jogos (games), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de respostas, de dominação e de esquiva, como também de luta” (FOUCAULT, 2013, p. 19). A forma como o executivo performa diante dos seus inquiridores, como reage aos interesses em jogo representa a defesa da racionalidade técnico instrumental como reguladora da produção da verdade jurídica. O inquérito, enquanto um rito performático a partir da qual o ocidente legitima verdades, foi analisado por Foucault (2013) que destacou o papel do testemunho como um elemento de um quebra-cabeças de enunciados que, para produzir efeitos de verdade e legitimar poderes, precisam ser interconectados entre si.

Ao analisar a tragédia Édipo-Rei (SÓFOCLES, 2007), Foucault destacou que o inquérito não buscava uma verdade individual de Édipo, mas uma verdade coletiva: as causas da peste que se abateu sobre a população de Tebas. O povo procura Édipo em busca de solução para o desastre, “Tu tens o poder, deve curar-nos da peste”. Ao que Édipo responde: “Tenho grande interesse em curá-los da peste, porque essa peste que vos atinge, me atinge também em minha soberania e realeza”. O desafio imposto a Édipo para legitimar seu poder é salvar o povo do desastre. A tragédia grega, para Foucault, é a de um rei encurralado na armadilha do jogo entre verdade e poder. Ao instaurar um inquérito a fim de se defender da acusação profética, Édipo não se assusta com o fato de ter matado o próprio pai ou casado com a mãe, mas com a desgraça de perder sua “soberania e realeza”. Os testemunhos do inquérito confirmavam a profecia sobre as causas do desastre de Tebas, estava posta a verdade jurídica, porém Édipo

tenta através do inquérito driblar ou sobreviver aos interesses políticos de seus acusadores, Creonte e Tirésias.

O depoimento de Fabio Schvartsman na Câmara dos Deputados, numa alusão ao inquérito contra Édipo, vemos um soberano diante de uma verdade jurídica incontestável, assombrado por um desastre sob sua responsabilidade, porém o que o assusta não é o fato da Vale ter causado mortes e destruição, mas como disse Foucault sobre o rei de Tebas, “o que o assusta é perder o próprio poder” (FOUCAULT, 2013, p. 49). Voltaremos a essa relação mais adiante ao analisarmos as estratégias de defesa da Vale e de Fabio Schvartsman.

6.1. A Governança da Vale durante a Presidência de Murilo Ferreira

A Vale, sob a gestão de Fabio Schvartsman, é marcada por uma estratégia de aproximação e comunicação direta com os acionistas brasileiros e com os investidores internacionais, escolhendo para isso veículos direcionados exclusivamente a esses públicos como o canal brasileiro de investimentos da Empiricus e as mídias internacionais de finanças *Bloomberg Markets and Finance* e *Latin Trade*. Outros membros da diretoria também concederam entrevistas aos canais especializados no setor financeiro como XP Investimentos e Valor Econômico. Diferentemente da estratégia inicial da gestão de Murilo Ferreira que buscava atingir a sociedade em geral, especialmente as classes populares e a classe média, através de uma comunicação em canais de televisão aberta, Schvartsman busca falar com um grupo seletivo o que lhe permite alinhar sua mensagem às bases ideológicas de seus espectadores.

Sobre o público a quem esses canais de finanças se destinam, é importante considerar que não são formados exclusivamente pela elite rentista brasileira, embora também se direcionem a ela. Destacamos um movimento ocorrido na última década no mercado financeiro brasileiro de avanço sobre a classe média, transformando trabalhadores em pequenos acionistas ávidos pela promessa de ascensão de classe explorada à classe exploradora. Em fevereiro de 2022, a bolsa brasileira, B3, anunciou que atingiu a marca de 5 milhões de acionistas pessoas físicas, número que em 2017 era de pouco mais de 500 mil (B3, 2022). Esse crescimento, ocorrido durante os anos de crise econômica e alta do desemprego, foi causado pela entrada de investidores com renda mensal inferior a 5 mil reais (que representam atualmente 56% dos acionistas da B3) que fizeram aplicações iniciais de menos de 50 reais, processo denominado pela mídia especializada de “democratização do mercado financeiro” (GONSALVES; GUIMARÃES, 2022). Curiosamente, o que chamam de democratização do mercado é, na

verdade, um sinal do seu oposto, uma falsa capitalização das classes trabalhadoras a se aliarem aos interesses privados. É mais um elemento das novas dinâmicas da colonialidade.

Essa mesma classe média assalariada que, na década de 1990, se articulava com as classes populares em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais contra a privatização da Vale e entrega do patrimônio nacional ao capital internacional, agora percebe-se como parte desse mercado, na condição “investidor”. Também as centrais sindicais através dos fundos de pensão sofreram essa captura, “os sindicalistas deixam de responder simplesmente ‘não’ às propostas do mercado, e passam a considerar a possibilidade de unir interesses que até então pareciam antagônicos” (JARDIM, 2011, pp. 321–322). Bastam algumas centenas de reais para que essa mudança de posição epistemológica de colonizado a colono ocorra, e com ela um outro modo de subjetivação baseado na busca por oportunidades de explorar e lucrar.

Para Araújo (2020, p. 258), a “colonialidade é, assim, ação e efeito da fetichização; é o colonialismo em estado de naturalização”, uma violência simbólica em nome de uma economia moral da expropriação. A fetichização de tornar-se investidor do mercado, intensificada por um cenário de desemprego e exploração do trabalho, possibilitou que a mensagem liberal de Fabio Schvartsman fosse recebida com entusiasmo pelos acionistas pessoas físicas. Somando-se à suposta “democratização do mercado financeiro”, avançava sobre esse público com um discurso fortemente moral que se apropriava de pautas anticorrupção para difundir o ódio à democracia e o sentimento antipúblico e antiestatal, tratando as demandas populares como ameaças e o Estado de Bem-Estar Social como um inimigo a ser derrotado (RANCIÈRE, 2014).

Nas três entrevistas disponíveis no YouTube e concedidas por Fabio Schvartsman antes do rompimento da barragem de Brumadinho (apenas uma em português) observa-se uma grande preocupação do executivo em apresentar a Vale como uma “oportunidade de negócio” com rentabilidade garantida. Fabio Schvartsman vale-se de sua fama de multiplicador de valor de ações de empresas para chancelar suas previsões de lucratividade para a Vale. Especialmente na entrevista a Felipe Miranda, o executivo é aclamado com honras de celebridade do mundo dos negócios:

[...] pode parecer sempre meio protocolar fazer esse agradecimento... essa apresentação -- mas é de fato uma coisa genuína né? -- um dos melhores CEOs do Brasil e:: uma honra para a gente tê-lo aqui no estúdio... acho que todos os acionistas da Vale deveriam também... de algum/... de alguma instância... se sentirem honrados de ter uma pessoa dessa qualidade tocando a companhia... [...] então... realmente é um dia muito especial pra gente... eu falo isso de... de coração mesmo... muito obrigado Fábio (Anexo 7, linhas 3-10).

O entusiasmo de Felipe Miranda era o retrato da euforia com que o setor financeiro recebeu a notícia da indicação de Fabio Schvartsman para a presidência da mineradora. Além

disso, a ênfase à fama e prestígio do executivo contribuiu para dar o tom de fatualidade e legitimar os interesses da Vale e da Empiricus em jogo naquela entrevista. Em resposta às boas-vindas, Fabio destacou a entrevista como uma oportunidade de *“estar usando essas novas mídias para conseguir se comunicar né?... com os nossos acionistas -- o que eu agradeço muito”* (Anexo 7, linhas 17-18), confirmando não ser casual ou ingênua a escolha do canal da Empiricus.

Ao restringir a comunicação da Vale a espaços hegemônicos do mercado financeiro, Schvartsman evitou expor sua mensagem a públicos que pudessem apresentar argumentos contrários aos interesses de exploração de capital nacional pelo mercado. A estratégia foi defender sua proposta como um *“passo modernizante”*, em oposição ao modelo exposto ao risco de influência de interesses públicos que considerou *“ultrapassado”* e *“não-moderno”*:

senhores... a... a... a Vale é a maior e quiçá a... a... a melhor empresa brasileira... tem seguramente uma enorme base acionária e ainda é uma empresa que tem uma estrutura de capital dividida em ações ordinárias e preferenciais... que é uma coisa antiga que não está de acordo com as necessidades de governança do mundo de hoje... portanto faz com que a/... por si só isso seja um passo modernizante muito relevante para a companhia... no caso da vale tem um fator adicional de extrema relevância... a Vale foi privatizada há alguns anos atrás e:... nessa estrutura pós-privatização... ainda existe uma participação estatal muito grande... ah... que acaba obviamente alavancando a influência de estado na gestão da companhia... e... e isso nós vimos diversos exemplos infelizes que aconteceram recentemente no Brasil que tem um potencial terrível de destruição de valor... de... e de destruição da empresa...
(Anexo 7, linhas 22-32)

A fala de Schvartsman utilizou duas justificativas para incentivar os acionistas a destituírem o controle estatal previsto no modelo societário acordado na política de privatização da Vale: a **modernização** – *“é uma coisa antiga que não está de acordo com as necessidades de governança do mundo de hoje”* (Anexo 7, linha 25-26) – e a **moralização** – *“acaba obviamente alavancando a influência de estado na gestão da companhia... e... e isso nós vimos diversos exemplos infelizes que aconteceram recentemente no Brasil que tem um potencial terrível de destruição de valor... de... e de destruição da empresa...”* (Anexo 7, linhas 29-32). Ao mencionar os “exemplos infelizes recentes” refere-se aos impactos das denúncias de corrupção feitas pela operação Lava-Jato para as ações da Petrobrás e de outras estatais, o executivo associa o prejuízo e a corrupção ao fato de as empresas serem públicas. Essa afirmação é sustentada na concepção de que o Estado e os interesses públicos estão sujeitos aos vícios morais diferentemente do mercado que é defendido como um garantidor da virtude, uma instância de moral ilibada.

O período de gestão de Fabio foi um momento em que o Brasil viveu o apogeu do que Jacques Rancière (2014) chamou de *“ódio à democracia”*, um movimento político dos países

centrais de imposição de “democracia” aos países periféricos da América Latina/Abya Yala, África e Ásia, visando a desestabilização de governos que adotaram políticas econômicas que ameaçavam os interesses do ocidente e priorizaram os interesses nacionais e a ampliação da participação popular nas políticas de Estado. O risco da ruptura com a ordem colonial global provocou uma reação ocidental de substituição da invasão em nome do “progresso” que impunha uma “modernização sem modernidade” pela invasão em nome da “liberdade” cujo produto é uma “democracia sem povo”. E “sem povo” em dois sentidos: no sentido simbólico pelo enfraquecimento da participação popular na vida pública, e no sentido literal pela implantação de uma necropolítica (MBEMBE, 2018) com o extermínio reiterado dos corpos, da natureza, dos modos de vida e epistemes.

Dentro desse cenário macropolítico, a Vale é uma atriz importante na definição da dinâmica política e econômica nacional, como dito anteriormente, sua representatividade nos resultados da economia brasileira é equivalente a um país. Por isso, a escolha do nome de Fábio Schvartsman por Michel Temer – sob acusação de interferência de Aécio Neves – representa o alinhamento ideológico da política econômica do governo ascendido pelo golpe com o interesse de interferir sobre as estratégias de gestão e governança da mineradora em prol de ampliar o controle de grandes grupos investidores do mercado.

Schvartsman desde o início declara seu compromisso com a implantação de mudanças estatutárias em defesa dos interesses ultraliberais do setor financeiro sobre a Vale, em alinhamento com as forças antidemocráticas que viabilizaram, no ano anterior, a ascensão arbitrária do projeto colonial “Ponte para o futuro” apresentado por Michel Temer, que contrariava o projeto político da chapa com Dilma eleito democraticamente. O modelo de gestão exercido por Fábio à frente da Vale é a consolidação de um discurso ideologicamente alinhado ao setor financeiro brasileiro que preconiza que “o bom governo democrático é aquele capaz de controlar o mal que se chama vida democrática” (RANCIÈRE, 2014, p. 16).

Essa concepção de democracia enquanto algo prejudicial aparece num trecho do depoimento de Schvartsman à Câmara. Ao ser questionado pelos deputados sobre a omissão da Vale diante do não cumprimento dos prazos estabelecidos para reparação e indenização aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco, o executivo atribui a ineficiência e o atraso da Fundação Renova ao fato de supostamente ser “profundamente democrática”:

senhores... éh... eu compreendo também ah::::... a indignação dos senhores pelo fato de Mariana não estar dando a mesm/... ah::::... a remediação de Mariana não estar dando o mesmo o resultado que era esperado... eu quero por outro lado... confessar a limitação que eu -- como presidente da Vale -- tenho com relação a esse assunto...

Mariana não é da Vale... é da Samarco... onde a Vale tem metade dessa companhia e a outra metade pertence à BHP... a solução que eu encontrei encaminhada quando... quando me juntei à Vale é... foi a criação de uma fundação chamada Fundação Renova... que tem a obrigação de fazer essa remediação... ela tem a obrigação... ela tem a independência e ela tem um processo decisório que foi construído com todos os órgãos participantes -- Ministérios Públicos... etecétera -- **que são profundamente democráticos... consequentemente... como em todos os sistemas profundamente democráticos... eles são de resposta mais lenta do que o normal...** essa é a minha visão sobre o que acontece em Mariana... (Anexo 10, linhas 385-396).

A declaração ao mesmo tempo que transfere às instituições do Estado a responsabilidade pela omissão da Samarco, Vale e BHP, por outro lado, demonstra o desprezo pelos processos democráticos e participativos ao atribuir-lhes a causa da impunidade e negligência contra os atingidos de Mariana e da bacia do Rio Doce. Essa aversão aos processos democráticos será vista na solução jurídica proposta pela Vale aos atingidos de Brumadinho. A opção será a não-judicialização e os acordos individuais, como veremos adiante.

A esse processo neocolonial de dissimulação ou enfraquecimento gradativo das vias de participação popular nas decisões políticas e econômicas chamaremos de “institucionalidade golpista”. A principal missão declarada por Fabio Schvartsman desde que assumiu a presidência da Vale em maio de 2017 foi transformar a Vale em uma empresa de controle difuso, ou seja, tirar o controle acionário das sócias majoritárias ligadas ao poder público – BNDES e fundos de previdência de empresas estatais – que deixavam aberta a possibilidade de representação dos interesses públicos nas decisões estratégicas da companhia. Para isso, Fabio conseguiu, um mês após a sua chegada, aprovar em uma Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Vale a proposta de reestruturação societária através do oferecimento aos acionistas da possibilidade de conversão voluntária das ações preferenciais Classe A para ações ordinárias, numa proporção de 1,0 ação preferencial por 0,93 de ação ordinária. A Diretoria da Vale iniciou uma campanha de convencimento de fundos de investimento e de pequenos acionistas em busca de adesão à proposta. Ao final do prazo para conversão voluntária dos titulares das ações e sem ter obtido a adesão integral dos acionistas, Schvartsman conseguiu a aprovação do Conselho para realizar – cumprindo todos os ritos legais – a conversão compulsória das ações preferenciais remanescentes para a classe de ordinárias, aplicando aos acionistas contrários o “direito” de se retirarem da companhia (VALE, 2017b).

Tomemos um trecho da fala inicial de Fábio Schvartsman na entrevista realizada por Felipe Miranda, ao justificar a importância da conversão:

e na verdade... se nós promovermos essa conversão maciçamente -- agora no dia onze de agosto -- o que vai acontecer é que nós vamos diluir os... o atual grupo de controle pra baixo do controle... pra baixo da posição de controle... reduzindo de maneira dramática a influência de governo na gestão da companhia... então é -- pra mim -- um passo da mais... éh... da maior relevância/... da maior importância pra éh:: ...

nesse meu início de mandato... que vai me ajudar enormemente a... a:: construir um valor dessa companhia PRÁ vocês e... e... enfim... pra tudo o que a Vale representa para o país a partir desse ponto... então éh... éh... esse é o momento que eu estou muito feliz em ter essa oportunidade de... (Anexo 7, linhas 32-39)

A estratégia de reestruturação do controle acionário da Vale, viabilizada por Schvartsman, segue a institucionalidade golpista própria da defesa de uma liberdade baseada na demofobia (LEITE, 2018), no ódio à democracia e ódio ao estatal e ao público associado ao “risco” de interesses públicos interferirem ou prejudicarem os interesses de acumulação de capital por parte do mercado. No contexto brasileiro e latino-americano há outros elementos próprios da colonialidade que compõem esse ódio e essa lógica institucional golpista, especialmente em relação ao papel da marcação simbólica de uma elite “apátrida” desenraizada de compromisso com o território e com a população nacional, herdada do colonialismo. A demofobia no Brasil passa por entender o modo de subjetivação dos autointitulados “verdadeiros brasileiros”, aprisionados no sentido do termo analisado por Porto-Gonçalves (2020a) originado na denominação dos exploradores do pau-brasil – alimentados pela ojeriza e aversão a integrar-se – subjetiva e epistemologicamente – ao território e à gente que constituem materialmente este espaço.

A elite brasileira do culturalismo conservador nunca escondeu seu racismo e sua fobia em relação à participação das classes populares na vida pública, porém, nos últimos anos, conseguiu cooptar a classe-média para o seu ódio, especialmente uma nova classe média que veio das classes populares e ascendeu socialmente durante os governos progressistas (SOUZA, 2017, 2018b, 2018a). A estratégia foi a fetichização colonial, mas associado a isso uma moralização da estrutura social de classes. Uma atualização à brasileira da teoria dos sentimentos morais de Smith na qual a riqueza é condição para o bem e a virtude moral, enquanto a pobreza é o depósito do vício e da imoralidade por não possibilitar o exercício das virtudes e da caridade. A partir da moralização do capital, prevalece o discurso de que os problemas do país são causados pelo povo, especialmente, as camadas empobrecidas e racializadas pela branquitude (BENTO, 2022). Cresce o ódio ao público, que considera os interesses populares como ameaças que contaminam e corrompem o Estado, devendo ser combatidos a partir de um Estado mínimo, isento de impostos para as classes mais ricas e que terceirize direitos sociais e serviços públicos. Assim, “evidenciam de forma colateral outra contradição crescente no discurso político brasileiro: o pleito por um Estado mínimo antes mesmo de se ter um Estado capaz de cumprir suas obrigações básicas” (RAGAZZI; ROCHA, 2019, pp. 11–12). Ao propor a saída da influência do Estado do controle acionário da Vale, é todo esse aspecto político e simbólico que está em jogo.

A estrutura acionária vigente na Vale desde 1997, cuja proposta de Schvartsman veio a diluir, foi uma conquista dos sindicatos e movimentos contrários à privatização da Vale, que alcançaram do governo FHC uma garantia legal contra o risco de que a Vale – após a abertura de capital ao mercado – acabasse majoritariamente nas mãos de investidores estrangeiros, o que representaria uma dupla expropriação do patrimônio nacional, tanto dos minérios quanto dos lucros da sua exploração. Cinco anos após a conversão acionária de 2017 e posterior venda das ações pelo BNDES, o risco levantado pelos grupos que temiam a privatização da Vale foi consumado. Atualmente, cerca de dois terços das ações da mineradora pertencem a acionistas estrangeiros. Em 2021, o impacto macroeconômico da mudança para controle difuso significou a entrega para acionistas estrangeiros de 12 bilhões de reais em dividendos, de um total de 18,5 bilhões de reais distribuídos pela companhia (PEREIRA, 2022).

A abertura de capital de empresas do setor extrativista ao livre mercado expõe a América Latina a uma expropriação duplamente perversa dentro da nova dinâmica internacional do trabalho (LEITE; UEMURA; SIQUEIRA, 2018). Por um lado, a expropriação pela dependência econômica do fornecimento de commodities extrativistas (minérios, petróleo, monocultura etc.) entregue aos países de capitalismo industrial (do leste asiático). Por outro, a expropriação dos rendimentos dessas operações capturados pelos países de capitalismo financeiro (do atlântico norte) através da transformação dessas empresas nacionais em transnacionais de capital aberto. Esse movimento demarca novos atores globais na dinâmica colonial, que Aráoz (2020) classificou como “pós-neoliberalismo”, passando da submissão exclusiva aos interesses do Consenso de Washington para a inclusão dos interesses de Beijing. Dessa forma, a renda extrativista é duplamente colonizada, sendo operada por

[...] uma nova onda de apropriação e despojo de terras, água e energia, maior penetração e concentração de poder (econômico, político e institucional) em mãos de grandes transnacionais; em suma, expansão das fronteiras materiais e simbólicas do capital até cada vez mais amplas e profundas esferas da vida social. (ARÁOZ, 2020, p. 276).

A naturalidade com que foi proposto eliminar o controle do poder público sobre a Vale – *“nós vamos diluir o atual grupo de controle pra baixo do controle”* – sustentou-se em interesses de uma dinâmica global da acumulação de capital e num discurso de desmoralização do Estado e da atividade política associando-as ao mal e à corrupção. No contexto em que foi pronunciada, a mensagem não foi recebida como uma ameaça ao patrimônio e à soberania nacional, pelo contrário, foi recebida como uma prova de preocupação moral da companhia, uma garantia contra a crise ou o colapso da economia.

Embora defendesse interesses privados contra os interesses públicos, a estratégia utilizada por Schvartsman cumpriu o rito legal e protocolar, seguindo uma institucionalidade golpista semelhante ao rito de impeachment de Dilma Rousseff no ano anterior. Para isso, a estratégia foi investir em uma agenda publicitária na imprensa especializada, mobilizando os acionistas, enquanto ocultava a notícia dos canais abertos ao grande público, evitando levantar um debate que pudesse gerar resistência por parte de grupos políticos e setores da economia contrários à entrega completa da Vale ao mercado.

Esse caráter autoritário da proposta de Schvartsman também aparece quando o executivo se dirige de forma coercitiva aos acionistas contrários à conversão:

*há uma avalanche de pessoas físicas indo na direção da conversão... o que::... o que torna a conversão ah... muito provavelmente um sucesso... e aliás... reforço inclusive para todos a necessidade de converter... porque agora não se trata apenas de fazer a operação ser bem sucedida... que era um... um bem em si mesmo... **mas também agora é uma proteção para os nossos acionistas... porque na verdade a... a conversão não é obrigatória** -- ou seja quem não quiser converter vai ficar na classe de ações em que está -- mas eu... eu chamo a atenção pra vocês que se houver uma migração massiva co/... maciça como nós estamos esperando... isso poderá reduzir muito a liquidez da ah... ah... ah... da classe de ações preferenciais... prejudicando quem ficar nessa classe... então eu acho éh... éh... eu acho que é justo e correto que a gente fale... **"olha, tem um motivo adicional agora... vocês não devem ficar para trás"... porque se ficar para trás... as ações vão... as suas ações vão acabar perdendo valor...** (Anexo 7, linhas 72-83, grifo nosso).*

Não se trata de um ato falho de Fabio ao defender que a adesão como voluntária, enquanto detalha todas as “penalidades” associadas a não adesão. Trata-se de um discurso cínico, uma falsificação proposital da palavra, que se sustenta na tomada de posição em que o efeito de identificação assumido de maneira aparente (adesão voluntária, aparente) é abertamente negado na prática (adesão obrigatória, na prática). Aracy Ernst (2018), em um estudo sobre discursos político-midiáticos do período de 2015 a 2018 – entre a reeleição de Dilma Rousseff e o final do governo de Michel Temer –, destacou como principal estratégia discursiva neoliberal para avançar ideologicamente no campo político brasileiro foi a institucionalização do cinismo. “Eles sabem muito bem o que fazem, mas fazem assim mesmo” (ERNST, 2018, p. 9), completo: e todos nós sabemos que eles sabem o que fazem. O cinismo é o sentimento político que melhor expressa a moral burguesa colonial, consolidou-se como “uma arte de mentir descaradamente; de ocultar as emoções e controlar as paixões e ações alheias. [...] Cinismo que, definitivamente, é o triunfo pleno do lucro sobre os sentimentos. Corpos radicalmente insensíveis, completamente mineralizados” (ARÁOZ, 2020, p. 269).

Dias após o rompimento de Brumadinho, Schvartsman é convidado a depor na Comissão Especial da Câmara. Em momento quando acusado de cinismo, respondeu as deputadas e deputados:

eu quero reforçar que a minha presença ESPONTÂNEA aqui hoje... atendendo a um convite de vocês... visa dizer... ..senhores... nós não temos nada pra esconder... tudo o que a gente sabe... eu se/... eu trato... -- alguém disse aqui... com a cara lavada... e é mesmo com a cara lavada -- porque é verdade... não tou escondendo nada... eu não tenho nenhum problema em conversar com nenhum dos senhores sobre coisa nenhuma... e eu compreendo... por outro lado... a indignação... eu compreendo que os senhores estejam é... querendo algum tipo de... compensação de al/... mais drástica... (Anexo 10, linhas 292-299)

O cinismo está institucionalizado por toda parte, não assusta a opinião pública, ao contrário, causa uma espécie de fascínio sendo associado à transparência, simplesmente, ousadia. A verdade do discurso cínico não é da “revelação” pela via da ironia, o sarcasmo ou da sátira. Ela é fria, é despidorada, é a imoralidade redimida e tornada moralmente aceita pelo ato de confissão pública. Desse modo, o cinismo da proposta de adesão “voluntária” – tal qual será a afirmação de total isenção de responsabilidade da Vale pelo colapso das barragens – não foi recebido pelos acionistas como um ato imoral, ainda que a conversão fosse uma medida arbitrária e não lhes restasse outra alternativa.

A institucionalização do cinismo como estratégia discursiva, que será vista em outras análises posteriores, também deve ser considerada a partir da discussão sobre o conceito de “pós-verdade” – “circunstâncias em que os fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que os apelos à emoção ou à opinião pessoal” (FONTANA, 2021, p. 89). Porém, neste contexto específico da estratégia discursiva que sustentou o golpe societário do mercado sobre a Vale, destacamos a manipulação do apelo à liberdade como forma de coerção, de apropriação, de violência. Desse modo, “o colonialismo se torna colonialidade; a autoexploração, dever moral; naturaliza-se a entrega sacrificial dos corpos e dos territórios no altar do progresso” (ARÁOZ, 2020, p. 258). Ao longo de cinco séculos, as coerções modernas foram sustentadas em pilares do Direito, da Ciência e da Religião, ou seja, foram-nos ditadas a Lei, a Verdade e a Salvação, porém a atualização da modernidade que estamos vivendo (não faltam nomes para ela) parece ter descoberto no Mercado Financeiro, especialmente na colonização possível a partir de uma intitulada “democratização do mercado financeiro”, uma forma de ditar-nos também a Liberdade. Os pregões eletrônicos que ligam computadores aos mercados virtuais de todo o mundo numa busca “livre” de oportunidades de lucro – de ações, títulos do tesouro, mercados futuros, fundos multimercados até criptomoedas – são as novas naus da modernidade cheias exploradores em busca de qualquer coisa que se possa explorar e mercantilizar.

Esse sentimento de liberdade se instaura na passagem de uma forma de vida à outra até que esta também se mostre como uma forma de coerção. Assim, uma nova forma de submissão sucede à libertação. É esse o destino do sujeito, que literalmente

significa “estar submetido”. [...] Vivemos em um momento histórico particular, no qual a própria liberdade provoca coerções. (HAN, 2018, p. 9)

Além do apelo à liberdade como forma de imposição dos interesses privados de grandes conglomerados financeiros sobre aos acionistas minoritários, há uma associação da conversão das ações à ideia de proteção e segurança: “*mas também agora é uma **proteção** para os nossos acionistas*” (Anexo 7, linha 76). Este é o único momento da entrevista em que Schvartsman demonstra preocupação com segurança, porém a proteção a que se refere é contra o risco de prejuízo aos acionistas. Esse aspecto demonstra como a percepção do mercado sobre uma “empresa segura” pode ser completamente dissociada de suas práticas de segurança em relação aos trabalhadores, as comunidades locais e o meio ambiente. Aos acionistas importa garantir uma gestão comprometida com a segurança de retorno financeiro sobre o capital investido, demonstrando medidas para evitar o risco de prejuízos nos resultados da companhia e na queda do valor de mercado das ações.

A justificativa baseada na intenção da Vale de “proteger” tem sentido de benevolência gratuita, o cinismo é um moralizador através da confissão voluntária, porém abriga uma distorção do sentido do termo proteção. Um exemplo da instrumentalização dessa dissociação de sentido aparece em um vídeo institucional sobre “sustentabilidade” do ex-presidente da Samarco, Roberto Carvalho, quando fala sobre a preocupação da mineradora em ser um negócio sustentável:

A sustentabilidade na Samarco, ela está presente em todas as etapas. E quem, primeiramente, **dá sustentação é o mercado**. [...] E a Samarco trabalha muito séria nessa questão do mercado, buscando esse reconhecimento do mercado e essa **sustentabilidade que o mercado te dá** [...] E a Samarco sempre prezou, sempre buscou **relacionamentos duradouros**, relacionamentos bem sustentáveis. Então, isso é uma demonstração clara que o mercado entende a Samarco como um fornecedor diferenciado e **ele sustenta**, né? (CARVALHO, 2010)

Para o ex-presidente da Samarco, o termo “sustentabilidade” não se referia a um modo de produção que retire da natureza o suficiente para que ela possa se regenerar – supondo que isso fosse possível no modelo moderno e capitalista –, mas sim à possibilidade da empresa de continuar rentável ao longo do tempo, recebendo investimentos e devolvendo lucros ao mercado. Da mesma forma, o sentido da preocupação com “proteção” para o presidente da Vale não significava adotar medidas que garantissem segurança às pessoas e ao meio ambiente, mas proteger o capital dos acionistas. Essa estratégia de ancorar uma mensagem a termos associados a qualidades morais para sustentar práticas contrárias é muito presente no discurso corporativo de altos executivos. A capacidade de transformar todos os interlocutores em *stakeholders* de modo que pareça que o interesse particular seja sempre apresentado como coletivo –

amortecendo e amenizando as contradições presentes nas práticas corporativas – é valorizada como competência gerencial, ainda que isso exija uma grande dose de cinismo.

Ao ser questionado por Felipe Miranda sobre as perspectivas atuais e futuras da Vale sob sua gestão, Schvartsman responde:

então nós precisamos -- por benefício de todos os acionistas... além da melhoria na governança... que é a história da conversão das ações e etcétera... -- nós precisamos também melhorar a performance dessa companhia... e a performance principalmente medida em resultados... redução de custos e em alocação de capital... performance aqui é uma questão essencial... junto com estratégia (Anexo 7, linhas 118-122)

Duas estratégias demonstram como as práticas da Vale em relação à gestão dos processos operacionais e dos riscos são sustentadas na colonialidade. Primeiramente, a busca ilimitada por redução de custos e aumento de produção como medida de alavancar resultados de curto prazo com impacto imediato no desempenho das ações e, em segundo, a interrupção de subsídio cruzado exigindo autonomia financeira das unidades operacionais.

Semelhantemente ao que ocorrera na Samarco antes do rompimento da barragem de Fundão, quando as análises das atas do Conselho Administrativo registravam que representantes da Vale e da BHP realizavam constantes pressões por redução de custos e aumento de produtividade (RAGAZZI; ROCHA, 2019; SERRA, 2018), também a declaração de Fabio Schvartsman demonstra a insistência da mineradora na priorização de rentabilidade imediata e contínua.

O uso do termo performance com o sentido de redução de custos e a eleição dessa estratégia como parte do novo modelo de governança não podem ser tomadas como banais ou analisadas pontualmente. O culto à performance é parte de uma cultura do *management* (BENDASSOLI, 2010) que invadiu as transnacionais do setor primário brasileiro, sendo sustentadas por um “regime de regulação das sensações” que produz líderes com sensibilidades e sociabilidades úteis e adequadas para garantir a manutenção dos negócios extrativistas (DILGER; LANG; PEREIRA FILHO, 2016; LEITE; UEMURA; SIQUEIRA, 2018). Na métrica da performance não cabem corpos, territórios ou epistemes, pois, para pôr em prática a lógica do saqueio do colonialismo é necessário fragmentar o sujeito por dentro, numa racionalidade que precisa ser separada da afetividade para depois colonizá-la.

A modernidade colonial condenou, desde os primórdios, a expressão dos sentimentos. Fraquezas que ferem a racionalidade, obstáculos que impedem o conhecimento verdadeiro das coisas, as emoções e os sentimentos foram sempre, como os territórios e as naturezas, objeto de domínio por parte da *razão e do lucro*. (ARÁOZ, 2020, p. 269)

Este processo possibilita a institucionalização nos modos de gestão de forças de exploração que naturalizam a destruição de todas as formas de vida materiais e imateriais, a partir de uma economia do genocídio/ecocídio/epistemicídio numa ânsia de acumulação imediatista: sem compromisso, sem poupança, sem futuro e sem promessa de salvação. Surge no seio da cultura ocidental como uma “crise da ética protestante do trabalho” que Max Weber defendeu como pré-condição para o capitalismo (BENDASSOLI, 2010, p. 233). A crise ontológica da ética protestante do trabalho, ou o que Sennett (2009) chamou de declínio do caráter do novo capitalismo, precisa ser entendida a partir da produção de lideranças com subjetividades mineralizadas segundo a lógica de uma razão indolente e cínica (GAULEJAC, 2007; SANTOS, 2002).

Por cinco anos consecutivos, antes da entrada de Fabio Schvartsman, a Vale passara por um processo drástico de cortes de custos operacionais e venda de ativos, principalmente para sobreviver ao colapso do preço do minério de ferro no mercado internacional (RAGAZZI; ROCHA, 2019). Em agosto de 2018 – um ano após a entrevista de Schvartsman à Empiricus e poucos meses antes do rompimento da barragem de Brumadinho –, o Diretor Financeiro da Vale, Luciano Siani, em uma entrevista a Karel Luketic, sócio da financeira XP Investimentos, declarou sobre o processo de redução de custos impulsionado na companhia desde 2012:

A Vale **teve paciência, teve disciplina e coragem** pra enfrentar uma crise muito profunda. Para vocês terem uma ideia do tamanho dessa crise, em 2012 quando eu assumi a diretoria financeira, o preço do minério de ferro, principal produto da Vale, era 160 dólares por tonelada. Esse preço, Karel, chegou a 40 dólares por tonelada em seu momento mais baixo e hoje ele está 75 dólares por tonelada. Você imagina uma empresa perder 75% da sua receita, e essa perda foi gradual ao longo de três anos, a cada dia o preço baixava um pouco, a cada dia o preço baixava um pouco... Como é que você reage numa situação dessas né? Primeiro, **nós tivemos muita austeridade, o corte de custo na companhia foi brutal, uma questão de sobrevivência**. Pra você ter uma ideia, por exemplo, a gente chegou a ter despesas administrativas e gerais de 2 bilhões de dólares por ano, hoje a companhia roda com um patamar que é pouco mais de 20% desse valor. Chegamos a ter 15 mil pessoas em nove prédios administrativos. E hoje, temos uma sede única no Rio de Janeiro e não ocupamos sequer um prédio inteiro. Então, **a companhia aprendeu a trabalhar de uma forma supereficiente. O lado de custos operacionais foi a mesma coisa**. (SIANI, 2018, grifo nosso)

A declaração de Siani – também concedida a um canal direcionado a acionistas – deu destaque ao fato de a Vale contar, na ocasião da entrevista de Schvartsman à Empiricus, com um cenário de aumento nos preços do minério de ferro (Anexo 12) ao mesmo tempo em que vinha de um processo de mais de cinco anos de intensos cortes de custos. O presidente recém-empossado continuava a insistir na redução de custos, mesmo num contexto de aumento do faturamento, seguindo uma perseguição obsessiva e devastadora por resultados positivos

crecentes e ininterruptos, ainda que isso signifique – como confessa Siani – uma política irresponsável de cortes nos custos operacionais. Segundo Gaulejac,

As estratégias de conquista pervertem os valores de sucesso e transformam a emulação normal da competição em uma busca infernal de ser o primeiro. O essencial não é mais fazer bem, e sim de fazer sempre melhor, de ganhar sempre mais (GAULEJAC, 2007, p. 144).

Evidentemente, numa operação de extração, há um limite mínimo de custos operacionais capaz de garantir o funcionamento seguro e responsável do processo de trabalho. A meta de custo zero é uma estratégia irresponsável e destrutiva. Isso se confirmou semanas antes do rompimento da barragem, quando os membros da diretoria receberam um e-mail anônimo de um funcionário da área técnica denunciando cortes de custos que comprometiam a segurança operacional e punham as barragens em risco (analisaremos adiante).

A “performance” da companhia, que na concepção de Schvartsman é a rentabilidade imediata retirada das operações, possui impacto instantâneo sobre o valor de mercado de uma companhia. Para garantir que as despesas significarão retorno em lucros, as empresas avaliam despesas a partir de cálculos que estimam o retorno sobre o investimento, ou seja, o impacto que um determinado custo terá sobre a rentabilidade da companhia. Gastos propostos com base em riscos são de difícil mensuração da taxa de retorno, pois envolve o cálculo sobre todas as probabilidades de ocorrer problemas ou eventos indesejados. O retorno desse tipo de despesa sobre a rentabilidade é imaterial, sendo difícil para um técnico ou gestor operacional justificar, culminando na priorização das despesas com ações corretivas, em detrimento das preditivas e preventivas.

A gestão de segurança ou de riscos passa também por contrariar um princípio do gerencialismo: a concepção do apetite por riscos como qualidade ou competência gerencial. Richard Sennett afirmou ao analisar esse aspecto subjetivo do novo capitalismo: “correr riscos pode ser, em muitas circunstâncias diferentes, um teste de alta carga do caráter” (2009, p. 89). Desse modo, uma cultura de negligência tem respaldo em um modo de subjetivação que associa a exposição a riscos como uma qualidade moderna, um ato de coragem e ousadia capaz de aumentar as chances de ganho, como os navegadores portugueses e espanhóis recompensados com um Novo Mundo por enfrentarem o risco de sucumbirem à borda ocidental do mundo.

Outra estratégia defendida por Fabio Schvartsman para pressionar as unidades da Vale por melhoria na performance foi tratar cada mina ou unidade da Vale como contas correntes autônomas:

nós estamos agora claramente indicando que na Vale todos os sites... todas as suas minas... todos os seus negócios... vão ter que se aguentar com as suas próprias

pernas... parar com subsídio cruzado -- não tem essa história do minério de ferro pagar a conta de ninguém... minério de ferro paga suas próprias contas -- e quem mais estiver dentro da Vale tem que produzir recursos para pagar suas próprias contas (Anexo 7, linhas 107-112).

Essa estratégia favorecia números imediatos, mas representou uma bomba relógio para as unidades operacionais, principalmente, minas antigas cuja produtividade é baixa e os custos passivos são altos. Conforme repetidamente afirmado pela Vale (RAGAZZI; ROCHA, 2019), muitas minas de ferro da companhia no estado de Minas Gerais enfrentam condições de esgotamento, produzindo minério de ferro com baixíssimo teor de concentração e baixo valor de venda no mercado (AREDES, 2018). O superciclo da primeira década do século XXI acirrou o apetite das mineradoras por explorar ao máximo suas reservas, de modo que no período da queda de preço, o baixo valor de mercado pago pelo minério de baixa qualidade pressionou unidades produtivas de Minas Gerais a melhorarem sua “performance” para não serem interrompidas. Isso porque, além da qualidade e preço inferiores do ferro mineiro, os resultados das minas do estado são impactados pelos custos passivos de suas operações, incluindo o alto custo com operação, monitoramento e manutenção de grandes e antigas barragens, inclusive as inativas. Há um fato importante nisso: a longevidade dos lucros retirados de uma jazida de minério de ferro – a mina de Águas Claras rendeu apenas 29 anos de extração para a Vale – é muito inferior à longevidade dos custos operacionais com suas barragens de rejeitos e suas cavas. Após o encerramento da extração nas minas, o custo de recuperação da cava e manutenção das barragens representa um passivo elevado. Não raro as mineradoras abandonam as áreas de exploração após o encerramento das atividades. Em Minas Gerais, um levantamento identificou mais de 300 minas abandonadas, com alto potencial de desastre (PAGLIA, 2016). Por essa razão, a tendência natural de toda unidade de exploração de minério é que ao longo do tempo ela piore sua “performance”, e não melhore. A exigência de custo mínimo e lucro máximo tornaram as operações da Vale em Minas Gerais ao longo do tempo caras e pouco produtivas, tornando-se cada vez mais difícil e mais arriscado praticar o princípio da perpétua melhoria de “performance” exigida por Schwartsman.

Diante de uma organização cujas operações são extrativistas e predestinadas ao esgotamento e ao acúmulo de passivos sociais e ambientais, o discurso da performance de Fabio – “*quem mais estiver dentro da Vale tem que produzir recursos para pagar suas próprias contas*” (Anexo 7, linha 111-112) – ativa uma bomba relógio do desastre, em nome de oferecer garantias de rentabilidade ao mercado. O discurso ignora que as empresas baseadas no extrativismo mineral, em longo prazo, precisarão recorrer ao subsídio cruzado em suas operações, se quiserem arcar minimamente com as responsabilidades sobre os impactos gerados

pela própria atividade. Negar o subsídio cruzado nas operações é uma dupla confissão: primeiro, a pressão sobre os gestores locais para gradativamente, conforme os rendimentos se esgotam, também irem abandonando os custos com esses passivos sociais e ambientais; segundo, a transferência da responsabilidade financeira pela gestão desses riscos para o poder público e populações locais, chantageadas pelo risco do aumento do desemprego, da queda da arrecadação fiscal e da iminência de desastres.

6.2. Gestão de Riscos e Desastres durante a Presidência de Fabio Schvartsman

Na cerimônia de posse de Fabio Schvartsman na presidência da Vale em maio de 2017, o executivo anunciou que o lema de sua gestão seria “Mariana nunca mais” (ARBEX, 2022; RAGAZZI; ROCHA, 2019).

Para a Vale, que é uma empresa de recursos naturais, sustentabilidade não é uma opção, mas uma obrigação. A verdadeira sustentabilidade é sobre postura e atitude. Além disso, devemos adotar juntos um lema: “**Mariana nunca mais**”. Que tenha sido a última vez que essa empresa esteja envolvida direta e indireta num desastre ecológico e social da dimensão que foi Mariana. Quero ter junto com vocês o compromisso de ser referência mundial de sustentabilidade. (BASILIO, 2019)

Segundo Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (2019), a frase foi criada por publicitários para marcar a guinada na gestão da Vale, representada pela chegada de Fabio Schvartsman. A ênfase em “Mariana nunca mais” tinha por objetivo associar o novo presidente à ideia de que a partir daquele momento a empresa teria mais segurança e não haveria problemas que pudessem ameaçar a rentabilidade dos investidores. A frase, ao mesmo tempo que afirma que Schvartsman não deixará que ocorra outro rompimento como de Mariana, lança nas entrelinhas uma acusação à gestão anterior de ter permitido que ocorresse. Isso será importante para defender discursivamente a associação entre o rompimento e o modelo societário da Vale com influência das estatais, argumento importante para conseguir migrar a companhia para controle difuso.

Observamos no trecho do discurso da posse a presença de uma visão sobre sustentabilidade baseada em “postura e atitude” individuais e não em processos e práticas de gestão organizacionais. Ailton Krenak (2020b) defende que a sustentabilidade é um mito liberal criado para enganar – uma enganação da modernidade como a religião –, pois oferece conforto e alívio para a culpa de estarmos matando o mundo.

[...] eu não vou me salvar sozinho de nada, estamos todos enrascados. E quando percebo que sozinho não faço a diferença, me abro para outras perspectivas. É dessa afetação pelos outros que pode sair uma outra compreensão sobre a vida na Terra. [...]

Por isso acho que seria irresponsável ficar dizendo para as pessoas que, se nós economizarmos água, ou só comermos orgânico e andarmos de bicicleta, vamos diminuir a velocidade com que estamos comendo o mundo – isso é uma mentira bem embalada. (KRENAK, 2020b, pp. 104–105)

Outro aspecto importante para entender as bases ideológicas que constituem a visão de Schvartsman sobre a relação da Vale com o meio ambiente foi sua presença como representante do setor privado na comitiva brasileira⁴¹ no Fórum Econômico Mundial de 2019, em Davos na Suíça. A participação de executivos das empresas privadas brasileiras era importante para o governo como forma de validar o discurso de Jair Bolsonaro (BOLSONARO, 2019) que lançava ao mercado internacional a política econômica de Paulo Guedes, três dias antes do rompimento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão. Na fala inaugural de Bolsonaro, o Brasil é oferecido como uma oportunidade de negócio internacional, especialmente pela quantidade de recursos naturais a serem explorados, prometendo “simplificar normas” e “facilitar a vida” dos investidores internacionais para que possam explorar as riquezas não exploradas oferecidas pelo país. E termina,

Temos a maior biodiversidade do mundo e nossas riquezas minerais são abundantes. Queremos parceiros com tecnologia para que esse casamento se traduza em progresso e desenvolvimento para todos. Nossas ações, tenham certeza, os atrairão para grandes negócios, não só para o bem do Brasil, mas também para o bem de todo o mundo. Estamos de braços abertos. (BOLSONARO, 2019).

No voo particular de retorno ao Brasil, Schvartsman recebeu a notícia do colapso da barragem B1. Pouco após a chegada, gravou o vídeo com o comunicado oficial da Vale confirmando o rompimento (SCHVARTSMAN, 2019a). A coletiva de imprensa foi realizada poucos minutos depois da publicação do vídeo nos canais oficiais da companhia. Fábio Schvartsman estava acompanhado de Luiz Eduardo Osório, Diretor Executivo de Relações Institucionais e Comunicação. Ao longo da entrevista, o executivo responsável pela comunicação da Vale falou da existência de um Comitê de Crise, fez interferências nas respostas de Schvartsman e, algumas vezes, sussurrou orientações em seu ouvido fora do alcance do microfone, demonstrando a preocupação com a mensagem a ser transmitida ao público pelo presidente. Segundo relatório da CPI do Senado Federal:

[...] logo após a tragédia, o Sr. Fabio Schvartsman foi orientado pela diretoria jurídica da Vale a não “pedir desculpas” publicamente, pois esse apelo poderia ser entendido

⁴¹ Além de Fábio Schvartsman da Vale, estavam na comitiva de brasileiros em Davos avalizando a política econômica o governo de Jair Bolsonaro: Paulo Guedes (Ministro da Economia), Sérgio Moro (Ministro da Justiça), Ernesto Araújo (Ministro das Relações Exteriores), Gustavo Bebianno (Ministro Secretaria Geral da Presidência), Augusto Heleno (Chefe de Gabinete de Segurança Institucional), Eduardo Bolsonaro (Deputado Federal PSL-SP), Luciano Huck (Apresentador da Rede Globo), João Dória (Governador de São Paulo), André Esteves (BTG Pactual); Luiz Carlos Trabuco (Bradesco); Paulo Cesar de Souza e Silva (Embraer) e Candido Botelho (Itaú) (CAUTI, 2019).

como uma admissão de culpa ou manifestação de arrependimento (Informação extraída do IPL 0062/2019-4 SR/PF/MG, compartilhado com esta Comissão). Nota-se, portanto, a total insensibilidade da Vale e de seus gestores diante dos acontecimentos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, p. 542).

No início da coletiva e em meio a vozes de muitos jornalistas, Fabio Schvartsman é interpelado por uma voz feminina que pede um direito de pergunta, mas o presidente, de forma impaciente, afirmando que fará uma fala introdutória, interrompe a voz da jornalista repetindo o vocativo no masculino, “senhores”. É comum nas declarações de Schvartsman, mesmo quando interpelado por mulheres, a ênfase de responder aos interlocutores no masculino. Em algumas situações, o executivo parece excluir as autoras das perguntas dos destinatários de sua resposta. Esse fato ganha relevo, especialmente, pela representação racista, sexista e capacitista que caracterizam os postos de altos níveis de gestão das mineradoras.

Schvartsman inicia sua fala introdutória no mesmo tom de voz e com a mesma expressão do vídeo do comunicado:

senhores, é... eu que queria -- antes de mais nada -- dizer que é com grande pesar que a gente relata o acidente que aconteceu na... na barragem de Feijão lá em Brumadinho... ah::... que... éh::... isso foi uma... uma... uma enorme tragédia totalmente... que pe/... que nos pegou totalmente de surpresa... eu estou completamente disfa/... dilacerado com o que aconteceu... éh::... acabei éh... de voltar do exterior... eu só não estou ainda em Brumadinho por causa da... do temporal aqui no Rio de Janeiro... mas terminando essa entrevista... a minha intenção é ir imediatamente pra lá... pra pessoalmente dar não somente a minha solidariedade... mas todo apoio que eu puder dar às vítimas desse terrível acidente (Anexo 8, linhas 2-9)

A fala de Fabio foi hesitante, tentou transparecer sofrimento e pesar, buscando sustentar o argumento de que a Vale e ele mesmo seriam também vítimas de um evento natural imprevisível e inesperado: “*uma enorme tragédia que nos pegou de surpresa*” (Anexo 8, linhas 4-5), “*desse terrível acidente*” (Anexo 8, linha 9). O sentido dos termos utilizados pelo executivo para se referir ao rompimento visa eliminar da disputa de sentidos o fato de ser um desastre artificial, com causas humanas e decorrente de uma negligência sistemática da companhia e dos órgãos fiscalizadores. As justificativas que apresenta parecem ser uma defesa antecipada de acusações que o executivo pressupõe que será alvo: “*acabei éh...de voltar do exterior*”, “*por causa da... do temporal aqui do Rio de Janeiro*” (Anexo 8, linha 6-7). O presidente demonstra se sentir ameaçado, defende-se de culpas ou responsabilidades antes mesmo que elas tenham sido questionadas pelos jornalistas.

O rompimento da barragem em Brumadinho foi uma dolorosa e inaceitável repetição de Mariana, uma evidência de que a Vale continuou acelerando o mesmo modelo de negócio, ainda que isso representasse a ocorrência de outro rompimento. Schvartsman foi questionado em

diferentes ocasiões da coletiva sobre a banalização do desastre em Mariana e sobre as razões da ausência de medidas efetivas da mineradora para evitar novos rompimentos. A resposta do executivo foi sempre evasiva, recorrendo ao argumento de que naquele momento a sua prioridade era socorrer os atingidos e não buscar a causa do problema:

vocês podem imaginar que a preocupação da Vale com vazamentos de barragem ou qualquer problema com barragem é enorme... é... e em especial... depois do acidente de Fundão... a Vale redobrou os cuidados e fez é... a... tudo aquilo que existe de mais moderno na verificação da estabilidade de seus sistemas... não obstante eu quero reforçar pra vocês que a gente/... que não é essa questão que me preocupa nesse momento... o que me preocupa agora -- e o tempo permitirá que todas essas outras questões sejam esclarecidas com devido rigor -- agora a gente está preocupado duzentos por cento em socorrer as pessoas atingidas... depois a gente vai atrás da causa do problema. (Anexo 8, linhas 56-63)

Essa fala demonstra duas estratégias discursivas. Primeiro, a negação cínica da continuidade das mesmas práticas negligentes que causaram o rompimento de Mariana a partir de uma autoapresentação positiva – *“depois do acidente de Fundão... a Vale redobrou os cuidados e fez é... ah... tudo aquilo que existe de mais moderno na verificação da estabilidade de seus sistemas”* (Anexo 8, linhas 57-59). Em segundo, a associação da recusa em falar sobre causas à uma qualidade moral – *“agora a gente está preocupado duzentos por cento em socorrer as pessoas atingidas... depois a gente vai atrás da causa do problema”* (Anexo 8, linhas 61-63). A justificativa para a evasiva como sendo uma comprovação de solidariedade e preocupação com as vítimas, também possui o efeito de censura aos jornalistas, apresentando que o assunto “moralmente correto” seria perguntar sobre as ações emergenciais de salvamento. A afirmação funciona como uma acusação de imoralidade ou de desumanidade aos jornalistas que, porventura, insistissem em fazer perguntas sobre responsabilidades ou cobrassem explicações.

Em um outro trecho da coletiva, Schvartsman afirmou: *“minha preocupação não é/... minha preocupação é só com as vítimas... não tem... não tenho informação... que eu saiba não tem problema nenhum... o problema terrível que nós temos é as pessoas que foram impactadas... esse é... esse é o problema* (Anexo 8, linhas 167-170). Há nessa afirmação a naturalização de um desastre artificial e humano, que transforma o responsável pela violência em salvador, em detentor dos meios de salvamento. Esse modelo de pensamento é próprio da Modernidade/Colonialidade, é a prática assistencialista do colonizador que chega com a doença e com o remédio. Porém, para que a relação de dependência se consolide é necessário que a negação da autoria do mal, enfatizando a posse dos meios de se oferecer voluntariamente o bem.

A autoapresentação positiva, de si mesmo como alguém humano e voluntariamente solidário, mas também da Vale como uma “empresa humana”, no sentido antropomórfico é uma estratégia discursiva que institucionaliza a autorredenção da culpa. Na coletiva em frente à sede da PGR, Schvartsman inicia enfatizando que a Vale realizou cultos ecumênicos de sétimo dia, buscando comprovar o caráter moral e religioso da companhia:

boa tarde... senhores... muito obrigado por/... por me ouvirem um minutinho. e...eu queria fazer uma... eu queria fazer uma rápida... declaração e depois eu responderei umas poucas perguntas. é... a... a declaração é a seguinte... hoje -- quando se completam sete dias do acidente -- fizemos lá na Vale cultos ecumênicos lá em homenagem às vítimas... a empresa toda está em luto... emocionada pelo que aconteceu... não é diferente comigo... eu continuo muito abalado pelo que houve e... ah::... e o meu coração e a minha cabeça estão voltadas ao atendimento das vítimas a tentar minorar o sofrimento que foi causado... (Anexo 9, linhas 3-7)

O uso da religiosidade é um modo de domínio a partir da aplicação de uma violência simbólico-social (HAN, 2017), principalmente se analisarmos a partir das nossas raízes coloniais. Ao mencionar a realização dos cultos ecumênicos pela Vale, o executivo opera com concepção colonizadora de que a salvação eterna é uma propriedade do colonizador. A metrópole detém a chave da salvação eterna. Afirmar publicamente que a mineradora realizou um ritual religioso pelas almas dos mortos tenta acionar um poder simbólico e imaterial, um poder sobre a vida e a morte. Valorizar a vida eterna é uma forma da Vale de não reconhecer a própria incapacidade ou recusa em evitar essas mortes, permitindo afirmar sua generosidade voluntária de garantir aos mortos o acesso à salvação eterna. Condição que, do ponto de vista da moral religiosa evocada pelo executivo, é o mais importante.

O rompimento da barragem B1 em Brumadinho também possui aspectos das relações de trabalho dentro da Vale. O extrativismo, enquanto um modelo de acumulação de capital fundamentado na racionalidade moderna-colonial, trata não apenas a natureza como um recurso a ser explorado e consumido, mas também os corpos e as subjetividades (ACOSTA, 2016; ARÁOZ, 2020).

senhores/... senhores, esse aciden/... esses acidentes eles são a coisa pior que uma pessoa pode ter na vida... éh... é importante que os senhores saibam que a maioria dos atingidos são nossos próprios funcionários... nós tínhamos no momento do acidente aproximadamente trezentos funcionários -- próprios e de terceiros -- trabalhando naquele/... naquele local... nós não sabemos quantos foram acidentados... porque houve um soterramento pelo produto ah::... vazado da barragem... (Anexo 8, linhas 9-14)

Os discursos presentes na fala de Fabio demonstram a existência de uma política dos corpos, biopolítica, que faz funcionar o negócio da Vale. Ela se apresenta, inicialmente, na forma como o discurso gerencialista posiciona os corpos hierarquicamente a partir do posto do “presidente”. É a partir dessa posição de superioridade e de domínio sobre os outros corpos que,

após o rompimento da barragem, Schvartsman passa a reiteradamente afirmar sua impotência e vulnerabilidade, contrariando a autossuficiência e autoconfiança que esbanjava ao mercado em suas entrevistas anteriores à Empiricus, à Bloomberg e à Latin Trade. Em mais de uma ocasião, o executivo associa o rompimento da barragem a uma tragédia pessoal. Porta-se como um rei decaído, o Édipo da análise de Foucault (2013) golpeado no poder pela verdade que se recusou a ver. Schvartsman é o espetáculo de um Édipo atormentado pela verdade e obrigado a reconhecê-la aos cidadãos de Tebas, preferindo a cegueira.

Diante dos jornalistas, o presidente narcisicamente trata o rompimento como o seu próprio colapso: *“esses acidentes eles são a coisa pior que uma pessoa pode ter na vida”* (Anexo 8, linhas 9-10). Também na Comissão Especial da Câmara, ao ser questionado sobre como se sentia diante do desastre depois de ter adotado o slogan “Mariana nunca mais!”, o presidente responde: *“é evidente que estou consternado com o acidente que aconteceu... é evidente que... éh:: éh::... era tudo o que eu não queria na minha vida que um acidente desses acontecesse...”* (Anexo 10, linhas 240-242).

A colonialidade do culto do desempenho e da performance produziu uma classe de gestores que administram as empresas como uma extensão de suas próprias carreiras. O gerencialismo da administração moderna opera como uma técnica fria e neutra, produz uma cultura do “gestor S/A”, executivos que tomam a si mesmos como seu próprio negócio. Para Schvartsman o colapso da barragem também é o colapso de sua reputação. Byung-Chul Han (2017) defendeu que a aceleração da acumulação capitalista operou uma transformação nas relações de trabalho do sujeito disciplinar ao sujeito do desempenho.

[...] o sujeito do desempenho encontra-se constantemente em estado de permanente suspensão, que não admite “localização” definitiva, contornos claros do si-mesmo. O sujeito ideal de desempenho seria um homem sem caráter, um homem livre de caráter, disponível para tudo, enquanto que o sujeito disciplinar teria de demonstrar um firme caráter. (HAN, 2017, p. 98).

As declarações de Schvartsman são fundamentadas no discurso da sociedade do desempenho, uma racionalidade normativa da modernidade. Esse modo de subjetivação no trabalho é marcado por uma “autorrelacionalidade narcísica”, um movimento de concorrência constante (com os outros e consigo) num “círculo infinito em torno de si mesmo” (HAN, 2017). Esse modelo é retroalimentado pelas práticas organizacionais que operam através de técnicas gerencialistas – avaliações de desempenho e políticas de carreira e de remuneração das companhias – nas quais os efeitos da gestão (acidentes de trabalho, crimes socioambientais etc.) são indicadores passíveis de prejuízo individual. É uma distopia narcísica que sustenta esses

gestores como centros do poder capitalista, centros dos resultados – lucro ou prejuízo –, deslocando cognitivamente a percepção do bem comum para o bem particular.

O fato de as vítimas terem sido majoritariamente trabalhadores da Vale foi utilizado como argumento para legitimar a vitimização da Vale e a negação da responsabilidade da empresa: *“é importante que os senhores saibam que a maioria dos atingidos são nossos próprios funcionários... nós tínhamos no momento do acidente aproximadamente trezentos funcionários -- próprios e de terceiros -- trabalhando naquele/... naquele local...”* (Anexo 8, linha 10-13).

Segundo Van Dijk, a negação precede uma suposta acusação. Quem nega tem consciência de que seu ato é condenável, teme ser descoberto, por isso precisa autoapresentar-se positivamente. “Na interação, as pessoas tentam agir e, conseqüentemente, falar de tal modo que seus interlocutores construam a ‘imagem’ mais positiva possível a respeito delas, ou pelo menos tentam evitar uma imagem negativa” (DIJK, 2020, p. 158). A tentativa de mostrar uma imagem positiva, de modo que a Vale seja percebida como acima de qualquer suspeita, fica mais evidente quando observamos as declarações de Schvartsman ao longo de 2018 sobre as perspectivas da Vale. Em um evento do Itaú Unibanco em abril daquele ano, o executivo foi questionado sobre a condição de segurança das barragens e garantiu com autoconfiança que estavam “*impecáveis*” e cancelou: “*se houvesse outro acidente como o de Mariana, minha gestão seria curta*” (ROSTÁS, 2018). Meses depois, quando questionado novamente sobre os riscos associados ao negócio da Vale, garantiu que somente um “cataclisma” seria capaz de afetar os resultados da companhia num cenário de aumento da produtividade e recuperação do preço do minério de ferro como o que estavam passando (NOGUEIRA; ALPER, 2018).

Ao longo de 2018, a Vale voltou a ser inquirida sobre o assunto da segurança de suas barragens, que descartava reiteradamente qualquer possibilidade de um novo rompimento e garantia publicamente adotar os melhores sistemas de monitoramento. Os jornalistas Lucas Ragazzi e Murilo Rocha comentaram no livro-reportagem a estratégia de comunicação institucional deste período:

[...] em propagandas, informes para investidores, entrevistas de dirigentes e na Bolsa de Valores a Vale ia muito bem, demonstrando para o mercado ter se recuperado completamente dos danos à sua imagem causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, internamente o cenário era muito diferente. Nos escritórios da empresa e no dia a dia das operações relacionadas à extração de minério de ferro, mais precisamente na mina do Córrego do Feijão [...] havia um cotidiano de incertezas. O epicentro dessa trama, na qual residem os sintomas de um velho paciente enfermo, cujo estado de saúde é falseado pelos boletins médicos para a família, protelando-se um tratamento correto antes do colapso, ocorreu entre os meses de novembro de 2017 e janeiro de 2019. (RAGAZZI; ROCHA, 2019, p. 73)

Desde novembro de 2017, era de amplo conhecimento de técnicos e gestores da Vale um conjunto de análises realizadas pelo Painel Independente de Especialistas para Segurança e Gestão de Risco de Estruturas Geotécnicas (Piesem) que classificaram uma lista de barragens da Vale cujo fator de segurança estaria abaixo dos índices mínimos exigidos internacionalmente. O estudo apresentava barragens cujo fator de segurança real era abaixo do considerado formalmente pela Vale. No caso da barragem B1 da mina de Córrego do Feijão, o fator de segurança indicado pelo estudo da Piesem apresentava um valor muito inferior ao mínimo exigido internacionalmente. O estudo não foi bem recebido pelos gestores da Vale desde a sua apresentação (ARBEX, 2022; RAGAZZI; ROCHA, 2019).

Daniela Arbex (2022) apurou depoimentos e e-mails trocados por gerentes e diretores da Vale que relatavam um gravíssimo incidente com a barragem B1 ocorrido em junho de 2018, que manteve a estrutura em situação “não controlada” por três dias. De acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Vale deveria ter tomado as seguintes ações imediatamente: aumentar o grau de risco de 1 para 2 (numa classificação que vai até 3), interromper imediatamente as operações da mina, informar aos órgãos públicos para que fossem mobilizadas as equipes de emergência e da defesa civil e evacuar as áreas classificadas como zona de autossalvamento, ZAS, (áreas a uma distância de até 10 km a jusante da barragem que, em caso de rompimento, podem ser atingidas nos primeiros 30 minutos sem tempo suficiente para realizar a evacuação das áreas). Em Brumadinho, a ZAS incluía os prédios administrativos da mina (CBDB, 2010). A Vale manteve a ocorrência em nível 1 e não tomou nenhuma das medidas exigidas pela PNSB, mesmo com a ocorrência de diversos problemas com a estrutura da B1 ao longo daquele ano.

Ainda no início de 2018, a empresa geotécnica brasileira Potamos – uma das que integraram o Piesem – contratada pela Vale para realizar o laudo de estabilidade da barragem B1 –, recusou-se a fornecê-lo, apresentando uma proposta de melhorias na infraestrutura da barragem a fim de elevar o fator de segurança para o nível aceitável e exigindo que a Vale realizasse as melhorias para que fosse fornecido o documento. As obras exigidas pela Potamos implicariam na paralisação temporária das operações na mina (ARBEX, 2022; RODRIGUES, 2019c). A Vale encerrou o contrato com a Potamos, substituindo-a pela empresa belga Tractebel, que também teve o contrato rescindido sem a realização do laudo. Por fim, a Vale contratou a alemã Tüv Süd, que assinou o laudo de estabilidade em setembro de 2018, com algumas melhorias questionáveis que poderiam ser feitas sem a paralisação das operações na mina. Segundo as investigações da Polícia Federal, a Tüv Süd teria emitido o laudo baseando-se em uma classificação de segurança estabelecida por ela própria na qual o fator mínimo

exigido fora reduzido para baixo dos padrões internacionais de modo que o índice da B1 fosse considerado seguro. Isso permitiu que o fator de segurança atribuído pelo Piesem para a barragem B1, embora abaixo dos critérios internacionais, atendesse aos critérios da Tüv Süd para emissão do laudo (ARBEX, 2022; RAGAZZI; ROCHA, 2019).

A despeito desse histórico de ocorrências, Fabio Schvartsman defende reiteradamente que o rompimento ocorreu totalmente de surpresa, que não havia qualquer sinal anterior que indicasse o risco de liquefação, creditando a informação com o laudo da Tüv Süd:

quando eu me referi a surpresa... é porque nós temos atestados de auditorias externas... feitas por empresas especializadas -- inclusive alemãs -- ah::... que atestam a estabilidade... ah::... dessa mina e isso é feito ah::... periodicamente -- consequentemente -- são todas informações muito recentes... então daí a nossa surpresa e nosso desalento... (Anexo 8, linhas 19-23)

A centralidade que Schvartsman dá ao laudo da empresa alemã como garantidora de segurança é sustentada numa racionalidade técnica-instrumental que legitima a modernização sem modernidade imposta aos países periféricos. Segundo Enriquez (1997), as organizações modernas ocidentais tornaram mais importante o *como* da técnica do que o *porquê* da técnica. É isso que transforma o laudo de estabilidade em algo legítimo em si mesmo (não precisa ser justificado), é um instrumento de interesses imediatos e descompromissado de suas consequências futuras. Essa racionalidade produzida pela Modernidade/Colonialidade, sustentada no mito do progresso e do desenvolvimento pela modernização, é também traduzida pela racionalidade de mercado cuja estratégia de acumulação de capital é sempre legítima em si mesmo (não precisa ser justificada), sobrepondo-se aos interesses democráticos. Enriquez complementou:

[...] para que a razão instrumental esteja sozinha no comando é indispensável que ela apareça como uma nova forma do sagrado ou, pelo menos, como um novo modelo na instituição onde a razão instrumental fala com mais força, isto é, na empresa. Todos os pensadores estão de acordo que, atualmente, a empresa (mesmo que ela empreste a noção de performance do mundo esportivo) tenta impor sua visão tecnicista do futuro humano. Certo que ela não alcança totalmente seu intuito e começa a ser considerada como um "gigante de pés de barro" à qual se conferiu um papel mais central na vida social do que aquele que ela pode, dentro dos fatos, assumir. (ENRIQUEZ, 1997, p. 8).

O uso técnico-instrumental dos laudos e das exigências legais pelas mineradoras, Vale e Samarco, mostra o domínio que as corporações têm sobre os territórios, sobre a vida e a morte da natureza, seres humanos e não-humanos. Maldonado-Torres (2009) acrescentou um elemento à compreensão da racionalidade instrumental como desdobramento da colonialidade: as relações geopolíticas. Explicar a modernidade apenas em termos da separação de razão instrumental ou da emergência de regimes totalitários “podem levar a uma crítica dos excessos

do Ser como algo que é, de um modo geral, violento ou até mesmo genocida” (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 357), porém nega que o próprio Ser é colonizador. O poder exercido pela racionalidade moderna sobre os modos de subjetivação – colonialidade do ser – não é um atributo de si mesma, mas produzida a partir concepção de vazio de racionalidade dos territórios que se quer dominar. É preciso que a racionalidade instrumental seduza, e ela o faz pela ilusão do território vazio, dos corpos vazios, das mentes vazias.

A defesa da modernização a partir da racionalidade técnico-instrumental por Schvartsman fica mais explícita em outro momento da coletiva:

é essencial compreender... que a questão das/... a questão de barragens se sustenta numa pedra fundamental... que é o chamado laudo de estabilidade... laudo de estabilidade que é concedido por especialistas internacionais.../ ...nacionais e internacionais.... com grande especialização no assunto... com grande qualificação... e esses laudos representam a pedra fundamental de todo o sistema de mani/... de mineração... no Brasil... na Vale... e no MUNDO... éh... porque é impossível de outra maneira gerir um sistema... que mundialmente... tem dezenas de milhares de barragens espalhadas pelo mundo... se não for baseada em gente ALTAMENTE especializada... di/... dizendo se essa barragem corre ou não perigo iminente... é óbvio que se algum desses especialistas achar que alguma ba/... que alguma barragem corre risco... iminente... não dará o laudo de estabilidade... porque inclusive... ele tá lá para isso... e é o seu conhecimento... é sua especialida/... especialidade dele... (Anexo 10, linhas 42-53)

Não satisfeitos, os jornalistas pedem mais informações sobre o laudo de estabilidade. Schvartsman garante que o último relatório realizado atestava “a perfeita estabilidade do sistema” (Anexo 8, linhas 116-117). Uma jornalista questiona o executivo em tom de indignação: “qual o nome da empresa de auditoria que não viu o que estava acontecendo?” (Anexo 8, linhas 125-126). A resposta é confusa e hesitante, Schvartsman vacila entre transferir a culpa ou não para a empresa terceirizada. Por fim, tenta legitimar a confiabilidade do laudo com o fato de ser uma empresa alemã e especializada em revisão de barragens:

não é... ela num/... você tá... tá faz... você tá/ -- eu num... num... eu não tenho nenhum direito de defender ninguém... – mas eu num/... a auditoria auditou e disse que estava estável... ah:... o que aconteceu ninguém sabe... nem nós sabemos o que foi que/... o que houve... é uma empresa alemã que fez a... que fez o relatório... chamada... Tüv Süd... T-U-V S-U-D separado, T-U-V separado S-U-D... é empresa alemã especializada em revisão de barragens (Anexo 8, linhas 127-131).

Nos dias seguintes ao rompimento, passaram a ser veiculadas na imprensa denúncias de que o laudo de estabilidade fornecido pela Tüv Süd teria sido manipulado por pressão da Vale, que queria evitar a paralisação das operações da mina. Na coletiva de imprensa realizada em frente à sede da Procuradoria Geral da República, uma semana depois do rompimento, Schvartsman é questionado por um jornalista sobre as acusações: “existe uma informação que

está circulando de que existiu um conluio entre a Vale e a empresa TÜV SÜD.... uma fingiu que investigou e a outra ficou naquela...” (Anexo 9, linhas 39-40). Ao que o executivo responde:

a gente compreende que nessa hora... que é uma hora de muita consternação... de muita tristeza... que versões estranhas aconteçam de todas as coisas... eu posso lhe afiançar que do meu conhecimento nada disso existe... muito pelo contrário... ah:... todo o procedimento da Vale tem sido ah... ah... em todas as informações que me chegaram ah:... absolutamente pertinentes corretos... não tem nenhum ponto (Anexo 9, linhas 41-45)

Schvartsman tenta associar os sentimentos ao vazio de racionalidade, defendido por Maldonado-Torres (2009) como fundamental para a sustentação do projeto colonial da modernidade. O selvagem é alguém cheio de sentimentos e vazio de pensamentos e de razão. As acusações de fraude mencionadas na pergunta do jornalista questionam a tese da confiabilidade da racionalidade instrumental. A afirmação de que as acusações contra a Vale são uma “irracionalidade” dos não-modernos que se deixam contagiar por paixões não é uma simples defesa da modernidade, pura e simplesmente, é a defesa da legitimidade da companhia de executar seu modelo de apropriação da terra, pois quem é contra a modernização não é movida por razão. Schvartsman tentou defender o que Malcom Ferdinand (2022) descreve como “habitar colonial”, cujo princípio é o *altericídio*, sustentado em um suposto direito do colonizador de subordinar o espaço geográfico da periferia para garantir a manutenção contínua das necessidades do “habitar metropolitano” (que para a Modernidade/Colonialidade é o verdadeiro habitar), legitimando com isso a exploração dos seres humanos e não-humanos como se esses fossem seus próprios recursos.

Na Comissão Especial da Câmara, em 14 de fevereiro, mesmo com as acusações de falsidade ideológica da Vale e da Tüv Süd na emissão do laudo de estabilidade (ARBEX, 2022; RAGAZZI; ROCHA, 2019; RODRIGUES, 2021b), Schvartsman manteve afirmação de completo desconhecimento da Vale sobre os riscos da barragem:

a pedra fundamental da gestão são os laudos feitos por especialistas... atestando ou não a estabilidade das estruturas... se esses laudos são feitos por gente hiper qualificada que dizem que a infraestrutura funciona... por que que eu haveria... ou alguém dentro da companhia haveria de desconfiar disso?... por que motivo? (Anexo 10, linhas 280-283)

Ainda que alegasse não ter chegado aos altos níveis de gestão da companhia qualquer alerta de risco, o relatório da CPI do Senado Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, pp. 542–548) demonstrou o contrário. A acusação contra Schvartsman e outros diretores da mineradora baseou-se, entre outros elementos, na existência de um e-mail anônimo recebido por todos os membros da Diretoria duas semanas antes do rompimento. O e-mail teria sido enviado por um funcionário da área técnica da Vale, não identificado, que denunciava a

condição precária dos setores de operação, manutenção e engenharia, também acusava a cobrança excessiva por redução de custos como responsável por manter barragens operando “no limite”. Abaixo um trecho do e-mail citado no relatório da CPI:

[...] estamos com grandes desafios pela frente, nossas instalações estão carentes de investimentos correntes para adequação mínima, estamos com recursos humanos deficitários e mal remunerados nas áreas de operação, manutenção e engenharia, plantas incendiando, equipamentos quebrando, barragens no limite, relação estéril/minério abaixo do mínimo aceitável, nos próximos anos precisamos resgatar isso para que as condições mínimas de operação segura para pessoas e instalações sejam garantidas, não há como reduzir mais o custo na área operacional, isso precisa e deve ser feito no corporativo. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, pp. 546–547)

Segundo os depoimentos de outros funcionários ouvidos pela CPI, Fabio Schvartsman “em vez de se preocupar em conferir a veracidade da denúncia, teria empreendido fortes esforços para a localização do(a) funcionário(a) emitente, em movimento claro de perseguição pelas críticas apresentadas” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, p. 544). A não averiguação da denúncia pelo presidente e diretores da Vale, mas a opção por descobrir a identidade do(a) denunciante e demiti-lo(a), demonstra a distopia narcísica desses níveis de gestão causada pela cultura do gerencialismo. Os gestores tomam a si mesmos como centros dos resultados e as organizações como extensão de suas carreiras. A denúncia anônima não foi percebida como uma ameaça coletiva, mas como uma afronta pessoal, uma ameaça à reputação, à carreira, aos resultados, ao valor das ações e, conseqüentemente, ao cálculo de suas remunerações variáveis.

O envio do e-mail é recebido pela Diretoria como uma quebra da hierarquia, é considerado um ato injustificável, um ato imoral que deve ser punido disciplinarmente para evitar que a desobediência contagie os demais funcionários da operação. Em um trecho do depoimento à Câmara, Schvartsman chama de “especulações” as informações que circulavam pela companhia e apontavam para o risco de rompimento: “*nada disso era do conhecimento de NINGUÉM na estrutura hierárquica superior da companhia... por um simples fato... não se leva especulações para níveis superiores da companhia...*” (Anexo 10, linhas 218-220). A frase demonstra uma dissociação entre os trabalhadores operacionais fixados nas localidades do negócio e os gestores corporativos desterritorializados das operações. O exercício de um poder disciplinar das corporações sobre os trabalhadores operacionais, regulamentado na autoridade da hierarquia e da necessidade de resignação do trabalhador como promessa de mérito para subir ao próximo nível.

Na base desse discurso está a desqualificação e a deslegitimação do “outro” representado pelos trabalhadores disciplinares – trabalhadores e habitantes dessas localidades de exploração – de seu *habitat*, sua episteme, seu *ethos* e seus corpos (HAN, 2017, 2018). É

essa desqualificação associada ao sentimento de ameaça e de concorrência que fundamentam a reação dos membros da diretoria a não se preocupar com o conteúdo da denúncia, mas em identificar e punir o denunciante. Para a racionalidade instrumental a denúncia de um trabalhador operacional, “tomado de emoção” e “vazio de razão”, não pode ser mais confiável do que o laudo de uma empresa alemã formada por “*gente ALTAMENTE especializada*” (Anexo 10, linhas 49-50). Com destaque para “altamente” enquanto um princípio classificatório que se estende a todas as dimensões da vida: desde os degraus hierárquicos corporativos (cujo topo só é alcançado por homens brancos) até os demais degraus que os sustentam: econômicos, sociais, raciais, de gênero, de sexualidade, epistemológicos etc.

Embora Schvartsman, na posição de presidente de uma corporação transnacional, reproduzisse o discurso hegemônico do mercado de defesa da liberdade e o culto do desempenho, as práticas demonstram que as operações da Vale eram sustentadas na obediência e na disciplina. Essa contradição precisa ser lida também a partir de questões geopolíticas da divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos. Para sustentar a sociedade de desempenho como continuidade do projeto de exploração colonial, as relações de trabalho e o funcionamento do poder das corporações transnacionais precisam ser traduzidas de formas diferentes em cada lugar, ainda que isso signifique manter parte dos trabalhadores na lógica disciplinar. Adotar a concepção de que o sujeito do desempenho (HAN, 2017, 2018) é o sujeito hegemônico da atualidade é tão eurocêntrico quanto pensar a tese marxista da “mais valia” retirada do proletariado inglês às relações de trabalho do Brasil do século XIX. Essa divisão dos postos de trabalho da Vale associa a autoridade, o prestígio e os privilégios à lógica da libertação disciplinar como uma promessa aos que alcançarem o topo, restrito às altas lideranças. A promessa de liberdade dos gestores desterritorializados gera o fascínio nos trabalhadores operacionais disciplinares, mantendo o exercício da dominação e da obediência cega às práticas gestonárias.

Aráoz (2020) analisou o efeito dissociativo causado pela desigualdade como elemento colonial. Segundo o autor, o fascínio com ao mundo da metrópole e aos modos de vida dos colonos e dos colonizadores, é alimentado pelo contraste entre o cenário de privação dos colonizados (operários) e a fatura que os colonizadores distribuem aos colonos (executivos). O autor chamou este contraste de Princípio de Potosí, o efeito da experiência de conviver paralelamente com dois extremos: a fome e o luxo (a escravidão e a miséria absoluta lado-a-lado com construções ornamentadas de ouro e prata). A contradição permanente produz uma distância hierárquica que cinde o mundo em compartimentos, produzindo efeitos sobre o modo de subjetivação dos colonos e dos colonizados. Franz Fanon analisou:

A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acororada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. [...] O colono sabe disto: surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente, mas sempre alerta: “Eles querem tomar o nosso lugar”. É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono. Este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes (FANON, 1968).

A Vale é um mundo dividido em compartimentos, é habitado por espécies diferentes: de um lado os executivos desterritorializados que dão corpo (brancos e masculinos) às mãos invisíveis e supranacionais do mercado, de outro, trabalhadores operacionais com seus corpos territorializados incorporados à expropriação colonial como recursos humanos, rejeitados como a lama do processamento dos minérios, expostos ao mesmo esgotamento que os recursos minerais e naturais. A cisão do mundo produz nos colonos da Vale o egoísmo de seu privilégio e o medo dos colonizados, base do sentimento de aversão ao “outro” – o culto ao “*idem*”, ao mesmo – o princípio que naturaliza o *altericídio* conforme analisou Malcom Ferdinand (2022) e Achille Mbembe (2018). É essa racionalidade que permite que a denúncia de um funcionário através de um e-mail anônimo seja recebida como uma ameaça ao poder instituído, ativando o alerta de ameaça que Fanon (1968) analisou nos colonos diante dos colonizados: “*querem tomar o nosso lugar*”, “*querem tirar o nosso privilégio*”.

Essa dinâmica da experiência da fragmentação do mundo em compartimentos contrastantes é reproduzida perversamente a fim de legitimar o modo colonial de exploração dos corpos-territórios-epistemes. De modo que a

[...] violência colonial terminou assim forjando subjetividades acostumadas de corpo e alma a conviver com a crueldade e o horror: acostumadas aos extremos, ao luxo e à fome [...] criou os entornos coloniais da periferia, uma particular resistência à dor, à dor própria, como exercício e efeito de mera sobrevivência; e à dor alheia, como o preço que há que pagar no altar da ambição. A violência sobre os corpos foi descomunal. Talhou corações de pedra (ARÁOZ, 2020, pp. 139–140)

Esse modo de banalizar a violência colonial e tratá-la como inerente ao negócio é resultado de um modo de subjetivação que Horacio Aráoz denominou “mineralização da subjetividade”, em referência a um modelo de sociabilidade e de sensibilidade que tem início na modernidade a partir da descoberta de ouro e prata na América Latina/Abya Yala, matriz da lógica de acumulação de capital baseada na exploração dos seres humanos e não-humanos da natureza. Essa lógica da mineração e do extrativismo é incorporada como um modo de subjetivação, caracterizado pela naturalização e fetichização do direito de exploração sobre o “outro” – tomado como recurso – até obsessivamente destruí-lo, esgotá-lo e esvaí-lo de si mesmo.

A colonialidade molda o modo como legitimamos a violência do capital em sua lógica produtora de desastres. É isso o que permite a Fabio Schvartsman se defender da responsabilidade pelas mortes causadas pela Vale e responsabilizar as próprias vítimas, gestores locais e técnicos – mortos pelo colapso da barragem – por não terem se salvado:

*os senhores precisam compreender que apesar de eu ser o presidente da companhia... eu não sou o dono da verdade e nem sei tudo o que acontece dentro da companhia... eu... acho que sei bastante coisa... mas... e tenho bastante poder... mas também não tenho todo o poder... **eu não sou o dono da companhia... eu sou empregado da companhia... eu sou um executivo da companhia... a companhia tem acionistas... esses sim... são os donos da companhia e eles que têm o poder final de decisão sobre o que que a companhia pode ou não pode fazer no final do dia...** por último eu queria mencionar a vocês... dentro dessa cadeia que dá responsabilidade ao local... eu quero explicar que o gerente local tem a autonomia de investimento de aproximadamente quarenta milhões de reais... sem precisar perguntar nada pra ninguém... e... o... o que quer dizer o seguinte... não vem pra diretoria ou pra quem que seja... vamos construir um refeitório aqui ou acolá... vamos mudar prédio administrativo daqui para cá... isso não é assunto que chega em diretoria... **o camarada tem de... tem o o... a::/... a responsabilidade e a autoridade pra fazer essas coisas por sua conta... ..senhores... o gerente de Brumadinho infelizmente ele faleceu no local... a maior prova que nós não tínhamos a menor ideia de que tinha/... de que tava com problema aquela barragem... é o gerente que tava lá e que tinha a responsabilidade pela operação morreu... você acha que se ele tivesse a menor noção de que algo poderia acontecer ele taria lá?... esperando... esperando isso acontecer?** (Anexo 10, linhas 358-374, grifo nosso)*

O presidente da Vale defende-se enfatizando sua condição de empregado dos acionistas. Essa estratégia institucionaliza um modo de desresponsabilização das corporações, os autores das decisões são difusos na cadeia hierárquica enquanto os acionistas são entidades imateriais dissociadas da operação do negócio. Fabio trata sua posição como de um corpo-engrenagem que executa ordens do mercado: “*eu não sou o dono da companhia... eu sou empregado da companhia... eu sou um executivo da companhia... a companhia tem acionistas... esses sim... são os donos da companhia e eles que têm o poder final de decisão sobre o que que a companhia pode ou não pode fazer no final do dia*” (Anexo 10, linhas 361-364). Não está de todo errado, ainda que os acionistas não participem efetivamente das decisões e da gestão, são eles que decidem se vão comprar ou vender as ações, validando ou reprovando instantaneamente as práticas corporativas. O histórico de valorização das ações da Vale (Anexo 13) demonstra que os acionistas – os “verdadeiros donos” da companhia –, passado o impacto imediato da notícia dos desastres, continuaram validando e chancelando o modelo de negócio extrativista baseado no extermínio.

A primeira parte da fala Schvartsman acima é baseada no discurso da obediência que culpabiliza a burocracia institucional, esse não é um discurso recente. Na análise da defesa de Eichmann, Hannah Arendt discorreu sobre o papel da burocracia – ou do “governo de ninguém” – na banalização da violência contra o “outro” e na racionalização da própria culpa. Em relação

ao mesmo argumento da “obediência à burocracia” de Eichmann e de Schvartsman, a autora escreveu:

Se o acusado se desculpa com base no fato de ter agido não como homem, mas como mero funcionário cujas funções podiam ter sido facilmente realizadas por outrem, isso equivale a um criminoso que apontasse para as estatísticas do crime – que determinou que tantos crimes por dia fossem cometidos em tal e tal lugar – e declarasse que só fez o que era estatisticamente esperado, que foi um mero acidente ele ter feito o que fez e não outra pessoa, uma vez que, no fim das contas, alguém tinha de fazer aquilo. (ARENDT, 1999, p. 312).

Na sequência de sua defesa, Schvartsman traz outros argumentos que não estavam presentes na defesa de Eichmann. A ação do presidente da Vale não é sustentada apenas pelo discurso do “governo de ninguém”, mas também no “governo de si mesmo”. Quando afirma “*o camarada tem de... tem o/... a::/... a responsabilidade e a autoridade pra fazer essas coisas por sua conta... ..senhores... o gerente de Brumadinho infelizmente ele faleceu no local...*” (Anexo 10, linhas 369-371), o executivo apropria-se do discurso de liberdade da vítima de evitar a violência, tornando opaca e difusa a sua própria responsabilidade e a responsabilidade da Vale pelo desastre. Diante da acusação de culpa, Schvartsman faz uma inversão dos polos do contraste que analisamos anteriormente: ele enquanto presidente da Vale é o sujeito disciplinar/obediente aos acionistas, enquanto o gestor local é apresentado como um sujeito do desempenho/livre para ter evitado a própria morte.

Essa ambiguidade não é uma estratégia de defesa isolada do presidente da Vale, é um modo de funcionamento que tenta subverter os sentidos da violência, confundindo as posições de vítima e agressor como forma de legitimação. Byung-Chul Han afirmou que na sociedade do desempenho “é cada vez mais difícil distinguir entre exploradores e explorados”, pois produz uma “coincidência de agressores e vítimas” (HAN, 2017, p. 249). Na relação centro-periferia essa distorção não é nova: enquanto a violência colonial foi naturalizada e redimida como inerente ao processo civilizatório, os colonizados que resistiam a ela eram os violentos, selvagens, bárbaros. O que existe de novo na afirmação de Han é o fato de que essa distorção entre vítima e agressor passou a acontecer internamente na cultura ocidental, entre centro-centro, de forma legítima como autoagressão (e, conseqüentemente, autorredenção). O próprio sujeito hegemônico da modernidade que antes agredia exclusivamente o periférico, tem se mostrado disposto a autoagredir. Desse modo, o neoliberalismo deu novas facetas ao colonialismo e legitimou no interior da cultura ocidental a possibilidade de experimentar ao mesmo tempo a posição de agressor e de vítima. Conseqüentemente, isso passou a se aplicar também à periferia, de explorados passamos todos a autoexplorados. O neoliberalismo, portanto, não inventou essa distorção da autoria da violência, mas inventou uma forma de usá-

la contra si mesmo e seus iguais. É esse discurso que permite que soe natural, aos ouvidos ocidentais, o argumento de Schvartsman que culpabiliza os próprios trabalhadores da mina pelo desastre. É como se dissesse: “A prova de que a Vale não os matou, é que eles eram livres para se salvar e não se salvaram”. É um discurso mais perverso do que o que fundamentou a defesa de Eichmann.

As novas formas de colonização fizeram com que a autoria da exploração fosse incorporada pelo próprio sistema de forma difusa, com o intuito de confundir e dispersar, dificultando a percepção do verdadeiro inimigo, não se sabe a quem resistir, a quem responsabilizar. À medida que o colonizado passa a crer na sua liberdade de salvar-se da exploração e da morte, torna-se mais difícil lutar contra seu explorador. Lutar contra si mesmo é uma autoacusação, uma confissão de culpa. Com isso, a capacidade de resistência social à exploração é enfraquecida, angariando cúmplices da sociedade do desempenho (HAN, 2017) e do culto à performance (BENDASSOLI, 2010).

Esse discurso acaba por justificar a atribuição de responsabilidade sobre uma “multitude”, ou seja, sobre todos que participam do sistema capitalista (HAN, 2017). Assim, divide-se a culpa em parcelas iguais entre infinitos responsáveis por implodir as barragens de Mariana e de Brumadinho. Desde trabalhadores negligentes até infinitos consumidores de bens produzidos com ferro ou aço, todos são culpados, todos são assassinos. O problema é que, ao mesmo tempo que todos são responsáveis, ninguém é responsável. E, assim, pronto, não há violência. Encerra-se o processo e volta-se à estaca zero até que um novo rompimento aconteça e uma nova busca por responsáveis seja instalada.

Isso permite que a violência seja tratada por Schvartsman como endêmica, inevitável, faz parte do risco assumido por um negócio gigantesco com quinhentas barragens ao redor do mundo. O tamanho da companhia foi a justificativa para que o executivo assumisse que a Vale não tem como garantir a segurança de suas barragens, delegando integralmente a responsabilidade de segurá-las aos trabalhadores locais, como desarmar uma bomba-relógio. Complementa o discurso da delegação, a afirmação de que a Vale ofereceu meios para isso: “o gerente local tem a autonomia de investimento de aproximadamente quarenta milhões de reais... sem precisar perguntar nada pra ninguém...” (Anexo 10, linhas 365-366), “os gestores locais têm TOTAL autonomia pra tomar decisões” (Anexo 10, linhas 60-61). Porém, esse discurso de Schvartsman contém contradições em relação a dois pontos de sua estratégia de gestão que analisamos anteriormente. Primeiro, a pressão por redução de custos e a interrupção dos subsídios cruzados entre unidades da Vale, implantada desde sua admissão em 2017, que determinava que cada mina passaria a ser responsável por pagar suas próprias despesas. Essa

determinação pressionava os gestores das unidades a evitarem decisões que representassem um aumento dos custos da unidade ou que reduzissem a capacidade produtiva das minas. Em segundo, a ênfase na autoridade hierárquica e na disciplina imposta aos trabalhadores das unidades. Presentes tanto na perseguição para descobrir e punir o autor do e-mail quanto na dificuldade das lideranças locais de assumirem individualmente uma decisão com impacto negativo sobre os resultados da unidade.

A mineralização da subjetividade (ARÁOZ, 2020), que permite legitimar a exploração como autoexploração, também fica evidente na informação do MPF e depoimentos da CPI do Senado Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019), de que a Vale possuía estudos de riscos com estimativas do número de mortes e dos custos com indenizações em caso de ruptura da barragem B1 de Brumadinho. A estrutura aparecia entre as que possuíam classificação de dano potencial agregado (DPA) de nível alto, isso significa que pelo cálculo de habitantes e pessoas em circulação na área de autossalvamento (à jusante da barragem) um rompimento representaria um número alto de mortos. A presença do prédio administrativo da mina de Córrego do Feijão na área de risco elevava o DPA da barragem B1, segundo documentos divulgados pela mídia, a Vale trabalhava com a estimativa de *mais de 100 mortes (para o rompimento durante o dia) e custos de até 1,5 bilhão de dólares em indenizações e reparação* (DEUTSCHE WELLE, 2019). O cálculo de mortes previstas, apesar de ser considerado bastante alto pelos órgãos reguladores, mostrou-se subestimado. O colapso da barragem B1 matou 270 pessoas, das quais 248 estavam trabalhando nas instalações da Vale no momento.

Na Comissão Especial da Câmara, Schvartsman foi questionado sobre as notícias de que a diretoria da Vale sabia que a classificação de DPA da barragem era alto e sobre o uso das informações de número de mortos estimados e de custos em caso de rompimento das barragens. O presidente justificou que as informações eram destinadas meramente a atender uma obrigatoriedade legal, não influenciando em absoluto nas decisões operacionais ou de gestão da companhia:

se a Vale sabia ou se a Vale não sabia... a reportagem da Folha de São Paulo... a com/... éh:... a eva/... ah:... a avaliação do... a avaliação de mortos que... eu gostaria de explicar... de maneira abso-lu-ta-men-te cristalina e transparente pra vocês... existe uma obrigação LEGAL pra todas as mineradoras... calcularem para a Associação/... desculpe... a Agência Nacional de Mineração... o impacto de uma eventual falência das minas... em termos do número de vítimas... essa é uma informação exigida por lei... e a Vale consequentemente... constrói essa informação para atender esse requisito... isso em absoluto... significa que a Vale sabia que alguma coisa ia acontecer... tanto que já calculava o número de pessoas que iriam falecer naquele evento... então... é muito importante os senhores entenderem isso... (Anexo 10, linhas 201-210).

A naturalidade com que Schvartsman se refere à banalização em relação às estimativas de mortes e o alto potencial de dano da barragem demonstram a incorporação do seu próprio poder de matar por parte da organização. Matar não é um problema a ser eliminado, mas uma condição estratégica a ser listada em relatórios gerenciais. A mineradora, a despeito das estimativas de um alto número de mortes associada ao colapso da barragem B1 e do histórico de incidentes e problemas na estrutura da barragem, não considerou desativar as instalações administrativas localizadas na área de autossalvamento. As estimativas de mortes, embora altas, eram transmitidas aos órgãos reguladores sem que, ao menos, fossem adotadas medidas que pudessem reduzir a quantidade de pessoas expostas ao risco. Segundo Horacio Aráoz, a colonialidade “criou os entornos coloniais da periferia, uma particular resistência à dor; à dor própria, como exercício e efeito de mera sobrevivência; e à dor alheia, como o preço que há que pagar no altar da ambição” (ARÁOZ, 2020, p. 139).

Portanto, a banalização das estimativas deve ser entendida para além de um erro operacional ou uma prática negligente isolada de alguns trabalhadores. Para Achille Mbembe (2018), os Estados nacionais perderam o monopólio da violência, cedendo espaço para as “máquinas de guerra” na disputa pela ocupação colonial contemporânea. Embora o autor faça referência especialmente a grupos paramilitares e milícias armadas a serviço de interesses supranacionais (geralmente associados aos garimpos e extrativismo ilegal), há similaridade entre a análise das “máquinas de guerra” de Mbembe e os discursos que fundamentam a declaração acima do presidente da Vale (Anexo 10, linhas 201-210). Ambas as organizações instrumentalizam o terror e a morte como forma de expansão do domínio sobre corpos e território, valendo-se do fato de que “disponibilizam dois recursos coercitivos críticos: o trabalho e os minerais” (MBEMBE, 2018, pp. 53–54). Não há diferença entre as mortes em Mariana e Brumadinho e os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips, em junho de 2022, por milícias armadas envolvidas com negócios extrativistas na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas. A proposta de um Estado mínimo também é a proposta de um Estado assujeitado e rendido às redes de interesses supranacionais que sustentam o extrativismo e a produção sistemática de desastres, sejam essas redes clandestinas (como os garimpeiros, madeireiros e traficantes de animais) ou formais (como as corporações de capital aberto, como a Vale, a BHP e outras).

Não ter tomado providência para reduzir o dano potencial do rompimento demonstra que a letalidade é parte da estratégia do negócio, é uma arma de “guerra”, uma forma de exercer poder através do terror. A Vale mata, sabe que mata e isso pode ser acionado financeiramente em termos de custos e lucros, em termos de “melhoria de performance”, como defendeu

Schvartsman na entrevista à *Empiricus*. A relação de dano potencial e custos de reparação pelo rompimento de suas “*mais de quinhentas barragens no Brasil e no exterior*” (Anexo 10, linhas 37-38) é equivalente a um arsenal com alto poder destrutivo nas mãos do mercado. Um arsenal informado ao Estado, que oficializa o seu poder de matar ou de deixar viver. A Vale representa um “enclave econômico”, que opera pelo terror e pelo genocídio, do mesmo modo que o Estado de exceção vivido pelos povos da Amazônia na guerra por território sob o terror e a constante ameaça das milícias armadas. Segundo Achille Mbembe, a necropolítica constitui na posse e no poder de fazer funcionar uma “máquina de guerra” contra inimigos, adversários ou qualquer “outro” que se estabeleça enquanto obstáculo a seus interesses. Sobre isso o autor afirmou,

[...] o fluxo controlado e a demarcação dos movimentos de capital em regiões das quais se extraem recursos específicos tornaram possível a formação de “enclaves econômicos” e modificaram a antiga relação entre pessoas e coisas. A concentração de atividades relacionadas à extração de recursos valiosos em torno desses enclaves tem, por sua vez, convertido esses enclaves em espaços privilegiados de guerra e morte. A própria guerra é alimentada pelo crescimento das vendas dos produtos extraídos. Consequentemente, novas relações surgem entre a guerra, as máquinas de guerra e a extração de recursos. Máquinas de guerra estão implicadas na constituição de economias locais ou regionais altamente transnacionais. Na maioria dos lugares, o colapso das instituições políticas formais sob a pressão da violência tende a conduzir à formação de economias de milícia. (MBEMBE, 2018, pp. 57–58).

As economias de milícia são o modo como as corporações coloniais funcionam e sempre funcionaram, talvez agora elas estejam institucionalizadas a agir como agem pelo discurso hegemônico do cinismo. A transparência é parte da estratégia do terror. Não faria sentido ter uma “máquina de guerra” e não dar ao conhecimento do adversário a sua existência. Por isso é cínico, sua letalidade e sua capacidade de produzir um espetáculo de suplícios (inclusive compartilhadas pelas redes sociais) é revelada sem pudor.

Seguindo a análise de Mbembe (2018), para o mercado e seus interesses supranacionais, a ocorrência do rompimento da barragem B1 não significou um fracasso de gestão da Vale, pelo contrário, representou a demonstração do poder de letalidade do seu arsenal a serviço da acumulação de capital, da ampliação do Estado de exceção e da capacidade de avançar legalmente sobre territórios, adquirindo maior liberdade de exploração.

A extração e o saque dos recursos naturais pelas máquinas de guerra caminham de mãos dadas com tentativas brutais para imobilizar e fixar espacialmente categorias inteiras de pessoas ou, paradoxalmente, para soltá-las, forçando-as a se disseminar por grandes áreas (MBEMBE, 2018, p. 58).

Essa dinâmica de terror que permite controlar territórios e expulsar populações passou a ser frequente após o rompimento em Brumadinho, a Vale passou a adotar uma política de evacuação de territórios próximos às suas minas, legitimada pelo argumento do risco do rompimento. Segundo o site da Vale:

Desde o rompimento da Barragem B1, em Brumadinho, temos adotado padrões mais conservadores na avaliação de nossas barragens. Por isso, reagimos ao menor sinal de interferência nos territórios, realizando realocações preventivas ou evacuações emergenciais, quando recomendado. (VALE, 2022b).

Segundo a Vale (2022b), atualmente há cinco localidades de Minas Gerais que a própria companhia informou serem áreas de risco e cuja população foi expulsa de seus territórios preventivamente: 156 famílias pela Barragem Sul Superior da mina de Gongo Soco em Barão de Cocais (Nível 3 de Emergência), 97 famílias pelas Barragens B3 e B4, mina de Mar Azul no distrito de Macacos em Nova Lima (Nível 3 de emergência), 174 famílias pela Barragem Doutor da mina de Timbopeba em Ouro Preto (Nível 1 de Emergência), 17 famílias pelas Barragens Forquilhas I e III, mina de Fábrica em Itabirito (Nível 2 e 3 de emergência, respectivamente) e 648 alunos de uma escola pela Pilha de estéril, Morro da Mina em Conselheiro Lafaiete (Nível 1 de emergência).

Na Câmara, Schvartsman foi questionado sobre o que a Vale faria para garantir que não ocorreria outro rompimento e a relação que a Vale estabeleceria com as áreas de risco:

como nós podemos garantir que outras éh::... estruturas não sofrerão o mesmo risco?... éh::... se ah::... ah... até que... a gente descubra as causas do acidente?... a nossa resposta é a única possível... nós tornamos o monitoramento de todas as estruturas a 24 horas por dia... nós tamos fazendo monitoramento integral de todas elas... com a intenção de ter capacidade de reação a qualquer mudança ah... de situação... nós tivemos uma situação há alguns dias atrás... em GONGO SOCO que... infelizmente levou a uma desocupação de área... mas... esse tipo de atuação se tornará mais frequente ness/... nesse período... porque a qualquer sinal -- de qualquer tipo -- a Vale tomará uma iniciativa bastante rápida do ponto de vista de evitar que algu/... que algum problema maior aconteça... em Gongo Soco aqui foi até uma determinação da autoridade da... da Associa/... da ANM... Agência Nacional de Mineração... que nós deveríamos interromper... porque havia/... estava... havendo a falta de uma assinatura de um laudo... o famoso laudo de estabilidade... uma vez que ele não foi assinado... a... a... pelo/... pelo técnico que deveria assiná-lo... o técnico ah::... especializado e consultor... éh... a:: determinação da ANM é que nós elevássemos o nível de atenção éh:::... dessa ah::... dessa barragem... e assim foi feito... e que levou à evacuação da área... e a Vale... e é dessa maneira... que agindo com presteza... impedindo que fatos nos surpreendam -- como surpreendidos fomos pela/... pelo que aconteceu em Feijão (Anexo 10, linhas 94-110)

Desde o rompimento da B1, viver próximo às minas da Vale tornou-se uma condição de constante ameaça e terror. Ao longo de 2019, especialmente os distritos de Barão de Cocais e Macacos, passaram a viver sob o caos de sirenes e de ordens de desocupação. Segundo o livro-reportagem dos jornalistas Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (2019), nessas localidades “ninguém dormia”, pois se tornaram laboratórios para que a Vale e as consultorias disputassem quem era mais rigorosa em seus critérios de avaliação de risco e usassem os alertas preventivos como argumento de suas defesas no tribunal. Tem início uma guerra de narrativas e de hipóteses técnicas entre empresas geotécnicas na tentativa de transferir responsabilidades mutuamente e

de realizar chantagens comerciais. De modo que, “a partir do primeiro semestre de 2019, não se saberia mais se o caos criado ao som das sirenes era um sinal real do risco de novos rompimentos ou apenas uma estratégia de defesa de cada uma das partes na tentativa de mostrar os erros das outras” (RAGAZZI; ROCHA, 2019, p. 148).

A novidade do modelo colonial da Vale com os corpos e territórios não se limita ao medo, mas a positivação do terror e da violência como proteção e segurança, uma estratégia de redenção moral através do discurso da responsabilidade socioambiental (o atual ESG - Environmental, Social and Governance). Os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho não enfraqueceram as mineradoras ou o modelo extrativista, pelo contrário, passaram a significar uma estratégia necropolítica de domínio e de ampliação do direito à expropriação dos territórios. A impossibilidade de viver com medo – sob a ameaça de uma “máquina de guerra” com um arsenal de barragens gigantescas prontas para desmoronar a qualquer momento – leva populações inteiras a voluntariamente aceitarem ser expulsas, desterritorializadas, se conformarem com uma vida em trânsito. A estratégia é utilizar a ameaça de rompimento como forma de delegar às comunidades a responsabilidade de autossalvamento, apoiando-se numa suposta “liberdade” que dá às vítimas o direito de decidir entre a expulsão ou o extermínio. Desse modo, a gestão do risco é uma estratégia de dominação na qual o desastre é instrumentalizado como arma política com fins econômicos. Aos que, porventura, não aceitam deixar seus territórios e modos de vida, ficam sujeitos ao mesmo argumento utilizado por Schvartsman para responsabilizar o gerente da mina de Córrego do Feijão não ter evitado sua própria morte. Parafraseando a afirmação do presidente da Vale (Anexo 10, linhas 371-374) à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, é como se dissesse aos que recusam deixar seus territórios: “a prova de que a Vale não os mata é que são livres para decidir sair de seus territórios para se salvarem e não o fazem”.

Essa dinâmica de apropriação dos territórios é uma dinâmica de expulsão. Saskia Sassen (2016) afirmou que o modo de produção capitalista percebeu que está próximo do seu limite sistêmico, que não há como sustentar o modo de vida ocidental por muito tempo e é preciso eliminar todo excedente ou obstáculo, dar espaço exclusivamente ao que é útil. Por essa razão, em nome de adiar seu esgotamento e ganhar sobrevivência, o capitalismo promoveu a passagem do projeto de Estado do Bem-Estar social para o projeto de Estado mínimo e neoliberal, implicando “a passagem de uma dinâmica que atraía pessoas para o seu interior para uma outra dinâmica que empurra pessoas para fora” (SASSEN, 2016, p. 251). Esse modelo mantém as instituições e pressupostos do ordenamento social à serviço do crescimento econômico corporativo.

Schvartsman em suas coletivas após o colapso da B1 faz questão de declarar a concordância e o apoio das instituições do Estado com o genocídio, ecocídio e epistemicídio em nome do que é útil para suprir as necessidades das metrópoles, associando simbolicamente a Vale às mais altas instâncias do Judiciário brasileiro. Uma das coletivas que analisamos foi realizada em frente à sede da Procuradoria Geral da República (PGR) em Brasília, após uma reunião do presidente da mineradora com a Procuradora Geral à época, Raquel Dodge. Assim ele se refere à reunião aos jornalistas:

nós viemos aqui conversar com a... com procuradora geral... doutora Raquel Dodge... que aliás nos recebeu muito bem... a nossa intenção foi -- basicamente -- ah:... revelar a ela a nossa intenção de acelerar ao máximo o processo de indenização e atendimento a... às consequências do desastre... para tanto nós estamos ah... preparados pra abdicar de ações judiciais... e... que nós queremos fazer acordos extrajudiciais e nós temos éh... buscando assinar -- com a maior celeridade possível -- um acordo com as autoridades do estado de Minas Gerais que permitam que a Vale comece imediatamente a fazer frente a esse... esse processo de indene/.... indenizatório (Anexo 9, linhas 7-14)

A escolha de realizar uma coletiva de imprensa em frente à PGR – instituição que representa o MPF e, portanto, tinha a responsabilidade de coordenar judicialmente a acusação pública contra Vale – por si só é um ato com um valor político e simbólico muito relevante. Por um lado, significa uma estratégia de defesa da companhia para demonstrar colaboração e boa-fé com a justiça, como um réu confesso que se apresenta voluntariamente ao seu acusador com o objetivo de amenizar o ataque que pode sofrer. Por outro, é uma comprovação da influência política da Vale sobre o Estado, evidenciando o livre acesso e a proximidade com as autoridades, inclusive com quem tem a função de defender os direitos das vítimas (populações e meio ambiente). A Vale chancela publicamente seu poder, mostrando que tem o Estado ao seu lado.

Schvartsman disse à imprensa que o objetivo da reunião era evitar a judicialização dos pedidos de indenização, buscando apoio do MPF para legitimar a realização de acordos extrajudiciais. O pedido da Vale a Raquel Dodge tem consequências importantes para a relação entre a mineradora e os atingidos, agressor e vítimas. A anuência do MPF, parte acusatória na ação civil pública, para que a Vale possa negociar individualmente com os atingidos aumenta o poder da companhia na definição dos critérios e regras de indenização e reparação, fragilizando o acesso das vítimas à Justiça e reduzindo as condições para que recusassem ou discordassem das propostas oferecidas. Evidentemente, essa é uma análise jurídica que não nos deteremos aqui, porém é importante atentarmos para o fato de que a não judicializada negociada com entre a Vale e a procuradora Raquel Dodge justificada como uma medida que iria acelerar o processo não era casual, mas completamente integrada às novas formas de colonialismo

sustentadas pela concepção de liberdade individual. Por outro lado, os atingidos de Brumadinho, temerosos de ficarem anos sem indenização como é a realidade dos atingidos do Rio Doce, receberam a medida arbitrária da Vale como um pacote de bondades.

Outro aspecto que aparece na fala de Schvartsman e demonstra como as instituições são instrumentalizadas para agirem em favor da ampliação do poder político das corporações é a contratação da ex-ministra do STF, Ellen Gracie Northfleet, para coordenar o tribunal interno e paraestatal da Vale sobre o colapso da barragem B1. Fabio Schvartsman anuncia com entusiasmo essa medida em seu depoimento à Comissão Especial da Câmara dos Deputados:

senhores... a gente tava tentando fazer a nossa parte direito... infelizmente... alguma coisa deu muito errado... tá aqui o desastre... tá aqui o que aconteceu... e nós vamos atrás da averiguação dos fatos junto com vocês... ...o... o... o... nós trouxemos a Ministra Ellen Gracie para ser a... a... a... a presidente do Comitê de Investigação do... do Conselho... ela é uma pessoa totalmente a... a... acima de qualquer suspeita e estará supervisionando todo o trabalho feito dentro da Vale... -- e para quê? -- para que ele tenha credibilidade... -- alguém disse... "vocês perderam a credibilidade" -- óquêi... aceitamos... trouxemos a ministra Ellen Gracie pra ver se aquela investigação que está sendo feita está olhando tudo... (Anexo 10, linhas 304-312).

A contratação da ex-presidente do STF para coordenar o Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração (CIAEA) foi criticada pela Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDH) que considerou a decisão uma manobra política que utilizava o poder simbólico da Suprema Corte com o intuito de minimizar a crise da Vale perante a opinião pública e influenciar positivamente as autoridades públicas em favor dos interesses da companhia. Segundo a nota,

Desde que saiu do STF (por vontade própria), Ellen Gracie vem atuando, nestes moldes, como uma expert que, na condição de ex-presidente do STF, empresta para as empresas contratantes, usualmente em momentos em que necessitam defender e melhorar sua imagem perante a opinião pública e as autoridades, especialmente judiciais, o prestígio e a própria imagem do Supremo Tribunal Federal, em uma perspectiva de legalidade, autonomia e independência. Nestes termos, o que a contratação da ex-ministra do STF explicita, em uma tragédia de dimensões criminosas como essa, é o perfil dos agentes e lugar que o sistema de justiça se coloca e se encontra, quando se trata das denúncias cotidianamente realizadas por movimentos sociais e defensoras/es de direitos humanos, em face de violações dramáticas porém corriqueiras que, não raro, no limite se desfecham em catástrofes criminosas, como a que novamente a empresa Vale se vê enredada, porém relutantemente responsável. (JUSDH, 2019).

Segundo o próprio Schvartsman a atitude da Vale é um reconhecimento de sua falta de credibilidade e da dificuldade da companhia em sustentar a sua imagem de retidão e responsabilidade social perante a sociedade: “*alguém disse... ‘vocês perderam a credibilidade’ -- óquêi... aceitamos... trouxemos a ministra Ellen Gracie pra ver se aquela investigação que está sendo feita está olhando tudo*” (Anexo 10, linha 310-311). A crise de credibilidade da Vale era agravada pelo fato de ser palco de um segundo rompimento sem antes garantir uma condição

de reparação justa aos atingidos de Mariana e do Rio Doce, que após três anos ainda dependiam de auxílios provisórios e aguardavam o cumprimento das medidas definitivas de reparação e indenização acordadas pela empresa com o poder público e não executadas pela Fundação Renova (uma espera que persiste até a conclusão desta tese, julho de 2022).

O presidente da Vale assume que a estratégia é emprestar o nome de Ellen Grace para produzir uma imagem crível, sem apresentar preocupação em atuar sobre os motivos da falta de credibilidade. A estratégia é muito semelhante à que possibilitou à Vale creditar a segurança da barragem a um laudo manipulado, a contratação de Ellen Gracie segue a racionalidade técnico instrumental que igualmente levou à contratação da Tüv Süd por ter concordado em emitir laudo que favoreceria os resultados imediatos de performance da mina. Isso fica claro na forma como o executivo descreve a ex-presidente do STF: *“nós trouxemos a ministra Ellen Gracie para ser a... a... a... a presidente do Comitê de Investigação do... do Conselho... ela é uma pessoa totalmente a... a... acima de qualquer suspeita e estará supervisionando todo o trabalho feito dentro da Vale... -- e para quê? -- para que ele tenha credibilidade”* (Anexo 10, linhas 307-310).

Essa lógica que apresenta de forma cínica as estratégias armadas para blindar e resguardar a Vale também aparece em um trecho em que o executivo diz abertamente sua intenção de defender a Vale pelo fato da empresa ser “uma joia brasileira”:

senhores... e a razão pela qual eu estou aqui... é pra proteger a Vale também... a Vale é uma... éh:: uma empresa extraordinária... eu me juntei a ela há pouco tempo... mas eu... eu dou o meu testemunho que é uma das melhores... se não for a melhor empresa que eu jamais conheci na minha vida... e é uma joia brasileira... que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu... ah::... numa das suas barragens... por maior que tenha sido a sua tragédia... pra isso eu peço a compreensão dos senhores... (Anexo 10, linhas 116-122).

Mais do que um depoente à CPI, Schvartsman se declara um advogado de defesa. Naquele momento, diante da pressão por sua demissão, defender a Vale também significava defender a sua própria reputação de melhor executivo do Brasil. O argumento de que a Vale enquanto uma “joia brasileira” não poderia ser condenada “por maior que tenha sido a tragédia” é sustentado em alguns discursos. Primeiro, o uso do termo “joia” como um “bem” ou “patrimônio” que deve ser protegido e preservado por seu valor comercial e financeiro, um tesouro. Igualmente, também a Vale deveria ser preservada e protegida para que não perca seu valor comercial, é um prejuízo danificar uma joia e deixá-la perder seu valor.

Mais do que uma “joia”, Schvartsman defende a Vale como sendo uma “joia brasileira”, associando-a a um “bem nacional” e como um tesouro do país. Num tom completamente oposto da entrevista à Empiricus em que defendia a desvinculação da Vale em relação aos interesses

nacionais para submetê-la integralmente aos interesses de mercado, o executivo recorre ao argumento que era apresentado pelos movimentos sociais que lutaram contra a sua privatização na década de 1990 para justificar que as punições sejam brandas. Essa estratégia discursiva do presidente, demonstra a forma como o modelo neoliberal, ou pós-neoliberal, na qual o Estado é enfraquecido em seu direito de regular a atividade econômica, mas fortalecido como um veículo de manutenção da colonialidade e de coerção e repressão das resistências e modos instituintes e decoloniais.

Como resistência ao pacto entre Vale e Estado em preservar a companhia como uma “joia brasileira” protegendo-a de prejuízos e perda de capital, as famílias e os bombeiros envolvidos no resgate passaram a chamar as vítimas cujos corpos não foram localizados na lama pelo nome de “joias”. Até a conclusão desta pesquisa, julho de 2022, as equipes de resgate ainda procuram pelos corpos de quatro joias. “No sentido figurado, seres humanos podem ser comparados a joias. Empresas, não.” (ARBEX, 2022, p. 259).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“nós acreditamos (os povos afroconfluentes e indígenas) que a árvore sempre vai dar fruto, que o rio sempre vai dar peixe, que a terra sempre vai dar batata, que o vento sempre vai me refrescar, sempre vai trazer oxigênio, então nós acreditamos que é possível viver de forma “envolvida”, nós vivemos “envolvidos”. E quanto mais “envolvidos” nós estamos, menos nós precisamos do dinheiro. O dinheiro é o segmento do “des-envolvimento”. É preciso ter muito cuidado com essa palavra: des-envolvimento, ou seja, des-envolver é des-conectar. É afastar das outras vidas, é tirar do cosmo, é tirar da originalidade.”
Antonio Bispo dos Santos, Nego Bispo⁴²

Abro essas considerações finais com a provocação do líder quilombola Antonio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, sobre o perigo do des-envolvimento prometido pela Modernidade/Colonialidade, que criou uma cisão imaginária entre os seres humanos e os seres não-humanos da natureza. Além de cindir, a racionalidade normativa moderna autoproclamou os seres humanos como detentores do direito de dominar, explorar, expropriar todos os outros elementos não-humanos. A ruptura com cosmologias que concebem o “espaço” e a “terra” como soberanos e com direito absoluto sobre todas as vidas, humanas e não-humanas está na base das atividades extrativistas, que sustentam o modelo colonial do capitalismo.

Como afirmou Giddens (1991), a modernidade produziu e produz seres des-encaixados de tempo e espaço, enquanto os povos tradicionais, os não-modernos, resistem em se manter “encaixados” em seus territórios e história comuns. Sem essa ruptura, não seria possível estabelecer uma relação extrativista e comercial com o espaço capaz de sustentar o modelo de produção capitalista. A produção de desastres pelas corporações extrativistas, a partir da instrumentalização do terror e da morte, aceleram o desencaixe e impõe às comunidades ao “des-envolvimento” compulsório em relação à natureza, à história e à convivência com outros seres vivos humanos e não-humanos.

Para cosmologias não-modernas, que entendem a espécie humana como dependente e submetida à natureza, os direitos humanos ou o bem-estar social não devem prevalecer aos direitos da natureza e dos seres não-humanos. Só baseados na perspectiva da Modernidade/Colonialidade é possível legitimar a racionalidade instrumental com sua busca por estratégias mais eficientes e aceleradas de explorar, colonizar, violentar ou exterminar em nome de acumulação de capital, do direito de manter a supremacia de alguns grupos sobre todos os demais.

⁴² Fala do pensador quilombola Antonio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, no diálogo com o pensador indígena Ailton Krenak no “Ciclo Outras Economias – Cosmologias do Dinheiro”, em 18 mai 2021 (BISPO DOS SANTOS; KRENAK, 2021).

Analisar os discursos que sustentam o modelo extrativista na América Latina/Abya Yala, especialmente a mineração, significa entender essa concepção de des-envolvimento da modernidade como um descompromisso e um assujeitamento da natureza (espaço) e dos saberes tradicionais e ancestrais (tempo). A colonialidade estabelece que, para a manutenção do modo de vida ocidental, é inconcebível um mundo sem a mineração (minerais, metais e petróleo). A Modernidade/Colonialidade é fundamentada na minero-dependência, numa mineralização das formas de sensibilidade e sociabilidade, que sobreviverá enquanto discursivamente legitimarmos e naturalizarmos a expropriação capitalista dos corpos-territórios-epistemes como condição para a civilização. A mineração, portanto, não é simplesmente mais uma entre as atividades econômicas do capitalismo, mas ela é sua motriz. Não há condições de produzir um mundo pós-capitalista sem decolonizar a relação da sociedade com as atividades extrativistas e minerárias e reconfigurar o seu papel nas economias nacionais, uma vez que são elas o centro mantenedor do modo de produção capitalista.

Nesta tese, evidenciamos duas perspectivas discursivas distintas na gestão da Vale na última década. Uma perspectiva de base progressista (sustentada por discursos políticos neodesenvolvimentistas) e outra neoliberal, ou pós-neoliberal (sustentada por discursos políticos conservadores, autoritários e declaradamente antidemocráticos). Os dois modelos são representativos da polarização política vivida nesse período no Brasil e nos demais países latino-americanos. Porém, ambos são alicerçados em bases da Modernidade/Colonialidade que legitimam práticas de genocídio, ecocídio e epistemicídio.

Um dos mais poderosos mitos do século XIX e XX foi o de que o fim das administrações coloniais sobre os países periféricos acabaria com o colonialismo (GROSFOGUEL, 2008). Consideramos que a miragem do início do século XXI, especialmente para as esquerdas da América Latina/Abya Yala, foi – e continua sendo – o “neodesenvolvimentismo”, com políticas de fortalecimento dos modelos neoextrativistas através de grandes corporações de capital aberto do setor de commodities, desde mineradoras e petroleiras até o agronegócio predatório. O velho modelo colonial se impôs com novas tecnologias, novos atores globais, ares de vanguarda e promessas de “soberania” e de ampliação do “direito ao consumo”. A “modernização” e a sensação de ampliação dos direitos humanos (na perspectiva moderna e ocidental) – ainda que ao preço da redução dos direitos da natureza, dos povos tradicionais e de outros seres vivos – provocou a ilusão de estarmos a um passo da “modernidade” e do “desenvolvimento”, quase esquecendo qual o “lugar” definido para o Brasil e a América Latina na dinâmica geopolítica. Esse lugar é sustentado pelo “paradoxo latino-americano da abundância” ou “maldição dos recursos naturais”, a saber, em nome da promessa colonial de superação da pobreza e de

oferecer bem-estar social, governos progressistas impulsionaram a expansão de atividades extrativistas cujos desastres sociais e ambientais acabaram por produzir mais exclusão e desigualdade. Dessa forma, corporações extrativistas foram gradativamente transformadas em “enclaves econômicos” que serviram como instrumentos do poder político e financeiro para desestabilizar as instituições democráticas dos países latino-americanos. O extrativismo e os discursos que o legitimam é condição fundamental para compreender a sociedade e a política do Brasil e da América Latina nessas duas primeiras décadas do século XXI.

O discurso gerencialista da gestão de Murilo Ferreira à frente da Vale, especialmente durante os governos de Dilma, é um exemplo da tentativa de legitimar a colonialidade como parte ou condição para concretizar os ideais da esquerda, que mantiveram o PT no poder desde 2002. A estratégia foi tentar superar o modelo de opressão e exploração colonialista que sempre vitimou o Brasil (especialmente a região Centro-Sul) através da adoção de um modelo sub-imperialista, instrumentalizando e fortalecendo as grandes corporações extrativistas (como a Vale e a Petrobrás) para estabelecer suas próprias colônias de exploração na Amazônia, nos demais países da América Latina e em África. A principal justificativa foi a promessa progressista de incluir todos os brasileiros na modernidade, vendida como direito ao consumo, e financiar as políticas sociais. Consequentemente, vimos o fortalecimento do discurso da Modernidade/Colonialidade, que culminou no avanço das formas neoliberais que levaram à corrosão das instituições democráticas e advento de governos autoritários e antidemocráticos.

Neste sentido, o rompimento da barragem de Fundão da Samarco e a crise de imagem da Vale, que à época era controlada pelo governo, foi o estopim necessário para potencializar o discurso antiestatal e neoliberal que o mercado financeiro precisava para promover uma proposta de governo para depois do golpe institucional contra Dilma Rousseff. O desastre em Mariana – como os desastres causados pelas hidrelétricas da Amazônia: Belo Monte, Tucuruí, Jirau e Santo Antonio – é um ícone do fracasso do neodesenvolvimentismo enquanto solução para a exploração colonial; pelo contrário, mostrou-se como a ampliação dos meios institucionais de legitimação de genocídios, ecocídios e epistemicídios.

A gestão de Fabio Schvartsman, por outro lado, representa o sucesso do mercado financeiro e das forças neoliberais no controle dos corpos-territórios-epistemes. O golpe institucional de 2016, as reformas (trabalhista, previdenciária e PEC do teto de gastos) e entrega do controle estatal da Vale pelo governo Temer e a vitória de Jair Bolsonaro/Paulo Guedes em 2018 ofereceram às forças destrutivas do mercado livre-trânsito para se mostrarem de maneira “transparente”. Isso aparece nas declarações do presidente da Vale na forma de cinismo com o qual os riscos e as práticas exploratórias e autoritárias são declarados abertamente ao público.

A cumplicidade do Estado com a impunidade da Samarco e Vale, no rompimento em Mariana, transformaram a produção de desastre em uma estratégia de acumulação de capital, de ampliação do exercício do poder da Vale sobre os territórios e de aumento da dependência de ações assistencialistas das empresas pelos municípios mineradores. O desastre de 2015 foi utilizado por Schvartsman como uma estratégia discursiva para legitimar a proposta de saída do Estado do controle acionário da Vale. Enquanto isso, o modelo de negócio extrativista foi fortalecido nas localidades, valendo-se da formalização do potencial de risco das barragens, instrumento de ameaça e chantagem a governos, trabalhadores e populações locais.

O rompimento de Brumadinho instaura a política do terror como uma estratégia de exercício da colonialidade do poder através do domínio da morte. Transformada em “enclave econômico” nos anos anteriores, a Vale passa a se relacionar com os territórios valendo-se de seu arsenal de barragens como uma “máquina de guerra” nos moldes do que Achille Mbembe (2018) analisa em necropolítica.

Para a gestão da Vale, os dois desastres não se constituíram em problemas ou em prejuízos, pelo contrário, eles ampliaram o poder da mineradora sobre as localidades, alavancaram o valor de suas ações e aumentaram os dividendos distribuídos aos acionistas. Os desastres não são mais encarados como um ônus do capitalismo ou como um resíduo da modernização, mas passam a ser capitalizados como “oportunidades” de novos negócios, meios de alavancar lucros e o valor de mercado da empresa. O segundo desastre institucionalizou uma estratégia que legitima o massacre dos corpos-territórios-epistemes em formas de potencializar a rentabilidade. Não há interesse genuíno do capitalismo em evitar desastres, a não ser como slogan de sustentabilidade e ESG, o interesse é apenas controlá-los para que possam ser racionalizados e utilizados como dispositivos de uma política de terror. Por essa razão, entendemos que o termo capitalismo financeiro, ou capitalismo neoliberal, não responde suficientemente às transformações que temos vivido no modo de acumulação nas últimas décadas. A incorporação dos desastres como forma de alavancagem capitalista talvez demonstre estarmos sob um necrocapitalismo (MBEMBE, 2018), ou um capitalismo de desastre (KLEIN, 2008, 2021).

Por fim, essa tese é um modo de defender a urgência de questionarmos os discursos que foram constituídos como pilares – quase inquestionáveis – da forma como a Modernidade/Colonialidade historicamente se impôs ao Brasil e à América Latina, especialmente em relação à mineração e ao extrativismo do agronegócio. Também deixo uma provocação a imaginar um pós-capitalismo baseado numa transmodernidade, construídos a partir de outras cosmologias e de outras estratégias de “envolvimento” e de bem-viver.

REFERÊNCIAS

ABRASCA. Ranking das empresas mais valiosas da América Latina. **Associação Brasileira das Companhias Abertas**, online, 3 mai. 2021. Disponível em:

<<https://www.abrasca.org.br/noticias/sia-cia-1547-ranking-das-empresas-mais-valiosas-da-america-latina>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ACOSTA, Alberto. A maldição da violência. O extrativismo posto a nu. **Semanario Virtual Caja de Herramientas**, online, n. 275, 17 out. 2011. Disponível em:

<<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/173-noticias-2011/501892-a-maldicao-da-violencia-o-extrativismo-posto-a-nu-artigo-de-alberto-acosta>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ADÃO, Sônia Maria. **Os discursos confrontados no processo de privatização**: o caso da companhia Vale do Rio Doce. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01022008-105831/publico/TESE_SONIA MARIA ADAO.pdf> Acesso em: 10 ago. 2022.

ALENCAR, Kennedy. **Kennedy Alencar**. 2020. Disponível em:

<<https://www.mixpalestras.com.br/palestrante/1432/kennedy-alencar>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ALENCAR, Kennedy; SOFIA, Julianna. Após pressão, Lula e Agnelli selam acordo. **Folha de São Paulo - Mercado**, São Paulo, 16 ago. 2009. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1608200910.htm>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ALMEIDA, Julio Sérgio Gomes De. **A Política de Desenvolvimento Produtivo**. São Paulo: IEDI, 2008. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17700>> Acesso em: 10 ago. 2022.

AMARAL, Marina. Dentro da floresta, a Vale tem pressa. **Agência Pública**, online, 25 nov. 2012. Disponível em: <<https://apublica.org/2012/11/dentro-da-floresta-a-vale-tem-pressa/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

AMARAL, Marina. Vazamento de informações expõe espionagem da Vale. **Agência Pública**, online, 13 set. 2013. Disponível em: <<https://apublica.org/2013/09/abrindo-caixa-preta-da-seguranca-da-vale/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ANGELO, Maurício. A sirene novamente não tocou: a Vale precisa ser interditada. **Observatório da Mineração**, online, 26 jan. 2019. a. Disponível em:

<<https://observatoriodamineracao.com.br/a-sirene-novamente-nao-tocou-a-vale-precisa-ser-interditada/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ANGELO, Maurício. 252 mortos, 1.268 dias de impunidade: Mariana e Brumadinho mostram que a mineração está acima da lei. **Observatório da Mineração**, online, 25 abr. 2019. b. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/252-mortos-1-268-dias-de-impunidade-mariana-e-brumadinho-mostram-que-a-mineracao-esta-acima-da-lei/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ANGELO, Maurício. Impune, Vale pagou R\$ 12,4 milhões para cada diretor em 2017. Ex-presidente levou R\$ 60 milhões. **Observatório da Mineração**, online, 13 fev. 2019. c. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/impune-vale-pagou-r-124-milhoes-para-cada-diretor-em-2017-ex-presidente-levou-r-60-milhoes/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ANGELO, Maurício. Ministério Público de Minas Gerais rejeita contas da Fundação Renova e aponta irregularidades. **Observatório da Mineração**, online, 20 fev. 2021. a. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/ministerio-publico-de-minas-gerais-rejeita-contas-da-fundacao-renova-e-aponta-irregularidades/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ANGELO, Maurício. Ministério Público e Defensorias pedem suspeição de juiz do Caso Samarco com base em matérias do Observatório da Mineração. **Observatório da Mineração**, online, 31 mar. 2021. b. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/ministerio-publico-e-defensorias-pedem-suspeicao-de-juiz-do-caso-samarco-com-base-em-materias-do-observatorio-da-mineracao/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, online, v. 1, p. 229–236, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. **Boderlands / La Frontera: la nueva mestiza**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2016.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Elefante, 2020.

ARAÚJO, Pedro Zambarda De. A consultora Empiricus vendeu o paraíso com o impeachment e entregou um blog de direito. **Diário do Centro do Mundo**, online, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-consultora-empiricus-vendeu-o-paraíso-com-o-impeachment-e-entregou-um-blog-de-direito-por-zambarda/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ARAÚJO, Valmir Teixeira De. **Enquadramentos do governo Dilma na mídia impressa brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Universidade Federal de Tocantins, Palmas, 2014. Disponível em: <http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/193>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ARAÚJO, Valmir Teixeira. Governo Dilma na Mídia Impressa: estudo sobre os agentes em destaque nos textos das manchetes. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, online, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/50659/33078>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ARBEX, Daniela. **Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

AREDES, Karlton. Vale dá sobrevida para atividades em Minas Gerais. **O Tempo**, online, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/vale-da-sobrevida-para-atividades-em-minas-gerais-1.2071274>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MINAS GERAIS. **Comissão Parlamentar de Inquérito Barragem de Brumadinho. Relatório Final**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/56a-legislatura/cpi-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/documentos/outros-documentos/relatorio-final-cpi-assembleia-legislativa-mg>> Acesso em: 10 ago. 2022.

B3. B3 atinge 5 milhões de contas de investidores em renda variável em janeiro. **B3 - Notícias**, online, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/5-milhoes-de-contas-de-investidores.htm> Acesso em: 10 ago. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, online, v. 45, n. 2, p. 135–146, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292002000200007>> Acesso em: 10 ago. 2022.

BARBOSA, Daniela. 10 empresas brasileiras que são mais ricas que muitos países. **Exame**, online, 26 out. 2012. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/10-empresas-brasileiras-que-sao-mais-ricas-que-muitos-paises/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

BARBOSA, Leandro Chagas. **Mídia e Discursividade: Dilma, Lula, Radicais do PT e Corrupção**. 2014. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2014.v2i1.43>> Acesso em: 10 ago. 2022.

BARCELLOS, Mara. CPI da Vale no Pará tem a missão de desvendar muitas questões sobre mineradora. **Assembleia Legislativa do estado do Pará**, Belém, 31 ago. 2021. a. Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/6506/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

BARCELLOS, Mara. CPI VALE - Em audiência pública, moradores denunciam sofrimento provocado por Belo Monte. **Assembleia Legislativa do estado do Pará**, Belém, 21 nov. 2021. b. Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/6783/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

BASILIO, Patrícia. Ao tomar posse, presidente da Vale disse que seu lema seria “Mariana nunca mais.” **Época Negócios**, online, 25 jan. 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/01/ao-tomar-posse-presidente-da-vale-disse-que-seu-lema-seria-mariana-nunca-mais.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENDASSOLI, Pedro F. O culto da performance como resposta à crise da ontologia do trabalho. In: EHRENBERG, Alain (org.). **O culto da performance**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010. p. 209–239.

BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015. Acesso em: 10 ago. 2022.

BISPO DOS SANTOS, Antonio; KRENAK, Ailton. **Ciclo Outras Economias - Cosmologias do dinheiro**. YouTube, Brasil: MUDA Outras Economias, 18 mai. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/ueQAV_4fWbY> Acesso em: 10 ago. 2022.

BOLSONARO, Jair Messias. **Discurso do Presidente Jair Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial**. YouTube: TV BrasilGov, 22 jan. 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/axUnFj4nld4>> Acesso em: 10 ago. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2016.

CALDAS, Graça. **Vozes e Silenciamentos em Mariana: crimes ou desastre ambiental?** Campinas (SP): Unicamp, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da CPI sobre o Rompimento da Barragem de Brumadinho**. Brasília: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/comissoes/cpi/cpibruma/RelatorioFinal.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório critica acordo para reparação das vítimas da tragédia de Brumadinho. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 12 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/793310-relatorio-critica-acordo-para-reparacao-das-vitimas-da-tragedia-de-brumadinho/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADINHO. **Relatório Final da CPI Possível negligência da mineradora Vale S/A com relação ao Plano de Ação e Emergência de Barragens na Mina Córrego do Feijão em Brumadinho**. Brumadinho - MG, 2019. Disponível em: <<https://www.cmbrumadinho.mg.gov.br/atividade-legislativa/proposicoes/materia/1231>> Acesso em: 10 ago. 2022.

CAMARGOS, Daniel. O ‘baile da lama’: as relações entre políticos e mineradoras em uma festa de casamento – e fora dela. **Repórter Brasil**, online, 26 abr. 2019. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/04/o-baile-da-lama-as-relacoes-entre-politicos-e-mineradoras-em-uma-festa-de-casamento-e-fora-dela/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta de achamento do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

CARTA CAPITAL. Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. **Carta Capital - Política**, online, 23 set. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

CARVALHO, Roberto. **Roberto Carvalho**. YouTube: Samarco Mineração, 6 jul. 2010. Disponível em: <<https://youtu.be/M6F31CFu9yI>> Acesso em: 10 ago. 2022.

CASTILHO, Denis. Os Sentidos da Modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, online, v. 30, n. 2, p. 125–140, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/bgg.v30i2.13802>> Acesso em: 10 ago. 2022.

CASTRO, Ramon Peña. Trabalho abstrato e trabalho concreto. **Dicionário da educação profissional em saúde**, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/traabstracon.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

CBDB. A legislação de segurança de barragens: Um breve histórico e desafios. **Comitê Brasileiro de Barragens**, 2010.

CECÍLIO, Marco Bulhões. **Fernand Braudel no mundo contemporâneo e a acumulação acelerada de riquezas: economia de mercado e capitalismo como opostos?** 2012. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/dissertações/2012/MARCO_BULHÕES_CECÍLIO.pdf> Acesso em: 10 ago. 2022.

CORRÊA, Alessandra. Nos EUA, Lula lembra divergência pública com presidente da Vale. **BBC Brasil**, Washington, 6 abr. 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/04/110406_eua_lula_ac> Acesso em: 10 ago. 2022.

COSTA, Fernando Nogueira da. Empiricus = Prometeu (e não cumpriu...). **Blog Cidadania & Cultura**, Campinas, 8 mar. 2015. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/03/08/empiricus-prometeu-e-nao-cumpriu/#more-37562>> Acesso em: 10 ago. 2022.

COSTAS, Ruth. No topo da Vale e da Petrobras: Quem é Murilo Ferreira? **BBC Brasil**, online, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150423_perfil_murilo_ru> Acesso em: 10 ago. 2022.

DEUTSCHE WELLE. Vale estimou custo e número de mortes caso barragem se rompesse. **Carta Capital**, online, 13 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vale-estimou-custo-e-numero-de-mortes-caso-barragem-se-rompesse/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

DIÁRIO LIBERDADE. Os bastidores da lama política em Minas Gerais. **Diário Liberdade**, online, 18 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.diarioliberalidade.org/brasil/consumo-e-meio-natural/58850-os-bastidores-da-lama-politica-em-minas-gerais.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

DIJK, Teun Adrianus Van. Análisis Crítico del Discurso. **Anthropos**, Barcelona, n. 186, p. 23–36, 1999.

DIJK, Teun Adrianus Van. **Discurso y Poder**. Barcelona: Ed. Gedisa, 2009.

DIJK, Teun Adrianus Van. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2016.

DOTTA, Rafaella. Vale teve gastos milionários em propaganda já na primeira semana pós Brumadinho. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 9 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2019/12/09/vale-teve-gastos-milionarios-em-propaganda-ja-na-primeira-semana-pos-brumadinho>> Acesso em: 10 ago. 2022.

DUARTE-ALVES, Andreia. Histórias de Pescadores: memórias de vidas submersas. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis - SP, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126819>> Acesso em 12 ago. 2022.

DUARTE-ALVES, Andreia; JUSTO, José Sterza. Espaço e subjetividade: Estudo com ribeirinhos. **Psicologia & Sociedade**, online, v.23, n.1, p.181-189, 2011. a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100020>> Acesso em 12 ago. 2022.

DUARTE-ALVES, Andreia; JUSTO, José Sterza. Histórias de pescadores: estudo com ribeirinhos desalojados por uma hidrelétrica. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 11, n.22, p. 309-328, dez. 2011. B. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200009> Acesso em 12 ago. 2022.

DUARTE-ALVES, Andreia; JUSTO, José Sterza. Impactos da construção de usinas hidrelétricas na vida de ribeirinhos. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 9, n.2, p. 197-211, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4026181.pdf>> Acesso em 12 ago. 2022.

DUARTE-ALVES, Andreia; JUSTO, José Sterza. Saberes no cotidiano: práticas discursivas e transdisciplinaridade. In: CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte (Org.). **Percursos da Pesquisa Qualitativa em Psicologia**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: CLACSO (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 1–34.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, online, v. 31, n. 1, p. 51–73, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100004>> Acesso em: 10 ago. 2022.

EL PAÍS. Temer: os recados do vice no áudio. Leia e ouça a mensagem na íntegra. **El País Brasil**, online, 11 abr. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/politica/1460409229_403530.html> Acesso em: 10 ago. 2022.

ELIAS, Juliana. Indicação política e recuperação financeira: quem é o presidente da Vale? **UOL Economia**, São Paulo, 29 jan. 2019. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/29/fabio-schvartsman-presidente-vale-acidente-barragem-brumadinho.htm>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ENRIQUEZ, Eugène. Os desafios éticos nas Organizações Modernas. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, online, v. 37, n. 2, p. 6–17, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901997000200002>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ERNST, Aracy Graça. Cinismo e ato falho no discurso político-midiático. **Linguagem & Ensino**, Pelotas (RS), v. 21, n. 2, p. 6–16, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.15210/RLE.V21I2.15177>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ESTADÃO. Presença de Murilo Ferreira na Petrobras incomodou o mercado em 2015. **InfoMoney**, online, 4 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/presenca-de-murilo-ferreira-na-petrobras-incomodou-o-mercado-em-2015/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ESTADÃO. Novo presidente da Vale tem perfil discreto e direto. **Exame**, São Paulo, 2017.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERES JR., João; SASSARA, Luna de Oliveira. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde em Debate**, online, v. 40, n. spe, p. 176–185, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042016S15>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERNANDES, Carla Montuori; ARTICO, Tamiris; OLIVEIRA, Luiz Ademir De. O impeachment de Dilma Rousseff (PT) no telejornalismo: o uso da narrativa jurídica no Jornal Nacional. **Novos Olhares**, online, v. 9, n. 2, p. 34–44, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2020.171913>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Leonardo; SUDRÉ, Lu; PINA, Rute. Histórico de violações da Vale vai muito além de Mariana e Brumadinho. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/historico-de-violacoes-da-vale-vai-muito-alem-de-mariana-e-brumadinho>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **O governo tem de se preocupar sim, diz presidente da Vale sobre Governo**. YouTube, Brasil: RedeTV, 2011. Disponível em: <<https://youtu.be/CgI550PnB9g>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **Murilo Ferreira, CEO de Vale, en la Casa Rosada**. YouTube, Argentina: Mining Press EnerNews, 2012. Disponível em: <<https://youtu.be/ZvhurRZ1wuw>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 1.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. a. Disponível em: <<https://youtu.be/q4j1pd12iRs>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 2.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. b. Disponível em: <https://youtu.be/IOiwoZ4OVg>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 3.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. c. Disponível em: <<https://youtu.be/9pTxfduInU>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 4.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. d. Disponível em: <<https://youtu.be/ldDuVgyYauM>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 5.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. e. Disponível em: <<https://youtu.be/7TO11nhGPP8>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 6.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. f. Disponível em: <https://youtu.be/CzWOPsJt_BM> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 7.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. g. Disponível em: <<https://youtu.be/GJTHXIE2ZFQ>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 8.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. h. Disponível em: <<https://youtu.be/yWGZStL4LnM>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 9.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. i. Disponível em: <<https://youtu.be/b7jG-vVmhHk>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **10 perguntas para Murilo Ferreira - Pergunta 10.** YouTube, Brasil: Kennedy Alencar, 2013. j. Disponível em: <<https://youtu.be/n93MqeKayAc>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **Mr. Murilo Ferreira, Melbourne Mining Club.** YouTube, Austrália: Melbourne Mining Club, 2014. a. Disponível em: <<https://youtu.be/UvpDUnmjMuM>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **Murilo Ferreira: Nenhuma situação vai se modificar sem uma reforma política.** YouTube, Brasil: Carta Capital, 2014. b. Disponível em: <<https://youtu.be/aFAwfqYHW88>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **Kennedy Alencar entrevista o presidente da Vale.** YouTube: SBT News, 2014. c. Disponível em: <<https://youtu.be/6kshEBvMhGo>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Murilo. **22 Casos de Inovação 2015 - Entrevista Vale**. YouTube, Brasil: Confederação Nacional das Indústrias (CNI), 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/rJ1v6ZyxEeU>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FERREIRA, Pamella Thaís Magalhães. **Análise crítica do discurso de criação da Fundação Renova: a perpetuação dos crimes corporativos**. 2019. Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/34243>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FILGUEIRAS, Luiz. Duas vidas do neoliberalismo na América Latina. **Outras Palavras**, online, 9 dez. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/as-duas-vidas-do-neoliberalismo-na-america-latina/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FOLHA. Lucro da Vale em 97 é de R\$ 756 milhões. **Folha de São Paulo - Mercado**, São Paulo, 11 mar. 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi11039811.htm>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FONTANA, Mônica Zappi. Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). **Discurso e (pós)verdade**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021. p. 87–104.

FONTES, Roberta Brangioni; PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha De. Entre mundos: a colonialidade no rompimento da barragem de fundão em Mariana/MG. Sentidos e percepções dos Krenak. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 233–260, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5965/1984724622482021233>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. E-book ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS E SOUZA, Rafael De. Representação contra o Diretor da Saint John d'El Rey Mining Company Limited (Morro Velho) 1861. **Varia História**, online, v. 28, n. 47, p. 423–437, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100019>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FREITAS E SOUZA, Rafael De. A efêmera e fatal Mina de Cata Branca: mineração e trabalho numa companhia aurífera inglesa em Minas Gerais (1832-1844). **Revista Mundos do Trabalho**, online, v. 7, n. 14, p. 37–52, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2015v7n14p37>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FRIAS, Maria Cristina; COELHO, Luciana. Na estreia, Davos cobra de Bolsonaro agenda econômica e democrática. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/na-estreia-davos-cobra-de-bolsonaro-agenda-economica-e-democratica.shtml>> Acesso em: 10 ago. 2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Reassentamentos**. 2022. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

G1. Vale recebe proposta final para criar sociedade sem controle definido. **G1 Economia**, Rio de Janeiro, 11 mai. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/vale-recebe-proposta-para-mudanca-societaria.ghtml>> Acesso em: 10 ago. 2022.

G1 MINAS. Ex-presidente da Vale Fábio Schvartsman não vai à CPI de Brumadinho na Assembleia de MG. **G1 Minas Gerais**, Belo Horizonte, 6 jun. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/06/06/ex-presidente-da-vale-fabio-schvartsman-nao-vai-a-cpi-de-brumadinho-na-assembleia-de-mg.ghtml>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GAIER, Rodrigo Viga. Ferreira pediu licença do Conselho da Petrobras para focar na Vale, diz fonte da estatal. **Reuters**, online, 14 set. 2015. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/brazil-energia-petrobras-murilo-vale-idBRKCN0RE1MS20150914>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GAULEJAC, Vicent De. **A Gestão como Doença Social: Ideologia, poder generalista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007.

GGN. Exército boicotou operação planejada por Bruno Pereira contra garimpo ilegal no Vale do Javari. **Redação GGN**, online, 14 jun. 2022. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/artigos/exercito-boicotou-operacao-planejada-por-bruno-pereira-contragarimpo-ilegal-no-vale-do-javari/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GLOBALFERT. Vale diz que licença ambiental é o maior risco para Carajás. **GlobalFert**, online, 2 dez. 2011. Disponível em: <<https://globalfert.com.br/noticias/mercado/vale-diz-que-licenca-ambiental-e-o-maior-risco-para-carajas/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, online, v. 16, n. 47, p. 125, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.7213/diálogo.educ.16.047.DS06>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GONÇALVES, Glauber; MOREIRA, Beth; QUINTÃO, Chiara. Murilo Ferreira reafirma que foco da Vale é mineração. **Estadão**, online, 27 mai. 2011. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI236854-16355,00-MURILO+FERREIRA+REAFIRMA+QUE+FOCO+DA+VALE+E+MINERACAO.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GONSALVES, Wesley; GUIMARÃES, Fernanda. Maior parte dos novatos na Bolsa em salário de até 5 mil por mês. **Estadão**, online, 6 fev. 2022. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,maior-parte-dos-novatos-na-bolsa-tem-salario-de-ate-r-5-mil-por-mes,70003970869>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, online, n. 80, p. 115–147, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.697>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem. Uma história de experiência operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 174–212.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Ed. Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

HIDDLESTON, Jane. **Pós-Colonialismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

ISTOÉ DINHEIRO. O que está por trás da fritura de Roger Agnelli. **IstoÉ Dinheiro - Negócios**, online, 23 mar. 2011. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/o-que-esta-por-tras-da-fritura-de-roger-agnelli/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

J. MENDO CONSULTORIA. **Aspectos tributários da mineração brasileira**. Brasília: Ministério das Minas e Energia, 2009. Disponível em: <http://antigo.mme.gov.br/documents/36108/448159/P03_RT07_Cenxrio_Evolutivo_da_Situaxo_Tributxria_da_Minexaxo_n.pdf/2d961a8d-6abe-554b-7b2c-5e5bb4b69dcb?version=1.0> Acesso em: 10 ago. 2022.

JARDIM, Maria A. Chaves. Presença de centrais e sindicatos no mercado financeiro: criação e gestão de fundos de pensão. **Estudos de Sociologia**, online, v. 16, n. 31, p. 321–339, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4509>> Acesso em: 10 ago. 2022.

JORNAL NACIONAL. Joesley pede para nomear presidente da Vale em troca de dinheiro a Aécio. **G1**, Rio de Janeiro, 23 mai. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/joesley-pede-para-nomear-presidente-da-vale-em-troca-de-dinheiro-aecio.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

JUSDH. Nota da JusDH sobre contratação da ex-presidente do STF, Ellen Gracie, para coordenação de Comitê da Vale para apuração do crime ambiental de Brumadinho (MG). **Articulação Justiça e Direitos Humanos**, online, 4 fev. 2019. Disponível em:

<<http://www.jusdh.org.br/2019/02/04/nota-da-jusdh-sobre-contratacao-da-ex-presidente-do-stf-ellen-gracie-para-coordenacao-de-comite-da-vale-para-apuracao-do-crime-ambiental-de-brumadinho-mg/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

JUSTIÇA GLOBAL. Vale vence o Public Eye Awards, prêmio de pior empresa do mundo. **Justiça Global**, online, 27 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/vale-vence-o-public-eye-awards-premio-de-pior-empresa-do-mundo/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

JUSTIÇA GLOBAL. Brasil responderá na Comissão Interamericana por violações de direitos humanos em Belo Monte. **Justiça Global**, online, 7 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/brasil-respondera-na-comissao-interamericana-por-violacoes-de-direitos-humanos-em-belo-monte/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

JUSTO, José Sterza. **Comentários sobre a tese**. Assis - SP, não publicado, 2022.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLEIN, Naomi. **Em Chamas: uma (ardente) busca por um novo acordo ecológico**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. a.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. b.

KRENAK, Ailton. Não se come dinheiro. In: KRENAK, Ailton (org.). **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. c.

LECHNER, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, online, n. 21, p. 73–86, 1990. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451990000100005>> Acesso em: 10 ago. 2022.

LEITE, José Correa. O PT e a construção de uma sociedade neoliberal no Brasil. In: LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena (org.). **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. São Paulo: Elefante, 2018.

LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena. **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. São Paulo: Elefante, 2018.

LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso da Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

LIMA, Luciana. Brumadinho: MPF quer anular acordo entre Vale e órgãos ambientais. **Metrópoles**, online, 29 set. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/justica/brumadinho-mpf-quer-anular-acordo-entre-vale-e-orgaos-ambientais>> Acesso em: 10 ago. 2022.

LOVISI, Pedro. MPMG repudia acordo da Defensoria Pública com a Vale sobre indenizações de Brumadinho. **Estado de Minas Gerais**, online, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/04/09/interna_gerais,1045194/mp-repudia-acordo-da-defensoria-publica-vale-indenizacoes-brumadinho.shtml> Acesso em: 10 ago. 2022.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao povo brasileiro**: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Partido dos Trabalhadores, 22 jun. 2002. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MAGALHÃES, Izabel. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora UNB, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento diaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MALERBA, Julianna. Para quê um novo código mineral? In: MALERBA, Julianna; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim (org.). **Novo Marco Legal da Mineração no Brasil**: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: FASE, 2012.

MARIZ, Clara. Vale é denunciada por descumprir acordo firmado com indígenas afetados pela Tragédia de Brumadinho. **Hoje em Dia**, online, 23 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/minas/vale-e-denunciada-por-descumprir-acordo-firmado-com-indigenas-afetados-pela-tragedia-de-brumadinho-1.906335>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MARQUES, Maria Aldina. A verdade dos outros: questões de responsabilidade enunciativa. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSAD, Anselmo. Diretor da Vale reclamou de ingerência do governo na companhia. **Agência Pública**, São Paulo, 27 jun. 2011. a. Disponível em: <<https://apublica.org/2011/06/diretor-da-vale-reclamou-de-ingerencia-do-governo-na-companhia/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MASSAD, Anselmo. Wikileaks: Agnelli alertou EUA que China estaria à frente na batalha por commodities. **Agência Pública**, São Paulo, 5 jul. 2011. b. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/13274/wikileaks-agnelli-alertou-eua-que-china-estaria-a-frente-na-39-batalha-por-commodities-39>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MAZZOLA, Bruno Giovanni. **Da gestão dos stakeholders à licença social para operar**: o caso do desastre de Mariana. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:

<<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13072018-152431/pt-br.php>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEHL, Gustavo. Questão de Belo Monte é levada ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. **Justiça Global**, online, 3 jun. 2011. Disponível em:

<<http://www.global.org.br/blog/questao-de-belo-monte-e-levada-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MENDES, Karla. Vale precisa contribuir mais com País, diz Lobão. **Exame**, online, 4 abr. 2011. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/vale-precisa-contribuir-mais-com-pais-diz-lobao-2/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / Projetos Globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, online, v. 48, n. 48, p. 187–224, 2020. Disponível em:

<<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, Julianna; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim (org.). **Novo Marco Legal da Mineração no Brasil**: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: FASE, 2012.

MILANEZ, Bruno et al. **Minas não há mais**: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Brasília: Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedades (PoEMAS), 2019.

Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2019/04/Minas-não-há-mais-sumário-executivo-final.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Denúncia IPL nº 1843/2015 SRPF/MG**. Belo Horizonte, 2016. a. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública nº 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400**. Belo Horizonte, 2016. b. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública Cível nº 1035519-02.2020.4.01.3800**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2020/inicial-acp-vale-anm-cvm.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MIRANDA, Felipe. **O Fim do Brasil**. YouTube: Empiricus, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=prJF2QnjGVM>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MIRANDA, Felipe. **Contragolpe - Aquilo que ninguém quer que você saiba**. YouTube: Empiricus, 9 ago. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/EevJtgace7A>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Mineração e tragédias no estado de Minas Gerais. Até quando? **Conjur**, online, 2 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-mar-02/ambiente-juridico-mineracao-tragedias-minas-gerais-quando>> Acesso em: 10 ago. 2022.

MODENA, Celina Maria; HELLER, Léo. Desastre da Samarco: aproximações iniciais. **Ciência e Cultura**, online, v. 68, n. 3, p. 22–24, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300009>> Acesso em: 10 ago. 2022.

NASCIMENTO, Abdias Do. **O Quilombismo**: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Wanderson Flor Do. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. **Revista Padê**, online, v. 1, n. 1/2, p. 1–19, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.5102/pade.v2i1.1071>> Acesso em: 10 ago. 2022.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, online, v. 37, n. 2, p. 353–381, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/29472>> Acesso em: 10 ago. 2022.

NOGUEIRA, Marta; ALPER, Alexandra. Apenas um “cataclisma” poderia abalar cenário da Vale, diz CEO. **Reuters**, online, 26 jul. 2018. Disponível em: <<https://esportes.yahoo.com/noticias/seria-preciso-um-cataclisma-para-abalar-cenario-da-155700263--finance.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

NUNES, Augusto. A troca do presidente da Vale informa que o governo brasileiro acabou de inventar a demissão por excesso de competência. **Veja**, São Paulo, 5 abr. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/a-troca-do-presidente-da-vale-informa-que-o-governo-brasileiro-acabou-de-inventar-a-demissao-por-excesso-de-competencia/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, Alexandre Lourenço De. O BNDES como ator das relações exteriores brasileiras durante o governo Lula (2003-2010). **Espaço e Economia**, online, v. 4, n. 8, p. 1–17, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2277>> Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, Francisco De. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Wallace. Seis anos depois, nenhum responsável foi punido pelo rompimento da barragem em Mariana (MG). **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 5 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/seis-anos-depois-nenhum-responsavel-foi-punido-pelo-rompimento-da-barragem-em-mariana-mg>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**. Campinas: Edunicamp, 1992.

PAGLIA, Ernesto. Recuperação de minas abandonadas é dever importante das mineradoras. **G1 - Hora 1**, online, 8 nov. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/11/recuperacao-de-minas-abandonadas-e-dever-importante-das-mineradoras.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

PAVANELLI, Lucas. STF nega ação de atingidos para suspender acordo entre MG e Vale. **R7 Minas Gerais**, online, 23 fev. 2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/minas->

[gerais/stf-nega-acao-de-atingidos-para-suspender-acordo-entre-mg-e-vale-29062022](#)> Acesso em: 10 ago. 2022.

PEREIRA, Flávy. Vale vai distribuir R\$ 18,5 bilhões em dividendos. **Valor Investe**, São Paulo, 24 fev. 2022. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2022/02/24/vale-vai-distribuir-r-185-bilhoes-em-dividendos.ghtml>> Acesso em: 10 ago. 2022.

PIAZZI, Bruna; MUNIZ, Pedro. Crime da Vale em Brumadinho atingiu comunidades quilombolas. **Esquerda Online**, online, 13 fev. 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/02/13/crime-da-vale-em-brumadinho-atingiu-comunidades-quilombolas/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

PINHEIRO, Tiago Roberto; VIEIRA, José Carlos. A mídia brasileira no impeachment de Dilma Rousseff. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**, online, v. 1, n. 2, p. 151–180, 2018. Disponível em: <<https://cadernosuninter.com/index.php/ESGPPJS/article/view/727>> Acesso em: 10 ago. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. In: **Enciclopédia Latinoamericana**. Boitempo, 2015. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>> Acesso em: 11 ago. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A desordem do progresso. In: ARAÓZ, Horacio Machado (org.). **Mineração, genealogia do desastre**. São Paulo: Elefante, 2020. a. p. 7–13.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Quem nasce no Brasil é o quê mesmo?** 2020b. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/02/27/quem-nasce-no-brasil-e-o-que-mesmo/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

PRETI, Dino. **O Discurso Oral Culto**. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 1999.

PRETI, Dino. Entre o oral e o escrito: a transcrição de gravações. In: **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009. p. 305–316.

PRIETO, José Ricardo. Maior projeto da Vale é mais um crime contra o povo. **A Nova Democracia**, online, 15 mar. 2017. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-185/6850-maior-projeto-da-vale-e-mais-um-crime-contr-o-povo>> Acesso em: 10 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**, online, v. 17, n. 37, p. 4–28, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>> Acesso em: 10 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2005. p. 107–130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p. 73–117.

RAGAZZI, Lucas; ROCHA, Murilo. **Brumadinho: a engenharia de um crime**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RESENDE, Viviane de Melo. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

RIZÉRIO, Lara. Controladores resistem a tirar Ferreira da Vale; chineses de olho em banco brasileiro e mais 11 notícias. **InfoMoney**, online, 7 jun. 2016. Disponível em:

<<https://www.infomoney.com.br/mercados/controladores-resistem-a-tirar-ferreira-da-vale-chineses-de-olho-em-banco-brasileiro-e-mais-11-noticias>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O Jornal Nacional e o rito de destituição de Dilma Rousseff. **Revista de Ciências Sociais**, online, v. 50, n. 2, p. 359–398, 2019. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7008617>> Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, Alex. “Não é possível não sentir essa dor”, diz Raquel Dodge. **Agência Brasil**, Brasília, 31 jan. 2019. a. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-01/nao-e-possivel-nao-sentir-essa-dor-diz-raquel-dodge>> Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, Léo. Negociações individuais em Brumadinho preocupam Ministério Público. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2019. b. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-04/negociacoes-individuais-em-brumadinho-preocupam-ministerio-publico>> Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, Léo. Vale recebeu em 2017 proposta de melhorias na barragem de Brumadinho. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2019. c. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/vale-recebeu-em-2017-proposta-de-melhorias-na-barragem-de-brumadinho>> Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, Léo. Justiça rejeita denúncia contra executivos. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 30 set. 2019. d. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-09/mpf-recorre-da-exclusao-de-8-reus-de-acao-penal-da-tragedia-de-mariana>> Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, Léo. STJ suspende processo que pedia extinção da Fundação Renova.

Agência Brasil, Rio de Janeiro, 27 mai. 2021. a. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-05/stj-suspende-processo-que-pedia-extincao-da-fundacao-renova>> Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, Léo. Revelamos o que diz o laudo sigiloso da PF sobre a tragédia em Brumadinho. **Agência Pública**, online, 27 set. 2021. b. Disponível em:

<<https://apublica.org/2021/09/revelamos-o-que-diz-o-laudo-sigiloso-da-pf-sobre-a-tragedia-em-brumadinho/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, Paloma. Projeto Ponte para o Futuro é uma realidade, diz Temer em vídeo.

Poder 360, online, 17 jul. 2017. Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/governo/projeto-ponte-para-o-futuro-e-uma-realidade-diz-temer-em-video/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ROSA, Débora Diana Da. **Violências e Resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco / Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana / MG**. 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32734>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ROSTÁS, Renato. Hoje o estado das barragens é “impecável”, afirma o presidente da Vale. **Valor**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/04/10/hoje-o-estado-das-barragens-e-impecavel-afirma-o-presidente-da-vale.ghtml>> Acesso em: 10 ago. 2022.

RUFINO, Luiz. Exu e a pedagogia das encruzilhadas. In: MESA REDONDA: PÓS-COLONIALISMO, SUBALTERNIDADES E RESISTÊNCIAS 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Museu Nacional / UFRJ, 2016. Acesso em: 11 jan. 2022.

SAES, Beatriz. **O mapa dos conflitos da Vale no Brasil**. 10 abr. 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/mapa-conflitos-mineracao-extrativista-vale-brasil/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SAES, Beatriz Macchione; BENE, Daniela Del; NEYRA, Raquel; WAGNER, Lucrecia; MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça Ambiental e Irresponsabilidade social corporativa: o caso da mineradora Vale S.A. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1–24, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210014vu2021L4ID>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira Dos. Mineração no Brasil: por um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. **Não Vale, Revista da Rede Justiça nos Trilhos**, online, n. 2, p. 75–89, 2013. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Santos-2013-Mineração-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, Theotônio Dos. **Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo**. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora USP, 2004.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHVARTSMAN, Fabio. **Felipe Miranda conversa com Fabio Schvartsman, CEO da Vale**. YouTube, Brasil: Empiricus, 30 jul. 2017. a. Disponível em: <<https://youtu.be/Uvnp4kEII1s>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHVARTSMAN, Fabio. **Vale's Schvartsman on Iron Ore, China, Dividends**. YouTube, Estados Unidos: Bloomberg Markets and Finance, 7 dez. 2017. b. Disponível em: <<https://youtu.be/KQpDNPh0L6g>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHVARTSMAN, Fabio. **New challenges for CEOs - Fabio Schvartsman, CEO, Vale.** YouTube, Brasil: Editora Latin Trade, 7 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gDirbUew8ME>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHVARTSMAN, Fabio. **Fabio Schvartsman faz pronunciamento sobre rompimento de barragem em Brumadinho, MG.** YouTube, Brasil: Vale, 25 jan. 2019. a. Disponível em: <<https://youtu.be/4a2AxhgdYGI>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHVARTSMAN, Fabio. **Presidente da Vale participa de coletiva de imprensa sobre o rompimento de Barragem.** YouTube, Brasil: Vale, 25 jan. 2019. b. Disponível em: <<https://youtu.be/vCF2luhZ1Po>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHVARTSMAN, Fabio. **Presidente da Vale volta a Brumadinho.** YouTube, Brasil: Vale, 29 jan. 2019. c. Disponível em: <https://youtu.be/Ax5BDPWRD_M> Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHVARTSMAN, Fabio. **Pagamento de indenizações extrajudiciais - Fabio Schvartsman.** YouTube, Brasil: Vale, 1 fev. 2019. d. Disponível em: <<https://youtu.be/rYuRjFahrnk>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHVARTSMAN, Fabio. **Fabio Schvartsman volta à Minas Gerais e sobrevoa região atingida.** YouTube, Brasil: Vale, 14 fev. 2019. e. Disponível em: <<https://youtu.be/xEBD6dr0xqw>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHVARTSMAN, Fabio. **Comissão Externa Desastre de Brumadinho - Audiência Pública.** YouTube, Brasil: TV Câmara, 14 fev. 2019. f. Disponível em: <<https://youtu.be/Z9tm7fOQFBQ>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho e Outras Barragens. Relatório.** Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2246&tp=4>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana:** a história do maior desastre ambiental do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIANI, Luciano. **Bate-papo ao vivo:** Karel Luketic recebe Luciano Siani, CFO da Vale. YouTube: XP Investimentos, 29 ago. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/m5-ej148wiw>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SMITH, Adam. **Teoria dos Sentimentos Morais.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SMITH, Adam. **A mão invisível.** São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2013.

SÓFOCLES. **Édipo Rei - Antígona.** São Paulo: Martin Claret Editora, 2007.

SOUZA, Tânia Maria Ferreira De. Onde o sol nunca brilha: investimentos britânicos e mudança tecnológica nas minas de Gongo Soco, Passagem e Morro Velho. In: CEDEPLAR (org.). **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira.** Belo Horizonte: Universidade

Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em:

<<https://ideas.repec.org/h/cdp/diam04/200449.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. a.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. b.

SOUZA, Nayara. Vale ignora indígenas e quilombolas atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho. **Notícia Preta**, online, 27 ago. 2021. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/vale-ignora-indigenas-e-quilombolas-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-em-brumadinho/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Aécio pediu auditoria em 2014 para justificar derrota em MG, diz Toffoli. **UOL**, online, 13 fev. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/31/aecio-pediu-auditoria-em-2014-para-justificar-derrota-em-mg-diz-toffoli.htm>> Acesso em: 10 ago. 2022.

TRINDADE, Wanderson. Entenda a polêmica envolvendo Bettina Rudolph, suposta milionária de 22 anos do YouTube. **O Povo**, online, 18 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/03/18/entenda-polemica-com-bettina-rudolph--milionaria-de-22-anos-do-youtube.html>> Acesso em: 11 ago. 2022.

TROCATÉ, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio**: o problema mineral brasileiro. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

UOL. Elon Musk: Qualquer um pode trabalhar para pagar R\$ 466 mil e ir a Marte. **UOL Economia**, online, 19 abr. 2022. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/19/elon-musk-qualquer-um-pode-trabalhar-para-pagar-r-466-mil-e-ir-a-marte.htm>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Nossa História**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Documents/Vale_Livro_Nossa_Historia.zip> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Remuneração dos Administradores**. 2013. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/corporate-governance/notices-minutes-corporate-documents/MinutesCorporateDocs/17_Formulario_deReferencia_-_Item_13_revisado_p.pdf> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Currículo Murilo Ferreira**. 2015. a. Disponível em: <http://www.vale.com/pt/aboutvale/leadership/documents/perfilcompleto/mai-15/cv_murilo_ferreira_port_mai_2015.pdf> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Nota sobre acidente na Samarco.** 10 nov. 2015. b. Disponível em:
<<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/nota-acidente-samarco.aspx>>
Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Do total de rejeitos depositados pela Samarco em Fundão nos últimos 3 anos, Vale é responsável por apenas 5%: entenda como é o processo.** 1 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.vale.com/samarco/PT/Paginas/total-rejeitos-depositados-samarco-fundao-ultimos-3-anos-vale-responsavel-apenas-5-porcento.aspx>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Nova Governança.** 2017. a. Disponível em:
<<http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/RI/nova-governanca.aspx>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Vale informa sobre conversão das ações preferenciais remanescentes.** 18 ago. 2017. b. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/press-releases/Paginas/Fato-relevante-Vale-informa-sobre-conversao-das-acoes-preferenciais-remanescentes.aspx>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Política de Remuneração Diretoria Executiva.** 2019. Disponível em:
<http://www.vale.com/brasil/PT/suppliers/code_conduct/Documents/POL-0027-G-Política de Remuneração Diretoria Executiva_P.PDF> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Governança - Remuneração.** 2020. Disponível em:
<<http://www.vale.com/esg/SiteAssets/esg/html/remuneracao.html>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Remuneração.** 2021. Disponível em:
<<http://www.vale.com/esg/pt/Paginas/Remuneracao.aspx>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Liderança.** 2022. a. Disponível em:
<<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/leadership/paginas/default.aspx>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VALE. **Territórios Evacuados.** 2022. b. Disponível em:
<<http://www.vale.com/esg/pt/Paginas/TerritoriosImpactados.aspx>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VAZ, Tatiana. Governo quer Murilo Ferreira fora da Vale, diz jornal. **Exame**, online, 10 out. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/governo-quer-murilo-ferreira-fora-do-comando-da-vale-diz-g1-2/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>> Acesso em: 12 ago. 2022.

VESCOVI, Ricardo; FERREIRA, Murilo; MACKENZIE, Andrew. **Coletiva de imprensa: BHP Billiton, Samarco e Vale.** YouTube, Brasil: Samarco Mineração, 13 nov. 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/QOw3IBR4sAo>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VIANA, Natalia; AMARAL, Marina. Amorim: a pedra no meio do caminho. **Agência Pública**, online, 18 ago. 2011. Disponível em: <<https://apublica.org/2011/08/amorim-a-pedra-no-meio-do-caminho/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZANELLO, Valeska et al. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas**, online, v. 30, n. 2, e86991, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286991>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, online, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>> Acesso em: 10 ago. 2022.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXOS

ANEXO 1 – Legenda de Transcrição

SINAIS	SIGNIFICADOS
()	Incompreensão de palavras ou segmentos.
(hipótese)	Hipótese do que se ouviu.
(inint)	Ininteligível.
/	Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre).
Maiúscula	Entonação enfática.
:: podendo aumentar para ::: ou mais	Prolongamento de vogal e consoante (como s,r).
-	Silabação.
?	Interrogação.
...	Qualquer pausa.
((minúscula))	Comentários descritivos transcritor.
-- --	Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático.
ligando as linhas	Superposição, simultaneidade de vozes.
(...)	Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.
“ ”	Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação.

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por está: tá? você está brava?)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa)
6. Não se anota o cadenciamento da frase.
7. podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::... (alongamento e pausa).
8. Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto- e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

Fonte: PRETI, Dino. Entre o oral e o escrito: a transcrição de gravações. In: PRETI, D. (Org.) **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009. p. 305-316.

ANEXO 2 – V1: Entrevista Murilo Ferreira (É Notícia - RedeTv)

Título: “O governo tem de se preocupar, sim”, diz presidente da Vale sobre diretrizes da empresa

Canal: CEV Fono

Data de Exibição: 29 ago 2011

Data de Publicação: 07 jun 2013

Duração: 4min08s

Interlocutores: Murilo Ferreira e Kennedy Alencar

Link Original YouTube: <https://youtu.be/CgI550PnB9g>



TRANSCRIÇÃO – V1

- 1 **Murilo Ferreira** - éh... eu tenho uma preocupação muito grande... e todos sa/... que estão na Vale
- 2 sabem que eu estou há cem dias numa jornada em favor -- por exemplo -- da segurança do trabalho...
- 3 eu acho inadmissível que uma pessoa saia de casa pela manhã e não retorne ao fim da tarde... porque
- 4 ela foi pro hospital ou ainda aconteceu uma fatalidade... então eu acho que nós temos que nos
- 5 preocupar sim... o governo tem que se preocupar sim... pra saber se aquela empresa está agindo
- 6 como uma empresa cidadã ((corte na edição original)) olha... éh... eu tenho alguns alvos na minha
- 7 gestão... primeiro é trazer um bom retorno aos acionistas... segundo ser a empresa campeã mundial
- 8 em sustentabilidade... terceiro ter um bom clima organizacional... eu não sei em que medida isso
- 9 vai em conflito com o governo... se eu tiver uma alta rentabilidade... o governo vai arrecadar mais
- 10 em impostos... em royalties e tudo mais...
- 11 **Kennedy Alencar** - os acionistas vão ficar satisfeitos...
- 12 **Murilo Ferreira** - e mais... o melhor... a parte mais virtuosa... esses recursos esses acionistas vão
- 13 ficar tão satisfeitos que eles não vão pedir mais dividendos... eles vão pedir para investir em outro
- 14 projeto gerando mais oportunidades... gerando novos empregos... por exemplo... Moçambique onde
- 15 acabamos de construir uma mina de carvão -- que já chamamos a duplicação -- onde nós vamos
- 16 fazer uma ferrovia... onde a gente vai fazer um porto de água profunda... onde a gente vai fa/...
- 17 estamos cedendo os direitos pra fazer uma termoeletrica... onde nós pensamos em ter um projeto
- 18 de potássio... você viu quantas iniciativas que eu te falei?
- 19 **Kennedy Alencar** - diferentes né?
- 20 **Murilo Ferreira** - e num país como Moçambique... a Guiné... Kennedy... que é um país de PRO-
- 21 FUN-DA pobreza... um país que tá realmente precisando da motivação dos investidores externos...
- 22 mas que tem uma riqueza mineral importante... e nós estamos em tratativas pra participar do
- 23 desenvolvimento mineral daquele país... República Democrática do Congo -- que ainda tem uma
- 24 certa instabilidade política -- mas eu acho que é uma oportunidade também mara/...vilhosa... o
- 25 Malawi -- que é um país que está dentro da África... portanto sem saída para o mar -- mas que a
- 26 gente vai procurar oportunidades... então... eu acho que nós temos a... o benefício de procurar
- 27 desenvolver nosso negócio visando o retorno ao nosso acionista e participar EXTENSIVAMENTE
- 28 de um processo melhor para aquela comunidade...
- 29 **Kennedy Alencar** - Murilo... o governo está elaborando um novo marco regulatório da mineração...
- 30 que deve ter novas regras para a cobrança de royalties das empresas... há o argumento que em
- 31 comparação a outros países e com a indústria do petróleo... o setor de mineração do país pagaria
- 32 pouco em royalties... qual a sua opinião sobre esse assunto Murilo?
- 33 **Murilo Ferreira** - eu acho que você deve ver a tributação total do Brasil... e vamos comparar
- 34 especialmente com Austrália... Canadá... África do Sul... países tradicionalmente com mineração
- 35 muito forte... hoje nossa tributação total já é maior que desses países...
- 36 **Kennedy Alencar** - esse argumento está errado... então?
- 37 **Murilo Ferreira** - esse argumento não está certo... eu tenho todos os dados na minha mão feito por
- 38 empresas internacionais com a confirmação de empresas nacionais... nossa tributação total é
- 39 maior... então... nesse momento em que tá havendo uma grande demanda pela mineração... eu não
- 40 tô falando na Vale... porque a Vale é uma grande empresa... agora empresas médias... empresas

41 pequenas... empresas que estão começando agora... elas podem ficar muito desestimuladas... se isso
42 acontecer... eu acredito no entanto que o governo estará preocupado com a competitividade da
43 indústria de mineração... eu sou muito confiante em relação a esse aspecto... eu tenho certeza que
44 a presidenta Dilma é sensível a essa competitividade ser mantida...

45 **Kennedy Alencar** - na sua opinião... a tributação deveria ser mantida como está ou até reduzida?

46 **Murilo Ferreira** - não... eu acho que a tributação... o principal problema que nós temos hoje é a
47 complexidade... você vê a questão dos royalties... a legislação é muito confusa... eu acho que nós
48 precisávamos ter alguns esclarecimentos... alguns normativos para dar toda clareza que o caso
49 merece...

ANEXO 3 – V2: Entrevista Murilo Ferreira (YouTube Kennedy Alencar)

Título: "10 perguntas" para Murilo Ferreira - Pergunta 2

Canal: Kennedy Alencar

Data de Exibição: 15 dez 2013

Data de Publicação: 15 dez 2013

Duração: 1min57s

Interlocutores: Murilo Ferreira e Kennedy Alencar

Link Original YouTube: <https://youtu.be/IOiwsOZ4OVg>



TRANSCRIÇÃO – V2

- 1 **Kennedy Alencar** - Murilo... na questão da competição com outras mineradoras... ah... a Vale... ela
- 2 tem uma fatia expressiva... éh... do mercado... ela é a líder no mercado brasileiro... mas as
- 3 competidoras têm aumentado a fatia delas... isso se deve ao quê?... a dificuldades ambientais... a
- 4 Vale... é internacionalização da Vale como você falou... é um projeto em Moçambique... que que
- 5 está acontecendo no mercado brasileiro?
- 6 **Murilo Ferreira** - bem... éh... a Vale cresceu muito em outros negócios... ela não tinha em 2006... o
- 7 negócio de níquel... ela não tinha o negócio de carvão metalúrgico e não tinha fertilizantes... então
- 8 a Vale priorizou na gestão passada diversificação... éh:: com isso e por também por restrições ou
- 9 demora na obtenção de licenças ambientais... o que aconteceu especialmente com minério de
- 10 ferro... foi uma demora na obtenção dessas licenças e isso com o impacto também na
- 11 implementação dos volumes que nós precisávamos atingir para manter o mesmo marketshare...
- 12 **Kennedy Alencar** - Tá::... tá mais difícil mesmo obter licença ambiental então?
- 13 **Murilo Ferreira** - eu a considero que em todo lugar do mundo está muito mais difícil... o importante
- 14 é você ter um bom diálogo com as autoridades para que você possa superar essas dificuldades...
- 15 nós obtivemos o ano passado... ah:: a primeira licença ambiental na Serra Norte... éh... desde 2002
- 16 e... quer dizer que este ano já está produzindo quase 40 milhões de toneladas -- consideramos isso
- 17 um ato extremamente positivo -- e também na serra sul no S11D... nós construí/... estamos fazendo
- 18 um projeto dessa dimensão e temos todas as licenças... as licenças para a ferrovia... para o porto...
- 19 para a mina
- 20 **Kennedy Alencar** - a Serra Norte e essa Serra Sul ficam em que estado?... ficam onde?
- 21 **Murilo Ferreira** - no estado do Pará

ANEXO 4 - V3: Entrevista Murilo Ferreira (YouTube Kennedy Alencar)

Título Original: “10 Perguntas” para Murilo Ferreira - pergunta 8

Canal: Kennedy Alencar

Data de Exibição: 15 dez. 2013

Data de Publicação do Vídeo: 15 dez. 2013

Duração: 1min38s

Interlocutores: Murilo Ferreira e Kennedy Alencar

Link Original YouTube: <https://youtu.be/yWGZStL4LnM>



TRANSCRIÇÃO – V3

- 1 **Kennedy Alencar** - Murilo... falar um pouquinho do Novo Código de Mineração que está em
- 2 tramitação no Congresso... há uma discussão lá... que se mudar a cobrança daquele tibu/... tributo
- 3 -- que é a compensação financeira pela exploração mineral... né? -- isso/... com essa mudança o
- 4 governo espera arrecadar cerca de quatro bilhões por ano... hoje arrecada quase dois... há uma
- 5 crítica de setores do governo de que as mineradoras deveriam pagar mais impostos... -- pergunto
- 6 para o senhor -- as mineradoras deveriam pagar mais impostos?... éh... porque elas exploram o
- 7 recurso que não é renovável e que tem um impacto ambiental forte
- 8 **Murilo Ferreira** - as mineradoras deverão pagar tanto quanto a sua competitividade não seja
- 9 prejudicada... de modo geral nos últimos anos -- no superciclo -- muitos países aumentaram essa
- 10 taxa mineral... outros ficaram pendentes de aumentar... ficaram em discussões... agora... aqueles
- 11 que já aumentaram -- por exemplo como Austrália -- já estão revisando pra baixo... porque eles
- 12 perceberam que outros países poderiam ficar mais interessantes pra investimento... nós temos é que
- 13 ter muito mais flexibilidade porque o mundo de hoje é um mundo competitivo... à medida que cê
- 14 tá tomando hoje... ela reflete no Canadá hoje à tarde e... cê pode ter certeza que existem contra-
- 15 medidas... nós acharmos que nós tamos isolados do mundo e que qualquer medida fiscal que será
- 16 tomada preservará a competitividade de nossas empresas... as pessoas estão profundamente
- 17 equivocadas

ANEXO 5 - V4: Entrevista Murilo Ferreira (Entrevista da Semana - SBT)

Título Original: Kennedy Alencar entrevista o presidente da Vale

Canal: SBT News

Data da Exibição Original: 15 dez. 2014

Data de Publicação do Vídeo: 15 dez. 2014

Duração: 28 min

Interlocutores: Murilo Ferreira e Kennedy Alencar

Link Original YouTube: <https://youtu.be/6kshEBvMhGo>



TRANSCRIÇÃO – V4

- 1 Início da transcrição – (19s)
- 2 **Kennedy Alencar** - Murilo... queria começar falando da Vale... ela tá com o plano de investimentos
- 3 para 2015 de dez bilhões de dólares... na sua gestão a Vale concentrou um foco maior no Brasil e
- 4 reduziu um pouco a presença internacional dela... apesar de ter uma presença internacional muito
- 5 extensa... o caminho da Vale continua/... vai continuar ser priorizar o Brasil... como é que você está
- 6 vendo a vale no próximo os próximos anos Murilo?
- 7 **Murilo Ferreira** - bem... o Brasil é a nossa casa... então é natural que a gente tenha um nível de
- 8 investimento sempre muito alto aqui no Brasil... e afora isso nós estamos fazendo o maior projeto
- 9 de nossa história no norte do Brasil... na Serra Sul de Carajás... mas nós não podemos esquecer que
- 10 está quase pronto para 2015 o maior projeto da África... e esse projeto a Vale é acionista... éh...
- 11 hoje... até pouca/... até semana passada era a única acionista... agora com/... vieram os japoneses da
- 12 Mitsui e se juntaram a nós...
- 13 **Kennedy Alencar** - (...) que já são sócios na Vale aqui no Brasil...
- 14 **Murilo Ferreira** - que já são sócios aqui no Brasil... pra você ter uma ideia... só a ferrovia em
- 15 Moçambique são novecentos e doze quilômetros... e atravessa um país -- sai de Moçambique
- 16 atravessa o Malawi e volta para Moçambique até o Porto de Águas Profundas de Malawi -- então
- 17 é natural que nós tenhamos um maior investimento no Brasil... mas nós estamos em muitos outros
- 18 países como Canadá... Moçambique... estamos no território da Nova Caledônia... estamos na
- 19 Indonésia... estamos em trinta e um países
- 20 **Kennedy Alencar** - você gosta muito da África... a África ainda -- pro empresário brasileiro -- é um
- 21 mercado promissor? digo o Brasil deveria investir mais lá? você tem notado uma certa retração dos
- 22 brasileiros em relação à África?
- 23 **Murilo Ferreira** - existe uma retração de investimentos na África especialmente pelos europeus...
- 24 oriundo da crise que eles estão vivendo... então o ritmo... éh... de investimento foi reduzido... e
- 25 também dos chineses que estavam com muita ansiedade sobre alguns países africanos... e hoje -- já
- 26 sob o governo Xi Jinping -- o nível de investimento foi reduzido...
- 27 **Kennedy Alencar** - para o empresário brasileiro você acha uma boa e ir para a África? ou você não
- 28 aconselharia éh... uma maior expansão lá?
- 29 **Murilo Ferreira** - existem muitas Áfricas... éh... eu acredito que você -- para entrar na África -- você
- 30 precisa averiguar culturalmente o país que tem a melhor aderência à empresa... aos seus negócios...
- 31 ao seu posicionamento ético... aquilo que você deseja fazer... não devemos confundir -- como os
- 32 europeus fizeram -- éh... no século passado... no século dezenove... achando que era uma África
- 33 só... e isso foi um grande equívoco...
- 34 **Kennedy Alencar** - Murilo... nas... estimativas da Vale para o próximo ano está previsto aumentar
- 35 o minério de ferro -- a China é a grande compradora de minério de ferro do Brasil e da Vale -- como
- 36 é que tá a previsão de encomendas chinesas para 2015?... tem muita gente -- e você é um especialista
- 37 na China por dever profissional... você conhece bastante China e também Japão e Ásia - - mas
- 38 especificamente da China... qual a perspectiva de compra... éh... de minério brasileiro?
- 39 **Murilo Ferreira** - nós acreditamos que assim como esse ano... em 2014 nós deveremos bater o
- 40 recorde de vendas pra China... o ano que vem será um novo recorde... a China continua não sendo

41 problema para o mercado de aço/... para o mercado de minério de ferro... a economia global é que
 42 nos preocupa... nós temos uma Europa anêmica -- inclusive a Alemanha não está apresentando o
 43 mesmo número que ela apresentava -- nos Estados Unidos o setor privado vai bem... mas o setor
 44 público não tão bem... inclusive nos dois últimos anos do governo Obama nós vamos ter uma
 45 separação entre o poder legislativo e executivo -- entre os republicanos e os democratas -- o
 46 endividamento... o déficit público crescente... e... é... temos alguns países... é... da própria Ásia que
 47 não estão com o mesmo vigor dos anos anteriores...

48 **Kennedy Alencar** - Murilo... éh... pela primeira vez desde o ano 2000... o governo brasileiro está
 49 prevendo que a balança comercial vai ter déficit e vai fechar no vermelho ... que as importações
 50 serão maiores do que as exportações -- o minério de ferro é o nosso principal produto de exportação
 51 -- onze vírgula cinco por cento do que a gente exporta é minério de ferro... qual que é o peso é do
 52 minério de ferro pra esse número éh... ruim que nós devemos ter esse ano?... a gente podia ter
 53 exportado mais?... ou o problema não está no minério de ferro está em outros produtos da nossa...
 54 éh... balança/... da nossa pauta de exportações?

55 **Murilo Ferreira** - bem ... o preço do ano passado estava em cento e trinta e cinco dólares... agora
 56 está ao redor de setenta dólares - - portanto quase a metade - - então você fazendo o mesmo volume
 57 até um pouco mais... esse ano nós devemos fazer um pouco mais do que o ano passado... a sua
 58 receita cai quase pela metade... minério de ferro é um produto importantíssimo para a balança
 59 comercial brasileira ... capaz de levar a ... a ... aos generosos superávits que propiciaram essas
 60 reservas brasileiras de trezentos e oitenta bilhões de dólares... eu imagino que de minério de ferro...
 61 dos trezentos e oitenta... cento e quarenta são de minério de ferro... mas também quando o preço
 62 recua... você... éh... percebe claramente na balança comercial os efeitos...

63 (5min33s) – Trecho não selecionado para análise – (8min51s)

64 **Kennedy Alencar** - o Brasil vai crescer pouco neste ano de 2014 -- deve fechar com crescimento
 65 em torno de zero vírgula três por cento... é nada para um país como o Brasil que precisa crescer
 66 bastante... o governo sempre atribui problemas a crise econômica internacional... a oposição já faz
 67 uma crítica mais direcionada a erros da gestão Dilma na economia - - que teria tolerado uma
 68 inflação muito alta... tem feito uma política fiscal frouxa -- éh::... quais são as principais causas na
 69 sua opinião -- como um grande é executivo que é -- dado o baixo crescimento do Brasil?

70 **Murilo Ferreira** - eu acho que nós (...) foi muito bom o período de surgimento do super ciclo com
 71 a vinda da China... nesse período - - que eu chamo das frutas deliciosas e saborosas - - e foi muito
 72 bem aproveitada aqui no Brasil... em termos de divisas... em termos de empregos... em termos de
 73 prosperidade... agora... como economia mundial não cresce mais a quatro por cento - - mas tá
 74 crescendo em torno de três por cento - - é natural que chegassem as frutas mais amargas... e esse/...
 75 nós estamos pagando um preço por isso... mas isso não quer dizer que nós não devemos fazer os
 76 ajustes internos necessários... por exemplo... ajuste fiscal - - que eu acho que há um consenso e é o
 77 primeiro deles - - a reforma política... porque sem a reforma política não virá a tributária... a da
 78 previdência... e outras reformas todas que esse país precisa...

79 **Kennedy Alencar** - Murilo... a previsão do próprio governo federal o crescimento do PIB em 2015
 80 - - que é o produto interno bruto a soma de todas as riquezas produzidas em um ano no país - - é de
 81 zero vírgula oito... é por cento... é... você acha que o ano que vem vai ser um crescimento tão
 82 baixo?... qual é a sua expectativa de crescimento do PIB para a economia brasileira em 2015 e
 83 2016... 2017... dezoito...

84 **Murilo Ferreira** - a minha bola de cristal está quebrada... mas eu posso te dizer o seguinte... que se
 85 o mundo estiver melhor o Brasil vai melhor... eu não vejo possibilidade - - a partir dessa
 86 globalização - - da gente ter um movimento tão favorável com o mercado externo ruim... então
 87 acho que nós temos que navegar... temos que surfar uma onda favorável... e isto -- de novo e repito
 88 -- não intere/... precisamos fazer o nosso exercício de casa... mas só o Brasil fazendo exercícios de
 89 casa não vai dar um crescimento em alta escala como nós precisamos...

90 **Kennedy Alencar** - agora sem a bola de cristal -- pelo que se tem sentido nas suas viagens pelo
 91 mundo -- você que está acompanhando a economia na Inglaterra/... éh:: ops/... nos Estados Unidos...
 92 na Europa... e na Ásia... o mundo vai melhorar ou piorar nos próximos anos... já passou ou não?

93 **Murilo Ferreira** - eu estou muito desanimado com a Europa... bastante desanimado... eu acho que a
 94 Europa continua protelando suas reformas... elas têm... o... o... o cidadão todos têm muitos mais/...
 95 recebem muito mais do estado do que oferecem ao estado... eu não acredito que o modelo de... para

- 96 a Europa de longo prazo -- como ele está -- ele não vai trazer frutos... então o Brasil como tem uma
 97 grande relação de negócio com a Europa... eu fico muito preocupado...
- 98 (11min55s) – Trecho não selecionado para análise – (13min05s)
- 99 **Kennedy Alencar** - ô Murilo... no seu cotidiano como presidente da Vale... quando você tem que
 100 lidar com negócios no Brasil qual é a maior dificuldade que você enfrenta?
- 101 **Murilo Ferreira** - ah::... sem dúvida alguma a complexidade né?... o número de providências em
 102 lugares diferentes que você precisa fazer para desenvolver qualquer tarefa...
- 103 **Kennedy Alencar** - (...) e isso envolve tudo... tributária... legislação... ambiente... negócio... tudo
 104 tudo junto?
- 105 **Murilo Ferreira** - é meu sonho é o Brasil que a gente tivesse aqui o () chinês... onde a gente pudesse
 106 centralizar todas as demandas... onde houvesse um órgão pensante para que você não ficasse... com
 107 cada projeto que você tem... você tão dependente das agências reguladoras... de diversos ministérios
 108 que não se falam.... que não conseguem insti/... chegar a uma resposta única... meu sonho é só um...
 109 um guichê único nesse país... onde você depositava as suas solicitações e tinha uma resposta de um
 110 único veículo...
- 111 (14min05s) – Trecho não analisado diretamente – (19min15s)
- 112 **Kennedy Alencar** - na campanha também Murilo... houve um debate sobre o financiamento... é...
 113 que o Brasil dá a projetos no exterior... o Porto de Mariel em Cuba foi uma coisa emblemática
 114 durante a campanha... a oposição criticando esse tipo de financiamento... dizendo que na verdade
 115 estamos fazendo obras fora do Brasil... o governo argumentando que isso era um financiamento no
 116 crédito... uma exportação na prática... ela era uma exportação de serviços brasileiros de engenharia
 117 e tudo... está fazendo um investimento grande... éh... na África... éh... tem investimentos também
 118 pela... pela América Latina... como é que o senhor avalia essa política de estado de financiar
 119 projetos nos out/... nos demais países da América Latina por exemplo?
- 120 **Murilo Ferreira** - eu não vejo uma reclamação intensa no Brasil quando o JBIC do Japão financia
 121 o metrô de São Paulo... e quando o EXIM da China financia os trens do Rio de Janeiro... isso faz
 122 parte hoje da competitividade global... na hora que você vai com as suas empresas prestadoras de
 123 serviços... fornecedores... você vai com as linhas de crédito acopladas à sua proposta... eu acho
 124 completamente fora de propósito isso... as empresas trabalham junto das instituições financeiras
 125 para chegarem e oferecer as melhores condições... o JBIC cansou de oferecer linha de créditos na
 126 época do... do cerrado brasileiro junto com a JICA japonesa... hoje tem um benefício extraordinário
 127 o cerrado brasileiro -- foi financiado com recursos japoneses -- por que que o Brasil não pode
 128 financiar -- por exemplo Moçambique que é um país que precisa de recursos -- e nós podemos levar
 129 a tecnologia para lá do nosso agronegócio?
- 130 **Kennedy Alencar** - mas faz sentido porque o Brasil tem projeção geopolítica na América Latina e
 131 na África... então dentro de uma é política de internacionalizar as empresas brasileiras... é uma
 132 estratégia acertadíssima né?
- 133 **Murilo Ferreira** - sem dúvida alguma... eu não vejo nenhum problema nisso... é porque o debate
 134 eleitoral contamina toda a racionalidade... nós estamos falando nesse caso de negócios.
- 135 **Kennedy Alencar** - por falar do debate eleitoral também na sua entrevista ao longo do ano... o senhor
 136 falou uma frase muito interessante -- que havia um fla-flu ... é ... que é estimulado por uma política
 137 rancorosa... é... de São Paulo... o senhor tem uma visão muito crítica desse fla-flu - - que a gente
 138 vê mesmo na política entre PT e PSDB -- por exemplo... agora na questão da Petrobrás e foi assim...
 139 éh... na campanha eleitoral... que consequências que esse fla-flu tem trazido ao país Murilo?
- 140 **Murilo Ferreira** - eu acho que é muito ruim... infelizmente... ele está se espalhando pelo Brasil como
 141 um todo... já eu não gosto dessa polarização exercida pelo PSDB e pelo PT em São Paulo... eu
 142 gosto muito das minhas origens mineiras -- e a forma que a política sempre foi levada lá -- mesmo
 143 no momento mais quente como foi a disputa eleitoral há poucos meses... teve aniversário do
 144 presidente do IBRAM -- José Fernando Coura -- e o que que nós vimos lá?... os dois candidatos ao
 145 governo de Minas Gerais estavam convivendo uma festa com diferentes pensamentos e correntes
 146 políticas... aqui em São Paulo isso se tornou impossível... então espero que o Brasil siga o exemplo
 147 de Minas Gerais de uma convivência muito mais amigável...
- 148 **Kennedy Alencar** - Murilo... qual a sua avaliação sobre os efeitos da operação lava-jato sobre a
 149 Petrobrás e as empreiteiras?... isso vai mudar a cultura corporativa do Brasil?... a gente vai ter mais

- 150 transparência mais ética... éh... nos negócios das empresas com o Estado? ... ou você acha que isso
 151 é uma onda que passa... vai ser esquecida e... e... e... sem grandes mudanças significativas?
- 152 **Murilo Ferreira** - eu... eu acho que... primeiro eu acho que é complicado você fazer qualquer
 153 julgamento baseado em manchetes de jornais... nós temos que esperar... verificar com calma quem
 154 são os culpados... o que que acontece.... éh... ô Kennedy... quando eu era menino em Uberaba... eu
 155 já ouvia dizer de casos da construção de Brasília... depois eu ouvi dizer de casos de Itaipu... de
 156 Tucuruí... ouvi dizer de todos esse po/... da ponte Rio-Niterói ... inúmeros casos ... se esse processo
 157 da Lava Jato trouxe o benefício da transparência e do respeito ao dinheiro público para o futuro
 158 será um resultado extraordinário ... e eu espero que esse seja o resultado final... de todo esse
 159 problema.
- 160 **Kennedy Alencar** - Murilo... na sua percepção a corrupção cresceu no Brasil ou o Brasil combate
 161 mais a corrupção agora?... ou é uma mistura das duas coisas?... cresceu a corrupção é ela mais
 162 combatida também?
- 163 **Murilo Ferreira** - eu acho que é mais combatida... eu acho que os problemas/... eu acho que há
 164 muito mais transparência... e eu acho que nós jamais teríamos essa discussão no regime fechado...
 165 (23min56s) – Trecho não analisado diretamente – (25min51s)
- 166 **Kennedy Alencar** - ô Murilo... é se você pudesse é ter um conselho a presidente Dilma ... ou se você
 167 pudesse dizer o que você espera que ela faça no segundo mandato... o que que você diria?
- 168 **Murilo Ferreira** - bem... eu diria que ela vai ter que ter uma equipe de coordenação política muito
 169 eficiente... porque o cenário será sempre muito mais desafiador... e aí eu posso também expressar
 170 um desejo meu né?... eu quero ver as pessoas... as crianças em tempo integral nas escolas... então
 171 eu fiz um pedido de caráter geral na política e um pessoal... eu acho que é necessário para esse país
 172 pra poder ter um futuro muito melhor que as crianças estejam durante todo o período na escola.
- 173 **Kennedy Alencar** - então você acha que o desafio dela é mais na política do que na economia?
- 174 **Murilo Ferreira** - em dúvida alguma... as crises brasileiras elas são sempre oriundas de situação
 175 política... inclusive a crise dos anos oitenta -- que levou aquele regime inflacionário tão grande... o
 176 problema da dívida externa... todo aquele desemprego -- ele era antes de tudo um problema político
- 177 **Kennedy Alencar** - Murilo... chegamos aqui ao final da entrevista tem um pingue pongue e ele
 178 responder se rapidamente o maior desafio do Brasil?
- 179 **Murilo Ferreira** - infraestrutura
- 180 **Kennedy Alencar** - o desafio do planeta?
- 181 **Murilo Ferreira** - ah:: sem dúvida alguma... a redução da desigualdade... com a redução da
 182 desigualdade você inclusive resolve o problema do meio ambiente.
- 183 **Kennedy Alencar** - Marina Silva?
- 184 **Murilo Ferreira** - é uma pessoa que tem uma crença muito forte... e espero que ela consiga ajustar
 185 sua crença as expectativas do Brasil.
- 186 **Kennedy Alencar** - Aécio Neves?
- 187 **Murilo Ferreira** - um homem talentoso -- vindo de uma família de políticos -- que poderá contribuir
 188 fortemente nos próximos tempos brasileiros.
- 189 **Kennedy Alencar** - Dilma Rousseff?
- 190 **Murilo Ferreira** - uma predestinada... uma pessoa focada... e eu acredito que ela quer o melhor para
 191 o Brasil... sempre.

ANEXO 6 – V5: Entrevista Murilo Ferreira (Coletiva De Imprensa - Samarco)

Título Original: Coletiva de imprensa: BHP Billiton, Samarco e Vale - HD

Canal: Samarco Mineração

Data da Entrevista: 11 nov. 2015

Data da Publicação do vídeo: 13 nov. 2015

Duração: 38min35s

Interlocutores: Murilo Ferreira (Vale), Ricardo Vescovi (Samarco), Andrew Mackenzie (BHP Billiton) e Jornalistas

Link Original YouTube: <https://youtu.be/QOw3IBR4sAo>



TRANSCRIÇÃO – V5

1 Início da transcrição – (5min13s)

2 **Murilo Ferreira** - (...) eu gostaria -- inicialmente -- de expressar nossa solidariedade aos
3 moradores de Mariana e nossa consternação pelo que aconteceu na quinta-feira passada... nós
4 lamentamos profundamente a perda de vidas e a incerteza sobre os desaparecidos... uma grande
5 fatalidade... agradecemos o esforço da equipe da Samarco... não sei quantas vezes eu terei que
6 agradecer este esforço extraordinário da equipe da Samarco... do Ricardo... dos seus diretores e
7 toda a equipe -- das cinco mil e duzentas pessoas que trabalham na Samarco -- e tem sido
8 incansável nesse trabalho que eles vêm fazendo... desde o início estivemos ao lado da Samarco...
9 dando todo apoio e assistência necessária... seja com pessoas... equipamentos... máquinas...
10 helicóptero... tudo que foi preciso... e sempre sob a coordenação da Samarco... a Samarco vem
11 liderando esse processo e precisa ser dessa forma... nós não acreditamos no sucesso de qualquer
12 coisa com... com comando múltiplo... o comando da Samarco é fundamental para que as coisas
13 possam correr da melhor forma dentro do ambiente tão... de uma catástrofe tão grande como
14 essa... nós estamos aqui em Minas Gerais... a Samarco trabalhando incessantemente e a Vale e
15 a BHP fazendo o papel dos sócios... ou seja... apoiar no que for preciso... nós podemos e temos
16 feito isso -- desde o primeiro momento -- o nosso amigo e CEO presidente da BHP -- Andrew
17 Mackenzie -- desde o primeiro momento em nossas conversas telefônicas... nossos e-mails...
18 nós trocamos opiniões... nós relatamos fatos -- eu mais perto dos acontecimentos... ele mais
19 distante querendo saber dos detalhes -- isso foi feito de uma forma muito uniforme... uma voz
20 só... por isso que nós os temos aqui... porque nós achávamos... exatamente neste momento em
21 que a gente pudesse colocar a mão nas costas do pessoal da Samarco e dar o ânimo que eles
22 precisam... então é isso que nós estamos fazendo... vamos assumir todos suporte que for
23 necessário... não tenham provas disso... ôu... é... não tenham dúvidas disso... nosso foco são
24 as pessoas... nós precisamos ajudar... reconstruir e apoiar... faremos tudo que estiver ao nosso
25 alcance para diminuir esse sofrimento... essa dor das pessoas... estamos e estaremos sempre ao
26 lado da Samarco e das pessoas de Minas Gerais e do Espírito Santo... e vamos agir com total
27 transparência... isso é fundamental... também estamos trabalhando no que se diz respeito à
28 Samarco no Espírito Santo... porque ela tem uma operação muito importante lá... e nossas
29 próximas ações estarão exatamente em território capixaba... o qual também nós é... estamos
30 expressando a nossa mais profunda solidariedade... então... antes de passar a palavra pro CEO
31 Andrew Mackenzie... eu queria reforçar o nosso ambiente de solidariedade total às pessoas
32 atingidas e aquelas que estão de alguma forma afetadas por tudo isso que aconteceu... dizer do
33 nosso suporte irrestrito e que queremos trabalhar no maior espírito de transparência... para que
34 tudo seja esclarecido de acordo com os fatos que ocorreram... Andrew... por favor.

35 (9min4s) – Trecho não selecionado para análise – (13min42)

36 **Jornalista ((voz feminina e sem imagem))** - eu sou Monica Miranda da Rádio Itatiaia de Belo
37 Horizonte e eu gostaria de fazer uma pergunta para os três presidentes... mesmo ainda sem uma

- 38 apuração... mesmo ainda sem um indício do que pode ter acontecido... vocês... éh...
 39 pessoalmente... acham que... qual que é grau de responsabilidade de cada um e das empresas?
 40 (14min08s) – Trecho não transcrito – (16min09s)
- 41 **Murilo Ferreira** - sobre o assunto das responsabilidades que a senhora comentou... eu acho
 42 que/... aliás/... a senhora já colocou no início da sua pergunta né?... nós consideramos
 43 absolutamente... ainda... o começo das averiguações... estamos com dois técnicos canadenses...
 44 mais um brasileiro... mas estamos pensando em trazer outras equipes pra análise do problema...
 45 então seria precipitação... éh... fazer qualquer comentário a respeito... muito obrigado
 46 (16min40s) – Trecho não transcrito – (18min51s)
- 47 **Jornalista ((homem branco, sem barba e calvo))** – eu gostaria de saber dos dois -- da Vale e
 48 BHP -- se já há alguma mensuração do impacto financeiro deste desastre às duas empresas e por
 49 conta disso... se já há uma reavaliação dos planos e estratégias... investimentos em outras
 50 plantas... inclusive com a possibilidade de demissões por conta do desastre... a partir do impacto
 51 financeiro -- que certamente atingirá as empresas associadas.
 52 (19min15s) – Trecho não transcrito – (20min38s)
- 53 **Murilo Ferreira** - com relação à pergunta aos acionistas... eu pediria ao Andrew que depois me
 54 ajudasse também... eu queria dizer do nosso compromisso... nós temos uma visão de longo prazo
 55 em relação à Samarco... e nós temos muito orgulho disso... por tudo que ela entregou aos seus
 56 acionistas durante todos esses anos... éh... e portanto... o nosso comprometimento é de longo
 57 prazo... agora nós sabemos que esse trabalho agora... é um trabalho coletivo... nós precisamos
 58 estar alinhados com o poder executivo... municipal... estadual... federal... com o poder
 59 legislativo... com o poder judiciário... com a sociedade... éh... civil organizada... dizendo se nós
 60 temos este alinhamento -- ou não - - em relação ao futuro... né?... mas esse é o nosso
 61 pensamento... o nosso pensamento é que a Samarco continue... que a Samarco vá em frente...
 62 que a gente consiga apurar as causas... que a gente procure entender tudo -- no seu devido tempo
 63 -- com toda suficiência... com o maior nível de informação... mas a decisão não será uma decisão
 64 -- a meu ver -- da Vale e da BHP... somente... agrega-se a isso todos esses/... outras éh... éh...
 65 éh... importantes stakeholders
 66 (22min) – Trecho não transcrito – (23min10s)
- 67 **Murilo Ferreira** - as reuniões do conselho de administração nos próximos meses ocorrerão duas
 68 vezes por semana... e eu terei o contato semanal com o Andrew -- via... éh... videoconferência -
 69 - para que a gente possa fazer os alinhamentos necessários... éh... eu não tenho qualquer
 70 estimativa a fazer nesse momento... né?... portanto... nós estabelecemos os procedimentos para
 71 que isso aconteça/... éh... se dê/... éh... com relação à experiência em relação ao tempo necessário
 72 para tudo isso... olha... seria também comparar laranja com banana... pois as situações diferem
 73 muito... em situações de terreno... em situações de clima... em relação de estabilidade do solo...
 74 em relação à possibilidade de ventos externos... então... éh... éh... é muito difícil você comparar
 75 situações assim... apesar de a gente estar em países tão diferentes quanto Canadá... Indonésia...
 76 Nova Caledônia... e muitos outros... Moçambique... nós não poderíamos estabelecer uma
 77 comparação... obrigado pela sua pergunta
 78 (24min20s) – Trecho não selecionado para análise – (25min10s)
- 79 **Jornalista ((homem branco, cabelos e barba castanho escuro e sotaque estrangeiro))** –
 80 Steven... éh... Steven da Reuters... tudo bem?... eu tenho uma pergunta para senhor Murilo
 81 Ferreira... ah... gostaria de saber por que demorou tanto tempo para fazer uma coletiva... ah...
 82 para fazer/... para falar para o país sobre o acidente... para ter responsabilidade deste acidente...
 83 obrigado
- 84 **Murilo Ferreira** - desde o primeiro momento -- e está aqui o presidente Ricardo que pode fazer
 85 considerações adicionais -- éh... ainda não tinha acontecido às cinco horas da tarde do dia... da
 86 quinta-feira passada... quando eu tive o primeiro contato com ele... assim como... éh... na mesma
 87 noite daquele dia com o Andrew... uma coisa precisa ficar muito clara... eu já disse
 88 anteriormente... eu fiz visitas aqui... mas eu não preciso fazer visitas... eu queria estar aqui nesse
 89 momento para dizer do meu alinhamento completo com a BHP... então... todas as palavras que
 90 foram ditas aqui pelo Andrew... eu subscrevo... eu estou/... nós estamos completamente
 91 alinhados... mas nós não gostaríamos de vir aqui dar uma entrevista como uma parte da B/...
 92 do/... do/... do/... da Samarco... a Samarco não é uma parte da Vale... a Samarco é uma empresa

93 independente... que tem a sua governança própria... que todas as suas determinações são dadas
94 pelo éh... éh... éh... conselho de administração... presidente Ricardo está aqui ... eu estou na Vale
95 há quatro anos ... eu NUNCA liguei para o Ricardo para dar uma orientação... ainda que fosse a
96 mais simples possível... tudo isso é feito pela:... é/... pelo conselho de administração -- que é o
97 canal apropriado -- neste momento de emergência nós nos fizemos presentes... tanto na noite do
98 eve/... do dia/... na noite do evento... nos dias subsequentes... eu vim aqui na/... no sábado... nós
99 tivemos com os funcionários da Samarco... tivemos com o pessoal da Vale -- que já estava aqui
100 -- as pessoas comprometidas... e fizemos nosso esforço -- não para demonstrar que a Vale estava
101 aqui -- mas ajudar... um posicionamento nosso de solidariedade em relação a esse drama que
102 está vivendo a Samarco
103 (27min26s) – Trecho não selecionado para análise – (34min22s)
104 **Jornalista ((homem branco, jovem, cabelos e barba castanhos)** – da Vale e da... BHP... eu
105 gostaria de saber quais aportes financeiros foram dados até este momento para ajudar a mitigar
106 essa situação?
107 (34min33s) – Trecho não selecionado para análise – (35min26s)
108 **Murilo Ferreira** - éh... com relação aos aportes financeiros... como eu informei a vocês... o
109 conselho vai passar a se reunir duas vezes por semana -- e cabe a partir de pareceres feitos pela
110 diretoria executiva da Samarco -- analisar a necessidades que possam cobrir... éh... durante os
111 próximos tempos
112 (35min45s) – Trecho não selecionado para análise – (38min24s)
113 **Murilo Ferreira** - o... o... o fundo está sendo discutido com o Ministério Público... para definir o
114 valor... e isso será rapidamente definido

ANEXO 7 – V6: Entrevista Fabio Schvartsman (Live – YouTube Empiricus)

Título Original: Felipe Miranda conversa com Fabio Schvartsman, CEO da Vale | Empiricus Research

Canal: Empiricus

Data da Entrevista: 30 jul. 2017

Data de Publicação do vídeo: 30 jul. 2017

Duração: 13min 45s

Interlocutores: Fabio Schvartsman e Felipe Miranda

Link Original YouTube: <https://youtu.be/Uvnp4kEII1s>



TRANSCRIÇÃO – V6

- 1 **Felipe Miranda** - olá pessoal... eu sou o Felipe Miranda... eu trabalho aqui na Empiricus... um prazer
- 2 enorme estar aqui com o Fábio Schvartsman... éh... CEO da Vale... um momento muito especial da
- 3 companhia... assim... pode parecer sempre meio protocolar fazer esse agradecimento... essa
- 4 apresentação -- mas é de fato uma coisa genuína né? -- um dos melhores CEOs do Brasil e:: uma
- 5 honra para a gente tê-lo aqui no estúdio... acho que todos os acionistas da Vale deveriam também...
- 6 de algum/... de alguma instância... se sentirem honrados de ter uma pessoa dessa qualidade tocando
- 7 a companhia... e também como cidadão né? porque a vale é uma empresa que faz diferença... não
- 8 só no mercado de capitais... mas também é uma empresa que pode fazer a diferença -- uma empresa
- 9 desse tamanho né? -- de fazer a diferença pro Brasil... então... realmente é um dia muito especial
- 10 pra gente... eu falo isso de... de coração mesmo... muito obrigado Fábio -- por que... que a gente
- 11 trouxe ele aqui neste momento? -- basicamente, está sendo deliberada a conversão de ações
- 12 preferenciais em ordinárias da companhia... um passo que pode ser muito importante pra Vale e um
- 13 passo que eu acho que você -- como acionista... como participante do mercado de capitais -- precisa
- 14 acompanhar de perto... eu vou deixar o Fábio falar primeiro o que representa essa conversão e
- 15 depois eu dou minha opinião... o que eu acho que pode ser uma recomendação para você
- 16 **Fabio Schvartsman** - muito obrigado por/... pelo convite... é um prazer estar aqui com você e... e...
- 17 enfim... estar usando essas novas mídias para conseguir se comunicar né?... com os nossos
- 18 acionistas -- o que eu agradeço muito -- de fato nós vivemos um momento muito importante na
- 19 Vale... e... vocês sabem que eu estou há muito pouco tempo na companhia -- um pouco mais de
- 20 dois meses -- e existe um momento decisivo pra companhia... pra tudo o que vai acontecer no
- 21 futuro... e isso... éh... essa conversão de ações que tem uma data final no dia... no próximo dia onze
- 22 de agosto... éh... por que essa conversão de ações é tão importante? ((pausa)) senhores... a... a... a
- 23 Vale é a maior e quiçá a... a... a melhor empresa brasileira... tem seguramente uma enorme base
- 24 acionária e ainda é uma empresa que tem uma estrutura de capital dividida em ações ordinárias e
- 25 preferenciais... que é uma coisa antiga que não está de acordo com as necessidades de governança
- 26 do mundo de hoje... portanto faz com que a/... por si só isso seja um passo modernizante muito
- 27 relevante para a companhia... no caso da vale tem um fator adicional de extrema relevância... a
- 28 Vale foi privatizada há alguns anos atrás e::... nessa estrutura pós-privatização... ainda existe uma
- 29 participação estatal muito grande... ah... que acaba obviamente alavancando a influência de estado
- 30 na gestão da companhia... e... e isso nós vimos diversos exemplos infelizes que aconteceram
- 31 recentemente no Brasil que tem um potencial terrível de destruição de valor... de... e de destruição
- 32 da empresa... e... e na verdade... se nós promovermos essa conversão maciçamente - - agora no dia
- 33 onze de agosto - - o que vai acontecer é que nós vamos diluir os... o atual grupo de controle pra
- 34 baixo do controle... pra baixo da posição de controle... reduzindo de maneira dramática a influência
- 35 de governo na gestão da companhia... então é -- pra mim -- um passo da mais... éh... da maior
- 36 relevância/... da maior importância pra éh:: ... nesse meu início de mandato... que vai me ajudar
- 37 enormemente a... a:: construir um valor dessa companhia PRÁ vocês e... e... enfim... pra tudo o que
- 38 a Vale representa para o país a partir desse ponto... então éh... éh... esse é o momento que eu estou
- 39 muito feliz em ter essa oportunidade de...

40 **Felipe Miranda** - (...) eu não tenho dúvida de que é um passo acertadíssimo para a companhia... se
 41 eu puder dar uma recomendação aos acionistas da Vale seria em favor da conversão... e não é
 42 porque o Fábio está aqui... pelo contrário esse encontro foi motivado por algo que a gente já havia
 43 previamente éh... sugerido né? para os nossos leitores né? que é justamente procurar sua corretora...
 44 procurar informações -- todas as corretoras estão preparadíssimas para fazer a conversão -- e aqui...
 45 éh:... a gente está... éh:... recomendando favoravelmente a esse passo... que muda por completo a
 46 governança da companhia... se você pegar vários outros exemplos na história da bolsa em que
 47 houve essa conversão... essa conversão no momento subsequente você observa já no curto prazo
 48 uma apreciação das ações... então eu acho que vai ser bom para você -- pragmaticamente -- essa
 49 mudança... e também no caso da Vale... ain/... esse efeito... no meu entendimento tende a ser ainda
 50 maior do que é na média -- na média ele já é significativo -- e no caso de vale tende a ser maior...
 51 por quê? éh... pra gente dar um passo na direção da real privatização da Vale... evitar que a gente
 52 retome os fantasmas do passado né? e ver essa companhia sofrendo ingerência política e sofrendo
 53 interferências de pessoas que não necessariamente estão alinhadas à maximização de valor de longo
 54 prazo para a companhia... e como o senhor tem sentido... éh... nas conversas por aí... o tanto que
 55 vai converter... não vai converter... se a gente vai atingir essa/... o quórum mínimo para essa
 56 conversão... não vai?... qual a sensibilidade que o senhor a esse respeito dentro... obviamente... do
 57 que o senhor puder falar

58 **Fabio Schvartsman** - olha... nós tivemos uma assembleia que originou esse processo... foi
 59 aproximadamente um mês atrás... e o resultado dessa assembleia foi muito favorável... nós tivemos
 60 uma fortíssima adesão da ordem de setenta por cento de todos os acionistas apoiando e votando
 61 favoravelmente à conversão -- o que já é... per si... uma indicação muito sólida de apoio ao processo
 62 -- entanto... a gente sempre estava em dúvida éh:... de como é que seria a adesão das pessoas físicas
 63 -- dada a dificuldade das próprias pessoas compreenderem o momento e entenderem a importância
 64 desse movimento -- e também a questão dos fundos passivos... dos fundos índices... e esses fundos
 65 -- pela sua própria natureza -- são passivos... eles não costumam tomar uma atitude de "vou lá e
 66 vou ativamente converter minhas ações"... então a gente tava... parece que está indo bem... mas não
 67 adian/... não tinha/... não dava para comemorar a vitória não...

68 **Felipe Miranda** -- (...) não era jogo ganho

69 **Fabio Schvartsman** - éh... não era jogo ganho... daí o esforço enorme que está sendo feito e a... e a
 70 notícia muito agradável que eu tenho pra dividir com vocês é que... nos contatos que temos feito
 71 com todos os principais fundos passivos... aparentemente todos os fundos aderiram... ou seja...
 72 todos os fundos passivos converteram as suas ações... eh... além disso a... há uma avalanche de
 73 pessoas físicas indo na direção da conversão... o que:... o que torna a conversão ah... muito
 74 provavelmente um sucesso... e aliás... reforço inclusive para todos a necessidade de converter...
 75 porque agora não se trata apenas de fazer a operação ser bem sucedida... que era um... um bem em
 76 si mesmo... mas também agora é uma proteção para os nossos acionistas... porque na verdade a... a
 77 conversão não é obrigatória -- ou seja quem não quiser converter vai ficar na classe de ações em
 78 que está -- mas eu... eu chamo a atenção pra vocês que se houver uma migração massiva co/...
 79 maciça como nós estamos esperando... isso poderá reduzir muito a liquidez da ah... ah... ah... da
 80 classe de ações preferenciais... prejudicando quem ficar nessa classe... então eu acho éh... éh... eu
 81 acho que é justo e correto que a gente fale... "olha, tem um motivo adicional agora... vocês não
 82 devem ficar para trás"... porque se ficar para trás... as ações vão... as suas ações vão acabar perdendo
 83 valor...

84 **Felipe Miranda** -- (...) não tem outro caminho... não tem volta... essa é uma questão que ou a gente
 85 faz agora ou a gente não faz... e é:... por larga vantagem... o caminho a gente faz é muito mais
 86 favorável do que o não faz... à parte desta questão... que é fundamental... que a gente está aqui
 87 propondo... sugerindo que as pessoas façam a conversão -- que é certamente o caminho mais
 88 adequado -- como o senhor vê a companhia? O senhor chegou faz pouco tempo... éh... qual a sua
 89 visão hoje e como a gente pode enxergar a Vale daqui para frente?

90 **Fabio Schvartsman** - bom... a Vale é uma empresa excepcional... principalmente devido a
 91 excepcio/... ao quão excepcional é sua base de minério de ferro... a operação de minério da... de
 92 minério de ferro da Vale é a melhor do mundo... é a única que é totalmente integrada... que tem
 93 mina... tem ferrovia... tem porto... tem navio... ou seja é: um... éh:... é um mineroduto daqui até a
 94 China... que é uma coisa extraordinária e que leva a:... a:... a custos muito competitivos... a Vale

- 95 é uma campeã... nesse negócio de minério de ferro... ocorre é... é... que é meu pensamento que a
 96 gente precisa construir o futuro também... a gente não pode fazer uma aposta num cavalo só né?...
 97 aposta em um cavalo só... um dia ele quebra a perna e você faz o quê? e isso significa que a Vale
 98 precisa ter outras alternativas... porém... e o que é fundamental... uma alocação correta de capital...
 99 ou seja... uma preocupação que eu tenho -- e que eu estou aprofundando essa visão dentro da Vale
 100 desde o meu primeiro dia lá -- é que nós temos que ser extremamente responsáveis na alocação de
 101 capital da Vale... só colocando recursos aonde existe a chance de se fazer um bom retorno... parar
 102 de colocar recursos em sonhos que não/... que fogem da realidade atual... você precisa fazer negócio
 103 que se justifique na conjuntura atual... óbvio se a conjuntura futura for melhor... melhor ainda será...
- 104 **Felipe Miranda** – (...) claro... ((Risos))
- 105 **Fabio Schwartsman** – (...) mas não continuar apostando como se não houvesse outra alternativa em
 106 continuar investindo em cenários não muito previsíveis de preço... pensando que os preços sobem
 107 e consequentemente isso se desviabiliza... não é verdade... nós estamos agora claramente indicando
 108 que na Vale todos os sites... **todas as suas minas... todos os seus negócios... vão ter que se**
 109 **aguentar com as suas próprias pernas... parar com subsídio cruzado** -- não tem essa história
 110 do minério de ferro pagar a conta de ninguém... minério de ferro paga suas próprias contas -- **e**
 111 **quem mais estiver dentro da Vale tem que produzir recursos para pagar suas próprias**
 112 **contas...**
- 113 **Felipe Miranda** – esse para mim é um ponto fundamental... porque é uma empresa produtora de
 114 commodities tem esse fator exógeno que está ali... ela é uma tomadora de preço do minério e outra
 115 que ela tem a decisão dentro de casa - - que é a alocação de capital - - e não tenho dúvida de que
 116 aqui com esse homem à frente da coisa... a alocação de capital da Vale melhora fortemente...
- 117 (11min07s) – Trecho não selecionado para análise – (12min19s)
- 118 **Fabio Schwartsman** - sem trabalho... sem foco naquilo que você quer... não resolve... então nós
 119 precisamos -- por benefício de todos os acionistas... além da melhoria na governança -- que é a
 120 história da conversão das ações e etcétera... nós precisamos também melhorar a performance dessa
 121 companhia... e **a performance principalmente medida em resultados... redução de custos e em**
 122 **alocação de capital...** performance aqui é uma questão essencial... junto com estratégia
- 123 (12min48s) – Fim do trecho selecionado para análise

ANEXO 8 – V7: Entrevista Fabio Schvartsman (Coletiva de Imprensa – Vale)

Título Original: #Comunicado: Presidente da Vale participa de coletiva de imprensa sobre o rompimento de Barragem

Canal YouTube: Vale

Data da Entrevista:

Data de Publicação do Vídeo:

Duração: 22min02s

Interlocutores: Fabio Schvartsman (Presidente), Luiz Eduardo Osório (Diretor Executivo) e Jornalistas.

Link Original YouTube: <https://youtu.be/vCF2luhZ1Po>



TRANSCRIÇÃO – V7

- 1 Início do trecho escolhido para análise – (46s)
- 2 **Fabio Schvartsman** – senhores, é... eu que queria -- antes de mais nada -- dizer que é com grande
- 3 pesar que a gente relata o acidente que aconteceu na... na barragem de Feijão lá em Brumadinho...
- 4 ah::... que... éh::... isso foi uma... uma... uma enorme tragédia totalmente... que pe/... que nos pegou
- 5 totalmente de surpresa... eu estou completamente disfa/... dilacerado com o que aconteceu... éh:::...
- 6 acabei éh... de voltar do exterior... eu só não estou ainda em Brumadinho por causa da... do temporal
- 7 aqui no Rio de Janeiro... mas terminando essa entrevista... a minha intenção é ir imediatamente
- 8 pra lá... pra pessoalmente dar não somente a minha solidariedade... mas todo apoio que eu puder
- 9 dar às vítimas desse terrível acidente... senhores/... senhores, esse aciden/... esses acidentes eles são
- 10 a coisa pior que uma pessoa pode ter na vida... éh... é importante que os senhores saibam que a
- 11 maioria dos atingidos são nossos próprios funcionários... nós tínhamos no momento do acidente
- 12 aproximadamente trezentos funcionários -- próprios e de terceiros -- trabalhando naquele/...
- 13 naquele local... nós não sabemos quantos foram acidentados... porque houve um soterramento pelo
- 14 produto ah::... vazado da barragem... é também importante que a gente saiba que essa é uma
- 15 barragem inativa... ela ah/... há mais de três anos ela não opera e ela estava em processo
- 16 descomissionamento... consequen/... consequentemente... ela sequer vinha si/... vinha sendo
- 17 objeto de rece/... ob/... objeto de receber ah::... rejeitos da... de mineração... é... é uma... uma
- 18 barragem antiga que já existia há... há muitos anos -- que era de origem da Ferteco -- uma empresa
- 19 adquirida pela Vale há muitos anos atrás... éh... ah... e quando eu me referi a surpresa... é porque
- 20 nós temos atestados de auditorias externas... feitas por empresas especializadas -- inclusive alemãs
- 21 -- ah::... que atestam a estabilidade... ah::... dessa mina e isso é feito ah::... periodicamente --
- 22 consequentemente -- são todas informações muito recentes... então daí a nossa surpresa e nosso
- 23 desalento... e também queria -- finalmente -- dizer que toda o nosso/... nossa preocupação nesse
- 24 instante é em atender ah::... os atingidos por essa tragédia... éh::... nós não pouparemos esforços...
- 25 ah::... a empresa se mobilizou inte/... integralmente... nós temos um gabinete de crise montado...
- 26 todos os diretores estão diretamente envolvidos éh... nesse trabalho... nós mobilizamos todas as
- 27 ambulâncias que nós temos na região... aproximadamente quarenta... ah::... pra atendimento ah::...
- 28 ah::... das vítimas... nós estamos complementando a tudo aquilo que os hospitais públicos nã/... a...
- 29 são capazes de atender... com vagas adicionais em hospitais privados, para que todas as vítimas
- 30 tenham atendimento completo... além disso nós estamos fazendo um esforço grande de assistência
- 31 social... montamos três centros de atendimento a todas/... todas as vítimas da região... e essa/... e
- 32 éh/... e no/... e on/... e/..., **inclusive com a presença de psicólogos**... com objetivo de orientar e
- 33 assessorar as pessoas nessa hora de sofrimento terrível... muito bem
- 34 **Jornalistas** -- ((voz feminina)) - (inaudível) primeiro... no último relatório realizado diz que essa
- 35 barragem tinha um alto dano potencial, classificada como risco três... outra informação (pergunta
- 36 inaudível)
- 37 **Fabio Schvartsman** -- éh::... eu num/... eu num sou especialista em barragem, mas eu posso dizer
- 38 que qualquer barragem que rompa tem um alto potencial de acidente... eu acho que o que está dito

- 39 no relatório... é que tem um alto potencial... mas o relatório também diz que o risco é abaixo e ela
 40 atesta pela a... pela estabilidade do... éh::... da barragem... toda barragem tem um potencial elevado
 41 e... quando uma barragem rompe... o efeito é devastador... por isso que todos os cuidados têm que
 42 ser tomados
- 43 **Jornalistas** – pergunta... desculpa... mas potencial elevado de rompimento?
 44 **Fabio Schvartsman** – como?
- 45 **Jornalistas** – toda barragem tem um potencial elevado de rompimento?
 46 **Fabio Schvartsman** – não... toda barragem tem um potencial elevado... caso haja um rompimento...
 47 se houver um rompimento... o dano que ela fará será grande... por isso que se toma tanto cuidado
 48 com barragem para que isso não aconteça
- 49 **Jornalistas** – mas o senhor fala de potencial elevado e o risco baixo... é possível isso?
 50 **Fabio Schvartsman** – o risco baixo é a probabilidade de acontecer é baixa.
- 51 **Jornalistas** – mesmo com potencial alto?
 52 **Fabio Schvartsman** – potencial alto é que o efeito será alto... se isso acontecer.
- 53 (6min10s) – trecho não selecionado para análise – (8min14s)
- 54 **Jornalistas** – o senhor falou de laudos de uma empresa alemã... o que diz esse laudo? qual é a
 55 garantia? e que trabalho foi feito ali para aferir a segurança dessa barragem?
- 56 **Fabio Schvartsman** – é... vocês podem imaginar que a preocupação da Vale com vazamentos de
 57 barragem ou qualquer problema com barragem é enorme... é... e em especial... depois do acidente
 58 de Fundão... a Vale redobrou os cuidados e fez é... a... tudo aquilo que existe de mais moderno na
 59 verificação da estabilidade de seus sistemas... não obstante eu quero reforçar pra vocês que a
 60 gente/... que não é essa questão que me preocupa nesse momento... o que me preocupa agora -- e o
 61 tempo permitirá que todas essas outras questões sejam esclarecidas com devido rigor -- agora a
 62 gente está preocupado duzentos por cento em socorrer as pessoas atingidas... depois a gente vai
 63 atrás da causa do problema.
- 64 **Jornalistas** – neste momento também... há uma... há um questionamento sobre o trabalho tendo em
 65 vista a experiência de Mariana há três anos atrás... Quais foram ações tomadas pela Vale... que o
 66 senhor poderia colocar agora... que garantem que esse esforço foi de fato um aprendizado do
 67 desastre que aconteceu em Mariana?
- 68 **Fabio Schvartsman** – é uma lista muito extensa.
- 69 **Jornalistas** – algo na política da Vale mudou?
- 70 **Fabio Schvartsman** – ah::... mudou... mudou.
- 71 **Jornalistas** – algo na política da Vale mudou a partir de Mariana?
- 72 **Fabio Schvartsman** – a gente ampliou enormemente... eu tenho uma lista eno::::orme de ações que
 73 a Vale tomou com relação às suas barragens. (visivelmente nervoso) eu creio que para uma
 74 entrevista... talvez seja (inaudível)... mas eu vou mencionar.
- 75 **Luiz Eduardo Osorio** – a gente pode mandar depois também.
- 76 **Fabio Schvartsman** – oi?
- 77 **Luiz Eduardo Osorio** – a gente pode disponibilizar depois...
- 78 **Fabio Schvartsman** – a gente disponibiliza.
- 79 **Jornalistas** – (Inaudível) o senhor pode citar... por favor?
- 80 **Fabio Schvartsman** – execução de revisões periódicas de segurança de barragens com empresas
 81 especialistas do Brasil... revisões essas a... é... a... revisões essas também feitas por empresas
 82 estrangeiras... planos de ações emergenciais detalhadas... execução de auditorias externas...
- 83 **Luiz Eduardo Osorio** – o pessoal lá do fundo reclamou que não está ouvindo...
- 84 **Fabio Schvartsman** – é que eu estou lendo... desculpe... execução de auditorias externas... é...
 85 implantação de sistemas de sirenes modernos para alertas de situações de emergência.
- 86 **Jornalistas** – (Inaudível, vários falam ao mesmo tempo) e as sirenes?
- 87 **Fabio Schvartsman** – cadastramento de população...
- 88 **Jornalistas** – (Inaudível, vários falam ao mesmo tempo) sobre as sirenes... a informação que nós
 89 tivemos é que não funcionaram...
- 90 **Fabio Schvartsman** – senhores... nem nós sabemos... é provável que elas tenham funcionado...
 91 mas é que a velocidade com que isso aconteceu impediu que o aviso da sirene tivesse qualquer
 92 benefício... então foi muito rápido... o que esse negó/... o rompimento provocou uma ação muito
 93 violenta... muito rápida.

- 94 (11min03s) – Trecho não selecionado para análise – (12min51s)
- 95 **Jornalistas** – presidente, apesar das suas informações iniciais... como é que se compara esse acidente
- 96 com o de Mariana em termos da quantidade que se imagina que tenha sido vazada? o impacto... e
- 97 também com relação às pessoas atingidas... uma vez que atingiu a parte dos funcionários?
- 98 **Fabio Schvartsman** – é uma trá... dessa vez é uma tragédia humana, porque nós estamos falando de
- 99 uma quantidade provável grande de vítimas. nós não sabemos ainda quantas são... mas sabemos
- 100 que será um número grande... e... e... possivelmente... o dano ambiental de... dessa vez será menor...
- 101 como eu disse... como a barragem era uma barragem inativa... o material dentro da barragem já era
- 102 razoavelmente seco e conseqüentemente... ele não tem esse poder de se deslocar por grandes
- 103 regiões... então... a parte ambiental deve ser muito menor e a parte... a tragédia humana... terrível
- 104 **Jornalistas** – e qual é o risco de contaminação? Essa é uma preocupação dos moradores (Inaudível).
- 105 **Fabio Schvartsman** – eu não tenho nenhuma resposta melhor para lhe dar... o que eu sei é que aquela
- 106 barragem só continha sílica... e conseqüentemente... e... sendo assim... provavelmente a... a chance
- 107 de contaminação é muito pequena ou nenhuma.
- 108 **Jornalistas** – quando foi última é... verificação feita dessa barragem.
- 109 **Fabio Schvartsman** – pois não... é... agora no dia dez de janeiro foi feita a última leitura dos
- 110 monitores... dez de janeiro AGORA... tudo normal... último relatório que nos foi enviado de
- 111 auditoria externa foi no último dia vinte e seis de setembro de 2018... que atestava a perfeita
- 112 estabilidade do sistema.
- 113 **Jornalistas:** (questionamento sobre a data).
- 114 **Fabio Schvartsman** – vinte seis de setembro de 2018.
- 115 **Jornalistas** – e atestava o que?
- 116 **Fabio Schvartsman** – a perfeita estabilidade da... da... Vale... num... senhores... num houve qualquer
- 117 tipo de pré-aviso... de qualquer forma... num...
- 118 **Jornalistas (voz feminina)** – não tava chovendo também?
- 119 **Fabio Schvartsman** – não tava chovendo... não tinha nada
- 120 **Jornalistas (voz feminina)** – então... a sirene não foi acionada?
- 121 **Fabio Schvartsman** – o que?
- 122 **Jornalista (voz feminina)** – a sirene... então... não foi acionada? (Inaudível)
- 123 **Fabio Schvartsman** – eu repito... eu não sei... eu ACHO que ela foi acionada... mas não adiantou
- 124 porque foi muito rápido
- 125 **Jornalista (voz feminina)** – qual é o nome da auditoria... desculpe... qual a auditoria? qual o nome
- 126 da empresa de auditoria que não viu o que estava acontecendo?
- 127 **Fabio Schvartsman** – não é... ela num/... você tá... tá faz... você tá/ -- eu num... num... eu não tenho
- 128 nenhum direito de defender ninguém... -- mas eu num/... a auditoria auditou e disse que estava
- 129 estável... ah:... o que aconteceu ninguém sabe... nem nós sabemos o que foi que/... o que houve... é
- 130 uma empresa alemã que fez a... que fez o relatório... chamada... Tüv Süd... T-U-V S-U-D separado,
- 131 T-U-V separado S-U-D... é empresa alemã especializada em revisão de barragens
- 132 (15min57s) – Trecho não selecionado para análise – (18min16s)
- 133 **Luiz Eduardo Osorio** – a gente tem um comitê de crise instalado também aqui na Vale, todos os
- 134 diretores absolutamente dedicados e toda a equipe da companhia com... mobilizada para atender as
- 135 vítimas. é... todas as informações que vão surgir, técnicas e obviamente das vítimas, nós vamos
- 136 prestar de imediato pra vocês. eu queria só agradecer a vocês, mas a gente precisa voltar para o
- 137 comitê de crise para atender as famílias das vítimas.
- 138 **Jornalistas** – (Inaudível, muitos falam ao mesmo tempo).
- 139 [Fábio faz sinal pedindo calma aos jornalistas, abaixa a cabeça, junta as mãos como em prece.]
- 140 **Luiz Eduardo Osorio** – eu estou dizendo que tem corpos de funcio... que tem funcionários que
- 141 estão... é... famílias de funcionários que não foram localizados ainda que estão entrando em contato
- 142 conosco e nós estamos prestando esse...
- 143 **Jornalistas** – há também um comitê de crise do governo... há algum representante da Vale nesse
- 144 comitê também ou apenas nesse comitê paralelo que o senhor mencionou que está a diretoria?
- 145 **Fabio Schvartsman** – num acidente gran/... dessas proporções, é... quem cuida... quem tem a... a
- 146 obri... a responsabilidade primária é... é o governo federal e o governo estadual. então a vale está
- 147 prestando toda colaboração... sem nenhuma restrição... por exemplo... nós temos quarenta

- 148 ambulâncias... nós temos os helicópteros que estão auxiliando no resgate... mas tudo isso sob a
 149 coordenação do Corpo de Bombeiros e das autoridades federais e estaduais
- 150 **Jornalistas** – (Inaudível) uma pergunta... uma pergunta por favor... presidente quando o senhor
 151 assumiu a empresa em 2017... o senhor disse que o lema da empresa seria “mariana nunca mais”...
 152 hoje -- menos de dois anos depois -- ocorre isso... o que que falhou nesse processo... enfim... qual
 153 recado o senhor gostaria de dar baseado nesse lema que o senhor mesmo é... é... o senhor fez um
 154 compromisso público?
- 155 **Fabio Schvartsman** – Dois recados.
- 156 **Jornalistas** – Só para complementar! ()
- 157 **Fabio Schvartsman** – ((Faz sinal para esperar)) dois recados. primeiro mais importante. primeiro:
 158 da minha enorme consternação, é... da minha tristeza, de eu estar dilacerado mesmo para esse
 159 assunto. é algo que me virou no avesso. segundo lugar, nós não sabemos o que foi que aconteceu.
 160 e não acho que é a hora seja de procurar o que aconteceu, nós faremos isso e nós faremos isso com
 161 energia e com rapidez. e nós tomaremos as medidas que forem necessárias pra... pra resolver o
 162 problema. esse problema não pode... não pode acontecer, se é que existe alguma coisa que
 163 aconteceu, nós não sabemos. [repete com ênfase] nós não sabemos o que foi que houve com essa
 164 barragem. é muito cedo para qualquer pessoa ter essa informação.
- 165 **Jornalistas** – [Confusão de vozes de jornalistas perguntando ao mesmo tempo, Fabio Schvartsman
 166 e Luiz Eduardo Osorio se levantam.]
- 167 **Fabio Schvartsman** – ((Balança a cabeça em sinal de negação.)) minha preocupação não é/... minha
 168 preocupação é só com as vítimas. não tem, não tenho informação. que eu saiba não tem problema
 169 nenhum, o problema terrível que nós temos é as pessoas que foram impactadas. esse é... esse é o
 170 problema.
- 171 **Jornalistas** – [Confusão de vozes de jornalistas perguntando ao mesmo tempo] e os familiares já
 172 foram comunicados? (Inaudível)
- 173 **Fabio Schvartsman** – Não, nós não sabemos. Comunicar o que? Nós estamos procurando. A cada
 174 pessoa que for identificada, é obvio que nós comunicaremos.
- 175 **Jornalistas** – [Confusão de vozes de jornalistas perguntando ao mesmo tempo] o senhor tem alguma
 176 informação sobre a possibilidade é... desse rejeito atingir o Rio São Francisco, já que o rio
 177 Paraopeba é um afluente importante (Inaudível)?
- 178 **Fabio Schvartsman** – o rejeito, como eu disse a vocês, é seco. ele não tem poder de... de continuar...
 179 de continuar correndo. ele não correrá, eu falo *drymente*. ele ficará lá onde está nesse momento.
 180 pelo menos é isso que os técnicos dizem.

ANEXO 9 – V8: Entrevista Fabio Schvartsman (Coletiva De Imprensa - Vale)

Título Original: #Comunicado: Pagamento de indenizações extrajudiciais - Fabio Schvartsman

Canal no YouTube: Vale

Data de Exibição Original: 1 fev. 2019

Data de Publicação do Vídeo: 1 fev. 2019

Duração: 5min28s

Interlocutores: Fabio Schvartsman e Jornalistas

Link Original YouTube: <https://youtu.be/rYuRjFahrmk>



TRANSCRIÇÃO – V8

- 1 **Fabio Schvartsman** – boa tarde senhores... muito obrigado por/... por me ouvirem um minutinho...
- 2 e...eu queria fazer uma... eu queria fazer uma rápida... declaração e depois eu responderei umas
- 3 poucas perguntas... é... a... a declaração é a seguinte... hoje -- quando se completam sete dias do
- 4 acidente -- fizemos lá na Vale cultos ecumênicos lá em homenagem às vítimas... a empresa toda
- 5 está em luto... emocionada pelo que aconteceu... não é diferente comigo... eu continuo muito
- 6 abalado pelo que houve e... ah::... e o meu coração e a minha cabeça estão voltadas ao atendimento
- 7 das vítimas a... a tentar minorar o sofrimento que foi causado... por conta disso... que nós viemos
- 8 aqui conversar com a... com procuradora geral... doutora Raquel Dodge... que aliás nos recebeu
- 9 muito bem... a nossa intenção foi -- basicamente -- ah::... revelar a ela a nossa intenção de acelerar
- 10 ao máximo o processo de indenização e atendimento a... às consequências do desastre... para tanto
- 11 nós estamos ah... preparados pra abdicar de ações judiciais... e... que nós queremos fazer acordos
- 12 extrajudiciais e nós tamos éh... buscando assinar -- com a maior celeridade possível -- um acordo
- 13 com as autoridades do estado de Minas Gerais que permitam que a Vale comece imediatamente a
- 14 fazer frente a esse... esse processo de indene/.... indenizatório
- 15 **Jornalista ((homem branco, cabelo castanho e com microfone do Correio Brasiliense))** - o
- 16 senhor teme a prisão de executivos da Vale?
- 17 **Fabio Schvartsman** – êh::... eu não tenho nenhum motivo pra temer prisão de nenhum executivo...
- 18 **Jornalista ((homem branco com barba e cabelo castanhos))** – qual será o valor desses acordos?
- 19 **Fabio Schvartsman** – o valor dos acordos é o valor que tiver que ser... não existe/... não existe um
- 20 valor definido... vai ser aquilo que for necessário... quando for definido a extensão das vítimas... o
- 21 valor será decorrente disso.
- 22 **Jornalista ((homem mestiço com pele parda e traços asiáticos))** - e há um prazo estabelecido para
- 23 vocês darem um...?
- 24 **Fabio Schvartsman** – o prazo é muito simples... assim que nós assinarmos o acordo... as
- 25 indenizações começarão a ser processadas
- 26 **Jornalista ((mulher branca, rosto não aparece no vídeo))** - a Vale já anunciou um investimento/...
- 27 um retorno de cem mil reais às famílias... vocês também estão avançando também nos danos... nos
- 28 reparos ao meio ambiente?
- 29 **Fabio Schvartsman** – todos os aspectos foram discutidos... mas concordamos todos os procuradores
- 30 presentes e nós... que a primeira atenção é às vítimas... é às famílias... todo o resto é importante --
- 31 ninguém tira a importância e tudo será cuidado -- mas pra que nós... pra que se dê prioridade... e
- 32 celeridade aquilo que é possível de se fazer rapidamente
- 33 **Jornalista ((mulher branca, rosto não aparece no vídeo))** - ficou prevista -- então -- alguma
- 34 segunda reunião para discussão dos assuntos que ainda ficam pendentes? já que a prioridade agora
- 35 é atender...
- 36 **Fabio Schvartsman** – sim senhora... a Dra. Raquel propôs uma... uma próxima reunião
- 37 **Jornalista ((homem branco que aparece de costas no vídeo))** - presidente... o que o senhor tem a
- 38 dizer em relação à informação que houve falhas em relação às sirenes que não tocaram? e também
- 39 existe uma informação que está circulando de que existiu um conluio entre a Vale e a empresa TUV
- 40 SUD.... uma fingiu que investigou e a outra ficou naquela...

- 41 **Fabio Schvartsman** – a gente compreende que nessa hora... que é uma hora de muita consternação...
 42 de muita tristeza... que versões estranhas aconteçam de todas as coisas... eu posso lhe afiançar que
 43 do meu conhecimento nada disso existe... muito pelo contrário... ah::... todo o procedimento da
 44 Vale tem sido ah... ah... em todas as informações que me chegaram ah::... absolutamente pertinentes
 45 corretos... não tem nenhum ponto
- 46 **Jornalista ((voz feminina não aparece o rosto no vídeo))** – Voltando a um ponto que o senhor
 47 disse... só completa
- 48 **Fabio Schvartsman** – ah::... a sirene... a sirene... a sirene... ah::... éh::... ah::... é uma coisa trágica...
 49 acabou que... em geral... éh... pelo que eu/... pelo histórico de rompimento de barragens... éh...
 50 demonstram é que... em geral... isso vem como um aviso... isso acontece aos poucos... aqui
 51 aconteceu um fato que não é muito usual... houve um rompimento muito rápido da barragem... e o
 52 problema da sirene é que a sirene que ia tocar foi engolfada pelo... éh... foi engolfada pela queda
 53 da barragem antes mesmo que ela pudesse tocar
- 54 **Jornalista ((voz feminina não aparece o rosto no vídeo))** – voltando a um ponto que o senhor
 55 trouxe... que é... justamente de fazer esses encontros/... perdão... esses... esses... acordos
 56 extrajudiciais... na prática, foi desenhado como isso pode ser feito? como isso vai acontecer? a PGR
 57 pode fazer a mediação disso ou será como Ministério Público local?
- 58 **Fabio Schvartsman** – ambas as coisas... a PGR terá um papel relevante... sem dúvida nenhuma...
 59 porque::... existe essa necessidade... ah::... mas o... o primeiro acordo está sendo dirigido lá::... no
 60 estado de Minas Gerais... que é onde as vítimas estão e é onde está a jurisdição ah::... do acidente
 61 que aconteceu
- 62 **Assessor da Vale ((homem branco))** – pessoal... uma última pergunta que ele tem que pegar o vôo
 63 **Jornalistas ((várias vozes perguntam ao mesmo tempo))** – ()
- 64 **Jornalista ((homem branco meia idade))** - a Vale espera que esses acordos de agora possam aliviar
 65 futuras punições em futuros processos judiciais?
- 66 **Fabio Schvartsman** – nã... nã... nós não estamos em absoluto preocupados com essa questão... nós
 67 estamos. -- sinceramente -- muito chateados... muito triste com o que aconteceu e queremos minorar
 68 o sofrimento

ANEXO 10 – V9: Depoimento Fabio Schvartsman (Câmara dos Deputados)

Título: Comissão Externa Desastre de Brumadinho - Audiência Pública - 14/02/2019

Canal: Câmara dos Deputados

Data de Exibição Original: 14 fev. 2019

Data de Publicação do Vídeo: 14 fev. 2019

Duração: 6h00min25s

Interlocutores: Fabio Schvartsman (Vale); Victor Hugo Froner Bicca (ANM); Germano Luiz Gomes Vieira (SEMAD-MG); Renato Teixeira Brandão (Fundação Estadual do Meio Ambiente de MG); Fernanda Cunha Pirillo Inojosa (IBAMA); Antônio Sérgio Tonet (MPE-MG); Antônio de Maia e Pádua (Defensor Público Federal); e Deputados Federais.

Link Original YouTube: <https://youtu.be/Z9tm7fOQFBQ>



TRANSCRIÇÃO – V9

- 1 Início do trecho selecionado para análise (6min30s)
- 2 **Fabio Schvartsman** – bom dia... éh:... muito obrigado pelo convite para estarmos aqui... eu
- 3 gostaria de... enfatizar que -- como temos feito desde o primeiro dia após o acidente -- nós
- 4 assumimos um compromisso de total transparência... e abertura pra efeito de quaisquer
- 5 informações que sejam necessárias da companhia Vale... esta é a razão pela qual... éh:...
- 6 imediatamente quando recebi o convite desta Comissão... me predispus a... a vir pra poder dar
- 7 os esclarecimentos que... se fizerem necessários... éh... é necessário... ah:... lembrar que a
- 8 nossa companhia... éh:... continua enlutada... consternada pelo terrível acidente... com a
- 9 tragédia que aconteceu ali... em Brumadinho... ... e que a nossa prioridade -- e aonde eu estou
- 10 todo o tempo... exceto neste momento em que estou aqui -- é cuidando para acelerar o
- 11 atendimento às vítimas... pra minimizar o sofrimento das pessoas que foram impactadas...
- 12 fazendo todo o possível... éh:... para minimizar -- se é que isso é possível -- a dor... ah:... das
- 13 pessoas que foram atingidas... ... nós temos atualmente trabalhando no local... quatrocentas
- 14 pessoas da Vale pra atendimento às famílias... mais duzentos terceiros... que tão trabalhando em
- 15 conjunto com os bombeiros e com a Defensoria Pública... e aliás eu quero aproveitar o
- 16 momento... pra fazer de público... o nosso agradecimento e a nossa homenagem a esses heróis
- 17 que estão trabalhando em condições muito difíceis lá em Brumadinho... éh:... sem poupar
- 18 esforços... sem pe/... sem pensar duas vezes... eles estão fazendo o possível e o impossível...
- 19 ah:... pra ajudar a:... a:... na:... naquela... região do desastre... a Vale éh:... não poupa recursos
- 20 para isso... disponibilizamos helicópteros equipamentos ambulâncias leitos... nós estamos
- 21 fazendo tudo que está ao nosso alcance nessa direção... adicionalmente... pra atendimento às
- 22 famílias... a Vale... como os senhores sabem... anunciou... eh... e está... concedendo -- isso já
- 23 está em fase ADIANTADA -- uma DOAÇÃO de CEM mil reais para cada um... pra cada uma
- 24 das famílias atingidas ah:... ah:... que tem vítimas no acidente... outra doação de CINQUENTA
- 25 mil reais para cada indivíduo que teve a casa ah:... ah:... destruída pelo acidente... e mais uma
- 26 doação de QUINZE mil reais pra todas as pessoas que tiveram os seus negócios impactados...
- 27 não porque nós achamos que isso resolva qualquer coisa... mas isso pelo menos dá às pessoas
- 28 uma condição de lidarem... momentaneamente... com as... as questões derivadas desse terrível
- 29 acidente... é importante ressaltar... que essas doações são doações mesmo... elas não são em
- 30 troca de nada... e:... e as indenizações que serão devidas... serão adequadamente pagas... ...é
- 31 objetivo da Vale acelerar ao máximo o pagamento dessas indenizações... ...senhores... nossa/...
- 32 é nosso compromisso... que eu gostaria que os se/ que os senhores ah:... sempre tivessem nos
- 33 cobrando disso... em que a gente não vá optar por judia/... juri/... judicialização... que a gente vá
- 34 optar por negociação... como forma de acelerar o atendimento a todos os atingidos...
- 35 ...senhores... um segundo ponto... que eu acho fundamental destacar... é a questão do nosso

36 sistema de gestão de barragens... a Vale é uma das maiores mineradoras do mundo... ela possui...
 37 dentro do seu ah::... do seu ah::... dos seus ativos... mais de quinhentas barragens no Brasil e no
 38 exterior... ou seja existem mais barragens do que dias do ano... e evidente que pra lidar com
 39 um ativo desse tamanho... é necessário uma estrutura... de grande tamanho e de grande
 40 capacitação... e a Vale possui cento e três mil funcionários... que são ah::... divididos de acordo
 41 com as suas especialidades... e existe um grupo de altíssima qualidade... TÉCNICA... que cuida
 42 dessa questão de barragens... agora meus senhores... e minhas senhoras... é essencial
 43 compreender... que a questão das/... a questão de barragens se sustenta numa pedra
 44 fundamental... que é o chamado laudo de estabilidade... laudo de estabilidade que é concedido
 45 por especialistas internacionais.../ ...nacionais e internacionais.... com grande especialização no
 46 assunto... com grande qualificação... e esses laudos representam a pedra fundamental de todo o
 47 sistema de mani/... de mineração... no Brasil... na Vale... e no MUNDO... éh... porque é
 48 impossível de outra maneira gerir um sistema... que mundialmente... tem dezenas de milhares
 49 de barragens espalhadas pelo mundo... se não for baseada em gente ALTAMENTE
 50 especializada... di/... dizendo se essa barragem corre ou não perigo iminente... é óbvio que se
 51 algum desses especialistas achar que alguma ba/... que alguma barragem corre risco... iminente...
 52 não dará o laudo de estabilidade... porque inclusive... ele tá lá para isso... e é o seu
 53 conhecimento... é sua especialida/... especialidade dele... então... todo o sistema operacional
 54 é um sistema de delegação -- por que de delegação? -- porque senhores... com tantas barragens
 55 espalhadas pelo mundo -- quinhentas... no caso da Vale -- não é possível que haja necessi/... que
 56 seja necessário uma burocracia... um processo burocrático... para decidir se tem que reagir
 57 rapidamente a um problema de barragem... isso tem que ser feito no local... isso te/... isso tem
 58 que ser feito com independência... isso tem que ser feita... com muita agilidade... e qualquer
 59 processo burocrático levaria a tirar a agilidade ao processo decisório... então... em brumadinho
 60 -- como em todos os outros locais onde a Vale opera -- os gestores locais têm TOTAL autonomia
 61 pra tomar decisões... quando e se... eles acharem que há algum perigo iminente sobre as
 62 barragens... não há envolvimento de outros níveis da organização... pelo simples fato de que
 63 nunca haveria tempo de envolvê-los... num processo desse tipo... ((consulta com os olhos algum
 64 papel sobre a mesa, demonstrando ler alguma anotação)) ... é importante também... ((bebe água
 65 de um copo colocado sobre a mesa))... é importante ressaltar aos senhores o que que a Vale está
 66 fazendo com relação às OUTRAS barragens desde que aconteceu o acidente... em primeiro
 67 lugar... é importante registrar que a Vale existe há setenta anos... e que em 70 anos... nunca havia
 68 havido um problema com barragem... o primeiro acidente de barragem na Vale aconteceu
 69 agora... em Feijão.... senhores... a barragem de Feijão não foi construída pela Vale... foi
 70 construída pela Ferteco -- uma empresa adquirida pela Vale em 2001... e ela havia sido
 71 construída em 1976 -- a Vale não utiliza o método de construção a montante de barragem
 72 nenhuma... na realidade éh... apenas as barragens que foram adquiridas... algumas vezes são a
 73 montante -- como é o caso dessa da Ferteco... não obstante... passando por todos os processos
 74 de::... monitoramento... éh::... éh::... com/... éh::... com alta repetição de monitoramento... de tal
 75 forma a gente ter a convicção né?... de que nada aconteceria com ela... senhores... depois que
 76 aconteceu o acidente na Samarco de Mariana -- que era também uma construção a montante --
 77 a Vale... por PRUDÊNCIA... resolveu tornar inativas... todas as estruturas a montante que ela
 78 possuía... e iniciar -- a partir daí -- um processo de descomissionamento... esse
 79 descomissionamento foi feito ah::... começou a ser feito prá'quelas que não exigiam
 80 licenciamento ambiental -- que eram as estruturas menores -- as estruturas maiores como
 81 Brumadinho... exigem um licenciamento ambiental... e esse licenciamento foi protocolado e
 82 solicitado em 2015... e foi obtido em dezembro de 2018 -- motivo pelo qual o
 83 descomissionamento ainda não tinha se iniciado -- mas se iniciaria na sequência... não fosse o
 84 desastre... e a razão que a Vale resolveu tornar inativas todas essas barragens é porque -- em
 85 30 anos na mineração mundial -- nunca havia havido um desastre envolvendo... barragem
 86 INATIVA... a de Feijão é a primeira em 30 anos... onde isso acontece... então havia...
 87 claramente... a compreensão dos técnicos da companhia... de que fazer isso reduziria o risco...
 88 ah::... ah::... a que as barragens estariam submetidas e era esse o propósito da Vale... é
 89 importante dizer... senhores... que eu me juntei à Vale ah::... um ano e meio depois do desastre
 90 de Mariana.... e eu estava na Vale há um ano e meio quando aconteceu Feijão... e essa/... e essas

91 iniciativas de/... que levaram... a colocar todas as barragens em inatividade e começar o processo
 92 de descomissionamento... já tava/... já estavam em andamento e eram decisões já tomadas na
 93 companhia quando eu me juntei a ela... ...muito bem senhores... a pergunta evidente a partir
 94 daí... mas como nós podemos garantir que outras éh::... estruturas não sofrerão o mesmo risco?...
 95 éh::... se ah::... ah... até que... a gente descubra as causas do acidente?... a nossa resposta é a
 96 única possível... nós tornamos o monitoramento de todas as estruturas a 24 horas por dia... nós
 97 tamos fazendo monitoramento integral de todas elas... com a intenção de ter capacidade de
 98 reação a qualquer mudança ah... de situação... nós tivemos uma situação há alguns dias atrás...
 99 em GONGO SOCO que... infelizmente levou a uma desocupação de área... mas... esse tipo de
 100 atuação se tornará mais frequente ness/... nesse período... porque a qualquer sinal -- de qualquer
 101 tipo -- a Vale tomará uma iniciativa bastante rápida do ponto de vista de evitar que algu/... que
 102 algum problema maior aconteça... em Gongo Soco aqui foi até uma determinação da autoridade
 103 da... da Associa/... da ANM... Agência Nacional de Mineração... que nós deveríamos
 104 interromper... porque havia/... estava... havendo a falta de uma assinatura de um laudo... o
 105 famoso laudo de estabilidade... uma vez que ele não foi assinado... a... a... pelo/... pelo técnico
 106 que deveria assiná-lo... o técnico ah::... especializado e consultor... éh... a:: determinação da
 107 ANM é que nós elevássemos o nível de atenção éh:::... dessa ah::... dessa barragem... e assim
 108 foi feito... e que levou à evacuação da área... e a Vale... e é dessa maneira... que agindo com
 109 presteza... impedindo que fatos nos surpreendam -- como surpreendidos fomos pela/... pelo que
 110 aconteceu em Feijão -- porque... senhores... passados essas semanas desde o acidente... nós
 111 continuamos sem saber os motivos... que causaram o acidente... todo... tudo... e todas as
 112 informações que nós possuímos e que nos eram enviadas pelos técnicos da Vale demonstravam
 113 que não havia qualquer perigo iminente... sobre aquela barragem... consequentemente... não
 114 havia nenhum si/... nenhuma razão de alarme ou de preocupação maior da gestão da
 115 companhia... que por óbvio... se nós tivéssemos tido qualquer sinal relevante nessa direção...
 116 teríamos agido... ah::... ah::... em conformidade... o interesse/... a Vale... senhores... e a razão
 117 pela qual eu estou aqui... é pra proteger a Vale também... a Vale é uma... éh:: uma empresa
 118 extraordinária... eu me juntei a ela há pouco tempo... mas eu... eu dou o meu testemunho que é
 119 uma das melhores... se não for a melhor empresa que eu jamais conheci na minha vida... e é uma
 120 joia brasileira... que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu... ah::... numa das
 121 suas barragens... por maior que tenha sido a sua tragédia... pra isso eu peço a compreensão dos
 122 senhores... e vo/... e quero dizer aos senhores que nós colaboraremos... de todas as formas
 123 possíveis e imagináveis... no sentido de descobrir o que foi que aconteceu... aliás... como os
 124 senhores provavelmente perguntariam... ah::... o que mais pode ser feito?... a Vale
 125 humildemente reconhece... que seja lá o que vínhamos fazendo... não funcionou... já que uma
 126 barragem caiu... então... o que nós fizemos?... nós -- através do Governo brasileiro -- solicitamos
 127 um contato com o *U.S. Army Corps of Engineers* -- que é o órgão americano que licencia todas
 128 as barragens nos Estados Unidos -- com o objetivo de que vir à Vale... e fazer uma revisão de
 129 todos os seus processos e... eventualmente... colaborar no aperfeiçoamento do Código de
 130 Mineração... introduzindo novas le/... novas restrições e... novas regras pra o funcionamento de
 131 barragens... porque senhores... a Vale... não quer... não pode... não deve... em nenhum caso... ter
 132 problemas com barragens... isso que aconteceu é inaceitável... e como inaceitável nós estamos
 133 tratando... então... nós vamos recorrer a essa ajuda externa... além disso... nós pretendemos fazer
 134 um seminário... nas próximas semanas... reunindo os maiores especialistas internacionais em
 135 barragens... em que nós convidaremos todas as partes interessadas brasileiras a participarem...
 136 para que a gente... desse seminário... tire informações e tire... ah:::... ideias pra aperfeiçoar o
 137 nosso sistema ah::... de regras éh::... pra construção e manutenção de barragens... ...eu gostaria
 138 de também mencionar a questão de meio ambiente... ...senhores... esse desastre... por enquanto...
 139 está muito focado na tragédia humana... porém é um desastre também ambiental... e a Vale tá
 140 tomando atitudes... éh::... diligentes... rápidas... voltadas a atender a questão do meio ambiente...
 141 gostaria de listar algumas delas aos senhores... a questão da água... nós tamos fazendo um
 142 processo de monitoramento da água em quarenta e oito pontos do rio... nós estamos... éh::...
 143 enquanto nós não temos atestado de potabilidade dessa água... nós estamos fornecendo água
 144 para toda a região... e nós temos três laboratórios trabalhando diretamente na análise de amostras
 145 de água... pra permitir a melhora... ah::... contínua dessa situação... ((olha para baixo

146 demonstrando ler alguma anotação)) ...com relação à fauna... nós... nós temos CEM
 147 profissionais trabalhando no recolhimento de animais... nós temos um hospital de campanha
 148 montado... pra onde todos os animais recolhidos estão sendo... éh::... conduzidos... de tal sorte/...
 149 de tal sorte também a atender a todos os animais que foram afetados pelo acidente... peixes...
 150 ((olha para baixo demonstrando ler alguma anotação)) nós estamos éh::... tomando o cuidado
 151 de retirar os peixes do rio e levar pra viveiros... de tal sorte que eles não sofram com a eventual
 152 piora da qualidade da água do rio... por fim... a questão/... nós estamos tomando cuidado para
 153 evitar que essa/... que ah::... que a lama... que... éh:: que os rejeitos... os sedimentos se
 154 espalhem... a... a... por uma maior distância... nós estamos/... colocamos cinco membramas/...
 155 mem-bra-nas de contenção... abaixo do rio... na região de... éh::... ((olha para baixo
 156 demonstrando ler alguma anotação)) Pará de Minas e Betim... éh::... visando a impedir que os
 157 sedimentos percorram distâncias maiores... com bons resultados... e além disso com o concurso
 158 dos bombeiros... estão abrindo diques no local do acidente pra evitar que mais... pra conter que
 159 mais rejeitos que venham a sair daquela... éh::... daquela barragem que se rompeu... evitando
 160 aumentar a carga de sedimentos no rio... muito bem... e por último... como não poderia deixar
 161 de ser... eu quero dizer que a Vale tem colaborado... ah::... de maneira aberta e direta... com
 162 todas as autoridades da maneira mais rápida... e possível e imaginável... nós estamos fazendo o
 163 máximo de todos nós... no sentido de estar à altura do desastre que foi causado... muito obrigado
 164 (25min28s) – trecho não selecionado para análise: falas de outros depoentes e perguntas das/os
 165 deputadas/os – (3h24min13s)

166 **Fabio Schvartsman** – eu procurei ouvir com muita atenção todas as perguntas dos senhores...
 167 ah::... ah::: e em primeiro lugar... eu quero dizer que eu compreendo e... e faço minha a
 168 indignação de vocês... essa situação... essa tragédia que aconteceu... éh... éh::... é muito razoável
 169 que as pessoas estejam muito... muito afetadas... inclusive... éh... pedindo co/... medidas
 170 drásticas ou alguma coisa pra resolver o problema... éh:: então... éh::... é assim que eu gostaria...
 171 então... de começar a dizer que eu sinto muito pela nossa parte desse negócio... e quero/... e
 172 quero dizer aos senhores que eu/... que eu nã./... que eu entendo perfeitamente as suas
 173 posições... agora do ponto de vista objetivo... começando a responder às perguntas... os senhores
 174 notaram que foram muitas perguntas... e eu vou tentar englobá-las ah::... ah::... por semelhança
 175 pra conseguir... ah::... dar uma resposta em tempo razoável pra vocês... que em primeiro lugar...
 176 ah:::... que há diferença de comportamento entre o que eu falo em público e como a Vale se
 177 comporta em privado nas negociações... isso aqui foi mencionado por diversas vezes... e eu
 178 quero afirmar que vai prevalecer aquilo que eu estou dizendo... aquilo que eu estou falando é o
 179 que a Vale fará... se de/... em determinadas negociações um ou outro representante agiu de uma
 180 maneira que não corresponde a isso... isso será adequadamente corrigido... e a Vale fará o que
 181 estou dizendo que ela vai fazer... a intenção da Vale é ser a... a... a mais correta possível na/... à
 182 face do que aconteceu... e isso implica ter uma postura construtiva ah::... na mesa de
 183 negociação... segundo ponto... a questão de Minas Gerais versus Pará -- que também foi
 184 mencionada por diversos de vocês -- ...senhores... no que depender da Vale o compromisso da
 185 Vale com o Estado de Minas Gerais é eterno -- vejam que o que estou dizendo não é pouca coisa
 186 -- o compromisso é eterno... nós não temos nenhuma intenção -- de nenhum tipo -- de sair ou
 187 diminuir a nossa atividade em Minas Gerais... antes pelo contrário... na verdade... como...
 188 diversos dos senhores disseram... a atividade vai se modificando... com novas tecnologias... com
 189 novas informações... e o que nós estaremos investindo -- e estamos investindo -- no Estado de
 190 Minas Gerais... é no sentido de introduzir práticas mais modernas... com o máximo de operações
 191 a seco... aliás... pros senhores entenderem por que que foi possível desativar todas as barragens
 192 a montante... inclusive a de Feijão que... éh::... éh::... éh::... que passou pelo colapso... isso foi
 193 por que a Vale desenvolveu o processamento a seco em praticamente todas essas áreas... e isso
 194 foi feito através de um investimento monumental da companhia nessas regiões... então... não é
 195 verdade que a Vale pretende sair daqui... só que é muito diferente Vale de Minas Gerais e Vale
 196 do Pará... a Vale Minas Gerais são minas menores e muitas minas... a... a... a Vale no Pará é
 197 basicamente na região de Carajás... e é um maciço ferrífero basicamente o único... e portanto...
 198 tem um tratamento... tem um trabalho completamente diferente do trabalho que é possível fazer
 199 no estado de Minas Gerais... agora... -- se é que podemos dizer que isso é uma boa notícia -- é
 200 que a Vale não tem nenhuma intenção -- de nenhum tipo -- de sair do estado de Minas Gerais...

201 ...terceiro ponto que foi mencionado por diversos de vocês é... se a Vale sabia ou se a Vale não
 202 sabia... a reportagem da Folha de São Paulo... a com/... éh::... a eva/... ah::... a avaliação do... a
 203 avaliação de mortos que... eu gostaria de explicar... de maneira abso-lu-ta-men-te cristalina e
 204 transparente pra vocês... existe uma obrigação LEGAL pra todas as mineradoras... calcularem
 205 para a Associação/... desculpe... a Agência Nacional de Mineração... o impacto de uma eventual
 206 falência das minas... em termos do número de vítimas... essa é uma informação exigida por lei...
 207 e a Vale consequentemente... constrói essa informação para atender esse requisito... isso em
 208 absoluto... significa que a Vale sabia que alguma coisa ia acontecer... tanto que já calculava o
 209 número de pessoas que iriam falecer naquele evento... então... é muito importante os senhores
 210 entenderem isso... outro ponto... são feitas menções a relatórios... acho que... -- não sei em qual...
 211 em qual peça de mídia... ...mas não importa... o que importa é o seguinte -- a Vale tem
 212 colaborado com todas as autoridades e tem dado amplo acesso a todas as informações da
 213 companhia... sejam elas quais forem... sem nenhum tipo de censura... a consequência disso é
 214 que relatórios eminentemente técnicos... restritos à área técnica... de estudos em andamento...
 215 estão sendo divulgados como se fossem informação... eles não são informação... ne/... não eram
 216 nem informação dentro da companhia... eles eram estudos em desenvolvimento... e que daí
 217 conclui-se que... obviamente... a companhia já sabia... porque os estudos classificavam... as...
 218 as... as barragens do jeito A ou do jeito B... na realidade... nada disso era do conhecimento de
 219 NINGUÉM na estrutura hierárquica superior da companhia... por um simples fato... não se leva
 220 especulações para níveis superiores da companhia... e esses trabalhos eram meramente trabalhos
 221 em andamento e não/... agora... infelizmente... é fruto do processo a que estamos submetidos --
 222 e nós o aceitamos -- que é que nós fornecemos todas as informações... agora eu peço a vocês a
 223 gentileza de compreenderem que nem sempre essas informações... tomadas fora de contexto
 224 significam alguma coisa... como é o caso dessa possibilidade desses estudos que foram
 225 divulgados na imprensa até o momento... ((pausa e leitura de papel com anotações)) ...quero
 226 esclarecer... mais uma vez... sobre o que que a Vale tá fazendo com relação a indenizações... as
 227 doações que foram feitas são apenas DOAÇÕES... ou seja... não interferem em nenhuma
 228 indenização devida pela Vale e não têm nenhuma condição prévia associada... esse dinheiro é
 229 dado às famílias... e as famílias fazem o que quiserem com esse dinheiro... e... na realidade...
 230 continuam com todo o direito de pleitear todas as indenizações que façam jus... e a Vale tem
 231 toda a intenção -- como está negociando com os Ministérios Públicos -- a começar em fazer um
 232 acordo emergencial que permita aos atingidos -- conforme citado por alguns dos senhores -- e
 233 mesmo que não diretamente... possam retomar as suas vidas e tenham o seu/... o seu método de
 234 sustento garantido... esse é o objetivo da Vale e é assim que nós estamos trabalhando... quem
 235 está dizendo isso aos senhores não é um porta-voz da companhia... não é um/... um/... éh::...
 236 alguém que está participando diretamente da negociação... eu sou o presidente da companhia e
 237 estou dizendo que é esse o objetivo da companhia... consequentemente... eu peço aos senhores
 238 para me cobrarem se é verdade ou não... houve uma outra pergunta também... se eu não me
 239 sentia mal de continuar como presidente da Vale tendo em vista que eu teria afirmado... em
 240 algum momento... "Mariana nunca mais!"... e aconteceu o acidente... é evidente que estou
 241 consternado com o acidente que aconteceu... é evidente que... éh:: éh::... era tudo o que eu não
 242 queria na minha vida que um acidente desses acontecesse... agora... eu me vejo como parte da
 243 solução... eu tou aqui nesta companhia há pouco mais de um ano e meio e estou trabalhando pra
 244 mudar essa companhia para melhor... e na verdade... ...enquanto e se... os acionistas da
 245 companhia tiverem confiança no meu trabalho... eu continuarei fazendo... sim... sem pestanejar
 246 um instante... dando o máximo de mim... éh... e de todos os que trabalham nessa equipe... que
 247 de resto é uma equipe nova... a grande parte da equipe... -- dos oito diretores executivos da
 248 companhia... ah:: ah:: nomeados por mim... seis são recém-chegados -- consequentemente... é
 249 uma nova companhia... infelizmente fomos atravessados por um acidente... que... ...senhores...
 250 éh:: eu... eu... eu digo acidente porque é o que sei nesse momento... mas isso será apurado...
 251 ...senhores... isso/... eu não estava na Vale na ocasião... eu não tenho co/... condições... nem
 252 competência para avaliar o que aconteceu em Mariana... o que aconteceu em/... e o que
 253 acontece... o que acontece EM Brumadinho sim... vai ser avaliado... todas as autoridades desse
 254 país tão olhando isso com lupa... e tenho certeza de que os motivos serão identificados e os
 255 culpados... se houverem... serão identificados... e é isso que nós queremos... pro... pra paz de

256 espírito nossa e de todos vocês... nós estamos no mesmo lado... nós não somos contra Minas
 257 Gerais... não somos contra o povo brasileiro... nós estamos exatamente querendo construir uma
 258 solução que atenda a... a todas as partes... a Vale fazendo a sua... e:... o:... e todos os outros
 259 órgãos públicos fazendo as suas respectivas partes... ((pausa e leitura de anotações)) ...deixem-
 260 me ver o que mais temos aqui... ((pausa e leitura de anotações)) ...senhores... é muito intere/... é
 261 muito importante lembrar aos senhores como é que funciona uma administração de uma
 262 empresa colossal como a Vale... que não foi criada por mim... ela já era colossal quando eu
 263 entrei nela... na verdade eu tenho que administrá-la... ela... ela tem... 500 barragens... ela opera
 264 ou possui 300 navios de grande porte... ela tem várias ferrovias... ela tem dezenas/... centenas
 265 de milhares de vagões... ela tem centenas de locomotivas... cada uma delas/... cada uma dessas
 266 unidades tem um risco associado... e existe um sistema de gestão dentro dessa companhia para
 267 gerir todos esses ativos... todas... éh:::... toda/... cada uma dessas tem uma complexidade... tem
 268 uma tecnicidade específico... não é isso que os executivos da companhia fazem... o que os
 269 executivos da companhia fazem é decidir para onde a companhia vai... em que tipo de negócio
 270 ela está... que tipo de negócio sai... na verdade... para que o sistema funcione... é necessário
 271 acreditar num sistema que de/... que depende da confiança nos seus diversos elos -- o que
 272 significa essa confiança? -- que você tem técnicos... capacitados... pós-graduados... com grande
 273 conhecimento específico do assunto... e que estão -- na maior parte das vezes -- nos próprios
 274 locais... essas pessoas que têm a condição de apertar o botão de "problema"... porque eles estão
 275 lá... não é alguém... no Rio de Janeiro... na sede da companhia... que vai ter condições de dizer
 276 o que é ou o que não é... problema que precisa de atenção imediata... a única chance que existe
 277 numa mineradora de grande porte -- ou de qualquer porte -- funcionar é a responsabilidade
 278 estar... éh:::... no local... e a Vale é estruturada dessa maneira... aliás... como são todas as
 279 mineradoras... os senhores não vão encontrar nenhuma mineradora no mundo que não seja
 280 estruturada dessa maneira... ademais... a pedra fundamental da gestão são os laudos feitos por
 281 especialistas... atestando ou não a estabilidade das estruturas... se esses laudos são feitos por
 282 gente hiperqualificada que dizem que a infraestrutura funciona... por que que eu haveria... ou
 283 alguém dentro da companhia haveria de desconfiar disso?... por que motivo?... que nós... que
 284 nós... recebemos quinhentos laudos diferentes de quinhentas barragens diferentes... se os laudos
 285 dizem que elas... que elas tão estáveis e sem nenhum problema iminente... é assim que elas são
 286 tratadas... elas não são tratadas de outra maneira... nem poderiam... é por isso que eu digo que
 287 foi um acidente... porque até onde nós/... os técnicos nos dão conhecimento... foi feito tudo o
 288 que deveria ser feito vis-à-vis essa barragem... e nós não sabemos... um... um... um dos senhores
 289 disse... "sabem o que é liquefação?"... sim sabemos o que é liquefação... mas não sabemos o que
 290 causou a liquefação... é essa que é a questão... não se houve liquefação ou não... mas se/... ah:::...
 291 o que que é que... ah:::... engatilhou essa liquefação e criou o problema... é isso que tem que ser
 292 investigado... e... e... e os senhores tenham certeza... está sendo investigado... ..ademais... eu
 293 quero reforçar que a minha presença ESPONTÂNEA aqui hoje... atendendo a um convite de
 294 vocês... visa dizer... ..senhores... nós não temos nada pra esconder... tudo o que a gente sabe...
 295 eu se/... eu trato... -- alguém disse aqui... com a cara lavada... e é mesmo com a cara lavada --
 296 porque é verdade... não tou escondendo nada... eu não tenho nenhum problema em conversar
 297 com nenhum dos senhores sobre coisa nenhuma... e eu compreendo... por outro lado... a
 298 indignação... eu compreendo que os senhores estejam é... querendo algum tipo de...
 299 compensação de al/... mais drástica... mas infelizmente... o que eu posso oferecer é a minha total
 300 cooperação... o que eu posso oferecer é que a Vale vai ser parte da solução e vai trazer/...
 301 carrear/... nós não estamos olhando para a parte financeira... ..ademais... só pra finalizar... os
 302 investimentos em barragens aumentaram significativamente desde que eu entrei na Vale... esses
 303 números são públicos e verdadeiros... não é que nós diminuímos... é que nós aumentamos os
 304 investimentos... de maneira dramática... em... em barragens... portanto... senhores... a gente tava
 305 tentando fazer a nossa parte direito... infelizmente... alguma coisa deu muito errado... tá aqui o
 306 desastre... tá aqui o que aconteceu... e nós vamos atrás da averiguação dos fatos junto com
 307 vocês... ..o... o... o... o... nós trouxemos a Ministra Ellen Gracie para ser a... a... a... a presidente
 308 do Comitê de Investigação do... do Conselho... ela é uma pessoa totalmente a... a... acima de
 309 qualquer suspeita e estará supervisionando todo o trabalho feito dentro da Vale... -- e para quê?
 310 -- para que ele tenha credibilidade... -- alguém disse... "vocês perderam a credibilidade" --

311 óquêi... aceitamos... trouxemos a ministra Ellen Gracie pra ver se aquela investigação que está
 312 sendo feita está olhando tudo... quando eu digo aos senhores que nós não sabemos o que
 313 aconteceu... digo a verdade... nós não sabemos o que foi que aconteceu... eu teria/... a minha
 314 maior satisfação era chegar para vocês e falar... "olha... eu sei o que aconteceu e... portanto... é
 315 só fazer isso que acabou"... não tem essa solução fácil... nós não podemos... infelizmente... ir
 316 para esse lado... desculpem por eu ter me alongado... mas eu queria lhe dar/.. dar a vocês essa
 317 visão compreensiva da situação... para ajudar a compreender onde é que nós estamos
 318 (3h39min36s) – trecho não selecionado para análise com respostas de outros depoentes e novas
 319 perguntas de deputadas/os – (3h47min38s)
 320 **Fabio Schvartsman** – eu... eu.. eu vou fazer o possível para recuperar a maioria das perguntas...
 321 mas foram tantas que... que talvez eu me perca... mas eu vou tentar... éh... em primeiro lugar
 322 sobre planos específicos... eu não... eu não.. eu não tenho nenhuma condição de objetivar nada...
 323 porque isso está sendo tratado na relação entre o/... os Ministérios Públicos e o pessoal da Vale...
 324 mas o que eu posso lhe dizer é que a postura da Vale será intensamente colaborativa e com a
 325 intenção... ah::... de fazer funcionar o que... aquilo que parecer o mais correto para todo mundo...
 326 essa é a nossa intenção... éh::... ((pausa e leitura de anotações)) ...ah::: deixa eu ver o que mais...
 327 segundo ponto sobre animais e o acidente ambiental... eles estão na mesma categoria... nós
 328 temos hoje cem voluntários... desculpem... cem profissionais -- não são voluntários –
 329 trabalhando... éh::... na recuperação desses animais... e a nossa intenção é continuar o trabalho...
 330 e... esse trabalho não vai sumir... não vai parar... ao contrário... tudo o que a gente conseguir
 331 fazer no sentido de... de recuperar os animais... e a mesma coisa vale pro rio... é a nossa
 332 intenção... e ali... por enquanto -- por isso as medidas de contenção que nós estamos... tentando
 333 tomar – enquanto ele ainda não espalhou... o que significa que a chance de recuperar
 334 rapidamente é muito maior do que foi no caso do Rio Doce... pela quantidade de rejeitos que
 335 foram... e pelo fato de que como essa barragem era uma barragem inativa... ela já tava em
 336 processo de secagem... e o que fez com que os rejeitos não fluíssem ah::... ah::... diretamente
 337 pro rio em grande quantidade... na soma dessas coisas... a gente vai agir no sentido de reverter
 338 o mais rápido possível... o impacto ambiental... e é nosso objetivo consertar o impacto
 339 ambiental... sim senhor... o mais rápido possível... ((pausa e leitura de anotações)) éh::: deixa
 340 eu ver o que mais... ((pausa e leitura de anotações)) ah::... alguém/... alguém perguntou da... da...
 341 a senhora perguntou também sobre lucro... sobre o processamento a seco... lucro
 342 processamento... éh::... éh::... sinceramente... senhora deputada... eu num/... eu não tenho
 343 consci/... conhecimento de nada específico com relação a esse assunto... não é dessa maneira
 344 que nós olhamos para essa questão... o processamento a seco é algo que a Vale está perseguindo
 345 ah::... determinadamente... nós tínhamos... pra ter uma ideia... na época de Mariana... quarenta
 346 por cento do que a gente processava era a seco... nesse momento já é sessenta por cento do que a
 347 Vale processa é a seco... três anos depois... então nós estamos indo determinadamente na direção
 348 de processar... ah::... ah::... ao longo do tempo tudo a seco... porque isso é a única maneira de...
 349 de eliminar as barragens do... éh::... do processo... é ne/... é por esse caminho que nós estamos
 350 olhando... e não estamos EM ABSOLUTO olhando pra essa questão financeira... ((pausa e
 351 leitura de anotações)) -- o quê mais? -- alguém falou sobre uma multa de cem milhões de reais...
 352 se o dinheiro vai ser liberado pra... eu... eu... eu confesso que eu desconheço a multa... eu... eu...
 353 é muita informação... eu num/... eu não sei do que se trata... consequentemente... eu não poderia
 354 dar uma resposta... vai fazer... não vai fazer... sem sequer saber... éh::... de que multa é essa...
 355 agora... da forma como foi enunciado... me pareceu uma coisa meritória... se for uma multa cujo
 356 objetivo seja melhorar a situação dos municípios... não me pareceu uma coisa ruim... mas uma
 357 coisa positiva... então a Vale não vai obstar coisa nenhuma... a Vale quer ajudar... aquilo que
 358 tiver ao nosso alcance... nós faremos... os senhores precisam compreender que apesar de eu ser
 359 o presidente da companhia... eu não sou o dono da verdade e nem sei tudo o que acontece dentro
 360 da companhia... eu... acho que sei bastante coisa... mas... e tenho bastante poder... mas também
 361 não tenho todo o poder... eu não sou o dono da companhia... eu sou empregado da companhia...
 362 eu sou um executivo da companhia... a companhia tem acionistas... esses sim... são os donos da
 363 companhia e eles que têm o poder final de decisão sobre o que que a companhia pode ou não
 364 pode fazer no final do dia... por último eu queria mencionar a vocês... dentro dessa cadeia que
 365 dá responsabilidade ao local... eu quero explicar que o gerente local tem a autonomia de

366 investimento de aproximadamente quarenta milhões de reais... sem precisar perguntar nada pra
 367 ninguém... e... o... o que quer dizer o seguinte... não vem pra diretoria ou pra quem que seja...
 368 vamos construir um refeitório aqui ou acolá... vamos mudar prédio administrativo daqui para
 369 cá... isso não é assunto que chega em diretoria... o camarada tem de... tem o/... a:/... a
 370 responsabilidade e a autoridade pra fazer essas coisas por sua conta... ...senhores... o gerente de
 371 Brumadinho infelizmente ele faleceu no local... a maior prova que nós não tínhamos a menor
 372 ideia de que tinha/... de que tava com problema aquela barragem... é o gerente que tava lá e que
 373 tinha a responsabilidade pela operação morreu... você acha que se ele tivesse a menor noção de
 374 que algo poderia acontecer ele taria lá?... esperando... esperando isso acontecer?... quando digo
 375 que é uma surpresa... é uma surpresa mesmo... não é outra coisa... por isso que foi tão rápido...
 376 por isso que o sistema não funcionou... por que que o sistema não funcionou?... porque ele...
 377 porque não foi feito para al/... pra algo que não dá sinal... o sistema... ele pra funcionar... ele
 378 precisa ter um sinal antecedente qualquer pra ser acionado... se não há sinal... não há tempo de
 379 fazer nada... essa é a questão

380 (3h53min15s) – trecho não selecionado para análise com respostas de outros depoentes e novas
 381 perguntas de deputadas/os – (5h04min)

382 **Fabio Schvartsman** – eu tomei nota das... das perguntas de todos... eu acho que... existe um
 383 denominador comum na maioria delas... então eu vou procurar éh::... olhar aí dentro e... e... e
 384 me posicionar com relação à questão Mariana... versus Brumadinho... que é a... que é a maior
 385 presente em todos os comentários que foram feitos... ...senhores... éh... eu compreendo também
 386 ah:::... a indignação dos senhores pelo fato de Mariana não estar dando a mesm/... ah:::... a
 387 remediação de Mariana não estar dando o mesmo o resultado que era esperado... eu quero por
 388 outro lado... confessar a limitação que eu -- como presidente da Vale -- tenho com relação a esse
 389 assunto... Mariana não é da Vale... é da Samarco... onde a Vale tem metade dessa companhia e
 390 a outra metade pertence à BHP... a solução que eu encontrei encaminhada quando... quando me
 391 juntei à Vale é... foi a criação de uma fundação chamada Fundação Renova... que tem a
 392 obrigação de fazer essa remediação... ela tem a obrigação... ela tem a independência e ela tem
 393 um processo decisório que foi construído com todos os órgãos participantes -- Ministérios
 394 Públicos... etcétera -- que são profundamente democráticos... consequentemente... como em
 395 todos os sistemas profundamente democráticos... eles são de resposta mais lenta do que o
 396 normal... essa é a minha visão sobre o que acontece em Mariana... eu po/... eu posso dizer aos
 397 senhores -- vou levar isso daqui -- os senhores terão a minha total boa vontade pra usar a
 398 influência da Vale... porque a Vale tem influência nessa questão... pra tentar fazer com que os
 399 processos se acelerem... mas eis algo que eu não prometo... porque eu num/... porque eu não
 400 tenho condições de entregar... a não ser influenciar pra tentar fazer com que funcione de outra
 401 maneira... apesar de compreender perfeitamente como vocês se incomodam com a situação...
 402 assim como eu me incomodo... seria muito melhor pra Vale se esse processo andasse com
 403 celeridade... agora vamos falar de Brumadinho por um instante... qual é a diferença...

404 **Rogério Correia (PT-MG)** – (...) se utilizar a influência que a Vale utiliza no lobby que ela faz...
 405 às vezes resolve o problema da Renova...

406 **Fabio Schvartsman** - pois não... nós vamos fazer tudo o que o senhor está falando...

407 **Paulo Abi-Ackel (Bloco/PSDB-MG)** – [(...) senhor presidente... o senhor me perdoe... éh... mas
 408 o senhor tem condições de sair daqui prometendo atenção...

409 **Alê Silva (Bloco/PSL-MG)** – (...) a Vale é responsável solidária com a Samarco.

410 **Paulo Abi-Ackel (Bloco/PSDB-MG)** – (...) o senhor tem condições de influir sim... presidente...
 411 inclusive determinando ao seu departamento jurídico que não postergue a liberação das parcelas
 412 incontroversas nos autos do processo que corre na 12ª Vara Federal... onde está havendo uma
 413 chicana dos advogados... impedindo o pagamento das parcelas... que poderiam equilibrar as
 414 finanças de Mariana... e aí... a parte nos autos é a Vale...

415 **Presidente Zé Silva (Bloco/SOLIDARIEDADE-MG)** – óquêi... os deputados Rogério Correia...
 416 Paulo Abi-Ackel e Alê Silva... já fizeram a réplica... agora haverá a tréplica do Sr. Fabio

417 **Fabio Schvartsman** – obrigado pelas contribuições... eu... eu desconheço o processo... vou
 418 olhar... e se... de fato existir alguma coisa que eu possa fazer via Vale para acelerar os
 419 processos... isso será feito... eu só não posso prometer que vou fazer a Fundação Renova
 420 trabalhar num outro ritmo do que ela trabalha... porque não tenho esse poder... só o de

421 influenciar... com relação a Brumadinho... eu queria... ah::... eu queria afiançar aos senhores
 422 que... aqui a situação é ra-di-cal-men-te diferente... Brumadinho é um ativo que pertence à
 423 companhia Vale... consequentemente não depende de nada nem de ninguém... se houver
 424 morosidade a culpa é da Vale... não dá para eu dizer que a culpa é da fundação... ou é da
 425 Samarco.... ou é da BHP... ou é de quem quer que seja... aqui a responsabilidade é integralmente
 426 nossa... consequentemente... a possibilidade que há de fazer as coisas com rapidez é que o
 427 processo decisório é extraordinária mais sim/... extraordinariamente mais simples... é direto e
 428 objetivo... e assim será feito... eu sei senhores... que a nossa credibilidade é baixa... eu não peço
 429 que os senhores acreditem em mim... eu peço que os senhores vejam o que vai acontecer ao
 430 longo do tempo... e ao longo do tempo isso será comprovado... uma vez atrás da outra... que é
 431 assim que a vale vai se comportar... é isso que eu gostaria de transmitir aos senhores... por fim...
 432 como minha contribuição final... eu queria dizer aos senhores que nós tamos... fazendo o
 433 máximo por toda a população... eu lamento essa... essa informação de que não houve
 434 representante da Vale nesse/... nessa audiência pública... eu desconhecia essa ausên/... essa
 435 audiência pública... se tivesse conhecimento certamente teria lá estado um representante da
 436 Vale... assim como eu estou aqui... assim que fui chamado a estar... -- por que eu posso estar e
 437 outras pessoas não podem?... é claro que podem... podem e devem... -- então senhores... o que
 438 eu posso me comprometer é continuar com toda a transparência... com toda a abertura...
 439 dividindo com os senhores todas as informações que a gente tem sobre o processo... como forma
 440 de pelo menos fazer com que isso aqui não seja uma tragédia sem um/... sem uma... solução no
 441 seu final... muito obrigado

442 **Presidente Zé Silva (Bloco/SOLIDARIEDADE-MG)** - Concedo a palavra...

443 **Pinheiro (Bloco/PP-MG)** - pela ordem... coordenador... eu queria dizer ao presidente da Vale
 444 que está errada a frase "se houver demora... a culpa será da Vale"... já está havendo uma demora
 445 muito grande... bilhões e bilhões estão bloqueados... a menor multa de todas... até então... é a do
 446 município... que a Vale pague -- é para ontem -- essa multa aplicada pelo município... é o mínimo
 447 que a Vale pode fazer neste momento... e que olhe também com maior atenção para as vítimas...
 448 obrigado

449 **Paulo Abi-Ackel (Bloco/PSDB-MG)** - eu quero dizer de forma bem objetiva que não me
 450 conformo com a afirmação do senhor em relação à Fundação Renova. Mariana não pode ser
 451 tratada com este descaso... "não posso fazer nada porque a Fundação Renova..." quem concebeu
 452 a Fundação Renova foi a Vale... quem tem liderança sobre a Fundação Renova é a Vale... a
 453 BHP... sabemos todos... nem aqui no Brasil mais está... eh:::... já delegou para a Vale as
 454 decisões sobre Mariana... dessa forma... eu quero dizer ao senhor que não me dou por satisfeito
 455 com essa explicação sobre a Fundação Renova... que foi um artifício usado para... -- até agora -
 456 - para gerar certa dificuldade no diálogo com Mariana... eu espero que vossas senhorias não
 457 inventem uma Fundação Renova para Brumadinho ou algo semelhante... senão Brumadinho vai
 458 repetir Mariana... e é isso que não podemos aceitar... é isso que não podemos admitir... espero
 459 que a Vale não se esconda atrás da Fundação Renova para resolver o problema de Mariana...
 460 muito obrigado

461 **Fabio Schvartsman** - eu só queria... ah::... ah::... aceitando os seus comentários e
 462 compreendendo o seu posicionamento... eu só queria fazer uma correção... nós não temos
 463 delegação nenhuma da BHP para coisa nenhuma... Na verdade, nós dependemos integralmente
 464 da BHP para qualquer movimento relativo à Samarco e à Fundação Renova... eles têm
 465 exatamente o mesmo poder que a Vale tem nesse processo

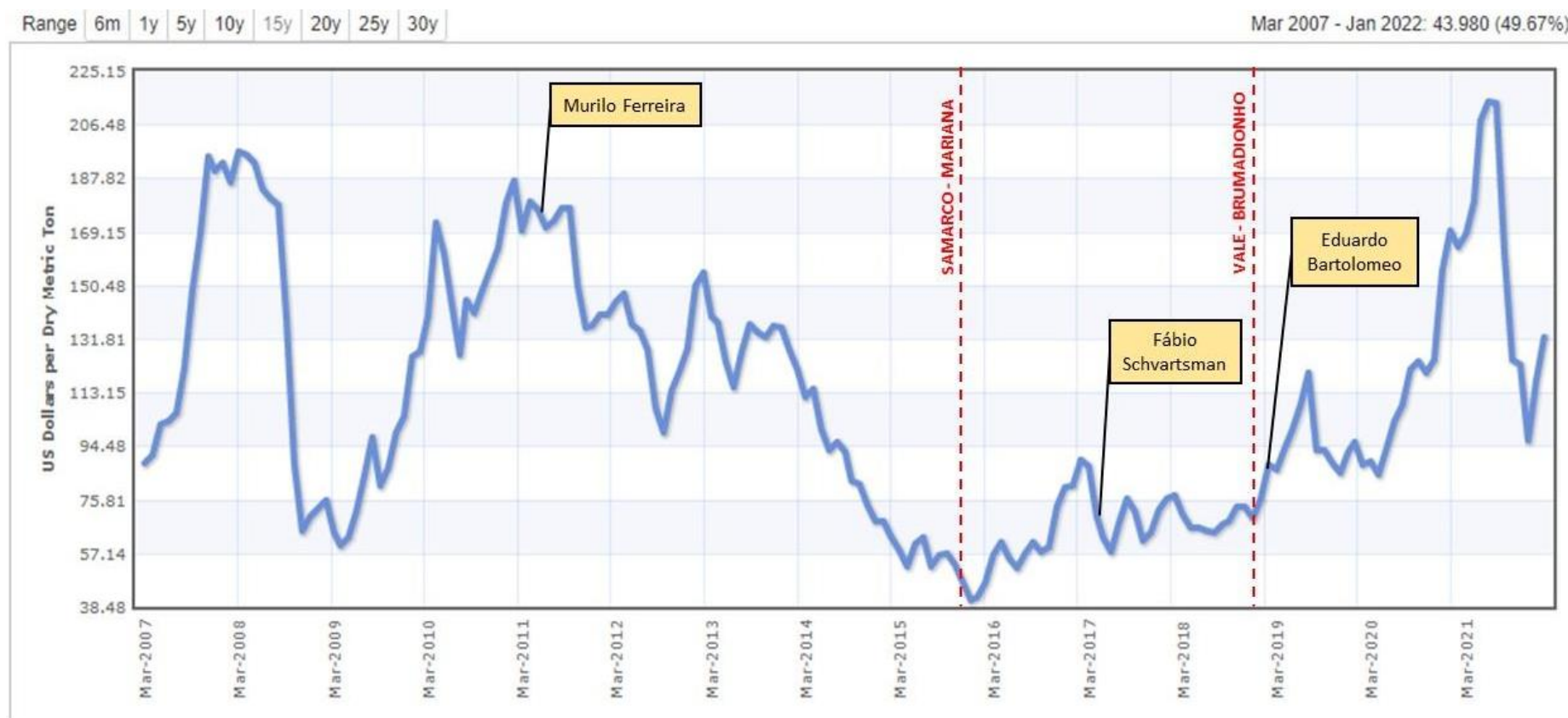
ANEXO 11 – Sequência de imagens com a reação de Ricardo Vescovi durante fala de Murilo Ferreira na Coletiva de Imprensa, 11/11/2015.

Na imagem (da esquerda para a direita): Andrew Mackenzie (Presidente da austro-britânica BHP Billiton), Ricardo Vescovi (Presidente da Samarco Mineração) e Murilo Ferreira (Presidente da Vale).



Fonte: Samarco Mineração.

ANEXO 12 – Gráfico com a cotação do minério de ferro no período de 01/03/2007 a 31/01/2022, em dólar



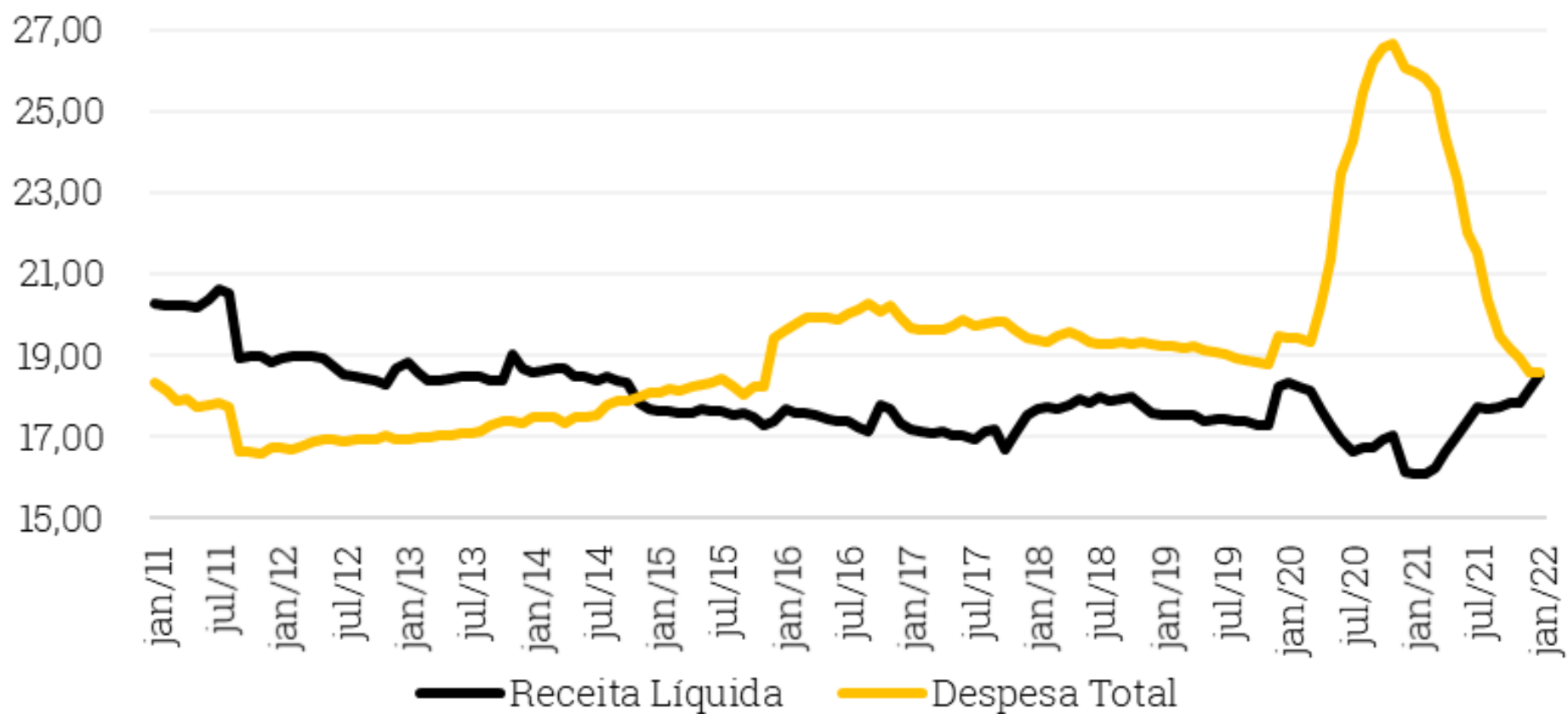
Fonte: IndexMundi (com anotações da autora).

ANEXO 13 – Gráfico de cotação das ações da Vale no período de 01/01/2011 a 31/03/2022, em reais.



Fonte: Yahoo! Finance (adaptado pela autora).

ANEXO 14 – Gráfico com a série histórica de Receita Líquida e Despesa Total do Governo Federal, período de janeiro de 2011 a janeiro de 2022.



Fonte: STN, XP